



Mônica Maria Lopes Lage

José Pereira Arouca, um construtor na Mariana Setecentista:
entre arrematações, “monopólios” e redes de sociabilidade
(1753 a 1800)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MÔNICA MARIA LOPES LAGE

**JOSÉ PEREIRA AROUCA, UM CONSTRUTOR NA
MARIANA SETECENTISTA:**
entre arrematações, “monopólios” e redes de sociabilidades (1753-1800)

Belo Horizonte
2018

MÔNICA MARIA LOPES LAGE

**JOSÉ PEREIRA AROUCA, UM CONSTRUTOR NA
MARIANA SETECENTISTA:**
entre arrematações, “monopólios” e redes de sociabilidades (1753-1800)

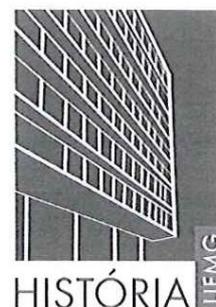
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Social da Cultura.

Orientador: Magno Moraes Mello

Belo Horizonte
2018



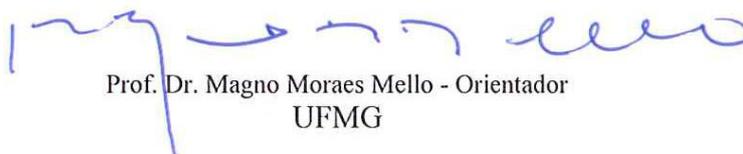
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



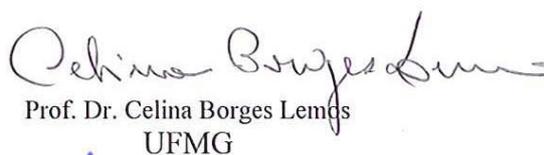
"José Pereira Arouca, Um Construtor Na Mariana Setecentista: Entre Arrematações, 'monopólios' e Redes de Sociabilidades. (1753-1800)"

Mônica Maria Lopes Lage

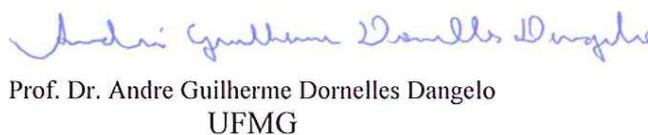
Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dr. Magno Moraes Mello - Orientador
UFMG


Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta
UFBA


Prof. Dr. Celina Borges Lemus
UFMG


Prof. Dra. Carla Maria Junho Anastasia
UNIMONTES


Prof. Dr. Andre Guilherme Dornelles Dangelo
UFMG

Belo Horizonte, 22 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS:

Ao meu orientador Prof. Dr. Magno Moraes Mello por ter me acompanhado nesta trajetória e me auxiliado na elaboração dos textos.

A Adriana Carvalho por ter me apresentado o José Pereira Arouca e, despertado em mim o interesse em estudá-lo.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa - Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta, Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo, Profa. Dra. Celina Borges Lemos e Profa, Dra. Carla Anastasia, por terem dado sugestões e encaminhado esta pesquisa, quando ela ainda se mostrava obscura no meu entendimento.

Ao meu marido, Edivaldo Jonath, por ter me conduzido a várias cidades históricas tanto no Brasil, quanto na Europa para fotografar, pesquisar e analisar as possíveis influências arquitetônicas nas obras do José Pereira Arouca.

Aos funcionários da Casa Setecentista de Mariana, em especial ao meu amigo Cassio Vinício Salles, que me ajudou, não apenas no perscrutamento dos documentos, como também na transcrição dos mesmos. A você, meu amigo, deixo um carinho todo especial!

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, por terem respeitado a minha dificuldade e permitido que eu tivesse acesso aos documentos originais, quando eles se encontravam digitalizados.

Aos meus amigos Prof. Dr. Antônio Emilio Morga, Profa. Dr. Walmira Costa e Profa. M^a. Renata Moraes Melo, por terem compartilhado comigo seus conhecimentos e, por terem me escutado nos momentos de dificuldades e de dúvidas.

Ao meu amigo e arquiteto Ronaldo José da Costa, que em suas constantes idas a Portugal, nunca se negou a trazer documentos ou referências bibliográficas lusitanas que tanto auxiliaram nesta pesquisa. Muito obrigada!

Ao senhor Tiago, funcionário da biblioteca da Câmara Municipal de Vila Verde, por ter me apresentado com livros, cujas edições se encontram esgotadas em Portugal. Registro o meu muito obrigado!

Ao senhor Carlos Malta, funcionário do Mosteiro de Vila de Arouca, que me disponibilizou informações valiosas acerca da localização dos documentos referentes a família de José Pereira Arouca no Arquivo Distrital da Cidade de Aveiro em Portugal. Deixo aqui o meu muito obrigado!

A Gabriela Paiva por ter digitado os documentos que compõem os anexos desta tese, quando o tempo já não me permitia fazê-lo.

A minha sobrinha e arquiteta Ana Caroline Lage Castilho por ter projetado as plantas desta tese.

Aos meus amigos do grupo NINFA, com quem compartilho histórias, conhecimentos e discussões calorosas sobre história e arte.

Aos meus amigos Kellem Cristina, Sabine Delamore, Elis Furlam, Ronaldo Costa, Natalia CasaGrande Salvador e tantos outros que compartilharam comigo os seus acervos iconográficos.

A todos deixo o meu muito obrigada e o meu reconhecimento de que nenhuma conquista se realiza no campo da solidão.

À Deus, pelas bênçãos imerecidas, ao meu marido Edivaldo Jonath por todo apoio ofertado, a minha filha – Ana Luiza Lage Schineider Jonath, a minha mãe, meus irmãos e amigos – todos quanto recorro nos momentos certos e incertos da vida.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo o estudo da vida e das obras de um dos mais importantes construtores que circulou pela Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, José Pereira Arouca. Ele era português e veio para a América num período em que as cidades auríferas viviam momentos de grandes transformações sociais e urbanísticas. Apesar da queda do ouro, o acúmulo das riquezas proporcionadas pelos tempos áureos da extração havia contribuído para o surgimento de uma elite colonial abastada e esta elite financiou o desenvolvimento das cidades recém-criadas. José Pereira Arouca instalou-se em Mariana, num momento de efervescência cultural e artística, pois a cidade havia se tornado a sede do primeiro bispado de Minas Gerais. Desta forma, houve muita oportunidade de trabalho, pois, governo, associações religiosas e moradores se empenharam para que Mariana apresentasse um aspecto condizente com sua nova condição social. Houve um surto de construções e muitos artífices se enriqueceram neste período, principalmente os portugueses. José Pereira Arouca tornou-se o maior construtor da cidade, e talvez, um dos homens mais ricos de toda Minas Gerais neste período. Com o intuito de descortinar sua história, esta tese se propõe desenvolver uma intensa pesquisa documental, bibliográfica e iconográfica de suas obras. Esta metodologia, que possibilita compreender a vida e toda a trajetória de José Pereira Arouca pelas Minas Gerais Setecentista, possibilita ainda, levantar o “*corpus*” de sua obra e analisar de que forma ele foi interpretado pela historiografia colonial mineira.

Palavras-chave: Obras, desenvolvimento, Arouca, Mariana, Minas Gerais

ABSTRACT

This thesis aims to study the life and works of one of the most important constructors that circulated by the Captaincy of Minas Gerais in the second half of the 18th century, José Pereira Arouca. He was Portuguese and came to America in a period of great social and urban transformations that the mining cities lived. Despite the fall of gold, the accumulation of riches provided by the golden age of extraction had contributed to the emergence of a wealthy colonial elite, and this elite financed the development of newly created cities. José Pereira Arouca settled in Mariana, in a moment of cultural and artistic effervescence, since the city had become the seat of the first bishopric of Minas Gerais. In this way, there was a lot of work opportunity, because the government, religious associations and residents worked hard for Mariana to present an aspect consistent with her new social condition. There was an outbreak of construction and many craftsmen were enriched in this period, especially the Portuguese. José Pereira Arouca became the largest builder of the city, and perhaps one of the richest men in all of Minas Gerais during this period. With the intention of discovering its history, this thesis proposes to carry out an intense documentary, bibliographical and iconographic research of his works. This methodology, that enable to understand José Pereira Arouca's life and career in the Minas Gerais State, allowed to raise the "corpus" of his work and analyze how it was interpreted by the colonial historiography of Minas Gerais.

Keywords: Construction, development, Arouca, Mariana, Minas Gerais.

LISTA DE IMAGENS:

Figura 01- Mapa do arraial de Nossa Senhora do Carmo – 1702 a 1711.

Figura 02- Esquema da evolução urbana de Mariana/ MG.

Figura 03- Igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana/ MG.

Figura 04- Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana/ MG.

Figura 05- Igreja da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco de Mariana/ MG.

Figura 06- Órgão Arp Schnitger da Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana/ MG.

Figura 07- Pia Batismal da Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana/ MG.

Figura 08- Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana/ MG.

Figura 09- Detalhe da torre da Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana/ MG.

Figura 10- Igreja do Hospício da Mãe de Deus dos Homens do Caraça/ MG.

Figura 11- Capela de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana/ MG.

Figura 12- Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte – Mariana/ MG.

Figura 13- Canto superior, óculos da da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte – Mariana/ MG.

Figura 14 - Canto inferior óculos da sala dos armários da Catedral Sé de Mariana/ MG.

Figura 15- Palácio dos Bispos de Mariana/ MG.

Figura 16- Palácio dos Bispos de Mariana/ MG.

Figura 17- Fonte da Samaritana/ Museu arquidiocesano de Mariana/ MG.

Figura 18- Praça Minas Gerais de Mariana/ MG.

Figura 19- A cidade de Mariana: imagem retirada do site da prefeitura de Mariana/ MG

Figura 20- Pormenor das torres da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto/ MG.

Figura 21- Arco do coro da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto/ MG.

Figura 22- Pórtico da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto/ MG.

Figura 23- Lavatório da sacristia da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto/ MG.

Figura 24- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Preto de Ouro Preto/ MG.

Figura 25- Placa informativa sobre o incêndio que destruiu a matriz Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira, no distrito de Mariana/ MG.

Figura 26- Frontispício da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira, distrito de Mariana/MG.

Figura 27- Frontispício da matriz de Antônio Pereira/ MG

Figura 28- Frontispício da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana/ MG.

Figura 29- Capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão/ MG.

Figura 30- Pintura de teto da nave da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão/ MG.

Imagem 31- Pintura de teto da nave da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão/ MG.

Figura 32- Casa de Camara e Cadeia de Mariana e do exterior da matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim/ MG.

Figura 33- Casa de Camara e Cadeia de Mariana e do exterior da matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim/ MG.

Figura 34- Casa Capitular de Mariana/ MG.

Figura 35- Capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim/ MG.

Figura 36- Lavabo parietal da sacristia da matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim/ MG.

Figura 37- Capela-mor da matriz de São José da Barra Longa/ MG.

Figura 38- Capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim/ MG;

Figura 39- Capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão/ MG;

Figura 40- Capela-mor da matriz de São José da Barra Longa/ MG.

Figura 41- Porta da capela-mor da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana/ MG.

Figura 42- Porta da capela-mor da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana/ MG.

Figura 43- Imagens do arco-do-coro da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana/ MG.

Figura 44- Arco-do-coro da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto/ MG

Figura 45- Arco-do-coro da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará/ MG

Figura 46- Arco-do-coro da matriz de Caeté/ MG.

Figura 47- Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana/ MG.

Figura 48- Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto/ MG

Figura 49- Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de São Joao del Rey/ MG.

Figura 50- *Domus* Municipal de Bragança/ Portugal.

Figura 51- Casa do Conselho de Braga/ Portugal.

Figura 52- Desenhos da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG,

Figura 53- Imagens de uma das “comuas” que existiam na Casa de Camara e Cadeia de Mariana/ MG.

Figura 54-Sala de Audiência da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG.

Figura 55- Fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG.

Figura 56- Sacadas da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG.

Figura 57- Sacada de pedra rendilhada da suposta residência de José Pereira Arouca em Mariana/ MG.

Figura 58- Detalhe da escada retilínea que foi construída na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG.

Figura 59- Tarja que compões a portada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG.

Figura 60- Casa Capitular de Mariana/ MG

Figura 61- Tarja que compões a fachada da Casa Capitular de Mariana/ MG.

Figura 62- Tarja que compões a fachada da Casa Capitular de Mariana/ MG.

LISTA DE QUADROS:

Quadro 01- Apresentação da família de José Pereira Arouca;

Quadro 02- Apresentação dos sócios de José Pereira Arouca;

Quadro 03- Apresentação das “louvações” realizadas por José Pereira Arouca;

Quadro 04- Obras documentadas ou atribuídas a José Pereira Arouca;

Quadro 05- Referências bibliográficas sobre José Pereira Arouca

Quadro 06- Valores dos riscos no período colonial;

Quadro 07- Organograma do processo de arrematação de obras públicas e religiosas nas Minas Gerais setecentistas.

Quadro 08- Escravos arrolados do testamento, do inventário e de doc. avulsos sobre o José Pereira Arouca;

Quadro 09- Principais arrematantes de obras públicas de Mariana no período entre 1753 a 1800.

Quadro 10- Tabela dos custos da obra da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão, distrito de Mariana/MG.

Quadro 11- Pagamentos que foram efetuados a José Pereira Arouca por ocasião da construção da capela-mor da matriz de São José da Barra Longa/MG.

LISTA DE PLANTAS:

Planta 01- Igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana/MG.

Planta 02- Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana/MG.

Planta 03- Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana/MG.

Planta 04- Igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana/MG.

Planta 05- Igreja Ordem terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto/MG.

Planta 06- Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto/MG.

Planta 07- Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Santa Rita Durão/MG.

Planta 08- Matriz do Bom Jesus do Monte Furquim/MG.

Planta 09- Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana/MG.

Planta 10- Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG – 1º Pavimento

Planta 11- Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG – 2º Pavimento

Planta 12- Casa Capitular de Mariana/MG.

ARQUIVOS CONSULTADOS:

A.D.A – Arquivo Distrital da Cidade de Aveiro/Portugal.

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra/Portugal.

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa.

ACSM – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

AHCM – Arquivo Histórico da Câmara de Mariana.

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

APM- Arquivo Público Mineiro.

APP – Arquivo da Paróquia do Pilar

APM- Arquivo da Prefeitura de Mariana.

VOTFSM – Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	16
CAPÍTULO 1	
<i>José Pereira Arouca: Vida e Obra.....</i>	25
1.1 – A Cidade de Mariana antes de José Pereira Arouca.....	25
1.2– Dados biográficos.....	39
1.3– Obras documentadas ou atribuídas a José Pereira Arouca.....	59
1.4– O debate historiográfico: José Pereira Arouca.....	66
CAPÍTULO 2	
<i>José Pereira Arouca: entre arrematações, “monopólios” e redes de sociabilidade.....</i>	84
2.1–José Pereira Arouca e o processo de arrematação de obras nas Minas Gerais Setecentistas: um estudo sistematizado.....	84
2.2- José Pereira Arouca e as obras públicas: a questão do “monopólio” e as redes de sociabilidades.....	109
CAPÍTULO 3	
<i>José Pereira Arouca e as obras religiosas: entre contratos, condições e riscos.....</i>	122
3.1- José Pereira Arouca em Mariana.....	122
3.2- José Pereira Arouca em Ouro Preto.....	148
3.3- José Pereira Arouca em Antônio Pereira.....	157
3.4- As capelas-mores de José Pereira Arouca: Santa Rita Durão, Bom Jesus do Monte Furquim e São José da Barra Longa.....	162
CAPÍTULO 4	
<i>Monumento e História: A igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis, a Casa Capitular e a Casa de Câmara e Cadeira.....</i>	183
4.1- A igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana/ MG.....	183
4.2- A Casa de Câmara e Cadeira de Mariana/ MG.....	201
4.3- A Casa Capitular de Mariana/ MG.....	226
4.4 -A cronologia da vida e das obras de José Pereira Arouca.....	236
CONCLUSÃO.....	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	250
ANEXOS.....	261



INTRODUÇÃO

Se existe uma lacuna a ser preenchida na história da arquitetura do período colonial mineiro, esta lacuna diz respeito aos estudos sobre a circulação de construtores e de mestre-de-obras que transitaram por Minas Gerais ao longo da segunda centúria do século XVIII. Registros indicam que o número destes profissionais foi bastante restrito pois, de acordo com Gemain Bazin (1983), giraram em torno de, aproximadamente, dez empreiteiros que atuaram na região. Estes homens circularam por entre as vilas e cidades coloniais e nelas teceram amplas redes de sociabilidade, redes estas que lhes permitiram arrematar um número avultado de obras.

Muitos destes profissionais deixaram verdadeiros legados por onde passaram, é o caso, por exemplo, do português José Pereira dos Santos (MARTINS, 1974, p.210-213) que trabalhou em Ouro Preto e Mariana e, nestas cidades, construiu alguns dos edifícios mais “belos” da arquitetura do período colonial mineiro. Em Ouro Preto o mesmo português participou na construção de várias igrejas matrizes como a de Nossa Senhora do Pilar, a de Nossa Senhora do Carmo, e a de Nossa Senhora do Rosário. Já em Mariana, ele foi autor dos riscos da Casa de Câmara e Cadeia e do risco da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (MARTINS, 1974, p.204-207). Assim como José Pereira dos Santos, outros construtores que trabalharam na capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII se encontram no anonimato. Seus nomes são recorrentes em monografias, dissertações e teses, entretanto, há ainda uma contundente necessidade de se investigar sobre suas vidas e respectivas obras.

Essa tese tem como escopo o estudo da trajetória de um destes construtores. José Pereira Arouca está entre os principais arrematantes de obras religiosas das Minas Gerais setecentistas e é considerado o maior arrematante de obras públicas da cidade de Mariana. Para que saibam, chamamos de obras religiosas aquelas edificações que eram construídas pelas irmandades e pelas Ordens Terceiras e de obras públicas as que eram erguidas pelo Senado da Câmara.

O levantamento realizado acerca das obras do José Pereira Arouca revelou que ele teve participação em 66 trabalhos, que envolveram desde construções, reformas, pequenos ajustes a emissão de laudos técnicos. Estes serviços foram prestados em igrejas, prédios públicos, casas particulares e ainda em construções urbanas, como pontes, muros, calçadas e chafarizes. Esse trabalho não se atém ao estudo das construções urbanas e nem das casas particulares que foram erigidas por José Pereira Arouca Estes são estudos

complexos que merecem amplas pesquisas e dedicação exclusiva. Esta tese dedica-se apenas às suas obras religiosas e a Casa de Câmara e Cadeia, por ser ela a principal construção pública de José Pereira Arouca.

Sabe-se que o maior volume de suas obras se encontra na cidade de Mariana, porém, seus trabalhos também podem ser contemplados em Ouro Preto, Antônio Pereira, Bom Jesus do Monte Furquim, Santa Rita Durão e São José da Barra Longa (MENEZES, 1978, p.59-95).

Apesar de ele ser recorrentemente referenciado pela historiografia colonial mineira, não há, até o momento, nenhuma pesquisa mais aprofundada que traga a lume a sua história ou a sua trajetória na Capitania de Minas Gerais. A única exceção encontrada diz respeito a um pequeno estudo realizado por seu conterrâneo, Afonso da Costa Veiga, cujo objetivo foi apresentar ao povo de Vila de Arouca os grandes feitos realizados no Brasil pelo construtor aroucuense.

É também objetivo desse trabalho revelar a vida e as obras de José Pereira Arouca, porém, num contexto mais amplo, envolvendo as transformações sociais que a cidade de Mariana vivia quando o mesmo nela chegou, assim como as relações sociais que ele estabeleceu com seus comitentes e com alguns artífices. Salienta-se que não se teve a pretensão de esgotar as possibilidades de investigações sobre o construtor, até mesmo porque, não foi objetivo do trabalho fazer uma análise arquitetônica de suas obras e, nem tampouco, compreender o impacto que as mesmas causaram no desenvolvimento urbano de Mariana. Estas propostas podem vir a ser investigadas em estudos futuros, mas, por enquanto, a tese deter-se-á na compreensão histórica dos fatos. Sendo assim, esta pesquisa pretende ser apenas o início de um vasto campo de investigação, ao qual se dá o toque inicial. Antes, porém, de adentrar nas questões pertinentes à tessitura desta tese, se faz necessário o esclarecimento de algumas questões históricas e teóricas que se mostram relevantes para o entendimento pleno do tema proposto.

Primeiramente, é importante revelar como se encontrava o cenário sócio-político e religioso da cidade de Mariana um pouco antes da chegada do mestre José Pereira Arouca. O ano de 1745 foi um divisor de águas na história de Mariana pois, neste ano, a antiga Vila do Carmo foi nomeada para sediar o primeiro bispado de Minas Gerais e, em decorrência disso, também foi elevada à condição de cidade. Após a nomeação, a recém-criada cidade de Mariana se transformou no maior centro religioso da capitania de Minas Gerais. Contudo, a sua estrutura urbanística e arquitetônica estava muito aquém do *status* para o qual ela havia sido elevada. Se tornar sede do bispado significava acomodar a

residência do bispo e de importantes religiosos e, conseqüentemente, receber visitas de moradores de toda a capitania e quiça de outras partes da América Portuguesa. Uma grande responsabilidade para uma recente cidade que carecia de transformações estruturais.

A busca por melhor infraestrutura levou os habitantes de Mariana a tomar algumas medidas. Primeiramente houve um grande esforço por parte do Senado da Câmara, das irmandades e de boa parte da população em transformar Mariana numa cidade ordenada, limpa, com praças, prédios, casas, ruas alargadas e pavimentadas. Desse modo, a arquitetura obteve um grande destaque em nome da organização espacial. Houve demanda por trabalhadores dos mais variados ofícios, sem falar na significativa participação dos mestres portugueses que foi muito expressiva no processo de desenvolvimento da cidade.

Contribuindo com este cenário de transformações, havia na Mariana setecentista uma elite colonial abastada e interessada no ofício das artes. Os anos de extração do ouro haviam proporcionado o acúmulo de riquezas, e a rica elite marianense não hesitou em contratar os melhores artífices para trabalhar em favor do embelezamento das suas igrejas e de seus espaços públicos. Os artífices mais destacados foram, sem dúvida, os portugueses, talvez, porque eram eles que detinham um melhor poder econômico. Pode-se dizer que os portugueses foram os responsáveis, em grande medida, pelo embelezamento das igrejas, ruas e praças, assim como também pela construção dos monumentos arquitetônicos mais “belos” do período colonial mineiro.

Acredita-se que foi neste momento de transformações que José Pereira Arouca chegou à cidade de Mariana. Ele era natural da região do Douro (norte de Portugal) e, ao que tudo indica, a sua vinda para a América Portuguesa esteve ligada, assim como a de outros portugueses que vieram no mesmo período, às possibilidades de trabalho e de enriquecimento que as cidades mineradoras ofereciam.

Pelo fato de ele ter arrematado um número avultado de obras e de ter sido considerado o maior construtor da Mariana setecentista, tendo se tornado um dos homens mais ricos da época, ele foi considerado, por parte da historiografia colonial mineira, como um grande monopolizador das arrematações públicas. No entanto, as pesquisas que defendem esta vertente, foram baseadas apenas em números. Nota-se, entretanto, que não levaram em conta o modo de viver e de pensar da sociedade em que o construtor Arouca vivia, ainda baseada nos modos e costumes do Antigo Regime. As pesquisas, referidas acima, também não levaram em conta as transformações sociais do período, já que, muitas

destas contribuíram, significativamente, com a chegada de homens estrangeiros com habilidade em múltiplos ofícios, sendo muitos deles responsáveis por grande parte do desenvolvimento das artes nas Minas. Estas pesquisas também não objetivaram analisar a vida e a trajetória dos principais concorrentes de José Pereira Arouca nas arrematações públicas de Mariana e, algumas delas desprezaram, ainda, a sua história antes de chegar à América Portuguesa.

Sendo assim, integrou-se aos objetivos desta pesquisa buscar dados sobre a vida de José Pereira Arouca em Portugal, dados estes que possibilitassem montar um histórico de sua infância, sua vivência em família, sua formação profissional e também as condições que favoreceram sua vinda para a América Portuguesa. Buscou-se ainda analisar a vida e as obras de José Pereira Arouca buscando compreender o contexto social no qual ele esteve inserido. Obejetivou-se também revisitar a historiografia que assegura que esse construtor monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana e ao fazê-lo apontar o conjunto de fatores que o favoreceram.

Como sabemos uma das características das sociedades firmadas sob as bases do Antigo Regime eram os privilégios de nascimento e de sangue. Aos homens reinóis, brancos, considerados de sangue puro eram destinados as melhores oportunidades, os melhores cargos e os melhores serviços. E não era necessário esforço, da parte deles, para se destacarem, pois próprio sistema os favorecia. José Pereira Arouca, como sabemos, era português e por isso possuía uma série de vantagens que certamente contribuíram para o seu sucesso, uma delas, por exemplo, foram as amplas redes de sociabilidade nas quais ele esteve inserido.

O conceito de rede de sociabilidade utilizado neste estudo foi extraído de pesquisas realizadas por um grupo de historiadores ligados à Universidade Federal de Minas Gerais. Tendo como base os estudos de George Simmel (SIMMEL, 1983), Norbert Elias (ELIAS, 1993), Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2005) e outros, estes pesquisadores publicaram no ano de 2013 uma coletânea de artigos, que contemplaram o tema “Redes Sociais e História”. Nesta coletânea, eles mostraram que o conceito de rede social está diretamente ligado ao fato de que os indivíduos partilham experiências, estabelecem trocas, criam vínculos, buscam reciprocidades e fazem conexões entre si (BOTELHO: 2013. p.7 a 17). José Pereira Arouca estabeleceu importantes redes de sociabilidade, pois ele trabalhou ao lado dos construtores mais importantes da história da arquitetura do período colonial mineiro. Por isso acreditamos que as redes, nas quais ele esteve inserido, auxiliaram-no na ampliação de sua atuação nas Minas Setecentistas.

Foi também objetivo do trabalho apresentar as suas obras. Há nos arquivos mineiros dois importantes levantamentos sobre os trabalhos do José Pereira Arouca. O primeiro é de autoria de Judith Martins, o “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” (1974), e o segundo de Ivo Porto de Menezes (1978). Estas duas obras juntas revelam que José Pereira Arouca realizou 66 trabalhos na Capitania de Minas Gerais. Além destas fontes, investigamos também os contratos de arrematações, as condições e os riscos de suas obras. Essa documentação trouxe à baila as minúcias históricas de cada construção.

Um dos pontos nodais deste estudo centrou-se na compreensão do processo de arrematação de obras públicas e religiosas em Minas Gerais no século XVIII e de que forma cada comitente conduzia o seu concurso. Se José Pereira Arouca estava entre os principais arrematantes de obras religiosas e se ele foi considerado o maior arrematante das obras públicas da cidade de Mariana, logo, ele participou de vários processos de arrematações. Deste modo, o trabalho investiga o funcionamento de cada etapa deste processo, buscando compreender quais as vantagens que José Pereira Arouca possuía, que lhe permitiam vencer grande parte das disputas em hasta pública.

Por fim, foi também objetivo desta pesquisa, revelar a contribuição que José Pereira Arouca deixou para a arquitetura do período colonial mineiro em cada cidade por onde ele passou. Começamos por Mariana, cidade na qual se encontra o seu maior legado. Em seguida, foi estudada a sua trajetória por Ouro Preto, Furquim, Santa Rita Durão, São José da Barra Longa e Antônio Pereira. Cada monumento possui a sua peculiaridade, o seu registro histórico que é marcado por épocas, pessoas e contextos distintos. Sendo assim, é importante resgatar as suas histórias e perpetuar a memória de quem os construiu.

Sobre a pesquisa documental realizada para a elaboração desta tese, salienta-se que, inicialmente a orientação foi dada pelos dois levantamentos sobre a vida e as obras de José Pereira Arouca, já citados anteriormente. Relembrando, aquele que foi elaborado pela pesquisadora Judith Martins (1974) e o outro realizado por Ivo Porto de Menezes (1978). Na sequência, a pesquisa prosseguiu em Portugal, no Arquivo Distrital da cidade de Aveiro, onde se encontra a documentação histórica da antiga Vila de Arouca. No arquivo de Aveiro foram acessadas as certidões de batismo de José Pereira Arouca e de seus irmãos, assim como a certidão de casamento de seus pais, Manuel Pereira Flor e Mezia de Pinho Vieira. Outros documentos referentes a esta família também foram encontrados e colaboraram significativamente com a pesquisa.

No Brasil, a pesquisa desenvolveu-se em diversos arquivos, a começar pelos da cidade de Mariana. Na Casa Setecentista, foi examinada a documentação cartorária, em que se encontram os inventários e os testamentos dos moradores de Mariana no período colonial. Neste estabelecimento, foram consultados os dois testamentos e o inventário de José Pereira Arouca e dos demais construtores que com ele se relacionaram. Ainda em Mariana, foram realizadas pesquisas no Arquivo da Cúria Metropolitana, onde estão guardados os livros de Termos, Receitas e de Despesas das associações religiosas para as quais José Pereira Arouca trabalhou. Por fim, ainda nesta cidade, os códices do Arquivo Histórico da Câmara Municipal que, atualmente, se encontram no ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, foram trabalhados. Neste arquivo, foram examinados os contratos de arrematações, as condições, os laudos técnicos e os diversos editais concernentes às obras públicas que foram arrematadas por José Pereira Arouca a partir da segunda metade do século XVIII.

Ainda na região aurífera, na cidade de Ouro Preto, foram realizadas pesquisas na Casa do Pilar, no arquivo do Museu da Inconfidência e no IFAC – Instituto de Filosofia, Arte e Cultura. Nestes estabelecimentos, foram consultadas importantes revistas que trazem publicações documentais extremamente relevantes para o estudo da arquitetura do período colonial mineiro. São elas os Anuários do Museu da Inconfidência, as Revistas do Iphan, as Revistas Barroco e demais publicações imprescindíveis para a compreensão do período colonial mineiro. Muitos documentos publicados nestas revistas são desconhecidos pela historiografia e o ineditismo destas fontes ajudou a preencher lacunas sobre a história e as obras de José Pereira Arouca.

Em Belo Horizonte foram realizadas pesquisas no Iphan, onde se teve acesso aos inventários das igrejas e a uma série de documentos avulsos que retratam a história de cada uma delas. Nesta instituição, foram manejados ainda alguns riscos das obras de Arouca, riscos que foram reproduzidos ao longo dos processos de restauro ou de tombamento dos monumentos. Para uma melhor adequação destes riscos ao texto, foi contratada a arquiteta Ana Caroline Lage Castilho – CAU 187018-1 - para reproduzi-los. Desta forma, os riscos apresentados nesta tese são reprodução dos projetos que se encontram no Iphan de Belo Horizonte. Ainda nesta cidade, foi consultado o APM – Arquivo Público Mineiro- e diversos arquivos online. Paralelamente ao levantamento documental, foi realizado um inventário fotográfico de todas as obras de José Pereira Arouca.

A intensa pesquisa arquivística revelou documentos inéditos, como os contratos de arrematações, as condições e os riscos das obras de José Pereira Arouca. Estas fontes foram essenciais para que os objetivos desta tese fossem alcançados. Elas revelaram dados importantes sobre os acordos que foram estabelecidos entre arrematante e comitentes, sobre os materiais empregados nas construções e informaram ainda sobre as técnicas construtivas adotadas na época. Por meio destas fontes foi possível compreender como o arrematante deveria proceder ao longo de toda obra. A importância da fonte “condições”, por exemplo, levou o arquiteto André Guilherme Dornelles Dangelo a afirmar que “essa fonte é primordial para se compreender a qualidade da produção da arquitetura setecentista mineira na segunda metade do século XVIII” (2006, p. 331).

O recorte temporal da tese compreende o período de 1753, data do primeiro trabalho realizado por José Pereira Arouca em Minas Gerais até 1800, cinco anos após a sua morte, que ocorreu em 1795. A expansão desse recorte temporal se deveu ao fato de algumas de suas obras terem tido continuidade pelo seu sobrinho e testamentário Francisco Fernandes Arouca.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, é apresentada a história da cidade de Mariana desde seus primórdios até a chegada de José Pereira Arouca. A intenção foi a de revelar quão lento foi o processo de urbanização da antiga vila do Carmo antes da segunda metade do século XVIII. E quão importante foi a atuação do mestre Arouca para o desenvolvimento da cidade após este período. Ainda neste primeiro capítulo foi tratada a sua biografia, pois conforme alerta Paulo Varela Gomes, “ao historiador da arquitetura importa conhecer, primordialmente, sobre a história das formas, mas para isso é preciso conhecer sobre as pessoas ligadas às construções, só assim entenderemos porque as formas são como são” (2001, p.21).

A biografia de José Pereira Arouca foi dividida em dois momentos; primeiramente, discorreu-se sobre o tempo em que ele viveu em Portugal, que corresponde à fase do seu nascimento até a idade juvenil, quando migrou para a América Portuguesa. Nesta fase, abordou-se sua família, seu lugar de nascimento e sua formação profissional. No segundo momento, analisou-se o período que marcou o seu primeiro trabalho na cidade de Mariana, ocorrido em 1753, até a sua morte em 1795. Nesta segunda fase foram reveladas as redes de sociabilidade nas quais Arouca esteve inserido e examinados aspectos da sua vida social e religiosa. Procurou-se contextualizar a sua história de vida com os múltiplos espaços e tempos percorridos por ele. Para isso, tentou-se fazer uma análise que possibilitasse identificar encontros e desencontros em sua vida

e em seu trabalho. Não se teve a intenção de esgotar as possibilidades de investigações sobre a sua vida, procurou-se apenas revelar o artista num contexto que transcendesse as informações biográficas que existem sobre ele até o momento.¹

Na sequência, foi apresentado o elenco das suas obras, optou-se por uma apresentação cronológica, ou seja, que apontasse para o ano das arrematações. Neste mesmo capítulo, examinou-se o debate historiográfico sobre ele, revisitou-se alguns estudos com o intuito de reparar as lacunas deixadas por investigadores que se debruçaram sobre sua trajetória.

O segundo capítulo se propõe a mostrar como funcionava o processo de arrematação de obras públicas e religiosas nas Minas Gerais setecentistas e como José Pereira Arouca se inseria nestes concursos. O trabalho defende a hipótese de que o processo era composto por sete etapas: 1ª reuniões de acordos, 2ª a arrematação, 3ª o ritual da arrematação, 4ª apresentação do fiador, 5ª o auto de arrematação, 6ª os pagamentos, 7ª a louvação ou vistoria. A intenção ao se discorrer sobre cada uma destas etapas foi a de mostrar, detalhadamente, como elas funcionavam, como também revelar que o concurso era altamente excludente e contribuía para que poucos construtores tivessem acesso às maiores e às mais lucrativas construções. Neste sentido, ainda no capítulo dois, mostra-se que José Pereira Arouca não monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana. Salienta-se que ele adotou as mesmas práticas que os demais empreiteiros de sua época para alcançar honra e prestígio na sociedade marianense. No entanto, em todas elas ele atingiu postos mais elevados e, por isso, alcançou maior distinção social. Apresenta-se ainda que ele possuía outras vantagens em relação aos seus concorrentes, uma vez que tinha uma condição financeira privilegiada e uma fábrica capaz de atender a vários comitentes ao mesmo tempo.

A ênfase do terceiro capítulo foi conferida às histórias das igrejas e dos prédios religiosos que José Pereira Arouca construiu ao longo de sua trajetória pelas Minas Gerais setecentista. Como já dito, além de Mariana, seu trabalho pode ser contemplado em Ouro Preto, Santa Rita Durão, São José da Barra Longa, Furquim e Antônio Pereira. Buscou-se revelar a sua participação em cada uma destas localidades, discutindo sobre as relações

¹ Parte da biografia de José Pereira Arouca já foi revelada por investigadores da arquitetura do período colonial mineiro mineira e portuguesa. Entretanto, os dados biográficos apresentados por Ivo Porto de Menezes, Afonso Costa Veiga, Germain Bazin e André Guilherme Dornelles Dangelo foram muito sucintos, talvez porque o mestre-de-obras não representava o objeto central dos seus estudos. Nestas biografias não foram apresentados aspectos importantes da vida do mestre, como a infância vivida em Portugal e as redes de sociabilidade que ele teceu em Minas Gerais.

que ele estabelecia com os seus comitentes e as construções das redes de sociabilidade que seu trabalho possibilitava. Redes estas que, também, contribuíram para que ele arrematasse muitas construções.

Deixou-se para o último capítulo a análise histórica das três principais construções de José Pereira Arouca. A igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis, a Casa de Câmara e Cadeia e a antiga Casa Capitular, estas são consideradas suas principais obras. Estes monumentos são como o seu cartão postal na cidade de Mariana, na medida em que todos foram construídos, do alicerce ao telhado, por sua oficina. Ao serem reveladas suas histórias, são mostradas as mudanças que ocorreram, ao longo da construção, em relação ao projeto original. Acredita-se que ao historiador da arquitetura cabe sensibilizar-se com o todo da obra, pois os edifícios não possuem apenas valores técnicos, econômicos e artísticos. Uma obra arquitetônica não se esgota apenas em seu valor espacial, é preciso compreender as várias histórias que a circundam, assim como o contexto em que ela foi erguida.



Capítulo I
José Pereira Arouca - vida e obra

Pormenor das torres da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Obra projetada por Antônio Francisco Lisboa e louvada por José Pereira Arouca no ano de 1771. Foto da autora

CAPÍTULO 1

1.1 A cidade de Mariana antes de José Pereira Arouca: uma síntese histórica

Foi por volta do ano de 1696 que os bandeirantes paulistas comandados pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça chegaram às Minas, mais especificamente, na região onde hoje se localiza a cidade de Mariana.² Os historiadores atestam que eles avistaram o rio, no qual aportaram, no dia 16 de julho e, de acordo com o calendário católico, nesta data comemora-se o dia Nossa Senhora do Carmo. Por isso eles batizaram este rio de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, assim como o pequeno arraial que se formou em seu entorno. Os bandeirantes ainda ergueram uma cruz de madeira no local e armaram cabanas ao longo da praia, delimitando assim o espaço do recém-formado arraial. Mais tarde a cruz foi substituída por uma rústica capela que recebeu o nome de capela de Nossa Senhora do Carmo e esta pequena igreja tornou-se o elemento polarizador do arraial, pois foi em seu entorno que o mesmo se expandiu.

As terras que margeavam o rio foram divididas entre os bandeirantes e cada descobridor de veio aurífero recebeu do rei uma parte para explorar: as chamadas *datas minerais*. De acordo com os estudos de Cláudia Damasceno da Fonseca (1998), as *datas minerais* eram unidades de medidas menores que as sesmarias. As sesmarias eram utilizadas em outras partes do país e correspondiam a unidades demarcadas por *léguas em quadra*, uma légua equivalia a aproximadamente 6.173m. Já as *datas minerais*, utilizadas nas minas, eram medidas por *braça em quadra* e uma braça equivalia a 2,2m.

Fabiano Gomes da Silva (2007, p.31) e Denise Maria Ribeiro Tedeschi (2011, p.42-43) asseguram que a quantidade de *datas minerais* que o colonizador recebia dependia do número de escravos que ele possuía. Assim, um senhor com mais de doze escravos recebia aproximadamente 30 braças em quadra³ e o senhor com menos cativos, recebia duas braças e meia⁴ por escravo. Os novos proprietários de *datas minerais*

² O povoado do Carmo recebeu três denominações distintas ao longo dos setecentos. Entre os anos de 1696 a 1711, o lugarejo foi denominado “Arraial do Carmo”. De 1711 a 1745, “Vila de Nossa Senhora do Carmo” e somente a partir desta última data, é que se tornou cidade de Mariana.

³ De acordo com estudos realizados por Denise Maria Ribeiro Tedeschi, trinta braças em quadra equivaliam a trinta braças quadradas, o que correspondia a 4.356 m² (30 x 2,2m x 30 x 2,2 m). Ver TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas Urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2011. p. 42-43.

⁴ O equivalente a 30,25 m², por escravo.

juntamente com seus escravos, deram início à formação e ao desenvolvimento do primeiro povoado mineiro, o arraial de Nossa Senhora do Carmo.

O desenvolvimento do lugarejo foi lento e marcado por dificuldades. A agricultura, ainda de subsistência, não atendia à demanda do povoado e recorrentemente faltavam alimentos. Os longos períodos de fome faziam com que os colonizadores migrassem para outras regiões, deixando o arraial praticamente abandonado. A historiadora Claudia Damasceno (1998, p.29) ressalta que o arraial do Carmo foi abandonado por duas vezes, a primeira entre os anos de 1697 a 1698, e a segunda entre 1701 a 1702. Devido aos constantes abandonos, por parte dos colonizadores, o desenvolvimento do arraial ficou comprometido.

Antônio Pereira Machado⁵, um português minerador e provavelmente um homem de posses, foi um dos poucos colonizadores que resistiu aos períodos de fome. Ele, que havia se fixado um pouco mais abaixo da margem do rio, continuou mesmo que timidamente explorando suas terras e “levando” o seu negócio adiante. Nos idos de 1703, quando a fome já não ameaçava a sobrevivência dos moradores e circulava rumores do sucesso de Antônio Pereira Machado com a exploração das Minas, alguns dos antigos moradores retornaram ao povoado, pois viram nas terras do português novas oportunidades de trabalho. Ao regressarem, estes homens fixaram-se próximo à moradia de Antônio Pereira Machado, onde também foi erguida uma segunda igreja, a capela de Nossa Senhora da Conceição. Nos arredores desta igreja formou-se um novo núcleo urbano, o qual foi denominado arraial de Antônio Pereira ou Arraial de Baixo.

Nota-se que tanto o Arraial de Cima (Mata Cavalos), como o Arraial de Baixo (Antônio Pereira) formaram-se em torno de uma igreja e que a partir delas surgiram uma série de novos caminhos. É importante ressaltar que os lugares escolhidos para a ereção de capelas ou templos religiosos não eram eleitos ao bel prazer do colonizador, pois havia uma regulamentação eclesiástica com orientações definidas sobre os espaços destinados à edificação de templos. O Direito Canônico, por exemplo, determinava que as mesmas deveriam ser construídas em lugares altos, longe dos riscos das enchentes, de frente para um largo, onde os fiéis pudessem se reunir para encontros, procissões e cortejos.

Conforme o Direito Canônico, as igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma igreja

⁵ Antônio Pereira Machado foi um dos primeiros bandeirantes a aportar em Minas Gerais, ele foi o fundador do arraial do Bonfim do Mato Dentro e do arraial de Antônio Pereira.

Parochial em nosso arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as Procissões ao redor dellas [...].⁶

Provavelmente a escolha do local para erguer a capela de Nossa Senhora da Conceição foi estratégica pois, como se verá adiante, foi nos arredores desta capela que se estabeleceu o núcleo administrativo e urbano da futura Vila. A expansão que a princípio seguiu as margens do Ribeirão do Carmo, resultando nos núcleos Mata Cavalos, São Gonçalo e no Largo da Quitanda, agora transpunha o rio, seguindo em direção ao leste, abrindo caminhos para os núcleos do Vamos-Vamos e do Mato Dentro, no sentido de Itaverava.

Esta expansão fora, de início, apenas na direção Leste-Oeste, margeando o ribeirão e uma das estradas que atravessava o povoado (a que ligava Vila Rica aos núcleos do Ribeirão Abaixo). Por esse tempo, o povoado já transpunha o ribeirão, se estendendo sobre o morro dos Monsus e ao longo de outro caminho que cortava a aglomeração, e que conduzia, na direção norte, ao arrabalde do Vamos-Vamos e ao Mato Dentro. Brevemente iria se expandir também na direção sul deste caminho, que levava a Itaverava, e que começava ao lado da capela da Conceição, o chamado caminho de fora (DAMASCENO, 1998, p. 33).

Entre os anos de 1708 a 1709 a Capitania de Minas Gerais viveu seu primeiro e grande conflito territorial, travado entre os bandeirantes paulistas que haviam descoberto as minas, e os forasteiros que vieram depois. O conflito que ficou conhecido como “Guerra dos Emboabas” tinha como pano de fundo a disputa pelas minas de ouro recém-descobertas na região. Os paulistas reivindicam o direito de exclusividade na exploração das minas, uma vez que haviam sido eles os descobridores das mesmas, e os forasteiros, representados por pessoas de diversas paragens, tanto da Europa como do Brasil, também reivindicam os mesmos direitos. Adriana Romeiro investigou o conflito e contribuiu com uma análise muito pertinente sobre o tema, mostrando que havia, anterior ao mesmo, todo um imaginário que envolvia os grupos opositores. Imaginário este resultante de experiências históricas diferentes e de idéias e práticas políticas distintas. Sobre os

⁶ Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia, livro IV (ordenadas em 1707) Ver Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia...* (1707). São Paulo: 02 de Dezembro/Antônio Louzada Antunes, 1853. L. 4, XVII: Da edificação e reparação das Igrejas Parochiaes, § 687-689. p. 252-253.

paulistas, por exemplo, Romeiro assegura que pairava o mito do homem bárbaro, herético, sem valores cristãos, vistos como homens livres e avessos às autoridades. De modo muito específico a autora assinala pontos interessantes desta colocação, quando enfatiza que:

[] a Guerra dos Emboabas foi, sobretudo, um conflito entre práticas e concepções políticas de paulistas e forasteiros, os quais, provenientes de experiências históricas diferentes, desembocariam em fins do século XVII no cenário explosivo nas Minas. Mas de que o campo de batalha, os imaginários ofereceram a arena de luta em que ambas as facções digladiaram-se, buscando legitimar suas reivindicações à luz de suas próprias formulações políticas (ROMEIRO, 2008, p.30).

Conflitos à parte, o fato é que a Guerra dos Emboabas levou a Coroa Portuguesa a exercer maior controle político-administrativo sobre as minas, tornando o aparato fiscal mais eficiente e assegurando a ordem na sociedade. Por isso, em 1711, foram criadas, por parte do então representante da Coroa nas Minas, o Coronel Antônio de Albuquerque, as três primeiras vilas mineiras: Vila de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará.

Assim em 1711 foram criadas as três primeiras municipalidades mineiras, Vila de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica (ambas situadas na comarca de Ouro Preto) e a Vila Real de Sabará (na comarca do Rio das Velhas) (DAMASCENO, 2011, p.145).

A implantação das vilas foi uma estratégia adotada pela Coroa para manter a ordem e controlar os locais considerados importantes para seu projeto de exploração, locais onde o ouro, em abundância, atraía pessoas e, conseqüentemente, gerava conflitos. Elevado à condição de vila, o antigo arraial do Carmo precisou passar por um processo de reestruturação, pois o estado em que se encontrava não condizia com seu novo *status*. Nessa medida, tornou-se necessária a preparação das primeiras reuniões administrativas. Ao que tudo indica, os encontros iniciais ocorreram na casa do capitão Pedro Frazão de Brito (EUGÊNIO, 2010, p.19). Provavelmente, este homem estava incluso entre os homens “bons da terra”, ou seja, entre os mais ricos, os brancos e os reinóis.

A pauta destas primeiras reuniões girou em torno da necessidade de determinar o termo da Vila de Nossa Senhora do Carmo, ou seja, a área geográfica do novo município, delimitar o rossião, instalar a Casa de Câmara e Cadeia, escolher o lugar do pelourinho e ainda decidir qual igreja tornar-se-ia a matriz. Os estudos sobre os primórdios da história

da Vila de Nossa Senhora do Carmo mostram que as terras destinadas ao rossio pertenceram, no passado, ao português Antônio Pereira Machado, porém ele as doou para os reinóis em troca de privilégios camarários. Essas terras foram reservadas para plantações, pastagens e para atender às necessidades futuras de expansão da vila.

Além das medidas administrativas citadas, os primeiros encontros ainda tiveram a finalidade de promover a eleição daqueles que tomariam posse nos cargos administrativos mais relevantes da Câmara: como o de juiz, capitão-mor, procurador e vereadores. Os nomes dos camarários que ocuparam os primeiros postos administrativos na Casa de Câmara e Cadeia da Vila do Carmo foram revelados no dia 04 de julho de 1711 e no dia seguinte os cargos foram ocupados.

No dia 04 de abril de 1711 os principais homens da localidade se reuniram para fazer a convocação para a eleição da nova Câmara de Vila de Nossa Senhora do Carmo. No dia 04 de julho ocorreu a eleição e no dia seguinte os eleitos tomaram posse. Foram eleitos dois juízes, chamados ordinários, que se revezariam na presidência da Câmara: o capitão-mor Pedro Frazao de Brito para juiz mais velho, José Rebelo Perdigão para juiz mais moço. [] Também elegeram três vereadores e um procurador: Manoel Ferreira de Sá, para vereador mais velho, Francisco Pinto Almeida, para segundo vereador, Jacinto Barbosa Lopes, para terceiro Vereador e Torquato Teixeira de Carvalho, para procurador (PIRES et al, 2012, p.30).

O *Domus Municipalis*, (ou a sede da administração e da justiça na colônia) foi criada nos moldes do Concelho de Bragança,⁷ pois a Coroa transplantou para o Brasil um programa semelhante ao que era usado em Portugal. Nas palavras de Daniele Eugênio, “As câmaras municipais significavam para a Coroa portuguesa o esforço de estender ao império marítimo as instituições metropolitanas” (2010, p.21). Cabia à Câmara funções administrativas e judiciárias como: acordar sobre os editais, formular leis municipais, nomear os novos cargos, escolher os religiosos que rezariam as missas nas festividades promovidas pela câmara, garantir a distribuição de alimentos, conceder licença para construção de casas e abertura de novos negócios, cuidar do embelezamento da vila e

⁷ Benedito Tadeu de Oliveira e Fernanda Trindade de Carvalho asseguram que a história da organização municipal brasileira descende do *Domus Municipalis* de Bragança. Para estes autores houve, por parte da Coroa Portuguesa, um esforço muito grande em transplantar para o Brasil o modelo administrativo, judiciário e legislativo que o *Domus* de Bragança conservava. Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: a recuperação de um patrimônio nacional. CARVALHO; Fernanda Trindade & OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. A história do edifício e sua inserção na cidade. In: Casa de Câmara e Cadeia de Maraiana: a recuperação de um patrimônio nacional. CASTRIOTA, Leonardo Basci (Org.). Belo Horizonte: IEDS, 2012. p. 81.

ainda decretar a prisão de todos aqueles que infringissem as leis coloniais. Assim, a Câmara devia

[garantir] o bem comum dos habitantes da vila, como por exemplo, o abastecimento regular de alimentos, conceder licenças para construções de casas e aberturas de negócios, determinar os impostos, gerir o espaço público e fiscalizar os oficiais da municipalidade, garantir os serviços de utilização pública e de embelezamento da urbe através da construção de chafarizes, pontes e calçamentos (EUGÊNIO, 2010, p.22).

No entanto, é preciso ressaltar que a Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Nossa Senhora do Carmo não possuiu (a princípio) sede própria. O prédio que abrigaria o maior símbolo do poder e da justiça da Coroa nas Minas só veio a ser construído no ano de 1782. O risco foi elaborado em 1762 por José Pereira dos Santos (MARTINS, 1974, p.206) e a obra executada em 1782 por José Pereira Arouca (VASCONCELLOS, 1947). Anterior a esta data, a Câmara funcionou em instalações provisórias e conforme assegurou Salomão de Vasconcellos (1947), “algumas inclusive inapropriadas para o ofício das vereações”.

Ainda em relação à estruturação da nova Vila de Nossa Senhora do Carmo, era preciso escolher uma igreja para se torna matriz. A história sinaliza que a capela escolhida foi a de Nossa Senhora da Conceição, a que fora erguida nas terras do português Antônio Pereira Machado. Esta igreja, segundo os estudiosos do assunto, foi escolhida porque sua localização era condizente com as exigências da Coroa. Ademais, ela possuía um espaço interno que poderia ser reaproveitado durante as obras de ampliação, sendo a intenção transformar o que já existia na sacristia e começar a partir destes novos acréscimos.

Em 1714 iniciou-se uma primeira etapa das reformas, e a responsabilidade das obras recaiu sob o pedreiro e vereador da Câmara, Jacinto Barbosa Lopes. Os historiadores asseguram que toda a comunidade se envolveu na construção da igreja, unindo esforços para arrecadar verbas e recursos necessários para a obra. Esta etapa das obras durou de 1714 a 1718, porém, segundo Salomão de Vasconcellos (1947), após a conclusão das mesmas a igreja ainda se distanciava muito da arquitetura atual. Nas palavras do autor, “O que se conclui, entretanto, por essa época, não foi o edifício tão completo, como se vê hoje”. Entre os anos de 1718 e 1745, a matriz de Nossa Senhora da Conceição passou por sucessivas modificações. Adalgisa Arantes Campos salienta que neste período ocorreram várias alterações no projeto, que resultaram na divisão da igreja em três naves com um suposto transepto, formando um alargamento e a duplicação em

altura das primeiras arcadas, junto ao arco cruzeiro. Esta autora ainda revela que, neste período, foram concluídas as obras das torres e do frontispício pelo pedreiro Antônio Coelho da Fonseca.

Em 1734 outras obras de reedificação são arrematadas pelo pedreiro Antônio Coelho da Fonseca. Neste período foi incluída no projeto a divisão em três naves e um pseudo transepto, formando um alargamento e duplicação em altura das primeiras arcadas, junto ao arco cruzeiro. Deste período também é a conclusão da fachada e das torres (CAMPOS, 2015, p.35).

Percebe-se que nem todas as medidas, tomadas pela elite colonial marianense e pelos moradores do antigo Arraial do Carmo, para deixá-lo com um aspecto mais condizente ao de uma vila colonial, se concretizaram de imediato. A Casa de Câmara e Cadeia levou anos para adquirir sede própria, e a igreja matriz ficou por muito tempo sofrendo acréscimos e reformas. Há indícios de que somente em 1730, ou seja, dezenove anos após o arraial ter-se tornado vila, é que se notou uma melhor ordenação do espaço e, ainda assim, esta ficou restrita ao largo da matriz e aos seus arredores. Bem próximo à igreja matriz foram instalados alguns símbolos da administração colonial tais como: a Casa da Intendência, a Casa dos Juizes de Fora, o Palácio de Assumar, a Casa da Fundição e o Quartel dos Dragões (DAMASCENO, 1998, p.36). Estas instalações trouxeram novos ares para este pequeno núcleo urbano, porém, como já foi mencionado o melhoramento da malha urbana ficou restrito à área central, as demais ruas continuaram apresentando aspectos irregulares.⁸ Desta forma, mudanças mais significativas que alterariam a malha urbana e proporcionariam um ordenamento mais amplo para a vila de Nossa Senhora do Carmo demorariam um pouco mais para acontecer.

[...] O povoado mantinha o tipo de vida modorrento e a feição acanhada que caracterizava em seus primórdios; continuava a predominar a disposição irregular de suas casas, o correr de ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente (DAMASCENO, 1998, p.36).

O mapa abaixo é uma síntese do Arraial de Nossa Senhora do Carmo de 1702 a 1711. Nele estão representados o Arraial de Cima (Mata- Cavalos), o Arraial de Baixo (Antônio Pereira), os novos núcleos de São Gonçalo e Monsus e outros elementos.

⁸ Noções contraditórias acerca das “irregularidades” das vilas e cidades coloniais consultar: BASTOS, Rodrigo Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, UFMG, 2003.

ARRAIAL DE RIBEIRÃO DO CARMO (1702 - 1711)

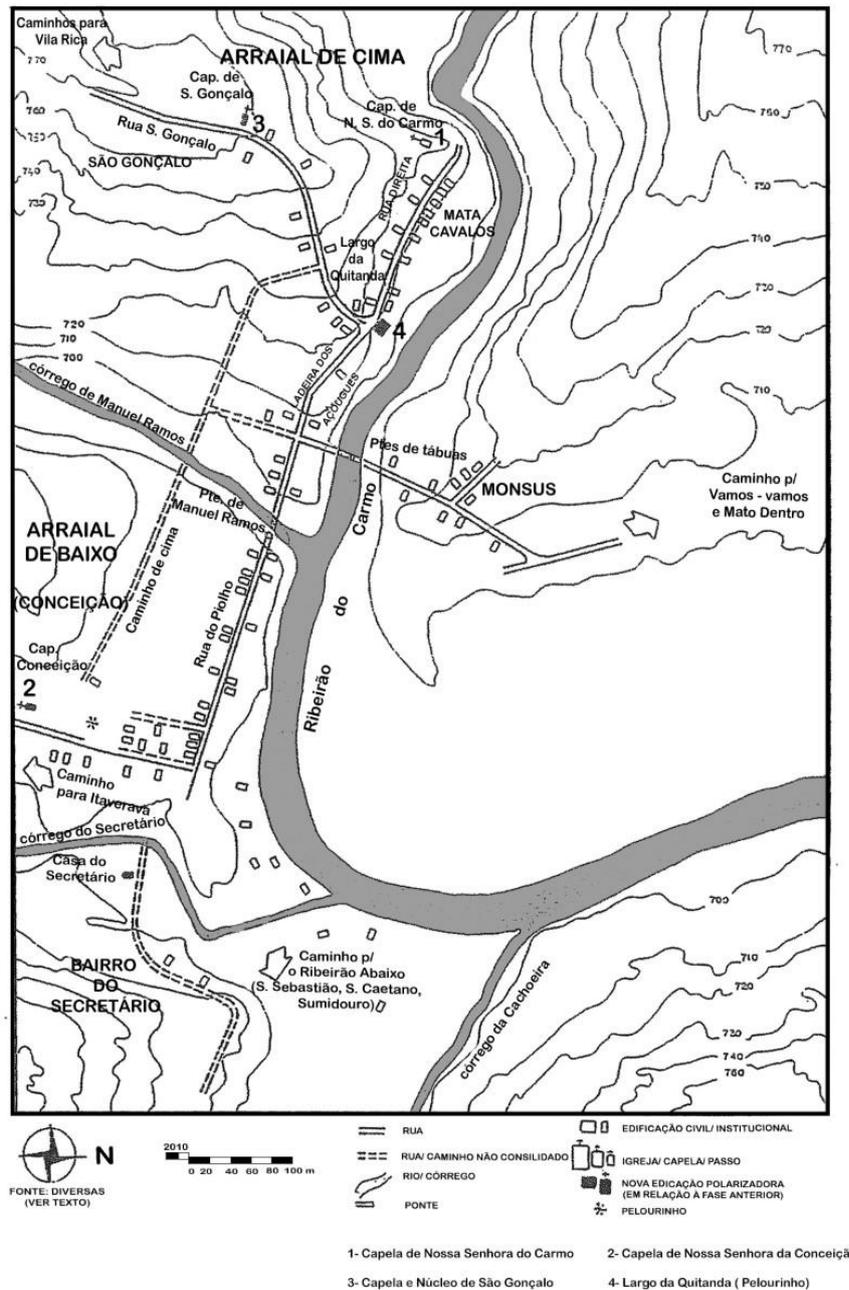


Figura 01- Mapa do Arraial de Nossa Senhora do Carmo (1702 a 1711).
Termo de Mariana Vol.1.

Em 1737, uma catástrofe ambiental assolou o povoado. As águas do Ribeirão do Carmo que, desde sempre, ameaçavam inundar a vila, destruíram a barreira de contenção tomando parte da vila e deixando muitos moradores em dificuldades. A Rua Direita, que dava acesso ao largo da matriz, foi tomada pelas águas causando muitos prejuízos, principalmente para os comerciantes locais.

No ano de mil setecentos e trinta e sete experimentaram os moradores da principal Rua dessa vila com a inundação do Rio, chamado Ribeirão do Carmo, ocasionando da ruína de um cerco, que a defendia dessas enchentes fazendo se lhe despenderem doze mil cruzados para o seu reparo, ameaçando novamente mesma ruína com maior dificuldade para se poder evitar, pois se achava o Rio mais [altiado] do que a mesma Vila.⁹

A tragédia tornou-se uma tormenta para os moradores, pois desde este primeiro acontecimento o rio recorrentemente passou a transbordar e invadir as ruas, as casas e o comércio. Buscavam-se soluções por todos os lados e, nesta busca, envolviam-se todos, tanto aqueles que haviam sofrido os maiores danos, como todo o corpo de oficiais da Câmara. Os agentes camarários buscaram deter as águas construindo novas barreiras de contenção, porém, nem sempre as alternativas eram bem sucedidas, pois o rio, que era abastecido por outros afluentes, com frequência transpunha seus limites. Desde essa primeira e grande tragédia, o assunto das enchentes do Ribeirão do Carmo passou a fazer parte da pauta dos vereadores da Câmara e calcula-se que entre os anos de 1738 a 1742 foram gastos em média 6:190\$000 em obras públicas voltadas para consertos referentes aos danos causados pelas enchentes. Assim pode-se ver:

Nos contratos de obras da Câmara, entre os períodos de 1738 a 1742, a quantia de 6:190\$000 foi investida na constru o e reparos de cercos, este número foi, com toda certeza superior se considerarmos os prejuízos nos calçamentos, pontes, prédios públicos e também nas casas de particulares (TEDESCHI, 2011, p.46-47).

Os insucessos com as medidas de contenção da água levaram os administradores da colônia a uma decisão difícil, porém necessária, isto é, retirar os moradores das proximidades do rio e levá-los para um lugar seguro. “A partir da constatação de que se tornava muito difícil alguma obra que fosse perdurável, “[...] a solução que se impunha mais viável era a transferência dos moradores” (VELOSO, 2013, p.151). Em 1740 foi feita a primeira solicitação ao rei por novas terras para a reconstru o da vila. A  rea solicitada foi a do antigo Quartel dos Dragões que havia sido transferido para Vila Rica. Tércio Veloso atesta que estas terras foram a razão de um litígio que se estabeleceu entre o Senado da Câmara e a Real Fazenda, que até então as administrava, sendo o direito aos aforamentos a razão maior dos desentendimentos. Portanto:

⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU Brasil/MG. Cx. 40. Doc. 1). Apud: TEDESCHI, D. * guas urbanas: formas de apropriação das  guas em Mariana (1745-1798)*. Dissertação de mestrado. Campinas, 2011, p.46.

A Câmara de Mariana, então, solicitava junto ao rei o direito de ocupar os ditos pastos, que haviam sido cedidos pela própria Câmara para a utilização da tropa dos dragões. Estas terras se tornaram a razão de extenso litígio que opôs a Câmara de Mariana e a Provedoria da Real Fazenda acerca da ocupação e dos direitos sobre os aforamentos. Na população respingava a incerteza sobre a quem e quanto pagar sobre os aforamentos (VELOSO, 2013, p.150).

O impasse teve fim em 19 de março de 1745, quando Dom João V enviou um parecer em favor da Câmara, concedendo a esta sede administrativa da Coroa nas Minas plenos direitos sobre as terras do antigo Quartel dos Dragões. O rei ordenou ainda que a Câmara planejasse a reestruturação da vila com ruas amplas e ordenadas, com uma praça central construída em lugar espaçoso, com prédios públicos e casas alinhadas com quintais voltados para os fundos.

Os oficiais da Câmara deveriam então providenciar a fatura e a demarcação dos arruamentos que se abriram nos pastos, separando espaço para uma praça espaçosa. A retidão das ruas deveria ter preferência. [] o rei determinava também as formas das construções que ali se deveriam erguer sendo “todos os edifícios se hão de fazer a face da rua cordeadas as paredes em linha reta, e havendo comodidade para quintões e casas. Devem estes ficar para a parte de traz delas e não para a parte da rua em que as casas tivessem suas entradas” (VELOSO, 2013, p.159).

O ano de 1745 foi um marco na história de Mariana, primeiro por que com o fim do conflito entre o Senado da Câmara e a Real Fazenda, os moradores tiveram, pela primeira vez, uma real oportunidade de se verem livres das enchentes do Ribeirão do Carmo. Segundo, porque neste mesmo ano o Papa Bento XIV determinou que o bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro fosse desmembrado em duas partes, uma primeira para dar origem ao bispado de São Paulo e uma segunda a um bispado em Minas Gerais. Vila Rica, Vila de São João Del Rey e a Vila de Nossa Senhora do Carmo entraram na disputa para sediar o primeiro bispado mineiro, porém a última foi a escolhida e neste mesmo ano foi elevada à condição de cidade, passando a se chamar cidade de Mariana.¹⁰ “A criação dessa diocese marca novo momento na geopolítica de colonização do sertão mineiro. Com sua instalação modificam-se as relações entre as diversas esferas do poder” (ROCHA, 2015, p.10). Com esta medida a igreja de Nossa Senhora da Conceição foi elevada a catedral, passando a se chamar Catedral de Nossa Senhora da Assumpção.

¹⁰ O nome da cidade de Mariana foi dado em homenagem a rainha dona Maria Anna d'Áustria, esposa de Dom João V.

Os motivos que levaram o rei a escolher a vila de Nossa Senhora do Carmo para sediar o bispado e tornar-se cidade foram estudados por Dom Geraldo Lyrio Rocha e apresentados no artigo “Mariana Primaz de Minas” (2015). Neste texto o autor analisa o “Áureo Trono Episcopal” um documento elaborado por ocasião da entrada do primeiro bispo na cidade de Mariana, Dom frei Manoel da Cruz. De acordo com esta importante fonte historiográfica teve o rei três razões para escolher a vila. A primeira, de ordem cronológica; a segunda, de ordem política e, a terceira, de caráter geográfico.

A primeira é de natureza cronológica, pois a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo é a mais antiga povoação da região mineradora e aqui foi erguida a primeira capela. A segunda razão é de ordem política, talvez a mais determinante, pois evoca a sedição da Vila Rica, em 1720, contra o Conde de Assumar, governador da Capitania de Minas Gerais. Os Moradores de Ribeirão do Carmo ofereceram apoio ao governador. A fidelidade para com a Coroa Portuguesa pode ter sido recompensada com o Trono Episcopal. A terceira razão é de ordem geográfica, pois a vila de Ribeirão do Carmo fica no meio, no coração do território da nova diocese (ROCHA, 2015, p.09-10)

A elevação da Vila do Carmo em cidade, com nome de Mariana, trouxe uma série de novas implicações, pois a urbe deveria ostentar uma imagem condizente com a ordem social que Dom frei Manoel da Cruz, o novo bispo, desejava implantar. A começar pela igreja matriz, que foi novamente ampliada, pois precisava se apresentar com o *status* de catedral. Além disso, a distância entre a cidade real e aquela que deveria existir era muito grande e foi preciso repensar toda a malha urbana da nova Mariana. O momento era propício, pois o rei já havia consentido liberar as terras onde antes estava o Quartel dos Dragões para a reestruturação da vila. O cenário caminhava para a construção de uma cidade planejada, ordenada e projetada para se tornar o mais importante centro religioso de Minas Gerais. Denise Tedeschi atesta que a liberação das terras do Quartel dos Dragões antes mesmo da elevação da vila em cidade, é um indício de que o rei já possuía a intenção de transformar a vila do Carmo na cidade de Mariana.

Aventamos a hipótese de que a própria disposição do governo local em construir no terreno da Fazenda Real, com suas rendas, os novos prédios da Casa de Câmara e Cadeia e aforamentos tenha interferido favoravelmente na escolha do Rei para a sede episcopal da Capitania em 1745 (TEDESCHI, 2011.p.48).

A primeira iniciativa da Coroa Portuguesa foi solicitar a delineação de um plano urbanístico para Mariana. Este plano foi atribuído ao engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim.¹¹ Este engenheiro contribuiu de modo expressivo com a história da arquitetura e da urbanização do Brasil colônia, pois participou da construção de vários monumentos espalhados pela América Portuguesa. Entre suas obras no Rio de Janeiro constam a edificação do Convento de Santa Teresa, do Convento da Ajuda, a Casa dos Governadores, o claustro do Monsteiro de São Bento e outras edificações. Em Minas Gerais, além da planta dacidade de Mariana, José Fernandes Pinto Alpoim também projetou o Palácio dos Governadores de Ouro Preto.

O esquema que se segue é uma representação das intervenções que José Fernandes Pinto Alpoim exerceu sobre a área central de Mariana.

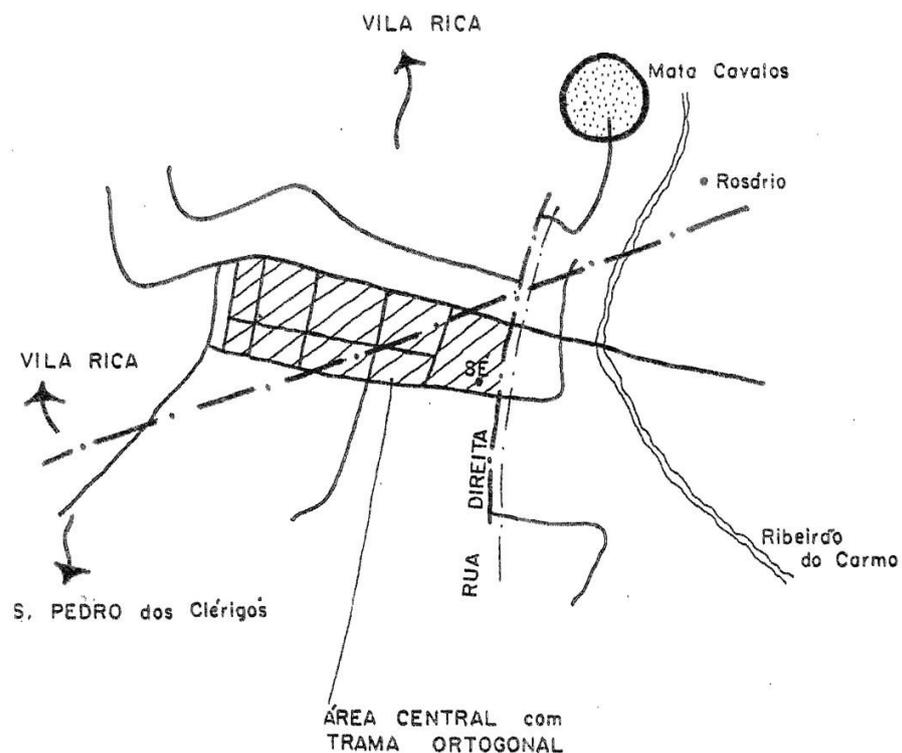


Figura 02- Mariana – Esquema de evolução urbana/ Fonte: MELLO,1985, p.84.

¹¹ Sobre as atuações de José Fernandes Pinto Alpoim na América Portuguesa, consultar: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnios: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

O projeto urbanístico consistia em um traçado regular de trama ortogonal que se articulava com os logradouros próximos. Este projeto era viável para a Mariana setecentista, pois, diferentemente das outras vilas e cidades coloniais, Mariana se apresentava pouco acidentada e um traçado reto, clássico, pensado ao gosto português, lhe caía bem.

Corroborando com o anseio de modificar e embelezar a cidade, seja por meio de nova ordenação do espaço ou por meio de reformas ou de construção de novos prédios e novas igrejas, o Senado da Câmara juntamente com as irmandades iniciaram, a partir da segunda metade do século XVIII, uma série de edificações. É deste período, por exemplo, a construção dos monumentos que compõem a atual Praça Minas Gerais de Mariana, sendo eles a igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (1762), a igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1784) e a Casa de Câmara e Cadeia (1782). A Câmara, conforme mencionada anteriormente, foi instalada em 1711, ao tempo em que o antigo arraial do Carmo se tornou Vila. Porém, por longos anos, ela ocupou prédios provisórios, tendo sido construída definitivamente somente após a segunda metade do século XVIII.

Paulo Thedim Barreto (1947) assegura que a Coroa havia desenvolvido um programa arquitetônico específico para as Casas de Câmara e Cadeia da colônia. Consoante a este programa os prédios destinados à sede do poder e da justiça portuguesa deveriam conter dois pavimentos: no térreo a cadeia, destinada àqueles que desrespeitassem as leis metropolitanas e, no andar superior, as salas de reuniões, o corpo da guarda e uma capela. A fachada deveria ser composta por torre sineira, escadaria que pudesse servir também de palanque e portal principal com um brasão destacando o símbolo do poder e da justiça na colônia. O projeto da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi executado pelo português José Pereira dos Santos e é considerado por Thedim como um projeto condizente com uma rica Casa de Câmara e Cadeia. Para o autor as “composições arquitetônicas maciças, reveladas na planta, expressam, com muita clareza, um programa condizente com uma rica Casa de Câmara e Cadeia” (BARRETO, 1967, p.223).

Contribuindo com este momento de transformações, a partir da segunda metade do século XVIII, Minas Gerais recebeu um fluxo migratório muito significativo. A maioria dos imigrantes era de homens portugueses que saíram do norte de Portugal e vieram para a colônia em busca de melhores condições de vida. Muitos artífices, das

regiões do Minho e do Douro, aportaram em Mariana onde trabalharam como pintores, escultores e mestre-de-riscos. Nunca houve na história da cidade, até este período, tamanha efervescência cultural e artística. Estes homens habilidosos apropriaram-se dos elementos decorativos do Barroco e do Rococó para produzirem uma arte impactante, perceptível nas pinturas de teto, nos retábulos, nas esculturas e na arquitetura das igrejas marianenses. Muitos deles apropriaram-se das gravuras e dos tratados de pintura e de arquitetura que circulavam pela cidade para buscar inspiração para seus trabalhos.

Foi justamente neste período de efervescência cultural e artística que desembarcou na cidade de Mariana o português José Pereira Arouca. A princípio, ele mostrou-se como um simples fiador de um importante arrematante de obras da região: José Pereira dos Santos. Porém, com o passar dos anos, ele transformou-se no construtor mais requisitado da cidade, tanto pelo Senado da Câmara como pelas irmandades. Estes comitentes tornaram-se seus aliados no processo de construção de igrejas e de prédios públicos por toda a cidade de Mariana.

Havia ocasiões em que José Pereira Arouca arrematava as obras por completo, ou seja, construindo-as do alicerce ao telhado, mas havia outras em que ele arrematava apenas partes das obras. Por exemplo reformas de capelas-mores, ajustamento de torres, correção de telhados ou alinhamento de frontispícios. Ele ainda atuou com bastante assiduidade na construção de pontes, muros, calçadas e chafarizes. Há em seu testamento informações que comprovam que Arouca também construiu casas particulares e sepulturas para os moradores da cidade. Os monumentos acima citados, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e a Casa de Câmara e Cadeia foram executados por ele. É de sua autoria também a igreja do Seminário de Mariana, o Palácio dos Bispos e a Casa Capitular, dentre muitas outras edificações. Para a construção de todos esses edifícios foi levado em conta a estética e a formosura, pois os prédios deveriam oferecer simetria, alinhamento e regularidade. Estes conceitos foram importantes para a nova sociedade marianense que almejava uma cidade limpa e ordenada.

Muito mais que um simples empreiteiro José Pereira Arouca foi um mestre, pois uma das suas habilidades consistia em repassar para os seus aprendizes parte dos seus conhecimentos. Arouca, juntamente com sua oficina, foi o responsável por sessenta e seis trabalhos realizados entre Mariana e regiões próximas. As principais intervenções urbanísticas e arquitetônicas que ocorreram na cidade a partir da segunda centúria do

século XVIII tiveram a participação dele. A análise de sua vida e de suas obras compreende o objeto central deste estudo.

1.2 Dados biográficos

José Pereira -Arouca-¹² nasceu em Portugal e foi batizado no dia vinte e seis de fevereiro de 1731 no lugar denominado Freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, Bispoado de Lamego, região do Douro, conforme aponta o documento pertencente ao Arquivo Distrital da Cidade de Aveiro em Portugal.

Aos vinte e seis dias do mez de fevereiro de mil sete centos e trinta e um annos. Baptizei aos meus Santos oleos a Jose Pereira. (É) filho legitimo de Manoel Pereira e de sua molher Mezia de Pinho, moradores junto da capella do Spirito Sancto desta vila, neto pela parte paterna de Antônio Pereira e sua molher Maria Fernandes moradores no lugar das vendas de Grijô, freguesia de Serzeredo, e pela parte materna de Manoel de Pinho Vieira e Maria da Silveira, solteira do lugar de Figueiredo, Freguesia do Serzeredo (...) ¹³. O Cura Manoel Barboza Leitão.

A data de sua certidão de batismo foi contestada pelo historiador português Afonso Costa Veiga em seu livro *José Pereira Arouca: mestre, pedreiro e carpinteiro* (1999). Para este autor pode ter havido um erro no registro, pois em 1791 Arouca teria prestado um depoimento afirmando ter nascido por volta de 1733.

José Pereira Arouca não saberia, exatamente, o ano em que nascera, dado que existe um depoimento feito por ele datado de 21 de outubro de 1791 em que é referida a sua idade, nesta data, como sendo de sincoenta e oito annos pouco mais ou menos, o que nos poderia levar a concluir ter nascido por volta de 1733. O registro de batismo demonstra o erro (VEIGA, 1999, p.22).

É provável que tenha havido erro na certidão de batismo, porém dadas as referidas dificuldades documentais é pouco provável que ele tenha nascido no ano de 1733, pois há registro de que um dos seus irmãos, Miguel Pereira, nasceu neste ano e não

¹² O sobrenome Arouca foi incorporado ao nome de José Pereira quando ele chegou nas Minas. Sendo assim, o designativo Arouca não é propriamente um sobrenome, mas indica o lugar de procedência de sua família.

¹³ A.D.A – Registros paroquiais de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismos, Livro nº 6 (1721-1737), fls. 117v.

encontramos vestígios de que ele tivesse irmão gêmeo. Seu pai chamava-se Manuel Pereira Flor e era natural de Vendas de Grijó, e sua mãe Mezia de Pinho Vieyra e era oriunda de Vila de Serzeredo, ambas as localidades situadas no norte de Portugal, sendo a primeira próxima à Vila Nova de Gaia e a segunda próxima à Serra da Estrela.

A história da infância e da educação de José Pereira Arouca está diretamente ligada ao ofício de seu pai, Manoel Pereira Flor, pois como se verá adiante, Arouca, quando criança, acompanhava seu pai em seu ofício. A literatura portuguesa, por meio dos autores Manuel Moreira da Rocha e Afonso Costa Veiga, afirma que Manuel Pereira Flor foi um mestre-de-obras¹⁴ dos ofícios de pedreiro e de carpinteiro que trabalhou nas reformas do Mosteiro de São Pedro, uma instituição religiosa localizada na Vila de Arouca. Para estes autores, em meados do século XVIII, este mosteiro passou por sucessivas reformas, talvez as mais significativas desde a sua fundação, pois foram elas que deram à instituição o aspecto arquitetônico atual. Na obra “A memória de um Mosteiro de Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX) – Das Construções e das Reconstruções,” Manuel Moreira (2011, p. 378) lista os nomes de todos os arquitetos e mestres-de-obras que trabalharam nas reformas desta instituição, iniciadas a partir do ano 1703, e ressalta que, nesta oportunidade, Manuel Pereira Flor atuou neste edifício como pedreiro, carpinteiro e mestre-de-obras.

O historiador Afonso Costa Veiga ao questionar o fato de Manuel Pereira Flor e Mezia de Pinho Vieyra terem se casado em Vila de Arouca, em uma época em que casamentos entre cônjuges de localidades distintas era raro, devido à difícil circulação das pessoas, aventou que o motivo pode ter sido as oportunidades de trabalho que Manoel Pereira Flor teve com as reformas do mosteiro.

[...] casar em Arouca, quando nesta época a exogamia, dada a grande dificuldade de circulação, era uma exceção. Não teria Manuel Pereira vindo trabalhar nas obras de construção da igreja e do coro de Arouca, iniciadas em 1704 e só inauguradas em 1718, talvez como artífice?” (VEIGA, 1999, p.24).

¹⁴ Além dos autores Manoel Moreira da Rocha e Afonso Costa Veiga terem afirmado que Manoel Pereira Flor foi um oficial mecânico nos ofícios de pedreiro e de carpinteiro, foi encontrado no arquivo Distrital da cidade de Aveiro em Portugal, junto às certidões de batismos dos membros desta família, documentos que comprovam que Manoel Pereira Flor trabalhava nestes ofícios. A.D.A – Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Vila de Arouca. Livro de Batismo, nº 9 (1760-1771), fls. 105v e 106.

Os documentos comprovam que Manoel Pereira Flor e Mezia de Pinho Vieyra, depois de casados, passaram a viver na Vila de Arouca e nesta localidade constituíram a família. O cruzamento das informações contidas nas certidões de batismos, casamento e óbitos deste casal revelou que eles tiveram cinco filhos,¹⁵ sendo José Pereira Arouca o quarto entre eles:

Quadro 01- Apresentação da família de José Pereira Arouca

<i>Manuel Pereira Flor/ Mezia de Pinho Vieyra</i>
Feliciano Pereira – nascida em 1723
Maria Pereira – nascida em 1725
Manuel Pereira – nascido em 1728
José Pereira – nascido em 1731 (ou 1733)
Miguel Pereira – nascido em 1733

Fonte: Arquivo Distrital da Cidade de Aveiro/Portugal. Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Vila de Arouca. Livro de Batismos (1721-1737).

Os documentos citados apontaram ainda que dois dos filhos homens, tornaram-se artífices, assim como o pai. Manuel Pereira -o filho- tornou-se pintor,¹⁶ não se sabe se ele foi pintor de paredes ou se fazia pinturas de policromia, uma vez que o termo podia designar ambas as funções; e José Pereira Arouca se tornou mestre-de-obras, pedreiro e carpinteiro como o pai. Não foram encontradas informações sobre Miguel Pereira, porém, sobre as filhas - Feliciano Pereira e Maria Pereira – os documentos revelaram que elas se casaram e continuaram vivendo na Vila de Arouca.

A historiografia portuguesa fomenta a hipótese de que José Pereira Arouca adquiriu conhecimentos dos ofícios de pedreiro e de carpinteiro ao lado do pai, acompanhando-o em seu trabalho. A base deste argumento encontra-se no fato de que era

¹⁵ A.D.A - Feliciano Pereira - Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismo, nº6 (1721-1737), fls. 33v. Maria Pereira - - Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismo, nº 6 (1721-1737), fls. 53.

Manuel Pereira – Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismo, nº6 (1721-1737), fls. 87. José Pereira – Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismo, nº 6 (1721-1737), fls.117v. Miguel Pereira – Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismo, nº 6 (1721-1737) fls.148.

¹⁶ A.D.A – Registros Paroquiais da freguesia de São Bartolomeu de Arouca. Livro de Baptismo, nº 9 (1760-1771), fls. 105v e 106.

costume da época os pais repassarem para os filhos seus conhecimentos profissionais. E ao voltarem-se para a história do Mosteiro de São Pedro em Vila de Arouca, os historiadores portugueses constataram que os trabalhadores que atuaram nas reformas que esta instituição sofreu ao longo do século XVIII mantiveram este costume, ou seja, conduziram seus filhos para os canteiros das obras e os mantiveram na condição de ajudantes ou de aprendizes.

[...] o mosteiro dispunha de mão-de-obra de alguns profissionais que faziam carreira a prestar serviço em exclusivo para a instituição, situação que se transmitia de pais para filhos, ou seja, estes começavam a trabalhar ao lado do pai como aprendizes ou ajudantes e aí permaneciam ao longo de toda a vida. (ROCHA, 2011, p. 376).

Pode-se dizer ainda que existiu nesta mesma instituição religiosa, em meados do século XVIII, uma escola de pedreiros e de entalhadores, e para o historiador Afonso Costa Veiga é provável que José Pereira Arouca tenha estudado nesta escola.

Não excluimos a hipótese de José Pereira Arouca, desde muito jovem, talvez ainda criança ou adolescente, ter feito a sua primeira aprendizagem na escola de pedreiros e entalhadores do Mosteiro de Arouca (1999, p.24).

Alguns investigadores ainda aventam a hipótese que José Pereira Arouca possa ter sofrido influências dos arquitetos que atuaram no norte de Portugal na primeira centúria do século XVIII. Neste período, esta região foi tomada pelas obras de Nicolau Nassoni,¹⁷ um pintor – decorador toscano que veio de Malta para o Porto em 1724. Segundo Robert Smith, Nassoni partiu para Portugal atraído pelo sucesso que seu conterrâneo Bacharelli havia conquistado na Corte Portuguesa. Mas além de Nicolau Nassoni acredita-se que outros arquitetos como Carlos Gimac,¹⁸ André Soares¹⁹ e Gaspar

¹⁷ Nicolau Nassoni- arquiteto italiano que trabalhou no norte de Portugal, mais precisamente na região do Porto, sendo sua chegada por volta de 1724. Dentre os lugares que ele trabalhou destacam-se a Catedral Sé, a Igreja de São Pedro dos Clérigos e o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, além de ter projetado solares e casas de campo por todo o norte de Portugal. Sobre este arquiteto consultar: SMITH, Robert C. *Nicolau Nassoni, arquiteto do Porto*. Lisboa: Livros Horizontes, 1967.

¹⁸ Carlos Gimac - Era de Malta e chegou em Portugal no final do Século XVII, a princípio trabalhou em Lisboa, onde se destacou na realização de obras efêmeras. Mais tarde seu trabalho ganhou notoriedade na região do Porto, principalmente por se tornar o arquiteto responsável pelas reformas do Mosteiro de São Pedro em Vila de Arouca. Sobre este arquiteto consultar: ROCHA, Manuel Moreira da. *A memória de um mosteiro*. Santa Maria de Arouca (séculos XVII-XX) das construções e das reconstruções. Porto: Afrontamento, 2011. p. 393-416.

¹⁹ André Soares – Nasceu em Braga em 30 de novembro de 1720. Trabalhou em Braga, Guimarães e Viana do Castelo, sendo o responsável pelas obras mais emblemáticas da arquitetura da Idade Moderna

Ferreira²⁰ também possam ter influenciado na formação de José Pereira Arouca. Afonso Costa Veiga assegura que Carlos Gimac e Gaspar Ferreira, por exemplo, por terem trabalhado em Vila de Arouca, nas reformas da Igreja do Mosteiro de São Pedro, podem ter tido contato com o José Pereira e conseqüentemente contribuído para a sua formação.

Como já atrás referimos, é nosso entender que José Pereira Arouca teria trabalhado, desde jovem, na arte de construtor de pedreiro e entalhador, nas obras do mosteiro de Arouca, sendo, também, muito provável que, aqui tenha colhido influências, de forma directa, ou indirecta, do arquitecto Carlos Gimac e do mestre conimbricense, Gaspar Ferreira (VEIGA, 1999, p.53).

Portanto, pode-se dizer que as hipóteses que sustentam o debate acerca da formação de José Pereira Arouca e de seu conhecimento nos ofícios de pedreiro e de carpinteiro passam pela sua experiência ao lado do pai, pelos ensinamentos adquiridos na escola do Mosteiro de Vila de Arouca e pela suposta influência que ele teria sofrido dos arquitetos que atuaram no norte de Portugal na primeira metade do século XVIII.

Até meados do período Setecentista, as notícias sobre a abundância do ouro brasileiro continuavam ressoando em Portugal e os estudos revelam que foram os portugueses do norte e do nordeste os que mais se arriscaram na travessia do Atlântico. Germain Bazin assegura que migraram para o Brasil em torno de oitocentas mil pessoas, entre elas muitos artífices. Nas palavras de Bazin, “Portugal perdeu, em média, oitocentas mil pessoas que vieram povoar as regiões das Minas ou as regiões litorâneas limítrofes do norte e do sul” (1956. p. 161). Acredita-se que José Pereira Arouca chegou na Capitania de Minas Gerais ainda jovem, e que as oportunidades de trabalho advindas da exploração do ouro tenham sido o motivo de sua partida de Portugal. Como atesta Veiga – “Tudo leva-nos a crer que emigrou ainda moço para o Brasil, em busca de uma vida melhor, arrastado como tantos outros, pela febre do ouro” (1999, p. 23).

Ainda sobre os estudos acerca da migração portuguesa para a América, os dados sugerem que, na maioria dos casos, os imigrantes tinham um contato prévio com

portuguesa. Entre suas obras destacam-se: A Casa de Câmara (Braga) o Palácio dos Malheiros Reimões (Viana do Castelo), igreja dos Santos Passos (Guimarães). Sobre este arquiteto consultar: OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Braga de André Soares*. Porto: Editora Centro Atlântico, 2014.

²⁰ Gaspar Ferreira – Saiu de Coimbra para trabalhar juntamente com Carlos Gimac na reconstrução do Mosteiro de Vila de Arouca, há registros de sua passagem por Mafra. Sobre este arquiteto consultar: ROCHA, Manuel Moreira da. *A memória de um mosteiro – Santa Maria de Arouca (séculos XVII-XX) das construções e das reconstruções*. Porto: Afrontamento, 2011, p. 378.

conhecidos na colônia. O historiador Fabiano Gomes da Silva ressalta que os pedreiros e carpinteiros portugueses, por exemplo, sempre mantiveram contatos prévios com pessoas nas Minas. O autor afirma que estes contatos foram fundamentais para se estabelecer redes de relacionamentos e assim conseguir se estabelecer em terras americanas.

A decisão de um pedreiro, canteiro ou carpinteiro reinol de se transferir para a região das Minas Gerais, no segundo quartel do século XVIII, quase sempre implicava contatos prévios com conhecidos, amigos e parentes para garantir o sucesso da investida. Tratava-se de uma rede necessária para se inserir no mercado de trabalho e, talvez, contrair empréstimos para adquirir escravos, equipamentos e ferramentas (SILVA, 2007, p.91).

Não foram encontrados nos arquivos portugueses nem nos arquivos mineiros documentação que esclarecesse sobre como José Pereira Arouca veio para o Brasil, e se ele tinha ou não contatos com pessoas na colônia. Entretanto, o manuseio de fontes seguras sobre este construtor possibilitou aventar algumas hipóteses. De acordo com documentos publicados por Ivo Porto de Menezes e por Judith Martins, a primeira atuação de José Pereira Arouca na cidade de Mariana ocorreu em 1753. Trata-se de um documento que comprova que, nesta data, ele se apresentava como fiador de José Pereira dos Santos²¹ na assinatura do contrato para a construção da igreja de São Pedro dos Clérigos em Mariana.

1753- Prestava-se como fiador de José Pereira dos Santos, na assinatura do contrato para que este executasse a obra da Capela de S. Pedro dos Clérigos, de Mariana (MARTINS, 1974, p.60).

O fato de ele apresentar-se como fiador de José Pereira dos Santos suscita hipóteses interessantes a respeito da relação destes dois construtores. As pesquisas mais recentes sobre o papel dos fiadores de obras públicas e religiosas do período colonial atestam que estes homens assumiam todos os riscos da obra em caso de doença, morte ou conflito com o arrematante.²² A eles cabia a responsabilidade de arcar com os custos e

²¹ José Pereira dos Santos foi um mestre-de-obras nos ofícios de pedreiro e de carpinteiro que viveu de administrar obras públicas e religiosas na cidade de Mariana e regiões próximas. Ele foi o arrematante da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de São Pedro de Clérigos, e o autor dos riscos da Casa de Câmara e Cadeia e da Igreja de São Francisco de Assis, todas na cidade de Mariana. Trabalhou ainda em Ouro Preto, nas Igrejas do Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Rosário.

²² O historiador Fabiano Gomes da Silva assegura que os fiadores eram primordiais para que os construtores tivessem acesso as arrematações. Ele ressalta que ao colocarem-se como fiadores, estes homens assumiam diante de testemunhas ou em forma de escritura jurídica a responsabilidade de arcar com os danos

com os danos financeiros envolvidos no contrato, caso alguma coisa fugisse ao acordado, além de garantir a continuidade da obra mediante ausência do arrematante. Ao colocar-se como fiador de José Pereira dos Santos, o jovem construtor demonstrou que, aos vinte e dois anos, já possuía condições financeiras para assumir os riscos do contrato. Demonstrou ainda que apresentava habilidades técnicas para dar continuidade à obra caso faltasse o arrematante, pois para ser fiador era imprescindível tais requisitos. Outra questão relevante é o fato de que a historiografia colonial mineira atesta que a parceria entre José Pereira Arouca e José Pereira dos Santos se estendeu para muitas outras obras. Isto permitiu que o segundo vereador da Câmara de Mariana, Joaquim José da Silva, sugerisse que Arouca fosse o continuador das obras, ou até mesmo um discípulo de José Pereira dos Santos.

Com este José Pereira se ilustrarão outro José Pereira Arouca, continuador do seu desenho e obra da ordem terceira desta cidade, cuja a esbelta cadeia se deve a sua direção e Francisco de Lima, hábil artista de outra igreja Franciscana no Rio das Mortes (BAZIN, 1983, p.381).

Não se descarta a hipótese de José Pereira Arouca ter dado continuidade as obras de José Pereira dos Santos e, com base em alguns vestígios históricos, acredita-se que é provável que havia ainda algum grau de parentesco entre eles e, que talvez José Pereira dos Santos tenha intermediado a vinda do Arouca para o Brasil. Essa hipótese se baseia nos seguintes dados: José Pereira dos Santos deixou registrado em testamento que era natural de Vendas de Grijó, mesma localidade onde nasceu o pai de José Pereira Arouca, ele possuía o mesmo sobrenome da família, o “Pereira”, e como se viu, foi com ele que Arouca estabeleceu a primeira parceria nas Minas. Depois desta parceria, eles trabalharam juntos em muitos outros projetos e associada às essas questões, os estudos sobre o papel dos fiadores de obras públicas comprovam que na maioria dos casos, o vínculo entre estes e os arrematantes estava para além dos laços de amizade, ou considerações pessoais, e que em muitos casos se estendia para o campo do parentesco.²³

financeiros discriminados no contrato, em caso de ausência ou impedimento do arrematante. Ver: SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2007. p. 22.

²³ Por meio das pesquisas realizadas no Arquivo Distrital da cidade de Aveiro em Portugal, no Arquivo da Casa do Pilar em Ouro Preto, no arquivo Histórico da Casa Setecentista e no Arquivo da Câmara, estes últimos em Mariana, foi possível arregimentar documentos como: Testamentos, Certidões de Batismos, Inventários, Procurações, Códices e Petições. De posse destes documentos foi descoberto um número de aproximadamente dezenove parentes de José Pereira Arouca, distribuídos entre os que ficaram em Portugal

Os fiadores destes construtores muitas vezes eram outros trabalhadores especializados, negociantes e/ou autoridades locais, que atuavam juridicamente como se fossem sócios no empreendimento. Entretanto, as relações entre eles iam para além do mundo dos negócios, pois o fiador colocava sua pessoa, prestígio e bens em favor do arrematante, estendendo os vínculos para os campos do parentesco, da amizade e da solidariedade (SILVA, 2007, p. 100).

O ano de 1753 foi o marco inicial da trajetória de José Pereira Arouca nas Minas, após se apresentar como fiador de José Pereira dos Santos na obra da capela de São Pedro dos Clérigos de Mariana. Nota-se uma crescente atuação dele nesta cidade, principalmente como arrematante de igrejas, prédios públicos, pontes, calçadas, chafarizes, muros etc. A maioria das suas obras foi construída na cidade de Mariana, mas há documentação que comprova sua atuação ainda em Ouro Preto, Furquim, Santa Rita Durão, Antônio Pereira e Barra Longa.

Nas pesquisas foram listadas em torno de sessenta e seis obras autografadas ou atribuídas a José Pereira Arouca que, sendo considerado um exímio canteiro²⁴, provou que conhecia a arte de lavrar ou aparelhar as pedras e usá-las em estruturas ou em ornamentações. Ele destacou-se dos demais canteiros de Mariana por lavrar pedras de quartzo, clorita e xisto e não apenas a pedra sabão, a mais conhecida e a mais usada por outros arrematantes, como mostra Carlos Alberto Parreira: “É importante ressaltar a utilização de outras rochas como o quartzo, clorita ou o xisto que estão presentes principalmente nas obras arrematadas por José Pereira Arouca em Mariana” (2007, p.23).

Deve-se ressaltar que Arouca só conseguiu arrematar um número avultado de obras devido ao fato de seus vários escravos trabalharem assiduamente a seu favor. Em seu testamento²⁵ encontram-se registrados mais de cinquenta cativos, os quais viviam sob

e os que vieram para o Brasil, sendo eles: Manoel Pereira Flor (pai), Mézia de Pinho Vieyra (mãe), Manoel Pereira (irmão), Miguel Pereira (irmão), Feliciano Pereira (irmã), Maria Pereira (irmã), Antônio Pereira (avó paterno), Maria Fernandes (avó paterna), Manoel de Pinho Vieyra (avó materno), Maria da Silveira (avó materna), Angélica Luiza (cunhada), Manoel Fonseca da Manga (cunhado), Josefa (sobrinha), Maria (sobrinha), Feliciano (sobrinha), Mariana (sobrinha), Fernando Arouca (sobrinho), Antônio da Fonseca (sobrinho), José da Fonseca (sobrinho).

²⁴ A cantaria corresponde a uma prática milenar de aperfeiçoamento manual da pedra para ser utilizada em construções como elemento estrutural ou ornamental. Em síntese, é a arte de lavrar a rocha em formas geométricas ou figurativas e deixá-las aparelhadas para aplicação em construções com finalidade ornamental ou estrutural. Sobre cantaria consultar: PEREIRA, Carlos Alberto; LICCARDO, Antônio; SILVA, Fabiano Gomes da. (Orgs) *A arte da cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

²⁵ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca, ano de 1795. Livro de registro de testamentos. N° 44. F73v.

seus cuidados e ensinamentos. Alguns deles mantiveram uma boa relação com José Pereira Arouca pois, do mesmo documento, consta que o construtor deixou registrado que, após quatro anos de sua morte, Joaquim Mina, Bernardo Mina e Sebastião Mina fossem alforriados.

Declaro que possuo para cima de cinquenta escravos e destes deixo quartados, quatro a saber Joaquim Mina, Bernardo Mina, Tomás Mina, Sebastião Mina, os quais escravos que, em recompensa de seus quartames o meu testamenteiro lhe aceitará depois de meu falecimento, quatro anos de serviço, que hão de trabalhar nas obras em que hajam ser acabadas à custas dos meus bens findos os ditos quatro anos, os hei por forros, os quais o meu testamenteiro lhe passará as suas cartas de liberdade [...] (MENEZES, 1978, p.83)

O fato de Arouca possuir mais de cinquenta escravos despertou a atenção da pesquisadora Crislayne Alfagali (2012, p.136), pois de acordo com seus estudos, os mestres-de-obras tinham em média seis cativos. Talvez a quantidade de escravos que Arouca possuía possa ter surpreendido a historiadora porque ela não levou em conta algumas questões importantes. Primeiramente, é preciso lembrar que o volume de obras que ele arrematava era superior ao número das obras arrematadas por outros construtores da região e, talvez por isso, ele necessitasse de um grupo maior de ajudantes. Há ainda de se ressaltar que José Pereira Arouca estava ligado a atividades de comercialização de escravos. Estes fatos justificam o maior número de cativos em seu poder. O que se deve levar em consideração é que, por uma série de motivos, as obras demandavam muitos trabalhadores, pois no período colonial mineiro elas levavam anos para serem concluídas e os estudos mostram que a conclusão delas só foi possível devido à participação dos escravos.²⁶ José Pereira Arouca arrematava muitas obras ao mesmo tempo e para atender a tantas arrematações ele precisava de uma quantidade significativa de trabalhadores. Porém, vale ressaltar que Arouca não os utilizava apenas para trabalhos ligados à construção. Ele também os utilizava em outros setores da economia colonial mineira como na mineração, no comércio e na carpintaria.

Por ser José Pereira Arouca um homem de muitos negócios, ele conseguiu tecer uma ampla rede de relacionamento e, em muitas destas atividades, estabeleceu

²⁶ A Igreja de São Francisco de Assis de Mariana (1762 – 1797), a Casa Capitular (1770-1793). Seminário de Boa Morte (1780- 1791). Palácio episcopal (1782-1792). Casa de Câmara e Cadeia (1782 Arouca morreu em 1795 deixando a obra inacabada).

sociedades.²⁷ Nas pesquisas foram levantados os nomes de alguns de seus sócios, porém são nomes desconhecidos e não dizem muito para a historiografia colonial mineira. Com exceção de Francisco Vieira Servas²⁸ e de João de Caldas Bacelar, este último seu grande parceiro nas arrematações de obras públicas, os outros nomes são de homens que se encontram no anonimato.

Quadro 02- Apresentação dos sócios de José Pereira Arouca²⁹

Nome do sócio	Atividade
João de Caldas Bacelar	Construção
Manoel José Belas	Construção
Lizardo Coelho	Mineração
Manoel Jorge de Carvalho	Mineração
Antônio Mendes da Fonseca	Mineração
José Correia	Mineração
Domingos Alves de Almeida	Aluguel de escravos
Francisco Fernandes Arouca	Aluguel de animais e bestas

Fonte: MARTINS, (1974) & MENEZES, (1978).

Prosseguindo com estas observações, o cônego Raimundo Trindade afirma que nos trabalhos da igreja de São Francisco de Assis de Mariana, Arouca teria tido um sócio. Porém a historiografia desconhece o seu nome.

Um sócio teve o Arouca nas obras da São Francisco. Seu nome não vem mencionado mas ele alude o seguinte trecho do termo lavrado a 4 de Dezembro de 1768. Se resolveu conceder-se ao nosso irmão José Pereira Arouca e seu sócio mestre da obra na nova Capela a parte do quintal (TRINDADE, 1943).

²⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca, ano de 1795. Livro de registro de testamentos. N° 44. F73v.

²⁸ Francisco Vieira Servas trabalhou na catedral da Sé de Mariana, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora do Carmo e na de São Francisco de Assis, todas em Mariana. Realizou trabalhos em Catas Altas, Congonhas do Campo e Barra Longa. Ver MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, **27** (1974):214-216. t.I .

²⁹ Por meio da leitura dos testamentos e dos inventários dos sócios de José Pereira Arouca, foi possível descobrir que muitos deles foram ativos comerciantes na cidade de Mariana, chegando até a acumularem riquezas ao longo da vida. Os referidos documentos encontram-se no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, pastas de Testamentos e Inventários.

Apesar de José Pereira Arouca ter investido em vários setores da economia colonial mineira, o ramo que mais lhe trouxe retorno financeiro e reconhecimento social foi o da construção. Neste setor ele atuou como pedreiro, carpinteiro, canteiro, escultor, mestre-de-risco e louvado.³⁰ Nas palavras de Salomão de Vasconcellos as suas obras deram a ele o título de *habilíssimo mestre-de-obras e principal construtor da Mariana de ontem* (VASCONCELLOS, 1947).

No exercício de suas atividades, José Pereira Arouca se relacionou com muitas pessoas. Somente no Senado da Câmara ele exerceu quatro cargos administrativos, todos conquistados por meio de um criterioso processo eleitoral, no qual o povo elegia aquele que fosse branco, benquisto e que estivesse incluso entre os “homens bons” da terra. Em 1762 ele assumiu o cargo de juiz de ofício de pedreiro e, em 1764, de juiz de ofício de carpinteiro. O oficial destes cargos devia ser conhecedor do ofício e natural do Reino. Dentre as suas funções³¹ encontravam-se as de convocar os candidatos para o exame de habilitação e conceder carta de aprovação, quando aprovados; visitar as obras e verificar se elas estavam de acordo com os regulamentos estabelecidos pelo Senado e participar de cerimônias e festividades convocadas pela Corte. No ano de 1780, José Pereira Arouca foi tesoureiro (MARTINS, 1974, p.72) da Câmara, conforme consta do livro de receita do Senado, *Receyta do que recebeu o thezoueyro actual Jose Pereira Aroca, e dependeu no presente anno de 1780.*³² Em 1787 foi Aferidor das Rendas (MARTINS, 1974, p.72)³³,

³⁰ De acordo com os estudos realizados por Caio César Boschi, pedreiro era o oficial que trabalhava em obras de pedra e cal, em obras de alvenaria e cantaria. Carpinteiro, marceneiro e carapina eram os oficiais que trabalhavam com madeira, porém o carpinteiro era o que detinha maior domínio do setor. No grupo dos escultores, estavam também os santeiros e imaginários. Mestres-de-riscos eram aqueles que projetavam as plantas das edificações, uma vez que não se tem notícia da fixação ou permanência prolongada de arquitetos e engenheiros militares na região. E os louvados eram os oficiais que examinavam as obras após concluídas. Boschi, Caio César. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17 passim.

³¹ Sobre as funções do juiz de ofício consultar: BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 381. V.1.; SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. MENEZES, José. N.C. *Artes fabris e ofícios banais: Ofícios e as Câmaras no Final do Antigo Regime*. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808). Tese de Doutorado em História. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Fluminense, 2003. ARAUJO, Jeaneth Xavier. Dissertação de Mestrado em História. *Artes e Ofícios na Vila Rica Setecentista*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

³² Livro de Receita do Senado da Câmara de Mariana.

³³ Aferidor das rendas: Oficial da Câmara encarregado de cotejar as unidades de medida de comerciantes e oficiais mecânicos com os padrões oficiais e marcá-las para evitar fraudes. É fiscalizado pelo almotacé. Ver: *CÓDICE COSTA MATOSO*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749. & vários papéis. FIGUEREDO, Luciano Raposo; CAMPOS, Maria Verônica (Coord.) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 73.

um cargo ligado à administração financeira. De acordo com o Códice Costa Matoso (1999, p. 125), o tesoureiro era o oficial encarregado de receber as rendas pertencentes ao Conselho, pagar as despesas ordenadas pelos vereadores, cobrar os rendimentos não pagos e enviar ao rei a parte de tudo que lhe pertencia.

Nota-se que tanto no posto de juiz de ofício como no posto de tesoureiro, José Pereira Arouca mantinha ligações com a Corte. Como já se demonstrou anteriormente, como juiz de ofício ele tinha que participar das comemorações e festividades convocadas pelo Rei, e como tesoureiro cabia a Arouca enviar para a Corte os valores que a ela pertenciam. Há ainda registros comprovando que o contato de José Pereira Arouca com a Corte portuguesa não se restringia apenas ao âmbito da administração colonial. O historiador Paulo Kruger Corrêa Mourão afirmou em seu livro, *As Igrejas setecentistas de Minas* que, no ano de 1782, Arouca deveria receber pagamentos referentes a trabalhos realizados na matriz do Senhor do Bom Jesus do Monte de Furquim. Porém, o autor assegura que o pagamento só foi efetivado mediante ordenação direta da própria rainha D. Maria I.

Depois desta época, trabalhou na ereção de templo o conhecido empreiteiro que deixou várias obras em Mariana, José Pereira Arouca, pois há um documento de 1782 de que se conclui que a Rainha D. Maria I mandou pagar a José Pereira Arouca uma quantia não especificada por obras da Igreja do Senhor Bom Jesus do Monte de Furquim (MOURÃO, 1986, p.83).

Além dos postos públicos ocupados no Senado, Arouca recebeu alguns títulos militares, contudo não se sabe se ele chegou a atuar nas milícias. Estudos comprovam que alguns títulos eram concedidos como horaria ou mérito e, nestes casos, nem sempre os oficiais atuavam efetivamente. O interesse nas patentes era, muitas vezes, resultante dos benefícios sociais que elas ofereciam frente às redes de poder (COTTA, 2006, p.47). No ano de 1780, ele foi nomeado porta-estandarte³⁴ da 2ª Companhia do 1º Regimento Auxiliar de Mariana e, no ano de 1781, recebeu a patente de Alferes³⁵ de Ordenança de pé do Distrito do Morro de Santo Antônio de Mariana.³⁶

³⁴ Arquivo Público Mineiro – Códice nº 217, S.G., fls. 181.

³⁵ Alferes: Oficial militar de primeiro posto dentre os chamados oficiais superiores. Era o oficial que portava a bandeira e substituía o capitão. Era o cargo da tropa de linha de auxiliares e de ordenança. Ver também: *CÓDICE COSTA MATOSO*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749. & vários papéis. FIGUEREDO, Luciano Raposo; CAMPOS, Maria Verônica (Coord.) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

³⁶ Arquivo Público Mineiro – L.º nº 231, fls.29, “Registro de Patentes e Nombramentos. ”

A ligação de José Pereira Arouca com a sociedade colonial marianense se deu também por meio dos contatos diretos que ele estabeleceu com o povo. No cotidiano de seu trabalho ele se relacionou com comitentes, escravos, aprendizes e principalmente com outros construtores. Estes contatos eram fundamentais para a continuidade das contratações e para se fazer conhecido na região. Dentre seus contatos consta o nome de Antônio Francisco Lisboa com quem trabalhou, em 1794, na “louvação”³⁷ das obras da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto³⁸ (MARTINS, 1974, p.74). A maioria das louvações realizadas por José Pereira Arouca ocorreu em Mariana e Ouro Preto, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 03 - Apresentação das “louvações” realizadas por José Pereira Arouca.

Lugar	Data	Serviço
Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto	1771	Examinou os riscos do pórtico, dos arcos e do lavatório da sacristia, tendo dado parecer a respeito.
Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto	1780	Examinou as obras de cantaria.
Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto	1785	Examinou obras diversas.
Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto	1771 1772 1774	Emitiu parecer geral de todos os trabalhos realizados e examinou os barretes.
Calçada da rua dos Monsús em Mariana	1771	Avaliou as condições gerais da obra.
Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana	1777	Avaliou as condições gerais da obra.
Fazenda de D. Antônia Constância da Rocha - Mariana	1779	Avaliou as condições gerais da fazenda.
Casa de Câmara e Cadeia Vila Rica	1779	Avaliou as condições gerais da obra, tendo apresentado laudo.
Igreja das Mercês em Mariana	1779	Avaliou as condições gerais da obra.

Fonte: MARTINS, 1974.

É importante registrar que em sua trajetória por Mariana, José Pereira Arouca envolveu-se em alguns conflitos. A pesquisadora Judith Martins e o historiador Ivo Porto de Menezes publicaram documentos comprovando alguns destes casos. Houve situações

³⁷ O louvado era o responsável para avaliar a obra depois de concluída e dizer se a mesma encontrava-se dentro dos parâmetros construtivos estabelecidos pelo contratado de arrematação, pelas condições e pelo risco. Cabia a ele ainda emitir laudo técnico das obras. As louvações ou vistorias eram consideradas etapas fundamentais da entrega da obra. Era o momento no qual o trabalho do construtor era julgado e avaliado e para ser um louvado era necessário conhecimento técnico específico.

em que ele foi levado a responder judicialmente e outras mais graves em que foi conduzido à prisão.

1793 – Maio - ... “Em virtude de huma Ordem Bocal”...”levamos a cadeia desta cidade a José Pereira Arouca e o entregamos ao carcereiro atual da dita cadeia, Joaquim José Teixeira que o recebeu debaixo de chave. Eu o escrivão o notifiquei para que nam soltasse sem ordem especial.”³⁹

Não foi possível descobrir os motivos que o levaram à prisão, mas ao longo das pesquisas detectou-se que ele esteve envolvido em vários conflitos com as irmandades e Ordens Terceiras para as quais trabalhou. O motivo mais recorrente de seus litígios era o de não cumprir os prazos estabelecidos para a entrega das obras. O cônego Raimundo Trindade (1943) afirma que Arouca teve problemas com os irmãos Terceiros de São Francisco de Assis, quando não cumpriu prazos e acordos e, por isso, teve que responder a um processo judicial. Outro caso semelhante foi o ocorrido durante a construção da Casa Capitular de Mariana. Segundo o mesmo Conego (1945), Arouca teve desentendimentos com o Cabido interrompendo a execução da obra. Ele levava uma vida agitada, exercia muitas profissões, investia em muitos empreendimentos, tinha muitas obrigações para cumprir e, talvez por isso, em meio a tantos compromissos, as coisas não saíssem conforme o esperado.

A ampla rede de relacionamentos no qual Arouca estava inserido se estendeu ainda para o campo da religiosidade. Há registros de que sua participação nas associações religiosas de homens leigos de Mariana foi marcada por um grande senso de compromisso na medida em que ele não apenas frequentava as reuniões, como ainda tomava parte na mesa administrativa de algumas delas. Os estudos sobre a atuação das associações religiosas de homens leigos em Minas Gerais mostram que devido à proibição do Clero Regular⁴⁰ nesta parte da América Portuguesa, coube as irmandades e as Ordens terceiras a responsabilidade de oferecer assistência espiritual, social e moral aos moradores. Nestas associações religiosas as classes sociais se reuniam de acordo com a condição financeira e com a devoção preferida. Esta hierarquização resultou no surgimento de diversas associações religiosas formadas pelas irmandades e pelas Ordens Terceiras. Das últimas,

³⁹ Arquivo da Prefeitura de Mariana. Livro nº45, fl, 53v, Termos e Prisões,

⁴⁰ Segundo a historiadora Adalgisa Arantes Campos, o clero regular era composto pelas ordens primeiras e segundas - jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas e freiras, ou seja, por aqueles que faziam voto de clausura e de castidade. E o clero secular era constituído por – padres, bispos, cônegos, vigários sacerdotes e irmãos leigos. CAMPOS; Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001. p. 96-97.

consideradas as mais seletivas, participavam os homens ricos, brancos e de sangue puro e nas outras associações os grupos se dividiam entre brancos, pardos, mestiços e negros. Nesta sociedade hierarquizada, pertencer a uma Ordem Terceira foi sinônimo de *status* e de poder.

Segundo a historiadora Adalgisa Arantes Campos, as principais atividades exercidas por estas associações eram

[...]socorro em caso de doenças, viuvez ou desgraça pessoal; execução de cortejos fúnebres e enterros solenes; celebração de missas em sufrágio a alma e concessão de sepultura em solo sagrado (CAMPOS, 2001, p.96-97).

José Pereira Arouca foi membro de três associações religiosas distintas, todas na cidade de Mariana, sendo elas: a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a de Santana e a da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. As duas primeiras foram fundadas na primeira centúria do século XVIII e são consideradas as mais tradicionais de Mariana.

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi fundada no ano de 1758.⁴¹ Neste período, Arouca já residia na cidade e muito provavelmente deve ter participado das primeiras reuniões de definições das bases para a criação da dita Ordem. Esta hipótese se baseia em dois argumentos: as primeiras reuniões dos membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis aconteceram na sede da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual ele era membro. Além disso, ele foi contratado pelos irmãos terceiros para fazer os reparos na capela provisória, de forma a deixá-la em condições para receber os irmãos devotos; mais tarde foi novamente contratado para erigir a capela definitiva. Deste modo, acredita-se que José Pereira Arouca contribuiu com a história da Ordem Terceira de São Francisco em Assis Mariana desde sempre.

A sua participação não se restringiu apenas à construção da capela, embora esta ação tenha sido decisiva. Arouca foi membro desta Ordem e também ocupou cargos importantes em sua mesa administrativa. Natália Casagrande ressalta que a passagem dele

⁴¹ Sobre a fundação da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, consultar: SALVADOR, Natália Casagrande. *A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana: a construção de sua capela, os irmãos terceiros e as representações iconográficas*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015. e BARBOSA, Gustavo Henrique. *Associações religiosa de leigos e sociedade em Minas Colonial: os membros da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana é destacada pelo inestimável papel que desempenhou durante a construção da referida capela. A autora ressalta ainda que seu nome é citado no livro de Termos desta associação religiosa desde o início da Ordem e continuou sendo citado mesmo após a sua morte.

(Arouca) Ele foi citado no livro de Termos a partir de 1763 até o final daquele século, mesmo depois da sua morte. O importante papel desempenhado pelo mestre na ereção da capela fica evidente e se torna ao longo dos anos cada vez mais destacável (SALVADOR, 2015, p.40).

Além de arrematante da Capela e de membro assíduo da Ordem, José Pereira Arouca ocupou um dos postos mais altos na mesa administrativa desta associação religiosa. Consta que no ano de 1793 ele se ocupava das funções de Ministro, cargo considerado muito importante, que na esfera hierárquica só perdia para o de Reverendo Padre Comissário, ou seja, para o responsável pela orientação espiritual dos irmãos professos.

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e três no consistório desta venerável ordem 3^a da Penitencia em Mesa [...] o irmão Ministro o Alferes José Pereira Arouca e mais definitório [...].⁴²

A escolha de um irmão para ocupar o cargo de Ministro era bastante criteriosa. O eleito além de possuir as características já mencionadas, ser branco, de sangue puro e rico, comum aos demais irmãos professos, devia ter comportamento moral, sexual, religioso e familiar exemplar e ainda apresentar capacidade intelectual a altura do cargo.

[...] para irmão ministro desta venerável Ordem se deve eleger pessoa distinta e principal que possa melhor contribuir com as obrigações do seu cargo [...] e de outros se podem achar sujeitos qualificados, que autorizem tão relevante e honorífico emprego e como cabeça principal desde corpo místico influem nos seus membros os acertos da jurisdição que lhe compete em tudo o que for temporal desta Ordem [...].⁴³

⁴² Arquivo Histórico da Casa Setecentista da Cidade de Mariana. Livro de Termos da VOTSFco, fl.111.

⁴³ Estatutos Municipais Da Ordem Terceira Do Serafim Humano e Glorioso Patriarca São Francisco de Assis da Cidade De Mariana. Cap. 2. Parágrafo 1. Apud. BARBOSA, Gustavo Henrique. *Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas Colonial: os membros da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

As funções destinadas ao Ministro encontram-se registradas no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e, de acordo com este documento, era dever do irmão Ministro administrar todos os assuntos seculares, ou seja, todos os assuntos que não diziam respeito às questões religiosas.

[] Cabe ao irmão Ministro realizar por sua conta a função do lava pés em toda quinta maior. [] É dever do irmão Ministro realizar por sua conta a festa do santo patriarca que acontece todo dia 04 de outubro. [] Cabe ao irmão Ministro observar a vida dos membros, corrigindo aqueles que vivem escandalosamente. [] Cabe ao irmão Ministro visitar os enfermos, e usar de caridade com todos; [] É dever do irmão Ministro acompanhar sepultamentos, e estar sempre pronto para cuidar das missas em favor do falecido; [] Sendo o irmão Ministro o cabeça de todo este corpo místico, todos os demais irmãos lhe devem obediência, respeito e reverencia.⁴⁴

O amparo na hora da morte era talvez a garantia mais consoladora das associações religiosas. Como adverte o historiador Gustavo Barbosa, a filiação a uma Ordem Terceira ou irmandade era indispensável para uma sociedade tão apegada aos rituais da “boa morte” e aos fins últimos dos homens.

Era difícil algum morador viver sem ser irmão de compromisso de algumas dessas associações. A filiação garantia a vivência religiosa, a assistência social e um enterro cristão, indispensável em uma sociedade tão apegada a “boa morte” e aos fins últimos dos homens (BARBOSA, 2010, p. 41).

Como homem religioso e consciencioso da necessidade de se preparar para uma “boa morte”, e sentindo a proximidade desta, no ano de 1793 Arouca escreveu seu testamento⁴⁵. No período colonial, o testamento não tinha apenas a função de instituir bens e registrar as últimas vontades, mas de garantir a salvação da alma do testador. Assim, além de declarar o destino de seus bens e de como gostaria que fossem administradas as suas dívidas, o mestre-de-obras tratou de especificar minuciosamente como desejava que acontecesse o seu sepultamento. Ele nomeou quem deveria

⁴⁴ A maioria das associações religiosas de homens leigos de Minas Gerais formulava seus Estatutos e neles registravam todo seu processo organizacional. Registravam ainda quais eram os valores morais que os irmãos deveriam zelar e quais as funções a serem desempenhadas em cada cargo em específico. Nestes documentos, eles registravam ainda as soluções para os possíveis conflitos, definiam como deveriam ser realizadas as festas, as procissões e os sepultamentos.

⁴⁵ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca - ano de 1795 – Livro de registro de Testamentos, n° 42, 116 v.

acompanhar o cortejo, quantas missas deveriam ser rezadas, como ele deveria estar vestido, quem receberia ou não a cera, e ainda onde e como deveria ser sepultado.

José Pereira Arouca faleceu no dia 21 de junho de 1795. E conforme sua última vontade, seu corpo foi conduzido à Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da cidade de Mariana, onde foi realizada missa de corpo presente e depois sepultado.

Aos vinte e hum de junho de mil sette sentos noventa e sinco faleceu com sacramento da Penitencia, e santíssimo Viatico o Alferes José Pereira Arouca, e com seu solemne testamento; natural do termo de Villa de Arouca, Bispado de Lamego. Foi, pois, recomendado, e acompanhado para a Capella da Ordem Terceira do Patriatcha São Francisco desta cidade, e nella depois do officio de corpo presente, e Missa sepultado (MARTINS, 1974, p.76).

Quem revelou a causa da sua morte foi o historiador Ivo Porto de Menezes. Este autor publicou, na revista do Anuário do Museu da Inconfidência do ano de 1978, um documento do qual consta que dois anos após o falecimento de Arouca, o cirurgião-mor Antônio José Vieira de Carvalho requereu de seu testamenteiro e sobrinho, Francisco Fernandes Arouca, a importância de doze oitavas de ouro precedidas da assistência que o mesmo havia prestado ao construtor. Neste documento está registrado que Arouca morreu de moléstia.⁴⁶

Diz o Cirurgião-Mor Antônio José Vieira de Carvalho que o falecido Alferes José Pereira Arouca lhe ficou devendo 12 oitavas de ouro, procedidas de assistência que vossamercê lhe serviu em sua moléstia e que seja servido mandar responder seu testamenteiro, que é Francisco Fernandes Arouca, e não duvidando se lhe passe mandado para ser pago (MENEZES, 1978, p. 90).

No documento de prestação de contas da sua testamentaria, redigido no ano de 1797, pelo seu testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca, estão registradas todas as contas que foram pagas para a realização do seu sepultamento. A leitura deste documento permitiu-nos compreender como se passaram os últimos acontecimentos no dia do seu falecimento. Após a sua morte os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, amortalharam o seu corpo no hábito de São Francisco e prepararam o cortejo. O ato fúnebre foi acompanhado pelo reverendo Cura, pelos doze sacerdotes da Catedral, pelo

⁴⁶ De acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteaux, o termo moléstia estava relacionado a alguma doença infecciosa que era precedida por falta de animo ou inquietação. <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/molestia>.

Reverendo comissário da Ordem Terceira, pelos irmãos da Arquiconfraria dos Pardos, pelas irmandades de Nossa Senhora das Mercês, do Rosário, de Santa Efigênia, de São Gonçalo, das Almas, de São Benedito e pelas irmandades do Santíssimo Sacramento e de Santana, das quais ele era irmão. A todos os irmãos foi concedida a cera, como era de costume, e todos rezaram missa de corpo presente. Fizeram parte do cortejo quatro meninos do coro e tudo ocorreu de acordo e em conformidade com as últimas vontades do testador.

Aos vinte e um dias do mês de julho de mil e setecentos e noventa e cinco annos faleceo da vida prezente o Alferes José Pereira Arouca, homem branco, solteiro com o seo testamenteiro Francisco Fernandes Arouca que aceitou, foi sepultado na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco donde era irmão, seo corpo amortalhado com o habito e cordão de preto pelos irmãos terceiros da mesma Ordem, acompanhado pello reverendo Cura, e mais doze sacerdotes da Cathedral e todos dicerão Missa de corpo prezente de esmola, de hua oitava de ouro por cada huma, ea todos se deo a libra de cera e tambem acompanhou o Revendo comissário com a ordem terceira e as irmandades do Santíssimo Sacramento, da Senhora Santa Anna, Archiconfraria dos pardos, da senhora das Merces dos crioulos, senhora do Rosário, São Benedicto, Santa Efigenia, São Gonçalo e das Almas e a todos se deo a cera de costume e foram tambem os coatro meninos do coro, Cruz da Fábrica, sachristão Mor, a todos pagou o dito testamenteiro, como também pagou o mesmo testamenteiro as despesas do caixão e toda a cera que importou em setenta e três oitavas e três vinténs.⁴⁷

Em seu inventário,⁴⁸ escrito dez anos após a sua morte, consta que ele morreu solteiro e sem filhos⁴⁹ e que ao longo de sua vida tornou-se um homem muito rico. Ele deixou uma herança composta por casas de morada, terras, escravos, animais, carros,

⁴⁷ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Documento – Testamentaria, testador Alferes José Pereira Arouca, testamenteiro – Alferes Francisco Fernandes Arouca. Pasta 763, ano 1801, Mariana.

⁴⁸ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários Avulsos- Inventário de José Pereira Arouca - Ofício Indeterminado (1º ofício) Caixa 01. Doc. 06 – 1º Livro dos inventários – Tesoureiro José Maximiano da Rocha.

⁴⁹ Apesar de José Pereira Arouca declarar-se solteiro e sem filhos, encontramos vestígios que sugerem que ele possuiu esposa e filhos ilegítimos. Em testamento ele deixou registrado que se até na ocasião da sua morte, a crioula por nome de Maria, escrava de Maria Teixeira, não tivesse sido alforriada, que seu testador deveria fazê-lo, em recompensa aos bons serviço e a boa vontade com que ela lhe serviu durante boa parte de sua vida. Arouca registrou ainda que gostaria que para esta escrava fosse deixado, de esmola, uma casa localizada na rua Coelho em Mariana, e na falta dela a casa deveria ficar para sua filha, chamada Ana. Ademais após vinte e nove anos de sua morte, um rapaz por nome de Manoel de Jesus Hortenciano, dirigiu-se ao cartório de órfãos da cidade de Mariana para requerer direito à herança, declarando assim ser filho ilegítimo de Arouca. Ver: MENEZES; Ivo Porto de. José Pereira Arouca. *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 5 (1978): 83.

ferramentas, ouro e ainda dívidas por escrituras a pagar e a receber. Há na Revista do Museu da Inconfidência de 1954 a publicação de uma compilação de documentos que revelam o destino de sua herança. Estes documentos comprovam que muitos parentes portugueses reivindicaram o direito aos bens. Eles nomearam pessoas tanto nas Minas, como no Rio de Janeiro para lhes representarem, como mostra o documento a seguir em que Maria Pereira, sobrinha de José Pereira Arouca e residente em Portugal, registrou uma procuração em nome de Antônio Ferreira, assistente no Rio de Janeiro, nomeando-o para que em seu nome cuidasse do processo de recebimento da herança deixado por seu tio.

E dous dias do mês de Junho do dito anno nesta Villa de Arouca em meu escriptorio ahi perante mim, e as testemunhas ao diante nomeadas, e assignadas, digo nomeiadas e no fim escritas e assignadas appareceo presente a outorgante Maria Pereira Vieira da Rua da Arouca desta Villa que reconheço pela própria que te dou fé, e logo por ela me foi apresentada o bilhete da distribuição do theor seguinte – A Maria, procuração bastante que faz Maria Pereira Solteira da Villa de Arouca a Antônio Ferreira Pinto, assistente no Rio de Janeiro para a arrecadação da herança de seu tio o Alferes José Pereira Arouca falecido na cidade de Mariana.⁵⁰

A história de José Pereira Arouca é instigante do ponto de vista de sua personalidade, ele foi um homem de energia incansável, voltado para o trabalho e para múltiplos empreendimentos. Quando jovem soube aproveitar as oportunidades de crescimento pessoal que lhe sobrevieram e seguiu o modelo italiano de artista universal, adquirindo conhecimentos nos ofícios de pedreiro, carpinteiro, canteiro, mestre-de-obras, escultor e arquiteto. Abandonou Portugal ainda moço, por volta de meados do século XVIII e, destemido quanto ao futuro, desembarcou na cidade de Mariana, que neste período, encontrava-se ávida por transformações do ponto de vista urbanístico e arquitetônico.

Além das habilidades profissionais que possuía e que faziam coro com as necessidades da cidade, Arouca demonstrou habilidade ao tecer redes de relacionamentos capazes de o favorecer diante dos principais comitentes da época colonial: a Igreja e o Senado da Câmara. Trabalhando para estes dois poderes, encheu a cidade de edifícios e embelezou-a com a arte da cantaria que trazia consigo elementos decorativos aos moldes

⁵⁰Revista do Anuário do Museu da Inconfidência. 1954. p. 105 e 106. Arquivo da Casa do Pilar- Ouro Preto.

do Barroco e do Rococó. A ele são atribuídas as construções mais significativas da arquitetura do período colonial de Mariana. Ele construiu prédios públicos e religiosos, calçadas, estradas, enfeitou praças, consertou e construiu chafarizes.

Considerado como um dos homens mais importantes que passou por Mariana, Arouca rapidamente alcançou prestígio e honra, serviu à população marianense com trabalhos públicos, ocupando importantes cargos no Senado da Câmara e no seio das Irmandades. No posto de Ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana ele orientou o povo quanto à moral e aos bons costumes, advertindo-os sobre as incertezas da vida terrena e apelando para a salvação de suas almas.

A história de José Pereira Arouca é a história do homem que trabalhou assiduamente na cidade de Mariana, ao longo da segunda metade do século XVIII, transformando-a em seu aspecto urbanístico e arquitetônico. O seu maior legado está na grandeza de suas obras, nas construções que qualquer olhar desapercibido consegue enxergar ao caminhar pelos espaços urbanos daquela que foi e sempre será considerada a primeira cidade de Minas Gerais: a bela Mariana.

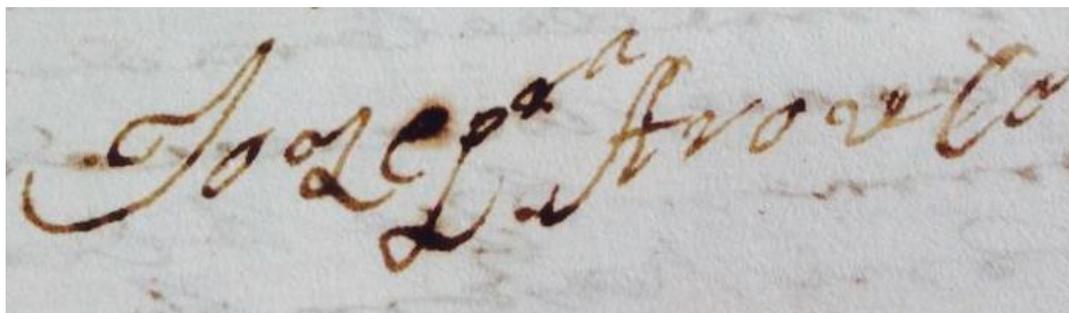


Figura 03: imagem da assinatura de José Pereira Arouca – acervo da autora -

1.3 Obras documentadas ou atribuídas a José Pereira Arouca

Judith Martins (1974) e Ivo Porto de Menezes (1978) foram os primeiros investigadores a fazerem o levantamento documental sobre as obras de José Pereira Arouca. Os arquivos perscrutados por eles foram o APM – Arquivo Público Mineiro, AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, ACM – Arquivo da Cúria de Mariana e o AHCM – Arquivo Histórico da Câmara de Mariana. Na investigação consta um número maior de obras em relação aos levantamentos já citados, pois se

percebe que há informações que foram apresentadas por Ivo Porto de Menezes mas não por Judith Martins e vice-versa. Por exemplo, Ivo Porto de Menezes cita que a construção da capela-mor da igreja matriz de Barra Longa foi um trabalho executado por José Pereira Arouca juntamente com Francisco Vieira Servas, e esta informação não consta no levantamento de Judith Martins.

Optou-se apenas por citar as arrematações, uma vez que o detalhamento bem como os valores cobrados em cada uma delas consta nos levantamentos citados. Optou-se ainda, por uma apresentação em ordem cronológica, ou seja, obedecendo ao critério da sequência com que as obras foram arrematadas. A intenção foi mostrar que Arouca trabalhou assiduamente desde que chegou em Mariana até o ano que antecedeu a sua morte, chegando a arrematar entre quatro ou cinco obras em um mesmo período. Vale lembrar que as construções mineiras do período colonial arrastavam-se por longos anos, isto mostra que ele conduzia um número avultado de obras em um mesmo período de tempo.

Quadro 4 – Obras documentadas ou atribuídas a José Pereira Arouca

<i>Obras</i>	<i>Data</i>	<i>Localidade</i>
Fiador de José Pereira dos Santos na obra da igreja de São Pedro dos Clérigos	1753	Mariana
Arrematou a obra da igreja de São Francisco de Assis	1762	Mariana
Arrematou consertos de canos da igreja de Nossa Senhora do Carmo	1762	Mariana
Arrematou obras na Catedral da Sé	1763	Mariana
Arrematou os consertos das pontes dos Monsús, São Gonçalo, Santana, Pinguelas e Mata-Cavalo	1764	Mariana
Arrematou o feitiço de uma pedra para a sepultura de Dom Frei Manoel da Cruz	1764	Mariana
Arrematou a feitura de uma pia batismal para a capela de Nossa Senhora da Oliveira	1768	Senhora de Oliveira
Arrematou o rasgão e consertos na ponte dos Monsús	1768	Mariana
Arrematou a obra da Casa Capitular	1770	Mariana
Arrematou o conserto do muro junto à ponte São Gonçalo e o conserto do muro do Caminho Novo	1771	Mariana
Louvou obras na igreja de Nossa Senhora do Carmo	1771	Ouro Preto
Louvou as obras das calçadas da cidade em parceria com João de Caldas Bacelar	1771	Mariana

Louvou obras na igreja de São Francisco de Assis	1771	Ouro Preto
Arrematou a obra da capela de Nossa Senhora das Mercês	1772	Mariana
Arrematou obras na catedral da Sé	1773	Mariana
Arrematou concertos no muro da ponte do Seminário	1776	Mariana
Arrematou concertos na ponte de Guarapiranga	1776	Mariana
Arrematou o conserto dos canos d'água dos chafarizes e fontes	1776	Mariana
Louvou obras na capela de Nossa Senhora das Mercês	1777	Mariana
Arrematou os concertos dos aquedutos para as fontes e chafarizes	1778	Mariana
Arrematou a obra da ponte da Pedra da Passagem	1778	Mariana
Arrematou o caiamento da Catedral da Sé	1778	Mariana
Louvou obras na fazenda de dona Antônia Constância da Rocha	1779	Ouro Preto
Arrematou a obra da capela do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte	1780	Mariana
Louvou as obras de cantaria na igreja de Nossa Senhora do Carmo	1780	Ouro Preto
Arrematou a fatura da capela-mor da igreja de Nossa Senhora de Nazaré	1780	Santa Rita Durão
Arrematou a obra da nova ponte do Seminário	1781	Mariana
Arrematou a ponte do Caminho Novo	1782	Mariana

Arrematou a obra da capela-mor da igreja de Bom Jesus do Monte Furquim	1782	Furquim
Arrematou a obra da Casa de Câmara e Cadeia	1782	Mariana
Arrematou as obras da estrada que liga Vila Rica à Mariana	1782	Mariana/Ouro Preto
Arrematou calçadas no Caminho da Passagem, paredão no caminho de São Sebastião, Ponte do Bocão, fatura de calçadas e mais chafarizes	1784	Mariana
Louvou obras na igreja Nossa Senhora do Carmo	1785	Ouro Preto
Arrematou a obra da capela-mor da matriz de São José da Barra Longa	1785	Barra Longa
Arrematou consertos de pontes, fontes e aquedutos da Casa de Câmara e Cadeia	1787	Mariana
Arrematou o conserto da ponte de São Sebastião, um paredão no córrego do Seminário	1787	Mariana
Arrematou consertos da ponte de Santana, abatimento do pelourinho, e do pontilhão ao pé do córrego Bernardo Vasco Cardoso, e do caminho da Chapada	1788	Mariana
Arrematou vários consertos nas fontes e pontes da cadeia velha	1788	Mariana
Arrematou conserto de calçadas	1789	Mariana
Arrematou um paredão junto à Ponte da Passagem, ponte que vai para Santana e caminho dos Monsús.	1789	Mariana
Arrematou o conserto do aqueduto d'água para as fontes e chafarizes	1778	Mariana
Arrematou a obra dos paredões e canos do Caminho Novo e do arraial da Passagem	1781	Mariana

Arrematou obras no Palácio dos Bispos	1782	Mariana
Arrematou a obra dos caminhos que saem da cidade, pontes e fontes	1782	Mariana
Arrematou a obra da ponte de São Gonçalo de pedra e cal	1789	Mariana
Arrematou obras no telhado e o caiamento da Catedral da Sé	1789	Mariana
Louvou obras na Casa de Câmara e Cadeia	1791	Ouro Preto
Arrematou obras na matriz de Antônio Pereira	1791	Antônio Pereira
Arrematou obras na ponte de Maynard	1793	Mariana
Arrematou a feitura de uma parte do paredão de pedra na ponte dos Monsús	1793	Mariana
Arrematou a cobertura do matadouro do gado de corte	1793	Mariana
Arrematou concertos na Ponte de São Sebastião	1793	Mariana
Arrematou acréscimo da Ponte dos Monsús	1794	Mariana
Arrematou todas as calçadas da cidade	1794	Mariana
Arrematou obras na Matriz de São Sebastião		Mariana
Construiu uma casa para José Magalhaes Queiros - na Chapada		Mariana
Construiu uma casa para Domingos de Souza Bittencour		Mariana
Construiu uma casa para Antônio Friz Vieira		Mariana

Construiu uma casa para o capitão Antônio de Almeida Castro		Mariana
Executou várias obras para o licenciado Antônio Borges		Mariana
Executou várias obras para o Alferes Jozé Luiz de Franssa Lira		Mariana
Executou várias obras para o Capitão José Pedro		Mariana
Executou várias obras para o ajudante Bernardo José Villela		Mariana
Executou várias obras para Manoel Dias Pardo		Mariana
Executou várias obras para Liunardo Jozé Villela		Mariana
Executou várias obras para o capitão Jozé Pereira Gonçalves		Mariana
Executou uma obra para João Rodrigues de Macedo		Mariana

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca, ano de 1795; Livro de registro de Testamentos, n° 42, 116v. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca, ano de 1796; Livro de registro de Testamentos, n° 44, 73v. MARTINS (1974).; MENEZES; (1978. p 59/60).. CRUZ (1957. pp 45/47).

1.4 O debate historiográfico: José Pereira Arouca

José Pereira Arouca é recorrentemente referenciado na historiografia colonial mineira, seja por pesquisadores da arte, da arquitetura ou de múltiplos vieses da história da Mariana Setecentista. Acredita-se que a constante referência ao seu nome deva-se primeiramente ao fato de ele ter sido um participante ativo na vida social, política, econômica e também urbana da cidade. É possível ainda que a monumentalidade das suas obras tenha atraído a atenção dos investigadores e que eles tenham se debruçado com frequência sobre este tema.

Não obstante o que se tem registrado sobre Arouca pode ser comparado a uma “colcha de retalhos”, na qual os fragmentos, além de corresponderem aos diversos olhares e múltiplas abordagens, encontram-se dispersos pela historiografia. É comum encontrarmos obras cujos autores atribuem a ele autorias que não correspondem à verdade, outras com informações incompletas e, ainda, um exacerbado sentimento de orgulho nitidamente manifesto por alguns autores. Há ainda situações que mostram divergências de opiniões, com relação ao caráter e ao comportamento deste construtor português. Pelos motivos mencionados torna-se necessário revisitar estes estudos, pois acredita-se que para o bom andamento desta investigação é preciso obter uma visão mais ampla, para depois analisar-se até que ponto estas publicações são esclarecedoras da vida e obras de Arouca.

A primeira referência encontrada sobre este mestre da construção marianense no cenário da historiografia colonial mineira deve-se a Salomão de Vasconcellos⁵¹ e está registrada no seu livro “Mariana e seus templos” (1938). Nesta obra, o autor apresenta um pequeno histórico dos velhos templos de Mariana na intenção de oferecer um guia turístico para as pessoas que visitassem a cidade. Neste histórico consta informações sobre as datas em que as igrejas foram edificadas e os nomes dos principais construtores que nelas trabalharam. Salomão de Vasconcellos contempla desde as singelas capelinhas construídas na primeira metade do século XVIII até as igrejas monumentais erguidas

⁵¹ Salomão de Vasconcellos nasceu em 1877 e foi herdeiro de uma das famílias mais ilustres de Mariana. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1905 e em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro em 1915. A convite do prefeito Josafá Macedo organizou o arquivo municipal da cidade. Foi também presidente do IHGMG (Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais) onde passou a exercer um papel fundamental no processo de tombamento da cidade de Mariana, tornando-a Monumento Nacional em 1945.

pelas Irmandades e Ordens Terceiras no auge da arquitetura barroca na região. José Pereira Arouca é referenciado em vários momentos, entretanto, Salomão de Vasconcellos não analisa nenhum aspecto específico de sua vida e nem analisa as suas obras. Contudo foi nesta obra que José Pereira Arouca aparece, pela primeira vez, no cenário da historiografia colonial mineira.

As próximas referências a José Pereira Arouca foram encontradas nos artigos, ensaios e monografias publicadas pelos colaboradores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Este órgão foi criado em 1936, mas só entrou em funcionamento em 1937. Por longos trinta anos esta instituição permaneceu sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade,⁵² um forte militante na causa da preservação do patrimônio nacional. O SPHAN que mais tarde passou a se chamar IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - contou ao longo de sua existência com ilustres pesquisadores, responsáveis pelo pioneirismo nos estudos sobre a arte e a arquitetura do período colonial brasileiro. Destacamos aqui: Lúcio Costa, Paulo F. Santos, Lourival Gomes Machado, Arthur César Ferreira Reis, Germain Bazin, Robert Smith, Paulo Tedim Barreto, Cônego Raimundo Trindade, Sílvio de Vasconcellos, Judith Martins e outros.

Em 1937, foi criada a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se tornou o principal veículo de divulgação das pesquisas realizadas por esta instituição. De circulação nacional e com a publicação de um exemplar a cada ano, a revista ganhou notoriedade, principalmente pela publicação de artigos e ensaios que trouxeram informações, fatos e documentos inéditos sobre a arte do período colonial brasileiro. O IPHAN defendia o princípio de que a melhor forma de revelar a arte e a arquitetura de uma determinada região era por meio do estudo individualizado de seus monumentos. Por este motivo os artigos que contemplam José Pereira Arouca nestas revistas são, na verdade, estudos pormenorizados das suas obras.

Durante a primeira fase da revista, que compreendeu os anos de 1937 a 1967, período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do antigo SPHAN, foram publicados três artigos que fazem referência às obras que José Pereira Arouca construiu na cidade de Mariana, sendo dois deles de autoria do cônego Raimundo

⁵² Sobre Rodrigo Mello Franco de Andrade e o SPHAN, consultar: ANDRADE, Rodrigo M.F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Trindade, e um terceiro de autoria de Paulo Thedim Barreto. Os artigos do cônego Raimundo Trindade trazem os títulos: “A Igreja de São Francisco de Assis de Mariana” (1943) e “A Casa Capitular de Mariana” (1945). O artigo de Paulo Thedim Barreto foi intitulado “Casas de Câmara e Cadeia” (1949). Os textos do cônego Raimundo Trindade tratam das histórias destas edificações e o texto do Paulo Thedim Barreto aborda o modelo construtivo das Casas de Câmara e Cadeia da colônia, incluindo a Casa de Câmara da cidade de Mariana. Nestes artigos os autores se preocuparam apenas em discorrer sobre as etapas das obras e as principais decisões tomadas pelos comitentes para a conclusão das mesmas. Estudos sobre o Arouca e seus feitos praticamente não foram contemplados.

Os textos foram escritos durante o período da Segunda Guerra Mundial e, neste período, o Brasil vivia um contundente sentimento de nacionalismo, sentimento este que motivava os cidadãos a valorizarem o que era próprio do país, ou seja, seu povo, seus costumes, sua língua, sua história e suas manifestações artísticas. Este mesmo sentimento impulsionou muitos pesquisadores ligados ao *IPHAN* a reescrever a história do Brasil buscando uma identidade nacional. Desta forma, valorizaram elementos históricos e artísticos que enobreciam a nossa cultura ao mesmo tempo em que se desprezavam as influências externas na formação da identidade brasileira. Assim, José Pereira Arouca, nestes artigos, é apenas o responsável pelas construções; não houve interesse por parte dos autores em analisar nenhum aspecto da sua vida ou do contexto social no qual Arouca esteve inserido.

Em 1956, o historiador francês, Germain Bazin⁵³ trouxe à luz a primeira biografia de José Pereira Arouca. Em sua obra intitulada “A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil” (1983), Bazin discorre, no terceiro capítulo, sobre a circulação de mestres-de-obras por Minas Gerais e apresenta uma breve biografia dos dez⁵⁴ principais arrematantes de igrejas mineiras erigidas ao longo do século XVIII: a biografia de José Pereira Arouca é uma delas. Os dados biográficos apresentados por Germain Bazin foram retirados do

⁵³ Germain Bazin foi dirigente do Museu do Louvre. Após uma visita ao Brasil se encantou com a arquitetura das nossas igrejas e se interessou em estudá-las. Em 1945, mudou-se para o Brasil para dar início às suas pesquisas, logo se associou ao SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com o apoio desta instituição tornou-se pioneiro nos estudos sobre a arquitetura barroca brasileira.

⁵⁴ José Pereira dos Santos, Francisco Pereira dos Santos, José Coelho de Noronha, Domingos Moreira de Oliveira, Antônio Pereira de Souza Calheiros, Francisco Lima de Cerqueira, Manuel Francisco de Araújo, José Pereira Arouca, Mestre Thiago Moreira, Miguel da Costa Peixoto. - BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 1V. p. 210-213.

“*Relato dos Fatos Notáveis da Capitania*”⁵⁵. Este documento foi, por longos anos, considerado a principal fonte de pesquisa para os estudiosos da arquitetura do período colonial mineiro. Com base neste documento, Germain Bazin assegura que José Pereira Arouca arrematou as obras da Igreja de São Francisco de Assis, da Casa de Câmara, e Cadeia e da Casa Capitular, todas em Mariana. Assegura ainda, que ele foi nomeado louvado na igreja de Nossa Senhora do Carmo da mesma cidade e também nomeado louvado na igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

José Pereira Arouca é citado pelo vereador de Mariana como o que deu prosseguimento ao desenho e a obra da capela dos terceiros franciscanos de Mariana, segundo o risco feito por José Pereira dos Santos [] José Pereira Arouca devia gozar de certa reputação, pois em 1771 vemô-lo, sem dúvida, a pedido desta Ordem a escrever quatro cartas aos terceiros do Carmo de Ouro Preto para lhes dar sua opinião sobre diversos pontos [...] No mesmo ano foi louvado junto com Aleijadinho, na vistoria da obra de São Francisco de Assis de Ouro Preto por Domingos Moreira de Oliveira, o arrematante também dirigiu as obras da esbelta Casa de Câmara e Cadeia de Mariana [...] Construiu a Casa Capitular de Mariana, da qual foi arrematante em 1770 (BAZIN, 1983, p.212).

Atualmente sabe-se que esta biografia está incompleta e não revela todo o legado arquitetônico deixado pelo mestre na colônia. Os documentos comprovam que Arouca esteve envolvido em muitas outras obras. Ele mesmo deixou registrado em testamento⁵⁶ que construiu casas, trabalhou para vários comitentes e ainda foi responsável por construções urbanas, como chafarizes e pontes. Afonso Costa Veiga atesta que Arouca esteve envolvido, em média, em umas cinquenta obras somente na cidade de Mariana.

O seu trabalho demarca-se não só pela qualidade, como também pela quantidade. Na documentação de que dispomos, contamos cerca de meia centena de construções religiosas, obras públicas e civis, total ou parcialmente construídas por ele (VEIGA, 1999, p. 24).

⁵⁵ O *Relato dos fatos notáveis da Capitania*” consiste em um documento expedido pela Ordem Régia de 20 de setembro de 1782, que ordenava que cada municipalidade redigisse um documento relatando os principais acontecimentos da Capitania. Rodrigo José Ferreira Bretas conservou em seus arquivos um fragmento dos Fatos Notáveis referentes à cidade de Mariana, datado em 1790. Apesar das controvérsias, acredita-se que este relato tenha sido escrito pelo segundo vereador da Câmara, o capitão Joaquim José da Silva.

⁵⁶ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Livro de Registro de Testamentos - Testamento de José Pereira Arouca – nº. 42, 116 v.

Desta forma, os dados biográficos contidos no texto de Germain Bazin estão desatualizados e por isso pouco contribuem com as investigações sobre Arouca. Na sequência, Paulo Tedim Barreto⁵⁷ publicou novamente nos anais da revista do antigo SPHAN uma série de documentos concernentes à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana relativos também a José Pereira Arouca. No artigo “Análises de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana” (1967), o autor disponibilizou o contrato de arrematação, as condições ou apontamentos para a realização da obra, além de uma série de documentos avulsos⁵⁸ que retratam vários trabalhos estabelecidos entre José Pereira Arouca e o Senado da Câmara.

A disponibilização destes documentos foi um avanço para os estudos sobre o construtor. Porém, eles só alcançaram um grupo maior de pesquisadores, seis anos mais tarde, quando foram incorporados por Judith Martins no “Dicionários de Artistas e Artífices de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX” (1974). Este dicionário consiste na compilação de uma série de verbetes, citações e documentos encontrados em diversos arquivos de Minas Gerais. Neste trabalho, a autora disponibiliza uma breve biografia de cada artífice, uma série de documentos avulsos sobre os mesmos e a publicação do testamento de cada um, quando encontrado. Foi Judith Martins quem publicou pela primeira vez o testamento de José Pereira Arouca. Esta publicação se tornou a base dos primeiros estudos sobre a vida e as obras do mestre Arouca, e as informações contidas neste dicionário abriram um leque de possibilidades despertando em alguns historiadores o interesse em estudar o grande mestre.

Apesar do grande reconhecimento que os primeiros pesquisadores ligados ao atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conquistaram, algumas críticas têm sido levantadas, principalmente em relação à maneira como estas primeiras pesquisas foram conduzidas. Uma das críticas é decorrente do fato desta instituição ter desprezado as influências externas na formação da arte brasileira. Esta recusa em reconhecer o importante papel desempenhado por construtores, arquitetos, engenheiros militares e diversos artífices estrangeiros na formação da nossa arte não apenas limitou a compreensão da dinâmica da cultura brasileira, como ainda ocultou dos estudiosos a

⁵⁷ Paulo Tedim Barreto foi arquiteto chefe da sessão de obras da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (DPHAN). Ingressou neste Serviço em 1937.

⁵⁸ Códices do Arquivo Mineiro, da Cúria Metropolitana e, do Arquivo da Prefeitura de Mariana, além de documentos relativos às Associações religiosas de leigos para as quais José Pereira Arouca prestou serviços.

possibilidade de perceber e explorar as múltiplas experiências que aqui foram vivenciadas.

Para Leonardo Barci Castriota é preciso entender a concepção de arte que tinham os modernistas. Para este autor “os modernistas viam a arte como produção social enraizada na história da sociedade” (2012, p.50). Na visão deste autor os modernistas do *IPHAN* queriam valorizar a arte em sua concretude histórica e, por isso, acabaram omitindo aspectos relevantes para a formação da arte brasileira. Sobre este assunto também discorreu o historiador e arquiteto André Guilherme Dornelles Dangelo.

O *IPHAN*, criado na linha ideológica dos modernistas de 1922 que buscava uma identidade cultural brasileira, sob a tutela de Mário de Andrade, e direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade – dois modernistas, entendia, dentro da conjuntura da crítica de arte de sua época, que o século XVIII em Minas Gerais tinha produzido no campo das artes e da arquitetura algo genuinamente nacional, que representava exatamente o protótipo estético que se buscava como bandeira da cultura nacional. Dentro dessa visão, nestes primeiros anos de pesquisa sobre a arquitetura e as artes em Minas Gerais teorizou-se que a evolução formal de nossa arquitetura religiosa setecentista era parte de um processo natural iniciado nas igrejas maneiristas do começo do século, chegando ao rococó no último quartel do século XVIII conduzida pela criatividade mulata mineira, sem que para isso nenhum grande arcabouço estético externo tenha exercido plenamente sua influência (DANGELO, 2006, p. 53).

Dangelo ressalta ainda que o próprio *IPHAN* reconhece esta falha metodológica. Nas palavras deste pesquisador, “Na atualidade até os estudos mais recentes do próprio *IPHAN* reconhecem que houve um excesso no papel de ofuscamento de qualquer influência externa na formação da arquitetura religiosa setecentista em Minas Gerais” (2006, p. 55). Lúcio Costa (1942) e Suzy de Mello (1985) defenderam em suas pesquisas que, para uma ampla compreensão dos aspectos arquitetônicos, é preciso levar em conta fatores que compõem o resultado final da obra. Para estes dois autores, além das análises formais de fachadas, de plantas, de técnicas construtivas, dos materiais empregados e das relações sociais vigentes no contexto da obra, é fundamental saber sobre o responsável pela estrutura arquitetônica, pois, sem este entendimento, empobrece-se a história do monumento, além de ocultar do público um conhecimento mais amplo.

Será justo deixar o comum das pessoas sem uma informação razoável, cabal e satisfatória, unicamente porque ainda não a podemos dar completa? Uma história geral, mesmo sujeita a

posteriores retificações trará, sem dúvida, uma elevação do nível médio de conhecimentos pelo fato de dar ao público um alimento mais sólido e consistente. Desta elevação do nível geral médio resultará, sem dúvida, uma cultura histórica melhor e mais aperfeiçoada (MELLO, 1985, p. 13).

Apesar das falhas que foram levantadas, o IPHAN possui grande mérito pois coube a este órgão não apenas o papel de conduzir e revelar a história do patrimônio histórico e artístico nacional, como também o de revelar os nomes de muitos artífices e artistas que trabalham na colônia, incluindo José Pereira Arouca.

Outro veículo de divulgação da história colonial mineira que contemplou José Pereira Arouca em um dos seus artigos foi a *Revista do Museu do Anuário da Inconfidência de Ouro Preto*. Esta revista foi criada em 1952 e a iniciativa de produzi-la partiu da diretoria do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Recentemente esta revista passou por algumas reconfigurações e atualmente se chama “*Oficina do Inconfidência: revista de trabalho*”. Na edição de 1978, Ivo Porto de Menezes apresentou uma nova biografia de José Pereira Arouca e, assim como Paulo Tedim Barreto e Judith Martins, Menezes compilou, transcreveu e publicou uma série de documentos referentes ao construtor português. Uma das grandes contribuições deste trabalho foi que Ivo Porto de Menezes trouxe a lume um segundo testamento deixado pelo construtor. No arquivo da Casa Setecentista de Mariana estão registrados dois testamentos,⁵⁹ e um inventário referente à José Pereira Arouca. Ambos os testamentos possuem a mesma data (08/06/1793), por isso não se sabe qual deles foi escrito primeiro. Sabe-se que o testamento publicado por Ivo Porto de Menezes, na *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência de Ouro Preto* em 1978, é o mais extenso e revela mais detalhes sobre a vida, as obras e as últimas vontades de José Pereira Arouca. O testamento publicado por (MARTINS (1974) é mais sucinto.

A vantagem de investigar sobre a vida e a trajetória de José Pereira nas Minas é que existe uma farta documentação sobre este construtor. André Guilherme Dornelles Dangelo afirma que: “a vida de José Pereira Arouca nas Minas é a mais bem documentada entre os grandes mestres-de-obras portugueses que aqui trabalharam por todo o século XVIII” (DANGELO, 2006, p. 354). O arquiteto e historiador André Dangelo está correto

⁵⁹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Livro de Registro de Testamentos - Testamento de José Pereira Arouca – nº 42, 116v. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca, ano de 1793 – Livro de Registros de Testamentos, nº 44, 73 v.

em suas análises, entretanto, vale lembrar que mesmo com tantos documentos à disposição dos pesquisadores, muitos deles ainda não foram analisados e, por isso mesmo, muitas questões sobre este português ainda estão por ser reveladas.

Em 1999 foi publicado em Portugal o primeiro livro sobre José Pereira Arouca. A obra é de autoria de Afonso Costa Veiga, natural da mesma vila onde nasceu José Pereira Arouca. Veiga relata que a iniciativa de escrever um livro sobre o construtor surgiu quando Zeferino Duarte, presidente da mesa da Assembleia Geral do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, trouxe do Brasil alguns documentos referentes ao seu conterrâneo.

Os documentos chamaram a atenção de Afonso Costa Veiga que se deslocou para Mariana em busca de maiores informações sobre o mestre Arouca. Já em terras brasileiras visitou algumas das principais obras construídas por ele e de volta a Portugal deu início ao livro que recebeu o título “José Pereira Arouca - mestre pedreiro e carpinteiro” (VEIGA, 1999). O autor explica que não teve a intenção de escrever uma obra crítica sobre a atuação de José Pereira Arouca na colônia, ele buscava apenas revelar os fatos e informar ao povo de Vila de Arouca do orgulho de ter vivido em terras brasileiras um conterrâneo que tanto contribuiu com o processo de urbanização da cidade chamada Mariana.

Não foi nosso objetivo fazer uma análise crítica sobre a arte mas, apenas, revelar os factos, dando-lhes, naturalmente, a nossa interpretação pessoal, respeitantes à vida e à obra do mestre arouquense (VEIGA, 1999, p. 12).

Infelizmente Afonso Costa Veiga cometeu alguns equívocos nesta pesquisa. Ele enganou-se quando atribuiu a José Pereira Arouca a autoria do risco da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Mariana, quando, na verdade, não existem comprovações sobre isto. O livro deste autor possui algumas informações que precisam ser revistas, para não confundirem o pesquisador e, assim, dificultar o entendimento sobre o trabalho realizado por José Pereira Arouca em Mariana.

A igreja de São Francisco de Assis é obra religiosa de maior dimensão realizada por José Pereira Arouca, sendo considerada por estudiosos da arquitetura mineira, depois da Igreja do Carmo, cujo projeto é atribuído ao mestre arouquense, o mais belo monumento religioso de Mariana, da época setecentista (VEIGA, 1999, p.33).

Na sequência apresenta-se a tese de doutorado do historiador e arquiteto André Guilherme Dornelles Dangelo. “A cultura arquitetônica nas Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas.” Este trabalho foi defendido em 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Assim como Germain Bazin, André Guilherme Dorneles Dangelo apresentou no capítulo nove de sua pesquisa uma breve biografia de alguns arquitetos e construtores que circularam por Minas Gerais ao longo do século XVIII. E no conjunto destas biografias, o autor contemplou a de José Pereira Arouca. Muitos dos dados biográficos apresentados por Dangelo já haviam sido trazidos à luz por outros autores. Entretanto, o ineditismo do seu trabalho consiste nas informações sobre a constituição familiar do mestre Arouca. Em pesquisa realizada no Arquivo Distrital da cidade de Aveiro em Portugal, Dangelo arregimentou alguns documentos concernentes à família de José Pereira Arouca. A análise das certidões de nascimento de alguns membros desta família comprovou que José Pereira Arouca foi o quarto filho do casal Manoel Pereira flor e Mezia de Pinho Vieyra. Estas certidões revelaram ainda os nomes dos irmãos do mestre-de-obras, que foram: Feliciano, Maria, Manoel e Miguel.

Segundo os dados documentais que encontramos durante nossa pesquisa em Portugal no Arquivo Distrital do Aveiro, José era o quarto filho do casal Manoel Pereira Flor e Mezia de Pinho Vieira, “*moradores junto a capela do Espirito Santo desta Vila*” (DANGELO, 2006, p.353).

Desde que o mestre arouquense foi referido pela primeira vez na historiografia colonial mineira, entre a década de trinta e o ano de 2006, quando André Dangelo defendeu sua tese, nenhuma notícia concernente aos familiares de José Pereira Arouca havia sido revelada, salvo o nome de seus pais e de duas sobrinhas. A descoberta do nome dos seus irmãos ajudou a esclarecer algumas situações para as quais não havia respostas. Uma delas foi identificar se em meio aos “Aroucas” recorrentes na documentação camarária de Mariana, havia algum irmão de José Pereira Arouca.

Além desta contribuição, o trabalho de André Guilherme Dorneles Dangelo incentiva a buscar maiores informações sobre a vida do mestre em Portugal. Desta forma, no ano de 2014 foi realizada uma nova pesquisa no Arquivo Distrital da cidade de Aveiro, onde foram arrolados mais documentos responsáveis por outras informações sobre a família do construtor português. Além das certidões de batismos dos irmãos de Arouca

levantadas por Dangelo, foram acessados as respectivas certidões de casamento e os documentos avulsos que forneceram mais indícios a respeito de sua árvore genealógica. Estes documentos ajudaram a identificar quais irmãos de José Pereira Arouca uniram-se em matrimônio e quais permaneceram solteiros. Eles também trouxeram à baila informações sobre seus avós, e ainda confirmaram que o pai de José Pereira Arouca exercia as profissões de pedreiro e de carpinteiro. Portanto, pode-se assegurar que a pesquisa inicial do investigador André Guilherme Dorneles Dangelo sobre a constituição familiar de José Pereira Arouca serviu de ponta pé inicial para os avanços sobre os estudos acerca deste assunto.

É premente destacar ainda as diferentes interpretações historiográficas sobre o comportamento e a conduta de José Pereira Arouca mediante suas arrematações. No ano de 2011, a historiadora Denise Maria Ribeiro Tedeschi defendeu junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas a dissertação de mestrado: “Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)”. No referido estudo, a autora analisou o processo de contratação de obras públicas em Mariana e a relação dos principais arrematantes com o Senado da Câmara, órgão responsável pelas contratações. Dentre os processos destacados foram examinadas algumas arrematações efetuadas por José Pereira Arouca. As conclusões a que a autora chegou a respeito do comportamento do mestre construtor frente ao Senado da Câmara merecem análises mais aprofundadas. Tedeschi assegura que José Pereira Arouca, juntamente com Joao de Caldas Bacelar, monopolizou as obras públicas em Mariana conduzindo-as a seu favor. Para a autora, isto foi possível devido à influência que ambos exerciam no Senado, uma vez que ocupavam cargos de confiança nesta sede administrativa.

Na câmara, Arouca, com cerca de 31 anos, ocupou os cargos de Juiz de ofício de pedreiro e carpinteiro nos anos 1762, 1772 e 1774; tesoureiro da Câmara em 1780, e arrendatário das aferições e meias patacas nos anos de 1787 e 1788. Durante a década de 1780, portanto, Arouca esteve envolvido nas redes do poder local, e foi neste período, por coincidência, que arrematou a obra pública mais cara ao senado, a nova Casa de Câmara e Cadeia (14:800\$000). [] Arouca e Bacelar, oficiais mecânicos que, em tese, não deveriam ocupar cargos nas vereações, estiveram diretamente envolvidos na promoção e no pagamento de obras que eles mesmos executaram para o Conselho (TEDESCHI, 2011, p. 108).

As conclusões de Denise Maria Ribeiro Tedeschi a respeito do comportamento de José Pereira Arouca quanto às suas arrematações não corroboram as análises de autores que defendem que as suas qualidades: a competência, o respeito e a credibilidade que o mesmo alcançou ao longo de muitos anos de serviços prestados foram o motivo que o levou a arrematar tantas obras. Ivo Porto de Menezes, por exemplo, deixou registrado na biografia que escreveu sobre o mestre muitas de suas qualidades, dentre elas a sua integridade de caráter.

Famoso na região pelo seu saber de ofício e probidade. [...] A enumeração de suas obras, é em quantidade e qualidade, suficientes para demonstrar todo o valor do incansável mestre. [...] Dedicou-se com maior zelo às obras, não deixou de emprestar o seu concurso também às obras civis arrematando a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana em 30 de dezembro de 1782 (MENEZES, 1978, p. 59-60).

Embora aceitando a razoabilidade da suposição da historiadora Tedeschi, pois é comprovado que José Pereira Arouca foi o maior arrematante das obras do Senado da Câmara em Mariana, fazem-se necessários alguns questionamentos. Antes, porém, ressalte-se que da mesma opinião de Tedeschi compartilham outros historiadores. Fabiano Gomes da Silva, por exemplo, deixou explícito em seu estudo que o construtor manipulava as obras do Senado da Câmara e que foi devido ao volume de trabalho realizado para esta sede administrativa que ele obteve consideráveis ganhos econômicos. Sobre Arouca e Barcelar, Fabiano Gomes da Silva afirma que: “Parece que a atuação profissional desses construtores lhes possibilitou consideráveis ganhos econômicos, especialmente por monopolizarem contratos de obras, impostos e cargos” (2007, p. 110).

Percebe-se que no entendimento destes pesquisadores, José Pereira Arouca usou de sua influência no Senado da Câmara de Mariana para açambacar as arrematações, os impostos e os cargos. Esta interpretação carece de maior esclarecimento, pois não há registros documentais que assegurem tal comportamento. Não há como mensurar a conduta do construtor no dia a dia de suas atividades e, por isso, não há como afirmar que ele monopolizava as obras tendo como base apenas o volume de suas arrematações.

Por outro lado, havia um conjunto de fatores que o favorecia, e estes fatores serão analisados posteriormente. Primeiramente é preciso levar em conta a cultura da sociedade colonial mineira, que ainda vivia sob as bases do Antigo Regime. É preciso ainda entender o funcionamento do processo de arrematação, que excluía uma parcela significativa de

construtores. É necessário, também, conhecer o perfil dos principais comcorrentes do José Pereira Arouca nas arrematações públicas de Mariana. Só assim entenderemos o porquê ele se tornou o maior construtor da cidade. Retornaremos a este debate no próximo capítulo.

Contrariando os argumentos dos autores citados, em 2015, foi defendida, no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, a dissertação de mestrado de Natália Casagrande Salvador intitulada “A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana: a construção de sua capela, os irmãos terceiros e as representações iconográficas.” Neste estudo a autora se propôs a apresentar, por meio da documentação produzida pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, o processo histórico que marcou a construção dessa igreja. Uma das questões discutidas pela pesquisadora foi o comportamento de José Pereira Arouca durante a condução da obra.

A autora revela que houve um momento em que o relacionamento entre o mestre de obras e os irmãos Terceiros Franciscanos de Mariana ficou estremecido, o que resultou em uma ação cível contra o mestre-de-obras. O motivo, segundo Salvador, foi a demora na entrega da obra. Porém, a autora assegura que a maneira como ele administrou o conflito, reparando suas falhas e estabelecendo com os irmãos terceiros novos acordos, devolveu a ele toda a credibilidade perdida e resultou na conquista do cargo de Ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Nas palavras da autora, Arouca passou de “mestre de obras com comportamento “temerário” e autos contra a sua pessoa a “cabeça” de todo este corpo místico” (SALVADOR, 2015, p. 49).

Por todos os motivos aqui apresentados, acredita-se que, apesar de José Pereira Arouca ocupar um lugar privilegiado na historiografia colonial mineira, pois seu nome é referenciado constantemente desde 1930, nenhum dos autores que fez menção a sua vida ou a sua obra conseguiu revelar a amplitude do legado deixado por ele. Foram muitos equívocos cometidos que limitaram os estudos sobre a verdadeira atuação do mestre nas Minas Gerais. Além disso, os fragmentos sobre sua vida e suas obras encontram-se dispersos, é preciso reuni-los, reagrupá-los, rever as informações incompletas, as opiniões equivocadas e esclarecer, de modo mais amplo, sua trajetória pelas Minas e a importância de sua obra.

Quadro 05- Referências bibliográficas sobre José Pereira Arouca

<i>Autor</i>	<i>Obra</i>	<i>Ano</i>	<i>Páginas</i>
Salomão de Vasconcellos	VASCONCELLOS, Salomão de. <i>Mariana e seus templos</i> . Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyer LTDA, 1938.	1938	35
Salomão de Vasconcellos	VASCONCELLOS, Salomão de. <i>Athayde: pintor mineiro do século XVIII</i> . Belo Horizonte. Livraria Editora Bluhm, 1941.	1941	39
Cônego Raimundo Trindade	TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Igreja de São Francisco de Assis. <i>Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> . Rio de Janeiro. 7 (1943).	1943	57-77
Cônego Raimundo Trindade	TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Casa Capitular de Mariana. <i>Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , Rio de Janeiro, 9 (1945).	1945	217-250
Cônego Raimundo Trindade	TRINDADE, Conego Raimundo. Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. <i>Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , Rio de Janeiro, 9 (1945).	1945	179, 188, 189
Salomão de Vasconcellos	VASCONCELLOS: <i>Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana</i> . Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura. 1947	1947	39,41,55

Germain Bazin	BAZIN, Germain. <i>A arquitetura religiosa no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Record, 1983. 1 ^o V.	1958	212-213
Paulo Tedim Barreto	BARRETO, Paulo Tedim. Análises de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. <i>Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , Rio de Janeiro, 1967.	1967	219-251
Judith Martins	MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. <i>Revista do IPHAN</i> . Rio de Janeiro, 27 (1974).	1974	60-75
Ivo Porto de Menezes	MENEZES; Ivo Porto de. José Pereira Arouca. <i>Revista do Anuário do Museu da Inconfidência</i> . Ouro Preto, 5 (1978).	1978	59
Suzy de Melo	MELLO, Suzy de. <i>Barroco Mineiro</i> . São Paulo: Brasiliense, 1985.	1985	247
Paulo Kruger Corrêa Mourão	MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. <i>As igrejas Setecentistas de Minas Gerais</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.	1986	31
Ida Lewkowicz	Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do Século XVIII). <i>Termo de Mariana: história e documentação</i> . Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP. 1998.	1998	95
Caio Cesar Boschi	BOSCHI, Caio Cêsar. <i>O barroco Mineiro: artes e trabalho</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988.	1988	25,30
Cláudia Damasceno da Fonseca	FONSECA, Cláudia Damasceno da. <i>Termo de Mariana: história e documentação</i> . Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.	1998	55

Afonso Costa Veiga	VEIGA, Afonso Costa. <i>José Pereira Arouca: mestre, pedreiro e carpinteiro. Mariana. Minas Gerais (séc. XVIII). Vila de Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda. Secção Editorial, 1999.</i>	1999	12,24,33
Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.	OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. <i>O Rococó religioso no Brasil.</i> São Paulo: Cosac e Naify, 2003.	2003	219
João Orestes	ORESTES, João. <i>Mariana, primeira capital de Minas Gerais: aspectos históricos, turísticos e ecológicos.</i> Belo Horizonte: Ed. do autor. 2005.	2005	30, 39, 56
Fernando Jorge	JORGE, Fernando. <i>O Aleijadinho, sua vida, sua obra, sua época, seu gênio.</i> São Paulo: Martins Fontes, 2006.	2006	143,167
André Guilherme Dorneles Dangelo	DANGELO; André Guilherme Dornelles. <i>A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o transito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas.</i> Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.	2006	352-362
Adalgisa Arantes Campos	CAMPOS, Adalgisa Arantes. <i>Introdução ao barroco mineiro: cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais.</i> Belo Horizonte: Crisálida, 2006.	2006	37
Carlos Alberto Pereira Fabiano Gomes da Silva e Antônio Liccardo (Org.)	PEREIRA; Carlos A.; LICCARDO, Antônio Silva; GOMES, Fabiano. <i>A arte da cantaria.</i> Belo Horizonte: C/Arte, 2007.	2007	23
Fabiano Gomes da Silva	SILVA, Fabiano Gomes da. <i>Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800).</i> Dissertação de Mestrado em História. Belo	2007	110

	Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.		
Kelly Eleutério	OLIVEIRA; Kelly Eleutério M. José Pereira Arouca: sujeito histórico e projeto urbanizador em Mariana setecentista. <i>Anais eletrônicos do XVI Encontro regional de História</i> . Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.	2008	04
Gustavo Henrique Barbosa	BARBOSA, Gustavo Henrique. <i>Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas Colonial: os membros da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana</i> . Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.	2010	46,123
Danielle de Fátima Eugênio	EUGÊNIO, Danielle de Fátima. <i>Arrematantes de obras públicas: Oficialato mecânico na Cidade de Mariana (1745-1800)</i> Monografia em História. Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP. 2010.	2010	34,35,40
Carla Maria de Almeida	ALMEIDA, Carla Maria de. <i>Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822</i> . Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.	2010	
Denise Maria Ribeiro Tedesch	TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. <i>Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)</i> . Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2011.	2011	108
Crislayne Gloss	GLOSS, Crislayne. <i>Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII</i> . Monografia em História. Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP, 2012.	2012	145

Robert Smith	SMITH, Robert C. Robert Smith e o Brasil: arquitetura e Urbanismo. Nestor Goulard Reis Filho (Org.). vol. 1. Brasília: Iphan, 2012.	2012	57
Leonardo Barsi Castriota (Org)	CASTRIOTA, Leonardo Barsi (org). <i>Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: a recuperação de um patrimônio nacional/organização</i> . Belo Horizonte: IEDS, 2012.	2013	79
Roberta Giannubilo Stumpf	STUMPF, Roberta Giannubilo. <i>Os cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas Setecentistas</i> . Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.	2014	
Natalia Casagrande Salvador	SALVADOR; Natália Casagrande. <i>A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana: a construção de sua capela, os irmãos terceiros e as representações iconográficas</i> . Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.	2015	38-49



Capítulo II

José Pereira Arouca - entre arrematações,
“monopólios” e redes de sociabilidade

CAPÍTULO 2

2.1 José Pereira Arouca e o processo de arrematação de obras nas Minas Gerais Setecentistas: um estudo sistematizado

José Pereira Arouca trabalhou por 41 anos na capitania de Minas Gerais, ou seja, de 1753 a 1794. A historiografia mineira assegura que ele está entre os principais arrematantes de obras religiosas e é considerado o principal arrematante de obras públicas da cidade de Mariana. Tanto a documentação camarária quanto a religiosa confirmam que ele participou de vários processos de arrematações tendo, inclusive, vencido muitos deles. Neste tópico analisar-se-á como funcionavam estes processos em Minas Gerais no período colonial e como os dois principais comitentes, que foram o Senado da Câmara e as associações religiosas, conduziram as suas arrematações.

De acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteau (1712/1728, p.555), o termo *arrematação* compreendia o fim dos lances nas vendas ou ainda dar-se por acabado o termo dos pregões. E o vocábulo *arrematante* dizia respeito aquele que oferecia o melhor lance. Isto posto, ressalte-se que a contratação de uma obra no período colonial mineiro, fosse ela pública ou religiosa, era feita por meio de um criterioso processo de arrematação, no qual a edificação era colocada em hasta pública e o arrematante era aquele que oferecia o menor preço e as melhores condições para executá-la. Desta forma, sempre que havia necessidade de contratar um pedreiro, um entalhador, um pintor, um escultor ou qualquer outro profissional, a contratação era feita por meio do processo de arrematação.

Este processo era praticado tanto pelo Senado da Câmara quanto pelas irmandades e Ordens terceiras e o seu objetivo era o de regulamentar a construção. Ou seja, fixar regras e acordos para evitar problemas e desentendimentos durante a obra. Na tessitura desta pesquisa entende-se que o processo de arrematação de obras nas Minas Gerais Setecentistas era composto por sete etapas, sendo elas: 1ª reuniões de acordos; 2ª a arrematação; 3ª o ritual da arrematação; 4ª apresentação do fiador; 5ª o auto de arrematação; 6ª os pagamentos e 7ª a louvação ou vistoria.

Este tema não representa uma novidade para a historiografia mineira, porém a maioria dos estudos que contempla este assunto ou discorre sobre as etapas separadamente ou não atenta para as diferenças que havia entre as práticas adotadas pelo

Senado da Câmara e os procedimentos adotados pelas associações religiosas. Buscou-se compreender isoladamente os riscos, as louvações, os pagamentos, os contratos de arrematações e pouco se estudou sobre o processo de arrematação como um todo. Suzy de Mello e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno foram as primeiras pesquisadoras a lançarem luz sobre a necessidade de se compreender o processo de arrematação como um todo, porém elas focaram apenas as práticas adotadas pelo Senado da Câmara. A proposta deste trabalho consiste em revelar como os dois comitentes conduziram seus processos de arrematações. Acredita-se que quando estiver compreendido o funcionamento deste processo na sua completude, entendendo os objetivos que estavam por detrás de cada etapa, é possível ter uma noção mais ampla dos acontecimentos e um relato mais fidedigno da história da construção.

Antes de se analisar o funcionamento deste processo, julga-se relevante entender quem eram os trabalhadores que participavam dos concursos: artistas, artífices e oficiais mecânicos. Ao que tudo indica a linha que separava estes conceitos, no período colonial, era extremamente tênue e, na maioria das vezes, os trabalhadores exerciam atividades múltiplas: um único trabalhador podia ser entalhador, pintor, mestre de risco e assim sucessivamente. Esta flexibilidade profissional não permitia o enquadramento deles em um único conceito, pois raramente os artistas especializavam-se em uma única atividade, sendo, simultaneamente, escultores/arquitetos, pintores/cenógrafos (ARAÚJO, 2003, p.89).

Caio Cesar Boschi, José Newton Coelho de Menezes, Jeaneth Xavier Araújo e o português José Fernandes Pereira estudaram os usos destes termos ao longo do século XVIII. O que estes pesquisadores revelaram é que não havia distinção entre eles, porém insidia sobre os mesmos alguns debates. Caio Cesar Boschi, ao conceituar os oficiais mecânicos, ressalta que estes eram todos aqueles que realizavam atividades manuais. Porém, a sua principal característica era a de não manter vínculo com instituições, ou seja, para este autor, os oficiais mecânicos eram livres para tomar decisões frente ao mercado de trabalho. Boschi assegura que eles possuíam liberdade para decidir sobre a dinâmica do seu processo produtivo.

O profissional de que tratamos é todo aquele que exercitava - por conta própria, em sociedade ou por delegação - a pintura, a escultura, a talha e a arquitetura. Em outros termos estamos falando concretamente de pintores, entalhadores, carpinteiros, marceneiros, carapinas e pedreiros (BOSCHI, 1988, p.16).

José Newton Coelho de Menezes, assim como Caio César Boschi, define os oficiais mecânicos como qualquer trabalhador que possuía atividades laborais essenciais para a fundamentação da sociedade.⁶⁰ Porém, ao contrário de Caio Cesar Boschi, José Newton afirma que os oficiais mecânicos não eram totalmente livres, pois estavam sujeitos a um estatuto e a uma administração local.

A administração em nível regional e local age como força reguladora e estruturadora das atividades mecânicas e desse mercado de produtos e serviços que, por sua vez, não é livre e, muito menos auto regulável mais que responde de forma complexa a uma demanda social crescente, no período (MENEZES, 2003, p.36).

Para este autor, apesar da organização dos ofícios mecânicos nas Minas ter se distanciado do modelo das corporações de ofício de Portugal, representado pela Casa dos Vinte e Quatro⁶¹, na qual incidia uma regulamentação mais incisiva sobre os ofícios mecânicos, nota-se, por meio da leitura de documentos camarários das vilas e cidades coloniais, uma preocupação com a normatização do trabalho mecânico. Exemplos dessa normatização seriam a exigência de licença por parte do Senado da Câmara para o exercício de atividades mecânicas, a regulamentação do horário de funcionamento das tendas dos artesãos e a punição para quem negligenciava o serviço, prejudicando aos que dele precisassem.

⁶⁰ Para José Newton Coelho de Menezes os oficiais mecânicos estavam ligados a produção material essencial dentro da diversificada economia da região mineradora. Neste contexto, se enquadravam os ferreiros, latoeiros, carapina, marceneiro, pedreiro, oleiro, arrieiro, cangalheiro, tecelão, ceramista, telheiros, sapateiro, alfaiate. Para o autor, estes eram considerados como oficiais mecânicos rústicos, pois eram diferenciados dos artífices que se ocupavam da imaginária, como o entalhador, o escultor e o pintor. Ver MENEZES, José Newton Coelho. *Artes fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime*. Minas Gerais e Lisboa (1750/1808). Tese de Doutorado em História. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense, 2003. p 37. Ver ainda: ARAÚJO; Jeaneth Xavier de. *Para a decência do culto de Deus: artes e ofício na Villa Rica setecentista*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. p. 35

⁶¹ A Casa dos Vinte e Quatro foi criada em Lisboa no ano de 1383 pelo Rei D. João I e esteve em funcionamento por 450 anos, sendo extinta em 07 de maio de 1834. Seu objetivo era o de, além de permitir que os “mestrais” ou oficiais mecânicos participassem do governo da cidade, também o de regulamentar as corporações de ofício, criando regimentos e leis que assegurassem o bom andamento dos serviços prestados. A Casa dos Vinte e Quatro funcionava como uma assembleia municipal com poder deliberativo. Ela era composta por um juiz dos vinte e quatro, dois juízes de cada ofício, dois mordomos, um escrivão, dois deputados, um procurador de cada ofício incorporado e vinte e quatro eleitores. Sobre a Casa dos Vinte e Quatro em Portugal e sua influência nas Minas Gerais no período colonial, consultar: MENEZES, José Newton Coelho. *Artes fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime*. Minas Gerais e Lisboa. (1750/1808). Tese de Doutorado em História. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2003.

Ninguém, nesta Vila e seu Termo, poderá ter tenda de ofício mecânico qualquer que seja a sua qualidade, sem que primeiro tenha obtido licença da Câmara. Com esta licença poderá livremente usar de seu ofício, contando que no desempenho de seus deveres não ofenda ou prejudique a quem dele precisar. O prejuízo ocasionado por sua negligência e imperfeição é multado em seis mil reais, cuja pena se agravará na reincidência (MENEZES, 2003, p. 189).

Percebe-se que os autores citados divergem quanto à liberdade que os oficiais mecânicos possuíam para atuar no mercado de trabalho. Jeaneth Xavier Araújo esclarece muito bem esta questão quando assegura que em todas as vilas e cidades coloniais, a Câmara criava leis e normas que visavam estabelecer uma regulamentação para os ofícios mecânicos. Entretanto, para esta autora, sempre existiu uma longa distância entre as leis e a prática e isto contribuiu para que houvesse uma maior liberdade de ação dos oficiais mecânicos frente ao mercado de trabalho.

A distância do centro administrativo português, a falta de clareza nas posturas das câmaras e a inexistência de uma fiscalização regular no nível local certamente permitiram a esses trabalhadores das artes e ofícios mecânicos um exercício profissional mais autônomo (ARAÚJO, 2003, p.1-2).

Conclui-se por meio dos estudos de Jeaneth Xavier Araújo que havia tentativas de regulamentação do trabalho dos oficiais mecânicos nas Minas, porém não havia uma fiscalização eficiente para acompanhar, no cotidiano, o ofício destes trabalhadores.

Ainda sobre os conceitos em pauta, o termo artista, durante o século XVIII, servia para designar tanto aquele que demonstrava completo domínio sobre a técnica, como aquele que exercia as artes liberais, ou seja, a gramática, a retórica, a filosofia, a dialética, etc. “Todos os destros em alguma arte podiam receber e via de regra recebiam a denominação de artista (BOSCHI, 1988, p.15). Ao longo do Antigo Regime, a palavra artista era utilizada apenas para nomear aqueles que estudavam as “Artes Liberais” que compreendiam o *Trivium* (gramática, dialética e retórica) e o *Quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia e música) (ARAÚJO, 2003, p. 7). Porém, no final do século XVIII, com o surgimento e desenvolvimento das cidades, houve uma maior demanda por trabalhadores especializados. A partir de então, artista passou a ser todo aquele que possuía habilidade técnica em alguma arte. E o trabalho manual, que antes era considerado inferior, ou não elitizado, passou a ganhar notoriedade, principalmente após a inserção de artistas nas Cortes europeias. Finalizando, artista ainda podia ser, de acordo

com o português José Fernandes Pereira, aquele que possuía um saber teórico, adquirido através da leitura dos Tratados. Para este autor, somente de posse desse conhecimento que o artista podia recorrer a sua imaginação.

Artista é o que executa porque possui antes de mais nada, um saber teórico forjado numa aprendizagem e na leitura da tratadística, (de Vitruvius o autor mais citado dos italianos dos Quatrocentos e Quinhentos, sem esquecer os contemporâneos); munido deste saber só então o artista pode recorrer a sua própria imaginação (PEREIRA, 1989, p.52).

Por meio destes estudos, entende-se que em Minas Gerais, no período colonial, não havia distinção entre os termos artista, artífice e oficial mecânico. Portanto, os três conceitos podem ser usados para fazer referência àqueles que arrematavam as obras públicas e religiosas do Setecentos.

Ao que tudo indica, os principais arrematantes destas obras foram homens que saíram de Portugal em busca de melhores condições de vida na América Portuguesa. Pode ser que no meio deles tenha havido um ou outro mais versado nas artes, porém a maioria era formada por trabalhadores que adquiriram um saber prático nos canteiros das obras, e aperfeiçoaram este saber ao longo dos muitos anos de experiência. No geral, eles eram homens que ofereciam seus trabalhos e contavam com a mão-de-obra escrava para levar adiante seus empreendimentos.

No contexto mineiro, segundo demonstra Jaelson Trindade, os arrematadores da alvenaria e da carpintaria eram em geral mestres-pedreiros e mestres-carpinteiros, brancos e portugueses natos, com cabedal; e, com eles, uma plêiade de "oficiais" e escravos subordinados às suas oficinas (BUENO, 2012, s/p.).

O mercado de trabalho que absorvia estes trabalhadores se aqueceu consideravelmente a partir da segunda metade do século XVIII, pois neste período houve o aceleração do processo de urbanização das primeiras cidades coloniais. E mesmo com o declínio do ouro, que havia sinalizado queda desde a década de 1730, as cidades eclodiram, transformando-se em verdadeiros canteiros de obras. Houve demanda por construção de casas, igrejas, prédios públicos, praças e ordenamento das ruas. Acredita-se que além do acúmulo de riquezas proporcionado pelos longos anos de exploração do ouro, o comércio, a criação de gado e a agricultura sustentaram a economia e garantiram a continuidade do crescimento das primeiras cidades coloniais.

Porém, construir estes edifícios exigiu organização, regulamentação e esforço por parte dos comitentes. As orientações acerca dos processos de arrematações vinham de Portugal e encontravam respaldo nas Ordenações Filipinas, estas consistiam no sistema jurídico que deu origem as leis que vigoravam na América Portuguesa, como as Ordenações Primeiras do Arcebispado da Bahia. Este documento, tinha como principal função organizar a vida na colônia, além de responder as manifestações e as inquietações dos funcionários régios. Dos cinco livros que compõem o documento, no de número 01 é onde se encontram todos os direitos, deveres e atribuições dos oficiais camarários.

As especificações sobre como deveriam proceder os oficiais ao contratarem artífices para as obras públicas se encontram no livro I, título LXVI, no verbete “*Dos Vereadores*”. Neste verbete está especificado que toda obra construída na colônia deveria ser levada a pregão, a menos que fosse uma obra na qual o valor investido fosse inferior a mil réis. Ficava assim estabelecido que somente as obras de valor inferior a mil réis poderiam ser contratadas diretamente com o arrematante e seu pagamento deveria ser efetuado a jornal, ou seja, por dia. Ordenava-se ainda que todas as obras deveriam ser lançadas nos livros de despesas no qual deveriam ser registrados os valores do investimento, o local em que a obra deveria ser construída, o preço e as condições do contrato. E por fim a Ordenações Filipinas especificavam que, sendo os pagamentos efetuados, era dever do oficial camarário registrá-los no contrato, caso contrário recairia sobre ele o prejuízo.

E não se fará obra alguma sem primeiro andar em pregão (4) para se dar de empreitada (5) a quem a houver de fazer melhor e por menos preço, porém as que não passarem de mil reis, se poderão mandar fazer por jornaes e huma e outra se lançarão em livros, em que se declare a forma de cada uma, lugar em que se há de fazer, preço e condições do contrato. E assi como forem pagando os empreiteiros farão ao pé do contrato conhecimento do dinheiro que vão recebendo, e assinarão os mesmos empreiteiros e o Scrivão da Câmara: e as despesas que os provedores não levar em conta, pagal-as-ão os Vereadores, que os mandaram fazer.⁶²

Como bem salienta Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, as Ordenações do Reino e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia “forneciam os preceitos e os procedimentos gerais que envolviam desde a escolha do sítio conveniente, à concepção, aprovação, arrematação, implantação, vistoria e prestação de contas das obras públicas

⁶² Ordenações Filipinas. Livro I. Título LXVI, p 151. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p151.htm>

(BUENO, 2012 s/n). Na verdade, houve uma extensão do modelo adotado em Portugal para a América, se se analisa, por exemplo, os procedimentos adotados pelos comitentes responsáveis pela reconstrução de Lisboa, ocorrida a partir de 1755 devido ao grande terremoto. E se se examina ainda as reformas feitas na região do Porto, a partir de 1763, ver-se-á que as práticas que foram adotadas pelos comitentes portugueses foram as mesmas que se praticavam na América Portuguesa. Joaquim Jaime Ferreira Alves (1990) assegura que a contratação dos artífices para atuarem nestas duas reformas, foi feita mediante um criterioso processo de arrematação. E que as etapas deste processo eram seguidas rigorosamente, tanto pelo Senado da Câmara quanto pelas irmandades e Ordens terceiras. Nas palavras do autor, nos dois casos referidos a obra era posta a lances ou a pregão, em lugares determinados.

Nas obras públicas, principalmente as mais importantes, o processo iniciava-se em primeiro lugar por colocar editais nas partes públicas da cidade e fora dela, como aconteceria para a construção da praça de Santa Ana e a capela de São Roque. []. Após a colocação dos editais onde se indicava o dia em que a obra seria posta a lances, seguia-se a arrematação da mesma. [] elaborava-se a planta e os apontamentos. [] apresentava-se os fiadores e toda instituição religiosa ou pública, assim como os particulares asseguravam numa empreitada as obrigações dos artistas e os seus próprios deveres através do contrato (FERREIRA-ALVES, 1990, p.292).

Mas apesar do esforço em reproduzir na colônia as mesmas práticas que eram adotadas em Portugal, em Minas Gerais o processo de arrematação não aconteceu exatamente como ocorreu no Reino na medida em que sofreu adaptações na América Portuguesa. Os estudos para esta tese revelaram que os comitentes religiosos, por exemplo, nem sempre cumpriam rigorosamente todas as etapas da arrematação. É provável que eles tivessem um pouco mais de autonomia em relação aos seus empreendimentos e, por isso, não se sentissem presos a tantas recomendações. Havia ocasiões em que as irmandades ou Ordens Terceiras negociavam diretamente com o artífice e conseqüentemente não colocavam a obra em pregão e não elaboravam o edital. Havia outras, como mostrou Azis José de Oliveira Pedrosa, que elas “dispensavam” o fiador. Para este pesquisador da talha mineira, os fiadores não aparecem em todos os contratos, mas apenas em alguns casos. Conforme revela Pedrosa, “Em alguns contratos, como no retábulo-mor da matriz de Caeté, foi comum a presença de um fiador que arcaria

com as consequências de prejuízos advindos em caso de não cumprimento da obra” (PEDROSA, 2001, p.40).

Esta situação não acontecia em relação ao Senado da Câmara. Os oficiais camarários foram mais criteriosos, pois além de terem de prestar conta de todo o processo à Coroa portuguesa, eles ainda tinham de assumir os prejuízos que eventualmente acontecessem. Por estes motivos, eles eram mais rigorosos no cumprimento das etapas do processo de arrematação de obras públicas. Mediante o exposto, analisar-se-á cada uma destas etapas e a tratar-se-á das importantes questões que emergiram durante a pesquisa.

1ª Etapa: acordos

As reuniões de acordos são consideradas a primeira etapa do processo de arrematação e entende-se que elas consistiam em uma das mais importantes na medida em que, nesta fase, se discutiam as bases da edificação, a sua arquitetura e os custos envolvidos na obra. Nesta fase, ainda elaboravam-se os principais documentos que regulamentariam toda a construção. Eram eles as condições, o risco e o edital, este último um documento obrigatório para se colocar a obra em praça pública.

Fazer reuniões para estabelecer acordos era uma prática comum entre os comitentes e ambos iniciavam seus empreendimentos reunidos em comissão. Assim, sempre que havia a necessidade de construir, ampliar ou reformar uma igreja, um prédio público, uma casa ou um chafariz, eles se reuniam para tomar as decisões cabíveis. Destas reuniões participavam, no caso do Senado da Câmara, os almotacéis⁶³, o tesoureiro, o escrivão e alguns vereadores e os encontros aconteciam, geralmente, na própria sede administrativa. Em se tratando das irmandades ou Ordens Terceiras, Germain Bazin assegura, que a mesa administrativa era presidida pelo ministro ou provedor e este era assessorado por um vice-ministro. Participavam ainda, o síndico, a quem era delegada funções administrativas, um secretário, que era quem registrava as deliberações nos livros de atas e alguns membros do Conselho, denominados definidores. E as reuniões aconteciam, geralmente, no consistório da igreja.

⁶³ Oficial camarário que tinha a função de fiscalizar o cumprimento das Posturas Municipais nas questões de comércio, salubridade pública e construção.

É provável que participassem, também, artífices com conhecimento na área de construção e arquitetura. Possivelmente, havia entre os comitentes, pedreiros, mestres de riscos, ou em ocasiões mais específicas, até mesmo engenheiros militares. A hipótese do trabalho baseia-se no fato de que para a elaboração do risco e das condições era necessário conhecimento técnico. Isto porque estes documentos falam de medidas, proporções, escalas e fornecem informações que somente, alguém com habilidade técnica em construção poderia oferecer. Suzy de Mello encontrou em determinadas “condições” informações sobre “nivelamento, terraplanagem, alvenaria, cantaria, carpintaria, serralheria e pintura” (MELLO, 1985, p.250). Um exemplo deste fato pode ser constatado em um trecho das condições que José Pereira Arouca recebeu para a construção da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Santa Rita Durão/MG.

Será obrigado quem arrematar a dita obra a faze-la toda na forma do risco, planta condições, a saber: fará todos os alicerces que compreendem a planta da dita obra, com altura e largura que se julgar necessária, para a segurança da mesma obra, serão os mesmos alicerces cheios de pedras grossas, feito tudo com cal e areia e levarão seus cortes pela parte de fora de quatro em quatro palmos de alto, sendo estes cortes de três quartos e no olivel da terra levará um corte pela parte de fora de um palmo e por dentro de três palmos. Fará mais toda a medida da circunferência da parte de fora, uma sapata de cantaria lavrada e junta a picão com um palmo de sacada (MENEZES, 1978, p.77).

As condições eram registradas, no caso do Senado, no livro de “Acordos” e em se tratando das irmandades nos livros de “Termos”. Natalia Casagrande Salvador investigou detalhadamente o livro de Termos da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana e mostra que muitas páginas foram destinadas aos acordos estabelecidos entre José Pereira Arouca e os irmãos franciscanos para a construção da capela.

Sobre esta última temática, existem neste livro de Termos cerca de setenta documentos que vão desde a decisão de construir uma capela própria até os últimos reparos já no século XIX. Alguns termos compõem-se de um ou dois parágrafos de extensão, outros alcançam quase três laudas (SALVADOR, 2015, p.33).

Provavelmente, as reuniões de acordos não aconteciam em uma única sessão e não se chegavam às conclusões e nem se elaboravam todos os documentos em um único encontro. É provável que acontecessem muitas reuniões até que tudo ficasse estabelecido. As condições consistiam de um documento composto de várias cláusulas, no qual se especificavam desde de como deveriam ser lançadas as bases do edifício até os elementos decorativos escolhidos.

Essas “condições” consistiam em verdadeiros discursos projetivos, pois continham desde relações de medidas e proporções devidas até a especialização e descrição de materiais mais convenientes, modos de arranjos construtivos, técnicas e procedimentos mais adequados às obras (BASTOS, 2015. p. 65).

A extensão deste documento dependia do tamanho do empreendimento. No caso das condições elaboradas para a construção da Casa Capitular de Mariana (TRINDADE, 1945), por exemplo, foram redigidas trinta e uma cláusulas e nelas foram especificados os detalhes sobre o levantamento das paredes, o assentamento das portas e janelas, o acabamento das escadas, das sacadas e dos óculos. As informações contidas neste documento são muito importantes para o estudo da arquitetura deste edifício. Elas permitem compreender se houve alterações ao longo da execução da obra, além de ressaltar as previsões que eram feitas em relação aos custos da obra. As condições, segundo André Guilherme Dornelles Dangelo (2006, p.331), são de suma importância para se compreender o gosto do comitente e as tendências artísticas que se infiltravam em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.

Muitos dos documentos que foram elaborados para execução das obras onde José Pereira Arouca trabalhou, se extraviaram. No entanto, ao longo desta pesquisa, foram localizados alguns deles, como as condições para a construção da Casa Capitular, da Casa de Câmara e Cadeia, da matriz de Antônio Pereira e da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão, dentre outras. Estes documentos se encontram nos anexos desta tese.

Após a elaboração das condições, seguia-se a do risco. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno assegura que a palavra “risco” no decorrer do século XVIII significava desenho ou traça e teve ao longo da história uma multiplicidade de sentidos. Porém, foi no Renascimento que ela passou a significar designo, ou seja, intenção, propósito ou ideia. “Desenho era o exercício mental que precedia a viabilização de qualquer intento, não exclusivamente o arquitetônico; era o elo entre o conhecimento da realidade e a ação sobre ela” (BUENO, 2001, p.31). Para esta autora, o desenho era ainda “o exercício intelectual que precedia a realização de todas as obras que tem invenção, ou forma, ou fermosura, ou proporção” (BUENO, 2012, s/p.) Não se tratava de qualquer exercício intelectual, visto que pressupunha conhecimentos em matemática, geometria, aritmética e o domínio sobre o sistema de proporção da época, algo que não era aparentemente simples.

Os cálculos não eram simples: as medidas da época, relacionadas à construção civil - polegadas, palmos, côvados e braças -, não estavam convertidas ao moderno sistema decimal de pesos e medidas, obrigatório na França a partir de 1837 e no Brasil a partir da Lei de 26 de junho de 1862 (BUENO, 2012, s/p.)

O domínio destas disciplinas era restrito aos engenheiros militares e, ao que tudo indica, a maioria dos engenheiros que atuou na América era de portugueses que haviam estudados na Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira.⁶⁴ Nesta Escola, com base nos ensinamentos que deveriam ter um engenheiro-mor, eles aprendiam matemática, aritmética, geometria, trigonometria e ainda recebiam instruções sobre fortificação, desenho e estudavam a literatura científica. O ensino, nesta Escola, era baseado no misto entre a prática e a teoria. Ao final do curso, os alunos deveriam estar aptos para atuar em campos diversos, como: projetar e construir arquiteturas religiosas e civis, estradas, pontes, aterros, portos, chafarizes, hortos botânicos e ainda atuarem em projetos urbanos.

O número de engenheiros militares que circulou pela América Portuguesa foi bastante restrito, e mais restritos ainda foram os que vieram para Minas Gerais. Dentre estes destaca-se o português José Fernandes Pinto Alpoim, por ele ter tido uma importante atuação na cidade de Mariana e Ouro Preto. Além de poucos engenheiros na colônia, o número de escolas militares em toda a América Portuguesa também foi reduzido. Há registro de escolas em Salvador (1699), Rio de Janeiro (1698-1699), São Luís do Maranhão (1699), Recife (1701) e Belém (1758). Não há informações de que em Minas Gerais tenha funcionado instituição semelhante.

Mas a falta de engenheiros militares nas Minas, associada à ausência de escolas de formação em arquitetura e engenharia, contribuiu para que pedreiros, carpinteiros, entalhadores e outros artífices desenvolvessem habilidades na arte de desenhar, traçar ou medir. Em decorrência disso, a maioria dos monumentos arquitetônicos construídos na região, no período colonial, foi traçado por artifices que adquiriram conhecimentos nos canteiros das obras e no cotidiano das oficinas onde eles aprenderam a representar no papel a “ideia” da construção.

⁶⁴ Segundo Rafael Moreira, a Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira em Lisboa, foi organizada pela regente D. Catarina no ano de 1562. A sua finalidade, a princípio, era a de instruir os jovens elitizados na arte da engenharia militar, da fortificação e do desenho. Porém, com o passar do tempo, a escola passou a receber alunos de diversas classes sociais. Fonte: MOREIRA, Rafael. *Arquitetura: Renascimento e classicismo*. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 302-364.

Em alguns países da Europa, o reconhecimento da intelectualidade e da criatividade no ato de projetar, segundo Beatriz Picolotto Siqueira Bueno, só veio a acontecer no Renascimento. Foi quando Leon Batista Alberti ultrapassou os limites de uma tradução mecânica de desenho como simples representação gráfica e introduziu o conceito de “*Lineamenta*”. Segundo a autora, esta palavra é de origem latina e significa “linhas geométricas”. “O conceito de *lineamenta* de Alberti diz respeito a um tipo de desenho prévio, composto somente por linhas geométricas, construídas com régua e compasso, sem o emprego de cores, luzes e sombras.” (2011.p.40). A introdução desse conceito trouxe ao risco do arquiteto o status de intelectualidade, materializado em modelos específicos que dignificavam a arquitetura.

Em Portugal e na colônia havia, por volta do século XVIII, uma indefinição em relação ao conceito de arquiteto e de mestre de risco. Para Bueno, eles podiam ser todos aqueles que sabiam transcrever para o papel a intenção ou a ideia da obra, incluindo os mestres construtores. Conforme salienta José Fernandes Pereira, “Arquiteto não só he o que faz plantas, e desenhos de edifícios, mas também o mestre de obras, e o que sabe, e põe em execução a arte de edificar” (PEREIRA. 1989, p. 51). Na América Portuguesa, o reconhecimento da criatividade e da intelectualidade do arquiteto no ato de projetar só veio a ocorrer mais tarde, já no século XIX. Antes, porém, o arquiteto era tanto o que desenhava como o que construía. Nas palavras de Adalgisa Arantes Campos, “Durante o período colonial, não houve uma distinção rigorosa entre a função do arquiteto e aquela do mestre de obras. O mestre de obras também fazia projetos” (CAMPOS, 1998, p.20).

José Pereira Arouca, provavelmente, possuía conhecimento em arquitetura. A hipótese do trabalho se baseia no fato de que, além de ele ter realizado pequenas alterações em riscos que haviam sido projetados por outros construtores, ele foi autor dos riscos da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão, do risco do frontispício da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana e também dos riscos para a reconstrução da matriz de Antônio Pereira, conforme se verá mais adiante. Ademais existem inúmeros registros que comprovam que ele trabalhava como louvado e, para esta função, era imprescindível possuir conhecimento em arquitetura, afinal, cabia ao louvado contrapor as informações do risco com a obra.

Ser um mestre-de- risco ou um riscador no período colonial não era sinônimo de status. Naqueles tempos, qualquer pessoa que demonstrasse habilidade com a arte de desenhar poderia ser considerada um mestre de risco.

[...] os riscos eram propostos por qualquer pessoa que tivesse adquirido conhecimento de arquitetura, quer pela prática, ou com o exercício de uma atividade ligada a construção, quer intelectualmente, quer tecnicamente pela competência de engenheiro. Em Minas Gerais, vemos os riscos de arquitetura ou de talha em madeira serem fornecidos por pedreiros, carpinteiros, entalhadores, pintores, padres e às vezes, elaborados por uma comissão (BAZIN, 1983p.43).

Tanto o Senado da Câmara quanto as associações religiosas elaboravam os riscos de suas edificações. Este documento era uma espécie de garantia de que a obra sairia de acordo com o que havia sido acordado. O preço que se pagava por este serviço era relativamente baixo. Germain Bazin (1983, p.43) apresenta um levantamento dos preços cobrados por alguns artífices para a delineação de riscos. As informações fornecidas por ele foram retiradas dos livros de Despesa e de Receita das Ordens Terceiras para as quais os artífices que ele analisou trabalharam. A análise dos preços praticados na colônia levou o pesquisador a concluir que os honorários pagos aos mestres-de-riscos eram muito pequenos. O autor acredita que a pouca valorização deste profissional pode ser explicada pelo fato de que a sociedade prestigiava mais o trabalho manual do que o trabalho intelectual.

Quadro 06 – Valores riscos no período colonial:

Risco	Valor	Serviço
Um templo inteiro	De 30 a 60 oitavas de ouro em pó	32 oitavas. Quantia paga a José Pereira dos Santos pelo risco da Igreja de São Francisco de Assis em Mariana em 1762
Uma Capela Mor	15 oitavas de ouro em pó	Quantia paga a Aleijadinho pelo risco da Capela Mor de São José de Ouro Preto em 1772
Uma porta	14 mil reis	Quantia paga a Aleijadinho pelo risco da nova portada de São Francisco de Ouro Preto em 1771
Um altar	24 mil reis	Quantia paga a Aleijadinho pelo risco da tribuna do altar mor de São Francisco de Ouro Preto em 1778-1779
Um frontispício	10 oitavas de ouro em pó	Quantia paga a Francisco de Araújo pelo risco do frontispício do Rosário de Ouro Preto em 1784
Um altar mor	06 mil reis	Quantia paga a Manuel da Costa Ataíde pelo risco do altar mor do Carmo de Ouro Preto em 1813

Fonte: (BAZIN, 1983. p. 46).

Algumas dificuldades têm sido enfrentadas por pesquisadores da arquitetura em relação aos riscos do período colonial mineiro. A primeira delas consiste no desaparecimento destes documentos. Provavelmente eles eram entregues aos arrematantes logo após a assinatura do contrato e permaneciam com eles até o final da construção, pois, dentre as exigências firmadas estava a recomendação de que executassem a obra conforme as condições e o risco. A hipótese do trabalho é a de que o uso constante deste documento no canteiro das obras possa ter contribuído para o seu desaparecimento.

A outra dificuldade consiste na ausência de assinatura, o que dificulta a identificação da autoria, além do fato de que há ainda riscos assinados por uma comissão. Conforme salienta Beatriz Picolotto Siqueira Bueno “Na ausência de grandes arquitetos, chama a atenção para a plêiade de oficiais mecânicos que nos legaram obras primorosas e de assinatura múltipla, ainda hoje carente de investigação” (BUENO, 2012, s/p). A alternativa que os pesquisadores têm encontrado para identificar a autoria de alguns riscos tem sido o cruzamento de informações contidas em inventários, testamentos, livros de receitas e despesas da Câmara ou nos livros de Termos das irmandades, ou ainda analisando documentos pessoais dos artífices.

Provavelmente, em algumas situações os comitentes impuseram as suas vontades sobre os riscos, descrevendo como gostariam que a obra fosse edificada e ao mestre-de-risco coube representar no papel algo que já estava previamente definido. Eduardo Pires de Oliveira, ao se referir sobre os gostos dos encomendadores das artes de Braga, ressalta que estes tinham uma noção prévia da obra e a eles cabia a palavra final sobre a edificação, sobre o arquiteto e sobre o risco. Nas palavras do autor, “Ontem, como hoje, toda obra pressupõe uma vontade ou uma encomenda prévia. Ontem, como hoje, o encomendador tem a palavra decisiva sobre a obra a executar, sobre o arquiteto ou o autor do risco” (OLIVEIRA, 1997, p.43).

Entender o papel que os comitentes exerciam durante a elaboração dos riscos, leva a cautelar sobre questões de autorias. Ainda mais se se pensa que algumas plantas de empreendimentos mais vultosos, além de trazerem o gosto do comitente, eram levadas para aprovação em Portugal. As irmandades e Ordens terceiras, por exemplo, tinham que se reportar a Mesa da Consciência e Ordem⁶⁵ e enviar para Lisboa os riscos de suas

⁶⁵ A Mesa da Consciência e Ordens foi criada em 1532 por D. João III e extinta em 1833. Sua função era a de cuidar de assuntos eclesiásticos e de justiça. Seu acervo se encontra na Torre do Tombo e constitui um

igrejas. Estes só eram aprovados se estivessem de acordo com os critérios estabelecidos por esta instância superior da igreja católica, do contrário eram sugeridas alterações.

Todos os assuntos de ordem religiosa deveriam ser submetidos a um tribunal supremo, a Mesa de Consciência e Ordens, criado a princípio por D. João III em 1532 para resolver casos de consciência e que se viu, pouco a pouco, investido de um poder cada vez mais amplo. Todos os novos empreendimentos deveriam ser submetidos à aprovação deste tribunal, a quem cabia também conceder a devida licença para a construção de qualquer igreja; tal autorização só era concedida depois de realizada uma pesquisa, na qual a administração real se preocupava sobremaneira em verificar se a Ordem, a confraria ou a paróquia possuíam recursos necessários para a obra. A centralização nos escritórios de Lisboa de todos esses pedidos, e que no século XVIII começaram a afluir, principalmente do Brasil, devido à prosperidade dessa colônia, criou um tal acúmulo que muitos deles ficavam retidos anos a fio, sem resposta (BAZIN, 1983.p.29).

A última informação a respeito da produção de riscos no período colonial é a de que eles eram elaborados por etapas. Riscos de pinturas, retábulos e portadas, por exemplo, só eram encomendados na medida que surgiam as demandas. “A cada etapa, somavam-se novos "riscos" elaborados por mestres dos diferentes ofícios envolvidos” (BUENO, 2012, s/p). Pode-se dizer que as obras sofriam modificações, e desta forma, os riscos eram substituídos até que se ajustassem a traça definitiva.

Ainda dentro da primeira etapa do processo de arrematação se elaborava o edital, documento que consistia em uma convocação a todos os oficiais mecânicos interessados na execução da obra a comparecerem no dia e local determinado para participarem do processo de arrematação, como mostra o documento a seguir que foi retirado do Livro de Registro de Editais do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana.

Doutor prezidente e mais officiaes da Câmara desta leal Vila de Nossa Senhora do Carmo e seu Termo. Fazemos saber a todos os officiaes de officios mecânicos, como são: sapateyros, ferreyros, ferradores, carpinteyros e todos os mais officios mecânicos, que quarta feira se eam de contar seis de maio e se eam de fazer nesta casa da Câmara, juízes, escrivães e seus officiaes. Pelo que ordenamos que a todos os sobreditos officaes venham no dito dia, pelas nove horas da manhã. Para efeito da sobredita combinação de que naum vindo serem condenados em seis oitavas de ouro pagas na cadeia, e para que segue a notícia se publicara na parte mais pública, digo este no pelourinho desta vila do Carmo em

dos mais preciosos para o estudo do sistema de autorização e aprovação de projetos de edificações eclesiásticas na América Portuguesa.

vinte e nove de abril de mil sete centos e trinta e nove. Pedro Duarte Pereira, escrivão da Câmara os escrevi. Moura, Guimaraes, Costa, Araújo e naum se maes em os ditos editaes, que aqui – Vila do Carmo trinta e [...] de abril de mil sete centos e trinta e nove annos⁶⁶.

O edital era fixado na parte mais alta da cidade, geralmente próximo ao pelourinho. A sua publicação se estendia para as cidades vizinhas com o intuito de informar ao maior número de construtores sobre o empreendimento. “Algumas vezes aparecia apenas um lance, mas geralmente a Câmara insistia até que houvesse melhores propostas, o que poderia estender o pregão para mais de um mês (SILVA, 2007, p.98).

Os interessados, após lerem o edital, se dirigiam para à Câmara, onde o escrivão lhes apresentava as condições e o risco. Analisando um edital que foi fixado na cidade de Mariana, Denise Maria Ribeiro Tedeschi ressaltou “Na parte mais pública de Mariana, colocando a obra em pregão e convocando a toda pessoa que quer ir lançar nas ditas obras, para ver as condições que se achavam em poder deste Senado e dar seu lance” (2011, p.101). Os lances eram dados na portaria da Câmara e cabia ao porteiro ouvir as ofertas e vozear em alto e bom tom se havia alguém que oferecia menor preço. Ouvidas as propostas, declarava-se o nome do arrematante.

O estudo dos livros de Termos das irmandades e Ordens terceiras tem indicado que estas associações religiosas colocavam a obra em pregão com menos frequência que o Senado da Câmara. A hipótese do trabalho para este fato é a de que, na maioria das vezes, elas negociavam diretamente com o arrematante, não abriam para a concorrência e, conseqüentemente, não elaboravam o edital. Já o Senado da Câmara agia de forma contrária e colocava em praça pública todas as obras de valor superior a mil réis.

2ª Etapa – definição do arrematante.

A segunda etapa do processo de arrematação compreendia na definição do arrematante. O que os estudos mais recentes têm mostrado é que, na maioria das vezes, quem arrematava as maiores obras eram os construtores brancos e reinóis. Raramente um escravo ou um construtor de posição social e financeira inferior arrematava uma obra vultuosa.

⁶⁶ AHCM – Livro de Registros de Editais. Códice 554, fl 8 e 8v.

No contexto mineiro, segundo demonstra Jaelson Trindade, os arrematadores da alvenaria e da carpintaria eram em geral mestres-pedreiros e mestres-carpinteiros, brancos e portugueses natos, com cabedal; e, com eles, uma plêiade de "oficiais" e escravos subordinados às suas oficinas. (BUENO, 2012. s/p).

O requisito principal exigido do arrematante era que ele deveria estar legalmente habilitado para a atividade solicitada por meio de carta de habilitação concedida pela Câmara. “O registro da carta de exame representava o reconhecimento da aptidão e a autorização do governo local para o exercício da atividade mecânica na municipalidade.” (ALFAGALI, 2015, p. 65).

Para cada ofício havia um juiz, geralmente quem ocupava os cargos de juizes eram os construtores pois, ao que tudo indica, o juiz deveria ser um técnico com habilidade para ensinar. José Pereira Arouca, por exemplo, foi juiz do ofício de pedreiro por três anos na câmara de Mariana, em 1762, 1772 e 1774. Em 1764 ele foi juiz do ofício de carpinteiro. A função do juiz de ofício era a de promover o exame de habilitação que dava direito ao exercício definitivo da profissão e a de acompanhar os candidatos na prática. Era ele também que convocava os pedreiros, ferreiros, serralheiros, carpinteiros, canteiros e demais interessados a comparecerem à Câmara para prestarem o exame de habilitação. O documento a seguir diz respeito a uma carta de exame que foi concedida a Joseph de Oliveira para atuar como carpinteiro na antiga Vila do Carmo, atual cidade de Mariana.

Dizemos nós Juiz do officio de carpinteiro Vicente Jorge, e o escrivão João Rodrigues Negrão, que este prezente anno servimos nesta Villa de Nossa Senhora do Monte Carmo, e seo termo, com obrigação de examinadores do dicto Officio de carpinteiro, que nos achamos capás de obra prima contenda no nosso regimento a Joseph de Oliveira, lhe mandamos passar por Certidam para poder rezar do dicto Offício; e assim pedimos aos Senhores Juizes, e ao Senhores Vereadores lhe fassão mercê mandar lhe confirmar e se cumpra como nella se contem, eu João Rodrigues Negram escrivam do dicto officio a fiz por manddo do d.o Juiz do officio que comigo assignou Villa do Carmo vinte e três do mês de junho de mil setecentos e dezoito annos. João Rodrigues Negrão// Vicente Jorge.⁶⁷

Germain Bazim (1983, p.41) afirma que em Minas Gerais foram concedidas poucas cartas de habilitação, pois para recebê-las era necessário ter loja, ou seja, ser patrão. Esta informação foi confirmada, recentemente, por meio de estudo realizado pelas

⁶⁷ *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 4 (1955-1957). Arquivo da biblioteca do IFAC.

historiadoras Crislayne Gloss Marão Alfagali e Kelly Eleutério Machado de Oliveira, em que as autoras apresentaram todas as cartas que constam do índice dos livros de registros da câmara de Mariana no período de 1737 a 1806. Elas mostraram que, ao longo de todo este período, que compreende 69 anos, foram concedidas aproximadamente 406 cartas de exame, em Mariana (ALFAGALI & OLIVEIRA, 2015, p. 199-331)

Este fato explica, em parte, porque a maioria dos arrematantes de obras públicas e religiosas em Minas Gerais no período colonial foi de mestres portugueses. Eram eles quem mantinham as oficinas em atividade, que arcavam com mão-de-obra, equipamentos ou com as ferramentas necessárias para a construção. De acordo com Germain Bazin, às vezes, muito raramente, se concedia, aos menos favorecidos, uma licença provisória. Porém, segundo o autor, essa licença era condicionada a apresentação de um fiador. Geralmente ela valia por seis meses, podendo chegar a um ano. Contudo, Germain Bazin ressalta que esta medida causava muitos desentendimentos entre aqueles que possuíam habilitação permanente e os que as possuíam apenas provisoriamente.

Nem sempre o arrematante era quem executava a obra, os mais assíduos nas Minas Gerais, por exemplo, arrematavam muitas obras ao mesmo tempo e, para garantir a execução dos trabalhos, eles contavam com uma ampla rede de parceiros. Como exemplo, houve o caso da reconstrução da capela mor da matriz de Nossa Senhora da Barra Longa. A arrematação aconteceu no ano de 1785, e quem a arrematou foi um construtor por nome de João Barrozo Bastos. Ao que tudo indica, logo que ele ganhou o concurso, ele terceirizou o serviço, passando para outros construtores a responsabilidade da obra. Esta era uma prática comum, ela garantia, mesmo que timidamente, uma parte nos rendimentos. Em toda obra, fosse ela pública ou religiosa, era indispensável o arrematante, portanto a contratação deste era feita rigorosamente pelos dois comitentes.

3ª Etapa – o ritual de arrematação:

A terceira etapa do processo de arrematação consistia no momento do ritual, no qual o arrematante recebia um ramo verde nas mãos e com ele deveria se dirigir à praça central, erguer os braços e dizer em alta e inteligível voz que ele havia arrematado determinada obra. Este ato, exigido ao arrematante, era na verdade um reconhecimento público da sua responsabilidade. Se alguma coisa não saísse conforme ao que havia sido acordado, toda a sociedade saberia quem havia assumido a responsabilidade da obra. Era

uma estratégia que, somada ao contrato de arrematação, buscava assegurar que o trabalho seria realizado e que o arrematante o conduziria até o final. Daniele de Fátima Eugênio afirma que o ritual de arrematação “Consistia em uma espécie de teatralização que se requeria em lei e encenava o cumprimento das ordens estabelecidas no Reino, constantes nas Ordenações” (2015, p. 180). O ritual de arrematação era praticado rigorosamente nas arrematações públicas, já nos concursos para obras religiosas nem sempre eles aconteciam, pois, como já dito, houve ocasiões em que as irmandades negociavam diretamente com o arrematante e não ofereciam oportunidades para concorrentes.

4ª Etapa – assinatura do contrato de arrematação

A quarta etapa compreendia a assinatura do “auto de arrematação”, um documento jurídico firmado entre o arrematante e o comitente. Deste documento constavam informações relativas a valores, prazos de pagamento, prazo para a execução da obra e a forma como o arrematante deveria proceder durante a edificação, “praticamente equivalendo a um contrato de trabalho nos dias de hoje” (MELLO, 1985, p.251). Ao assinar o contrato, o arrematante se comprometia a construir a obra de acordo com o que havia sido prestabelecido pelo risco e pelas condições. Em geral, a assinatura deste documento se dava na presença dos comitentes. Quando José Pereira Arouca assinou o contrato para a construção da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana, estavam presentes o ouvidor-geral, o provedor da fazenda, o corregedor da comarca, o procurador, o escrivão, os vereadores e o porteiro dos auditórios (BARRETO, 1967, p.226-227). Todos estes funcionários régios testemunharam o compromisso assumido pelo arrematante.

Por motivo de “quebra” de contrato, Arouca foi processado por duas vezes na cidade de Mariana. Uma primeira pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis⁶⁸ e, uma segunda, pelos cônegos do Cabido da Sé (TRINDADE, 1945, p.238). Nas duas ocasiões, os motivos foram o não cumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos. Este documento era tão importante, que os dois comitentes, rigorosamente, o firmavam.

⁶⁸ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Livro de Termo da VOTSFco. fl. 98v.

5ª Etapa – apresentação do fiador

Na quinta etapa, o arrematante apresentava um ou mais fiadores, uma espécie de avalista que se comprometia a conduzir a obra na ausência do construtor responsável. Estudos realizados por Fabiano Gomes da Silva mostraram que os fiadores eram, em sua maioria, trabalhadores especializados que atuavam como se fossem sócios nos empreendimentos. O autor afirma que eles representavam uma garantia jurídica para os comitentes, pois eram eles quem davam continuidade a obra caso o arrematante tivesse algum impedimento, seja por doença, conflitos ou morte.

O fiador se comprometia a arcar com todos os eventuais danos financeiros envolvidos no contrato. Por isso, acredita-se que só eram fiadores aqueles que tinham posses, sem as quais jamais conseguiriam arcar com estes prejuízos. Os estudos têm mostrado que, na maioria dos casos, os fiadores eram amigos dos arrematantes, ou até mesmo parentes. As relações entre eles se estendiam, muitas vezes, para além do mundo dos negócios, conforme ressalta Fabiano Gomes da Silva: “estendiam os vínculos para o campo do parentesco, da amizade e da solidariedade” (2007, p.107). Silva apresenta em seu estudo um caso em que os fiadores do pedreiro Antônio Ferreira de Carvalho, arrematante de calçadas e quartéis em Vila Rica, foram autuados e presos por não concluírem as obras que eles haviam garantido. Portanto, fiar uma obra no período colonial mineiro representava colocar a sua pessoa, a sua honra e seus bens em favor do arrematante.

Ao que tudo indica, José Pereira Arouca fiou apenas uma construção na cidade de Mariana, que foi a da igreja de São Pedro dos Clérigos, obra arrematada por José Pereira dos Santos no ano de 1753. Nove anos depois o arrematante faleceu, por isso acredita-se que, talvez, José Pereira Arouca possa ter dado continuidade à construção. Este assunto, porém, será analisado mais adiante.

6ª Etapa - pagamentos

Os pagamentos estão posicionados na sexta fase do processo de arrematação, porém é importante ressaltar que, na maioria dos contratos, eles ocorriam, geralmente, em três momentos distintos. Um primeiro pagamento era feito logo no início da obra, um segundo com a obra em andamento e um terceiro após a última vistoria, quando era verificado se tudo havia ocorrido de acordo com as especificações das condições e do risco. Quando o empreendimento era muito grande e se estimava muitos anos para que o

mesmo fosse concluído, os pagamentos eram diluídos em mais parcelas. Jose Pereira Arouca, por exemplo, recebeu para a construção da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana em seis parcelas, que ao todo totalizaram 37 mil cruzados. Estavam previstos os seguintes pagamentos nas seguintes datas:

Final de dezembro de 1782 (cinco mil cruzados); final de dezembro de 1783 (cinco mil cruzados); final de dezembro de 1784 (cinco mil cruzados); final de dezembro de 1785 (seis mil cruzados); final de dezembro de 1786 (cinco mil cruzados), dezembro de 1787 (cinco mil cruzados) e o ultimo depois de acabada a obra (seis mil cruzados (CASTRIOTA, 2012, p.80).

Os pagamentos eram feitos, geralmente, em cruzados, réis ou ouro em pó⁶⁹. Nas pesquisas desenvolvidas ficou constatado que estas três formas monetárias eram bem aceitas pelos arrematantes.

7ª Etapa – louvação

A última etapa do processo de arrematação compreendia a louvação ou a vistoria. Esta fase era muito importante, pois consistia no momento em que um técnico, conhecido como “louvado” avaliava a obra e emitia um laudo a respeito da mesma. Geralmente, o arrematante indicava um construtor de sua confiança para fazer a louvação e o comitente sugeria outros dois ou três nomes. A vistoria podia acontecer em vários momentos, após a conclusão de cada etapa da obra ou ao final de toda construção. Em casos mais raros era solicitado um parecer, antes mesmo da construção começar. Nestes casos, o comitente buscava orientação técnica sobre algum empreendimento que desejava construir. De posse do risco, o “louvado” observava se a construção fora erguida dentro dos padrões pré-estabelecidos e confrontava a obra com este documento. Se aprovada, o louvado emitia um laudo dando por acabada a construção, do contrário, eram sugeridas modificações. Ao se referir à segunda opção, Rodrigo Bastos afirma que quando não satisfeitos os requisitos, os louvados solicitavam ajustes convenientes à obra (2015. p.65).

⁶⁹ De acordo com o sistema monetário do Brasil colonial, um cruzado equivalia aproximadamente 400/480 réis. 1/8 de ouro equivalia a 1\$200 réis, o que correspondia ao equivalente a 3,58 gramas de ouro. Uma Pataca era igual a 320 réis. A unidade monetária era o real, que por facilidade de pronúncia era chamado de réis. Fontes pesquisadas. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.; CARRARA, Angelo Alves. Para uma história dos preços no período colonial: uma questão de método. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/76.pdf>

O documento a seguir consiste de um trecho do parecer técnico que fora enviado pelos louvados Jose Pereira Arouca e Francisco de Lima Cerqueira aos irmãos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, quando eles avaliaram os riscos da portada, do arco do coro e do chafariz da sacristia desta igreja. As análises foram feitas pelos louvados antes mesmo das obras começarem a ser executadas.

Achamos a porta principal muito larga e pouco alta e o nosso parecer é que se faça essa com 19 palmos e $\frac{1}{2}$ de largura por 24 palmos de altura pelo meio entrando nessa medida o arco da verga. No mais o dito risco está perfeito e por ele se pode executar a obra seguindo em tudo as condições estabelecidas (LOPES, 1942, p.129-131).

Ao que indica, os louvados eram profundos conhecedores do seu ofício, afinal a responsabilidade de analisar uma obra e de emitir laudo técnico a respeito da mesma era grande. Um parecer errado podia comprometer a estrutura da construção e acarretar prejuízos. Suzy de Mello ressalta a grande responsabilidade que tinham estes profissionais e assinala que eles faziam um juramento na Câmara, onde mediante os Santos Evangelhos, juravam avaliar as obras de bem com suas “sans consciências”.

Os louvados assinavam um termo de juramento aos Santos Evangelhos em hum livro delles em que puzerão suas mãos direitas sobre o cargo do qual encarregou que bem e verdadeiramente em suas consciências louvassem as ditas obras a vista das ditas condições, e recebido por ele o juramento assim o prometerão cumprir. (MELLO, 1985, p.251).

Como as obras sofriam alterações, cada mudança resultava em novas louvações, novos laudos e até mesmo novas arrematações. A prática de louvar as obras era exercida nos trabalhos de pintura, talha, escultura etc.

O fato de José Pereira Arouca ter chamado Francisco de Lima para ajudá-lo na elaboração de laudos técnicos referentes às obras na Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, levou o arquiteto André Guilherme Dornelles Dangelo a sugerir que Arouca pudesse estar inseguro para avaliar a obra sozinho, e por isso solicitou ajuda a Francisco de Lima (DANGELO, 2006, p.356). Esta interpretação é um tanto quanto equivocada, uma vez que era costume entre construtores elaborarem o laudo em equipe. Provavelmente, Francisco de Lima havia sido indicado para este serviço e Arouca estava apenas aguardando a sua chegada. Como vimos, os documentos sinalizam que, ao término da obra, o arrematante indicava um nome e os comitentes indicavam

outros dois, e só então o laudo era realizado. Talvez, a prática de se realizar o laudo em conjunto representava mais uma maneira de garantir que a obra estivesse segura e que tudo estava em conformidade com o que havia sido estabelecido.

Estas foram as etapas que sustentaram o funcionamento do processo de arrematação de obras públicas e religiosas em Minas Geral no período colonial. Fazer acordos, elaborar condições, riscos, editais, contratos, escolher o arrematante, os fiadores e demais trabalhadores para trabalhar nas obras foram práticas adotadas tanto pelas associações religiosas quanto pelo Senado da Câmara. Entretanto, ao que tudo indica, as irmandades e ordens terceiras foram mais flexíveis no trato das negociações. Já o Senado, por ter tido a responsabilidade de prestar contas à Coroa portuguesa conduzia o processo debaixo dos rigores da lei.

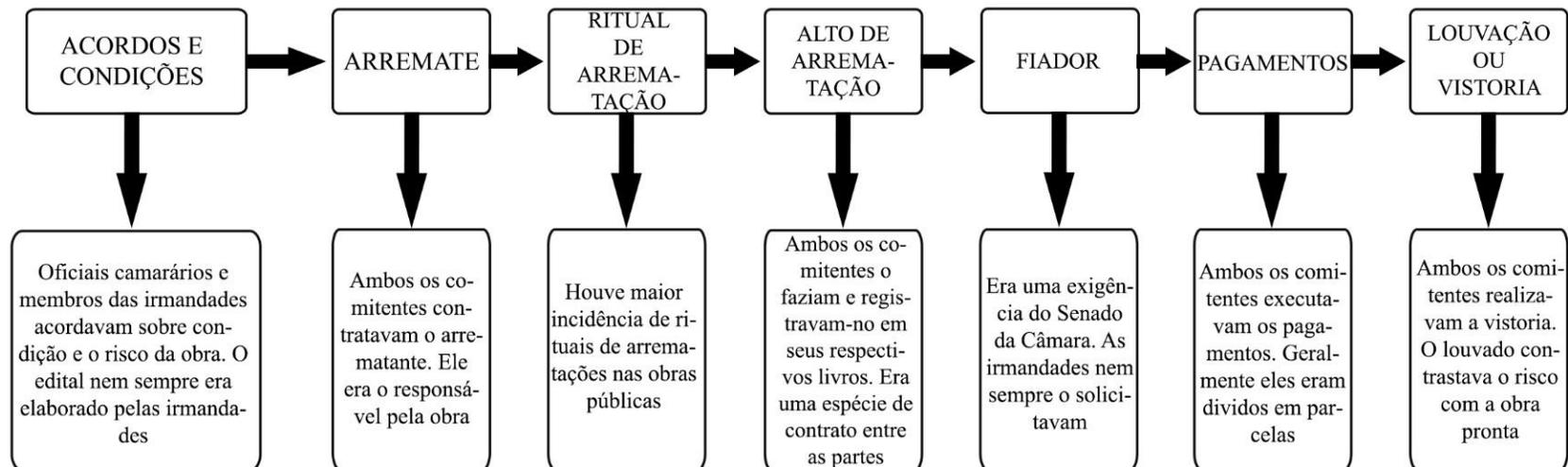
Contudo, apesar de todos estes procedimentos, nem sempre a realidade seguia a estreiteza da lei. Houve situações nas quais os arrematantes encontraram formas de se beneficiarem, mesmo quando não podiam assumir a construção. Uma delas foi por meio da terceirização dos serviços, outras por meio das redes de sociabilidades, cujas trocas de favores, ou de mercês, os favoreciam mutuamente. Isto ocorria, com frequência, por exemplo, nas etapas das louvações, quando o arrematante indicava para realizar a análise técnica, alguém de sua confiança, do seu rol de amizade ou parentesco.

Algumas construções, as mais vultuosas, demoravam anos para serem concluídas e por isso cada etapa era protagonizada por novos atores, novos documentos e novos acordos. Com o passar do tempo, arrematantes morriam, a obra demandava novos serviços, tendência arquitetônicas e decorativas diferentes se infiltravam na sociedade e novas técnicas construtivas eram adotadas, tudo isso conduzia a novas arrematações. Esta situação foi ressaltada por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno quando salientou que “Descortinava-se, assim, uma complexa cadeia produtiva em etapas, envolvendo por vezes diversas gerações de oficiais mecânicos” (2012, s/p.).

Estudar o funcionamento do processo de arrematação das obras e entender o que estava por detrás de cada etapa da construção ajudam a compreender as histórias que circundavam cada monumento, os objetivos que os comitentes almejavam alcançar, seus gostos estilísticos e também a forma como se desenvolveram os relacionamentos entre os envolvidos na construção. Este estudo ajuda ainda a entender que o processo de arrematação não era uma garantia de que a obra seria executada sem problemas ou

conflitos. Pelo contrário, há nos arquivos mineiros documentos que comprovam inúmeras situações que culminaram na interrupção das construções. Por fim, ainda pode-se assegurar que o estudo do processo de arrematação de obras públicas e religiosas nas Minas Gerais setecentistas revela a singularidade de cada monumento, revela a sua história, a sua originalidade.

O PROCESSO DE ARREMATACÃO DE OBRAS PÚBLICAS E RELIGIOSAS NAS MINAS GERAIS SETECENTISTA: UM ESTUDO SISTEMATIZADO (1730-1800)



Para elaboração deste quadro cruzamos uma série de tipologias documentais presentes nos seguintes arquivos: Arquivo do IPHAN de Belo Horizonte, Arquivo Histórico da Câmara, Arquivo da Curia e Arquivo Histórico da Casa Setecentista - estes últimos na cidade de Mariana. Os documentos consultados foram: acordos, condições, livros de editais, autos de arrematações., laudos técnicos, livros de receita e de despesas e livros de Termos.

2.2 José Pereira Arouca e as obras públicas: a questão do “monopólio” e as redes de sociabilidades.

Conforme mostramos no primeiro capítulo dessa tese, investigadores mineiros, tendo como base o número de obras públicas que José Pereira Arouca construiu na cidade de Mariana, asseguram que ele se tornou o principal monopolizador das construções que foram empreendidas pelo Senado da Câmara durante a segunda metade do século XVIII. Tendo inclusive, se aproveitado dos cargos administrativos que exerceu, nesta instituição, para se manter no primeiro lugar do *ranking* das arrematações (TEDESCHI, 2011, p. 108).

Não há dúvidas de que José Pereira Arouca foi o maior arrematante que a cidade de Mariana conheceu entre os anos de 1753 a 1794. É fato também que o volume das suas arrematações não se compara com as dos demais construtores que atuaram na cidade no mesmo período. Porém, acredita-se que o conceito de monopólio não é o mais adequado para explicar o seu sucesso nas arrematações públicas. Primeiramente porque, a palavra monopólio, em sua origem, significa vendas sem concorrência, o que por si torna o termo inadequado, afinal, José Pereira Arouca possuía concorrentes, exemplo: João de caldas Bacelar e outros que apontaremos mais adiante

Segundo, porque implícito ao conceito de monopólio estão questões de cunho moral nas quais, nós historiadores, não conseguimos medir, pois não há documentação que nos auxilie neste aspecto. Tácito a este conceito está o abuso, a exploração e a concorrência desleal. E por não termos base documental para assegurarmos que José Pereira Arouca praticava concorrências desleais, o melhor é nos atermos aos documentos e ao contexto social no qual ele esteve inserido.

O termo monopólio, de acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteau, deriva do grego *Monos 'pó & Polae*n, vender. Significa “o contrato de quem compra e toma para si um gênero de mercadoria para o vender elle só. [...] Monopólios eram proibidos porque serviam de proveitos de poucos e danos de muitos” (BLUTEAU, 1789. p.561). Já no dicionário atual da língua portuguesa a palavra deriva de tráfico, exploração, posse, direito ou privilégio exclusivo, açambarcamento de mercadorias para serem vendidas por alto preço e com exclusividade. E monopolizar é “fazer ou ter monopólio de explorar abusivamente, vendendo sem concorrentes, possuir exclusividade, abarcar”⁷⁰.

Não indícios de que José Pereira Arouca monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana. O que há são dados, informações de que ele foi o maior arrematante

⁷⁰ Disponível em: <https://www.significados.com.br/monopolio/>

de sua época. Sendo assim revisitou-se os documentos, analisou-se novamente a sua trajetória e o esquadramento da sua vida nos mostrou que é necessário rever esta postura historiográfica. É necessário ainda, esclarecer os verdadeiros motivos que fizeram dele o grande arrematante de Mariana. Compreende-se que esta questão deve ser analisada à luz do Antigo Regime, onde os privilégios de sangue determinavam a condição dos cidadãos na sociedade.

Estudos recentes têm mostrado que os principais construtores que circularam por Minas Gerais ao longo da segunda metade do século XVIII pertenciam a um grupo restrito de mestres-de-obras, e que este grupo criou várias estratégias para se manter no mercado de trabalho. De acordo com Germain Bazin (1983, p.210-213) eles eram, aproximadamente, dez empreiteiros: João Álvares Viana, Tomás de Maia Brito, Domingos Moreira de Oliveira, José Ribeiro Carvalhais, José Pereira dos Santos, José Pereira Arouca, Francisco de Lima Cerqueira, Antônio Pereira de Souza Calheiros, Antônio Francisco Lisboa e Manuel Francisco de Araújo. Em um estudo posterior ao de Bazin, André Guilherme Dornelles Dangelo (2006) revisitou a trajetória de cada um destes construtores e apresentou as suas biografias, mostrando o quanto eles foram importantes para a arquitetura religiosa mineira. A maioria deles era de origem portuguesa. É provável que o acesso privilegiado à maior parte das arrematações tenha ficado nas mãos dos reinóis porque eram eles que detinham as melhores condições financeiras e, por isso, conseguiam manter a fábrica. “Tratava-se de arrematantes que contavam com uma fábrica construtiva capacitada, isto é, espaço físico, casa ou oficina, as ferramentas, a matéria prima e a mão de obra necessária” (EUGENIO, 2015, p.185)

Além de possuir origem portuguesa e condições financeiras privilegiadas, estes construtores, assim como os nativos, buscavam distinção social. Prestígio e honra eram requisitos essenciais na sociedade colonial mineira e um bom nome os ajudava a se manter no mercado de trabalho. Em busca de reconhecimento social, os construtores adotavam várias estratégias, uma delas foi a de se filiarem às associações religiosas. Caio César Boschi afirma que “essas associações, criadas para divulgar a fé católica sob a proteção de um patrono, foram importantes instrumentos na criação de redes de sociabilidade, na assistência religiosa e no desenvolvimento de demandas por construções e por bens artísticos” (1986, 14). O ingresso em uma associação de brancos, por exemplo, exigia que os candidatos apresentassem qualidades altamente excludentes e quem conseguia se filiar a uma associação desta natureza era bem visto perante a sociedade

Em busca de reconhecimento social, os construtores também procuraram manter ligações com o Senado da Câmara, ocupando cargos que lhes garantissem maior visibilidade na esfera pública. As pesquisas desta tese detectaram que, geralmente, eles ocupavam os cargos de escrivão ou de juiz de ofício de pedreiro e de carpinteiro. Estes cargos eram motivos de disputas entre eles, conforme mostra Roberta Giannubilo Stumpf: “O acesso aos cargos camarários surgia como disputa entre grupos sociais e economicamente influentes nas localidades” (2014, p.17).

Uma terceira estratégia que os construtores adotaram foi a de se vincularem às milícias, afinal as patentes militares também traziam distinção social. Eles entendiam que ao demonstrarem sua utilidade à monarquia, fosse ocupando cargos públicos ou atuando nas milícias, eles receberiam mercês e, estas, lhes projetariam socialmente. Nas palavras de Júnia Ferreira Furtado: “O acesso aos cargos administrativos era a maneira de participar do poder, de partilhar da honra inerente a tais funções, de fazer parte da pequena elite colonial” (2006, p.54). Há estudos que comprovam ainda que a busca por distinção social os levava a se envolverem em redes creditícias. Em alguns de seus testamentos e inventários constam listas de empréstimos por créditos feitos a outros trabalhadores. Estes empréstimos representavam um dos meios de se ajudarem mutuamente e esta prática propiciava o aumento dos vínculos de solidariedade, bem como os distinguia em meio aos demais construtores (EUGENIO, 2015, p.195). Os vínculos com outros artífices contribuíam para o fortalecimento dos laços de amizade, proporcionavam as trocas de experiências e favoreciam as terceirizações. As redes de sociabilidade locais eram forjadas no cotidiano do processo histórico, por meio das relações, da vida vivida e na tessitura do tempo. Sobre estas redes, as pesquisas revelaram que elas eram extremamente importantes, pois projetavam, com bastante resultado, os construtores no mercado de trabalho.

O conceito de rede social vem de uma longa tradição das ciências sociais e está diretamente ligado à ideia de que os indivíduos partilham experiências, estabelecem trocas e sofrem influências múltiplas. Relacionar-se é um aspecto inerente aos seres humanos e a capacidade de estabelecer redes faz com que as ideias, os gostos e opiniões circulem. Cientistas sociais asseguram que fazem parte de uma mesma rede social pessoas que partilham de valores e objetivos comuns, ou seja, pessoas que se identificam. Eles acreditam que são as relações entre as pessoas que formam a sociedade.

Um aglomerado de homens não constitui uma sociedade; torna-se ele uma sociedade quando ocorrem influências recíprocas, quando há ações de uns sobre os outros. Portanto a sociedade está em toda parte onde homens se encontram em reciprocidade (BOTELHO et al., 2013, 15).

No período colonial mineiros os escravos se agrupavam para se ajudarem mutuamente, as famílias mantinham vínculos para resguardar heranças e privilégios, comerciantes se apoiavam para obter forças frente às leis do mercado e os construtores se uniam para fazer circular a sua força de trabalho. Deste modo, se constituíam as redes de sociabilidade. Um exemplo de como elas funcionavam pode ser entendido por meio do estudo da relação entre José Pereira Arouca e Domingos Moreira de Oliveira.⁷¹ Ou ainda, por meio da parceria que Arouca estabeleceu com Francisco Vieira Servas⁷². O estudo da trajetória destes construtores tem mostrado que eles trabalharam juntos em muitas obras.

Ainda sobre as estratégias que foram adotadas pelos construtores para alcançar distinção social e se manter no mercado de trabalho ressalta-se a aquisição de escravos. A posse de escravos, além de proporcionar o aumento da capacidade da fábrica, implicava significativo reconhecimento social. Quanto mais escravos os arrematantes possuíam, mais bem-vistos eles eram na sociedade. Carla Maria Carvalho de Almeida em seu estudo sobre “Ricos e pobres em Minas Gerais – produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822” (2010, p.131) mostra que os escravos representavam o patrimônio mais importante dos mineiros, seguido dos imóveis e das dívidas ativas (ALMEIDA, 2010, p.131). Desta forma, possuir escravos impunha respeito e credibilidade. Cientes disso, os construtores investiam na aquisição de cativos. Todas estas estratégias possuíam um único objetivo: o de garantir a participação no mercado de trabalho (PEREIRA et al, 2015, p.110). Participar de Ordens terceiras, ocupar cargos no Senado da Câmara, receber patentes militares, participar das grandes redes de sociabilidade e possuir escravos eram privilégios de uma parcela ínfima da população.

José Pereira Arouca adotou estas mesmas estratégias, porém, pelo fato de ele ter se destacado em relação aos seus concorrentes, ele foi acusado, pela historiografia

⁷¹ José Pereira Arouca executou obras na igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana e louvou outras na igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Ouro preto. Ambas as construções haviam sido arrematadas por Domingos Moreira de Oliveira. Domingos Moreira, por sua vez, louvou obras na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, cuja arrematação havia sido de José Pereira Arouca. Fonte: MARTINS; Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, 27. (1974):60-76;83-86;214-216.

⁷² Francisco Vieira Servas trabalhou com José Pereira Arouca na Catedral Sé de Mariana, na matriz de São José da Barra Longa e na capela de São Sebastião em Mariana. Fontes: MARTINS; Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, 27.(1974).

colonial mineira, de monopolizar as obras públicas da cidade de Mariana e de agir de maneira ilícita para garantir a maioria das arrematações. Tendo como base apenas a quantidade de suas obras, alguns historiadores afirmam que ele não apenas monopolizava as arrematações, como ocupava o lugar de principal monopolizador de obras públicas da cidade de Mariana.

Grande parte das obras arroladas (101 obras entre calçadas, pontes, chafarizes, paredões, edifícios públicos) foi monopolizada por um conjunto de seis construtores. Entre esses, José Pereira Arouca foi o principal, com maior número de arrematações (28) e arrecadação (24:227\$600) no período de 1768 a 1794, conforme o índice de obras públicas de Mariana. (PEREIRA et al, 2015, p.108).

O termo monopólio, de acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteau, deriva do grego *Monos 'pó & Polae*n, vender. Significa “o contrato de quem compra e toma para si um gênero de mercadoria para o vender elle só. [...] Monopólios eram proibidos porque serviam de proveitos de poucos e danos de muitos” (BLUTEAU, 1789. p.561). Já no dicionário atual da língua portuguesa a palavra deriva de “tráfico, exploração, posse, direito ou privilégio exclusivo, açambarcamento de mercadorias para serem vendidas por alto preço e com exclusividade. E monopolizar é “fazer ou ter monopólio de explorar abusivamente, vendendo sem concorrentes, possuir exclusividade, abarcar.”⁷³

Os historiadores, ao afirmarem que José Pereira Arouca monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana, deixam subentendido que ele agia de maneira abusiva para obter exclusividade nas arrematações. Por acreditar-se que esta explicação é simplista, pois se baseia apenas em dados numéricos, os documentos foram revisitados, a sua trajetória pela cidade de Mariana reavaliada e seus concorrentes pesquisados. O esquadrinhamento dos documentos apontou que é necessário rever esta postura historiográfica, pois ao que tudo indica ele não agia de forma ilícita.

Para se entender melhor esta questão, se faz necessário compreender a mentalidade, o modo de viver e de pensar da sociedade na qual ele interagiu, cujas bases ainda eram as do Antigo Regime (HESPANHA, 2010, p.56). Depois, se faz necessário investigar quais as vantagens que José Pereira Arouca possuía em relação aos seus concorrentes.

⁷³ Disponível em: <https://www.significados.com.br/monopolio/>

A historiografia colonial defendeu, por um tempo, que a sociedade mineira adquiriu certa singularidade se comparada a outras regiões da América Portuguesa. Esta singularidade estaria ligada ao fato de que nas Minas houve maior mobilização e maior fluidez entre as camadas sociais. Dentre outros aspectos, esta flexibilidade estaria associada a facilidade com que os escravos adquiriam a sua liberdade, fosse por meio de mercês concedidas pelos seus senhores, fosse pela sorte de encontrarem ouro e, por meio dele, comprarem a sua manumissão.

Esta historiografia vem sendo revisitada e questionamentos acerca da relação senhor-escravo, brancos e negros nas Minas Gerais setecentistas vem sendo feitos. As novas perspectivas de análise ganharam força com as pesquisas de Laura de Mello e Souza (1982), nas quais a autora critica a tese da abundância do ouro e da ausência de uma hierarquia rígida na região aurífera. Entende-se que Laura de Mello e Souza reconhece que nas Minas houve uma maior fluidez entre as camadas sociais, porém, para a autora o enriquecimento continuou sendo apanágio de poucos. Contribuindo com os argumentos de Mello e Souza, Roberta Giannubilo Stumpf salientou que a singularidade que Minas Gerais apresentou foi devida à sua colonização recente, a sua atividade aurífera, o seu ambiente predominantemente urbano e a presença maciça de homens de cor, porém, apesar destes fatores, os padrões societários estamentais eram bem definidos. “Os desclassificados do ouro viviam a margem de um sistema que continuava a ser favorável apenas a minoria” (STUMPF, 2014, p.110).

José Joaquim da Rocha, o memorável vereador de Mariana, falou sobre isso em seu relato quando mostrou que em Minas Gerais, por volta de 1776, 78% dos habitantes eram negros. Esta estatística é uma comprovação de que na região mineira a riqueza se concentrava nas mãos de poucos. O homem de cor, o que não tinha “sangue puro, ” condição financeira favorável ou prestígio social dificilmente tinha acesso aos melhores serviços e as maiores oportunidades. Conforme vimos quando analisamos o funcionamento do processo de arrematação nas Minas, a própria estrutura burocrática não permita que os construtores de menor poder aquisitivo tivessem acesso às maiores obras, por isso, elas sempre recaíam nas mãos dos reinóis ou daqueles considerados os “homens bons” da sociedade.

Além das questões culturais que o favoreciam, José Pereira Arouca possuía uma série de vantagens em relação aos seus concorrentes e, estas vantagens, certamente, contribuíram para que ele se tornasse o maior construtor de Mariana. Na biografia do construtor, amplamente discutida no primeiro capítulo desta tese, viu-se que, muito

provavelmente, quando ele chegou em Mariana, por volta de 1750, ele já possuía recursos. Afinal, o seu primeiro trabalho na cidade foi como avalista de uma grande construção religiosa, a igreja da irmandade de São Pedro dos Clérigos (MARTINS, 1974). Logo, enquanto a maioria dos construtores portugueses se enriqueceram nas Minas, é provável que ele tenha chegado com uma condição financeira mais favorável.

Ele adotou as mesmas estratégias na busca de distinção social que os demais construtores, porém, em todas elas, ele se destacou. Enquanto a maioria se filiava à membresia das associações religiosas, Arouca atingiu o posto de Ministro de uma das mais importantes Ordens Terceiras das Minas Gerais setecentista, a Ordem de São Francisco de Assis de Mariana. No Senado, além de ele ter sido juiz de ofício de pedreiro e de carpinteiro, como muitos construtores o foram, ele foi, também, tesoureiro. A tesouraria consistia num cargo de muita responsabilidade, pois além de envolver as finanças, quem a assumia se reportava diretamente à Coroa. Nas milícias, ele recebeu, ao invés de uma, duas patentes militares: a de Porta-estandarte da 2ª Companhia do 1º Regimento Auxiliar de Mariana e a de Alferes (MARTINS, 1974, p.72).

Assim como os outros construtores, José Pereira Arouca também participou das redes creditícias que envolveram os artífices mineiros do século XVIII. Há provas contundentes (MENEZES, 1978, p.59-60), deixadas por ele mesmo, que confirmam que, após a sua morte ocorrida em 1795, muitos credores e devedores recorreram ao seu testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca, para acertar contas da sua testamentaria.

Declaro que tenho contas com João Gomes Pereira, caso eu não as ajuste em minha vida, meu testamenteiro as ajustará, e também tenho contas com Manuel Marinho, da Olaria, e com a testamentaria de Francisco Pereira de Faria, e com outras várias pessoas, e não as tenho justas, meu testamenteiro as ajustará, e também devo á várias pessoas por créditos e por contas, o que tudo depois de ajustadas as contas, sendo verdadeiras, meu testamenteiro satisfará sem contenda de justiça (MENEZES, 1978, p. 85).

Apesar de José Pereira Arouca ter adotado as mesmas estratégias, que os demais construtores, para se manter no mercado de trabalho e de se destacado em, praticamente, todas elas, acredita-se que o principal motivo que o levou a se tornar o maior arrematante de obras na cidade de Mariana foi a estrutura da sua oficina. Em testamento ele declarou

que possuía 50 escravos⁷⁴. Este número, se comparado a quantidade de cativos de seus concorrentes⁷⁵ era consideravelmente maior. Com esta quantidade de trabalhadores além de ele conseguir aumentar a capacidade de sua fábrica, atingia ainda o tão almejado status que os construtores buscavam. Para Roberta Giannubilo Stumpf: “Nas Minas, como em toda a América portuguesa, também a notoriedade estava ancorada na posse de cativos e no distanciamento de qualquer atividade que as leis e a opinião pública reconheciam como degradantes” (2014, p.163). A quantidade de escravos que Arouca possuía leva a supor que ele foi o construtor com maior número de cativos da Capitania mineira. O cruzamento de informações extraídas do seu testamento,⁷⁶ inventário,⁷⁷ e de outros documentos avulsos (MENEZES, 1978) possibilitou descortinar os nomes de pelo menos 29 dos seus 50 escravos. Esta mesma documentação possibilitou, também, revelar que entre eles havia trabalhadores especializados em diversos ofícios.

Quadro 08: Escravos arrolados no testamento, no inventário e em doc. avulsos sobre José Pereira Arouca.

Nome	Idade	Especialização
André Angola	40 anos	Cabouqueiro
Antônia Mulata	55 anos	Sem ofício
Antônio Carioca	65 anos	Pedreiro
Antônio Friz		
Antônio Grande Angola	50 anos	Serrador
Bernardo Arouca		

⁷⁴ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Testamento de José Pereira Arouca - ano de 1795 – Livro de registro de Testamentos, nº 42, 116 v.

⁷⁵ José Pereira dos Santos, por exemplo, possuía 05 escravos domésticos e 27 em uma propriedade rural. Francisco de Lima Cerqueira encerrou seus dias com apenas um escravo. Manoel Francisco Lisboa assumiu que possuía 03 cativos. Da mesma forma, a média de cativos que seus concorrentes nas arrematações públicas de Mariana declaram possuir ficou entre 8 a 12 escravos. Fontes: DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A Cultura Arquitetônica nas Minas Gerais e seus Antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. p. 349- 422.

⁷⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana –Testamento de José Pereira Arouca – Livro de Registros de Testamentos do 1º ofício.

⁷⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários Avulsos. Inventário de José Pereira Arouca. Ofício Indeterminado (1º ofício) Caixa 01. Doc. 06 – 1º Livro dos inventários – Tesoureiro José Maximiano da Rocha.

Caetano Angola	35 anos	Sem ofício
Cipriano		
Domingos Angola	58 anos	Serrador
João Angola	44 anos	Carpinteiro
João Caetano Crioulo	33 anos	Carpinteiro
Joaquim Angola	42 anos	Cabouqueiro
Joaquim Mina		Coartado
Joaquim Preto		
Lourenço Angola	55 anos	Sem ofício
Manuel Angola Candimba	45 anos	Ferreiro
Maria Angola		
Maria – Escrava de Maria Teixeira		
Matheus/ Candimba	45 anos	Pedreiro
Miguel Canbimba		
Pedro Angola	60 anos	Carpinteiro
Pedro Mina		
Sebastião Mina		
Thomás Mina		
Francisco Xavier		
Crioula Domingas		
Escravo de Vitoriana Machado		
Escravo de João Moreira		

Fontes: - Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários Avulsos- Inventário de José Pereira Arouca - Ofício Indeterminado (1º ofício) Caixa 01. Doc. 06 – 1º Livro dos inventários – Tesoureiro José Maximiano da Rocha. Testamento de José Pereira Arouca - ano de 1795 – Livro de registro de Testamentos, nº 42, 116 v. e ainda: MENEZES; Ivo Porto de. José Pereira Arouca. *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 5 (1978).

Com esta quantidade de escravos, além de poder atender a vários comitentes ao mesmo tempo, dividindo a sua mão-de-obra pelas edificações, José Pereira Arouca ainda podia oferecer melhores preços, pois o fato de residir em Mariana e de não precisar deslocar trabalhadores provavelmente interferia no valor das obras.

Um outro ponto a considerar, que é de muita relevância para compreender que José Pereira Arouca não monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana, é a análise do perfil dos seus concorrentes. Um levantamento realizado pelos historiadores Carlos Alberto Pereira, Crislayne Alfagalli e Fabiano Gomes da Silva revelou os nomes dos principais arrematantes de obras públicas da cidade de Mariana no período de 1715 a 1863. Como o recorte temporal, proposto pelos historiadores foi mais extenso do que o desta tese (1753-1800), foram selecionados apenas os construtores que atuaram no período proposto por este estudo, ou seja, no mesmo período que José Pereira Arouca atuou na cidade. Desta forma, detectou-se que os principais concorrentes dele nas arrematações públicas de Mariana foram: Sebastião Martins da Costa, João de Caldas Bacelar, Cosme Fernandes Guimarães e Francisco Alves Quinta, conforme mostra o quadro:

Quadro 09 - Principais arrematantes de obras públicas (Mariana, 1753 – 1800)

Arrematante	Número de obras	Soma das obras	Período
José Pereira Arouca	28	24:227\$600	1768-1794
Sebastião Martins da Costa	6	2:539\$500	1746-1769
João de Caldas Bacelar	15	2:316\$265	1758-1773
Cosme Fernandes Guimaraes	16	1:587\$320	1753-1778
Francisco Alves Quinta	14	1:430\$120	1790-1805

Fonte: (PEREIRA et al, 2015, p.109).

Com base nestes nomes, buscou-se os seus inventários e testamentos e detectou-se que todos eles eram portugueses, que todos haviam se filiado às Ordens terceiras do Carmo ou de São Francisco de Assis de Mariana e que todos declararam possuir bens móveis e imóveis. Porém, a análise realizada levou a concluir que o que os diferenciou de José Pereira Arouca foi o plantel de escravos, associado ao fato de que nenhum deles

alcançou o posto de Ministro nas Ordens terceiras que congregavam, nem tampouco o de tesoureiro no Senado da Câmara. De acordo com os documentos:

Sebastião Martins da Costa⁷⁸ – Era português, natural da Vila de São Pedro de Tomar, Arcebispado de Braga. Filho legítimo de Antônio Martins e Maria da Costa. Declarou que era irmão professo da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana e que possuía 14 escravos. Seu nome aparece atrelado às obras na antiga Casa de Câmara e Cadeia, na igreja de Nossa Senhora do Rosário e à construção da ponte de São Sebastião em Mariana.

João de Caldas Bacelar⁷⁹ – Era português, natural da freguesia de São Pedro de Cima, bispado de Braga. Filho legítimo de João Pires e Benta de Caldas Bacelar. Declarou que era membro da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana e que possuía 30 escravos, além de outros bens móveis e imóveis. Seu nome está atrelado a obras na Catedral Sé de Mariana, na igreja de Nossa Senhora das Mercês, bem como na construção de calçadas e pontes na cidade. Foi sócio de José Pereira Arouca na construção da Casa Capitular de Mariana.

Cosme Fernandes Guimarães⁸⁰ – Era português, natural do Termo de Guimaraes, Arcebispado de Braga. Filho legítimo de Tertúrio Gonçalves e Regina Fernandes. Declarou que era irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana e que possuía 12 escravos. Realizou exame de ofício na Câmara de Mariana no ano de 1739. Em 1752 foi eleito escrivão do ofício de carpinteiro e em 1754 foi juiz do mesmo ofício. Trabalhou na Catedral da Sé, foi nomeado louvado na igreja de Nossa Senhora do Rosário e fez consertos nas pontes dos Monsús e na do Seminário.

⁷⁸ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Auto de inventário. 1769. Códice 89. 2ª ofício, Auto 1923. Ver também: MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, **27** (1974):218-219. PEREIRA, Fabrício Luiz. Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015. p. 162-163.

⁷⁹ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Auto de inventário. Códice 92. 1º ofício, Auto 1928. Ver também. MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, **27** (1974):218-219. PEREIRA, Fabrício Luiz. Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015. p. 162-163.

⁸⁰ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Registro de Testamentos. Livro 41. Pg. 27.v. 1º ofício. Ver também: MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, **27** (1974):218-219. PEREIRA, Fabrício Luiz. Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015. p. 162-163.

Francisco Alves Quinta⁸¹ – Era português, natural da freguesia de Bento de São Miguel, Termo da Ponte de Cima, Arcebispado de Braga. Filho legítimo de Manuel Alves e Maria Pereira. Declarou que era membro da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana e que possuía 13 escravos. Há registros dele atuando na igreja de Nossa Senhora do Carmo, na de Nossa Senhora das Mercês e na Catedral Sé de Mariana, onde trabalhou ao lado de Romão de Abreu e Francisco Machado da Luz em obras no frontispício. Em 1803 foi escrivão do ofício de pedreiro e, em 1814 e 1815 foi juiz do mesmo ofício.

Com base nestas informações, percebe-se que, com exceção de Joao de Caldas Bacelar, que declarou possuir 30 escravos, os outros construtores afirmaram possuir de 12 a 14 cativos, números pequenos comparados aos 50 escravos de Arouca.

Mediante ao exposto fica evidente que José Pereira Arouca não precisou agir de má fé para se tornar o maior empreiteiro da Mariana Setecentista. Na sociedade em que ele vivia a riqueza se concentrava nas mãos de poucos, conseqüentemente os melhores serviços e oportunidades também. Se voltarmos na história e analisarmos quem foram os homens que ocuparam as posições de destaque, tanto na esfera pública quanto na religiosa na sociedade colonial mineira, vamos perceber que eles possuíam perfis sociais semelhantes ao de José Pereira Arouca.

Contribuindo com todos estes argumentos, apresenta-se um último questionamento: se José Pereira Arouca monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana, como explicar o fato de ele também ter se destacado nas arrematações religiosas. Como explicar ainda, o fato de ele ter sido o arrematante da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana, considerada, juntamente com a igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, uma das mais importantes da cidade. Por fim, como explicar o fato de ele ter se tornado o construtor oficial do Cabido da Sé? Essas questões serão tratadas no próximo capítulo.

⁸¹ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Registro de Inventário. Códice 139. 2º ofício. Auto 2801. Ver também: MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artificies dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, **27** (1974):218-219. PEREIRA, Fabrício Luiz. Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015. p. 162-163.

Capítulo III

José Pereira Arouca e as obras religiosas:
entre contratos, condições e riscos



Pormenor da trapeira da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Obra arrematada por José Pereira Arouca no ano de 1782. Foto da autora.

CAPÍTULO 3

3.1 José Pereira Arouca em Mariana

Além de ter tido grande êxito nas arrematações públicas de Mariana, José Pereira Arouca também se destacou nas arrematações religiosas. Ele prestou serviço para as irmandades de São Pedro dos Clérigos, de Nossa Senhora das Mercês, para o Cabido da Sé e para as duas Ordens terceiras da cidade, a de São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora do Carmo. Ao atender a estes comitentes, ele construiu, reformou, realizou pequenos ajustes, emitiu laudos técnicos e ainda esculpiu fontes, pias e lavabos. Neste tópico, não será abordada a sua participação na construção da antiga Casa Capitular e nem da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Estas obras, juntamente com a da Casa de Câmara e Cadeia, são consideradas as mais importantes de José Pereira Arouca e, por isso, serão analisadas em um capítulo à parte.

Na igreja de São Pedro dos Clérigos ele atuou como fiador. O documento que comprova este fato foi publicado na Revista do Anuário do Museu da Inconfidência no ano de 1954 e, mais tarde, rerepresentado por Judith Martins (1974, p.60). Trata-se de uma escritura firmada entre a irmandade e o arrematante e dela consta que foram apresentados 11 fiadores, entre os quais José Pereira Arouca. Sobre esta igreja, sabe-se que seu projeto arquitetônico foi atribuído a Antônio Pereira de Souza Calheiros,⁸² o arrematante oficial da obra foi José Pereira dos Santos (MARTINS, 1974, p.205) e Arouca, como já dito, fez parte do grupo dos 11 fiadores. No documento, está registrado que os avalistas se comprometeram a assumir a construção em caso de morte, falência de bens ou por qualquer outro motivo que envolvesse a ausência do arrematante. Dos onze fiadores apresentados, nove declararam residir na cidade de Mariana e quanto aos outros dois, um era natural de Santa Maria do Suaçuí e o outro de Antônio Pereira.

[] fiadores e principais pagadores, José Soares Migueis morador do Suasushi, Sebastião Esteves morador em Antônio Pereira, o Alfêres Thome Soares de Brito, Domingos José de Oliveira,

⁸² Antônio Pereira de Souza Calheiros foi um nobre português que veio para a América por volta de 1730. Em Minas Gerais ele trabalhou como mestre-de risco, atuando inclusive ao lado de Antônio Francisco Lisboa. Dentre as cidades em que ele trabalhou se encontram: Ouro Preto, Mariana e São João Del Rey. Sobre Antônio Pereira de Souza Calheiros consultar: MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, **27** (1974):143, ou ainda: DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A Cultura Arquitetônica nas Minas Gerais e seus Antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

Manoel Pacheco Ferreira, Manoel Francisco Lisboa, Martinho Fernandes, Antônio Ribeiro, José Pereira Arouca, Manoel de Brito, Domingos Pinto Coelho Pena, moradores nesta cidade.⁸³

A iniciativa de construir a igreja da irmandade dos Clérigos partiu de Dom Frei Manoel da Cruz, arcebispo de Mariana. Segundo o cônego Raimundo Trindade, ao perceber que os irmãos não possuíam recursos para edificar a própria sede, D. Frei Manoel tomou algumas providências. Ele nomeou coletores por toda a freguesia para arrecadar verbas e investiu recursos próprios na obra. Sobre o valor doado pelo arcebispo conta o cônego Trindade que foi por volta de três mil cruzados. “Reza o primeiro que em seu testamento o venerado prelado contemplou com três mil cruzados a suntuosa igreja de São Pedro que fundou em Mariana (TRINDADE, 1945, p.164-165). De posse dos recursos necessários, a irmandade escolheu o lugar adequado para a edificação do templo e, como se sabe, a escolha não fugiu à regra dos locais que vinham sendo praticados por outras irmandades mineiras que escolhiam, geralmente, sítios altos. Desta forma, no ano de 1753 e no lugar onde, atualmente, é conhecido como Colina de São Pedro se iniciou a construção. Tudo leva a crer que a obra fluiu bem até o ano de 1762, quando aconteceu a morte do arrematante. “José Pereira dos Santos faleceu em 18 de julho de 1762, solteiro, aos 43 anos de idade, sendo sepultado na igreja do Carmo de Ouro Preto, conforme desejo expresso no seu testamento” (DANGELO, 2006, p.350). Pela ordem natural dos fatos, após a morte do arrematante os que deveriam dar continuidade à construção seriam os fiadores, porém silenciaram-se os documentos e não foram encontrados vestígios de quem a assumiu. Contudo, acredita-se que os fiadores se inteiraram da obra, afinal, este era o costume daquela sociedade, na qual mediante a morte do arrematante eram os fiadores quem davam continuidade à edificação. Dos doze fiadores apresentados, José Pereira Arouca era o que talvez tivesse maior aproximação com José Pereira dos Santos. Afinal foi ele quem deu continuidade a outros projetos deste construtor, como o da Casa de Câmara e Cadeia e o da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis. Além do mais, ao que tudo indica, havia grau de parentesco entre eles.

Se a hipótese do trabalho estiver correta, ou seja, se Arouca tiver dado continuidade às obras da igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana, após a morte de José Pereira dos Santos, ele estaria entre os poucos construtores que ergueram igrejas de

⁸³ Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto. Escritura de obrigação e fiança e condições que faz a Irmandade do Senhor Sam Pedro desta cidade e José Pereira dos Santos para efeito de se fazer a nova Capela do Santo nesta cidade. *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. 3 (1954):137- 139.

plantas elípticas em Minas Gerais. Os arquitetos André Guilherme Dornelles Dangelo (2006, p.326-364) e Rodrigo Espinha Baeta (2002, p. 291-292) ressaltam que este modelo constituiu uma raridade nas Minas e que, ao longo do século XVIII, só foram edificadas três igrejas com esta arquitetura em toda a região: a do Rosário dos Pretos de Ouro Preto, a de São Pedro dos Clérigos de Mariana e a capela da Ordem terceira de São Francisco de Assis de São João Del Rei. Coincidentemente, as duas primeiras igrejas foram projetadas por Antônio Pereira de Souza Calheiros e arrematadas por José Pereira dos Santos e, provavelmente, tiveram a participação do mestre José Pereira Arouca.

As plantas elípticas não eram recomendadas pela igreja católica, no tratado de arquitetura de São Carlos Borromeu⁸⁴, O religioso foi incisivo ao dizer que as plantas redondas eram destinadas a templos pagãos pois elas eram usadas para cultuar ídolos. Ele ressaltou que os cristãos não deveriam se inspirar neste tipo de arquitetura, mas que deveriam edificar suas igrejas de forma que elas se assemelhassem a uma cruz.

Mas é sem dúvida melhor o tipo de edifício, quase sempre usado desde os tempos apostólicos, que mostra a forma da cruz, como se observa nas sacras basílicas romanas maiores, construídas deste modo. É verdade que edifícios de tipo redondo (rotundi species) estiveram antigamente em uso nos templos dos ídolos, mas são menos usados pelo povo cristão. BORROMEU, 1985, I, III)

Talvez tenha sido este o motivo porque há poucos exemplares de igrejas com plantas elípticas em Minas Gerais, talvez ainda a razão tenha sido porque, de acordo com os pesquisadores citados, este modelo não teve precedentes em Portugal. As pesquisas mostram que igrejas com esta arquitetura foram mais comuns na região da Baviera, que compreende a Alemanha. Os investigadores asseguram que foram as gravuras vindas desta região e que circularam pela Capitania de Minas Gerais que influenciaram a construção de igrejas com plantas elípticas. A planta da igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana apresenta duas elipses entrelaçadas e um módulo retangular na parte posterior,

⁸⁴ De acordo com Sabrina Mara Sant'Anna o texto de São Carlos Borromeo, que em sua origem foi redigido em latim, foi determinado no III Concílio Provincial de Milão, realizado em 1573. Em 1588 o texto foi traduzido para o italiano, depois em 1643 foi publicado em francês e mais tarde, em 1882, foi traduzido para o inglês. A partir desta última data o compêndio foi traduzido em várias línguas, sendo a tradução em espanhol datada de 1985. Esta última é a versão é a utilizada nessa tese. Fonte: SANT'ANNA, Sabrina Mara. *Sobre o meio do altar: os sacrários produzidos na região centro-sul das Minas Gerais setecentistas* –Tese de doutorado em História. Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Minas Gerais UFMG. 2015.

onde se encontra a sacristia. As torres contrastam com o corpo elíptico, pois são de seção quadrada.



Figura 03: Igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana – Foto da autora

Independente de José Pereira Arouca ter dado continuidade à construção desta igreja, deve-se levar em conta o fato de ele ter sido um dos corresponsáveis por esta obra. Esta constatação suscita alguns questionamentos: primeiramente revela que, muito provavelmente, ele acompanhou o levantar das paredes elípticas e o executar do ousado projeto de Antônio Pereira de Souza Calheiros. Isto mostra que ele estava atento às inovações arquitetônicas que se infiltraram por Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Sugere também que ele possuía uma condição financeira privilegiada, pois, ao fiador era imprescindível a comprovação de bens. E por fim, o fato de ele ter sido fiador na igreja de São Pedro dos Clérigos mostra que, logo em seu primeiro trabalho, ele se relacionou com alguns dos mais importantes construtores do período colonial. Antônio Pereira de Souza Calheiros, José Pereira dos Santos e Manuel Francisco Lisboa foram grandes arrematantes, tanto em Mariana, como em Ouro Preto e em outras cidades. Estes artificios provavelmente contribuíram para que José Pereira Arouca se inserisse nas redes de sociabilidade que existiam entre os construtores do período colonial.

Após este primeiro trabalho, José Pereira Arouca deu início a um intenso período de atuação na cidade de Mariana que só terminou em 1795 com a sua morte. Em 1762, ele prestou serviço para a Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo e para a irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Dos registros dos Carmelitas consta que ele trabalhou para a Ordem em dois períodos distintos. O primeiro foi em 1762, quando a igreja ainda era a provisória⁸⁵. Os documentos informam que, neste ano, ele foi contratado para executar trabalhos na parte hidráulica, mais especificamente, para promover mudanças no encanamento. “1762 - Recebeu 18/2 da “mudança de cano” (fls. Avulsa de receita e despesa da Irmandade do Carmo, maço 1, fls. 1)” (MARTINS, 1974, p.68). O outro momento foi ao longo da construção do templo definitivo, este que existe hoje. Consta dos livros da Ordem que foi repassado para Francisco Fernandes Arouca, seu testamenteiro, no ano de 1799, valores referentes aos trabalhos que José Pereira Arouca havia executado nesta igreja. Infelizmente, os documentos não revelam quais trabalhos foram estes.

1799 Pagou-se ao Alferes Francisco Fernandes Arouca ttº de José Pereira Arouca por conta do que esta venerável Ordem lhe ficou devendo, e mais 164/8s., ¾ e 6vs, a conta do que esta venerável Ordem 3º lhe deve, como ttº do Alferes Arouca” (fls. Cit. Maço 2 fls. 66 v) (MARTINS, 1974, p.68).

Ainda na década de 1760, José Pereira Arouca deu início às obras de reconstrução da igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana. Porém, o ano exato desta arrematação tem sido motivo de discórdia entre alguns pesquisadores.⁸⁶ O que revelam os documentos é que ele concluiu as obras desta igreja entre os anos de 1772 e 1773, louvou outras obras em 1777 e assentou duas janelas no coro em 1790 (MARTINS, 1974, p.66). Os registros não esclarecem quando foi que ele iniciou a reconstrução e, nem tampouco, esclarecem

⁸⁵ A capela de Nossa Senhora do Carmo foi a primeira a ser erguida na cidade de Mariana e até a edificação do templo definitivo, que ocorreu em 1774, os irmãos se reuniram em vários lugares. No ano de 1758 eles congregavam na capela de São Gonçalo, porém, em decorrência de desentendimento entre as partes eles tiveram que se mudar. Sobre este assunto, verificar: VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyer LTDA. 1938. p. 44.

⁸⁶ Existem divergências entre os pesquisadores acerca do início da construção da igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana. Para o cônego Raimundo Trindade as obras teriam começado em 1769, já para Salomão de Vasconcellos foi em 1787. Porém, se Arouca as concluiu por volta de 1772 ou 73, conforme asseguram os documentos que foram apresentados por Judith Martins, logo a data correta seria a do cônego Raimundo Trindade, ou seja, 1769. Ver: VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyer LTDA. 1938. p. 70. Ver também: Arquivo do IPHAN – Inventário Nacional dos bens móveis e integrados de Minas Gerais – Módulo 02 – Mariana – Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Ministério da Cultura PPHAN – Pró-memória – Volume 05.

sobre quais serviço foram entregues nestas datas. No entanto, Raimundo Trindade afirma que foi por volta de 1769 que as obras tiveram início.

Como se viu, há uma série de lacunas na história da participação de José Pereira Arouca tanto na igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, como na igreja de Nossa Senhora das Mercês. As informações que constam dos livros destas associações religiosas são obscuras e não esclarecem o que, de fato, ele teria executado em cada uma das igrejas. Porém, o cruzamento dos inventários e dos testamentos dos artifices que trabalharam nestas construções levaram a algumas pistas.

Nos inventários⁸⁷ das respectivas igrejas depara-se com um nome que chamou atenção, Romão Abreu. Este nome é recorrente nas obras que foram arrematadas por José Pereira Arouca. Este artífice trabalhou na igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis, na Catedral Sé de Mariana e no Palácio dos Bispos. Em testamento ele declarou que José Pereira Arouca lhe devia valores referentes a serviços realizados na Casa de Câmara e Cadeia e que João de Caldas Bacelar, sócio do Arouca, havia lhe passado as obras da Casa Capitular de Mariana pelo valor de 300 mil réis.

Declaro que tenho contas com a testamentaria do Fallecido Alfrs. José Pereira Arouca e já deey conta extrahida dos meus assentos e p. q. não ficou concluda meys ttr^{os} os farão concluir acabada q seja a obra da Cadeya. Declaro que ajustey a obra da Casa Capitular com João de Caldas Bacelar pelo preço de trezentos mil reis e tenho recebido algumas parcelas das quais passei recibo (MARTINS, 1974, p.15)

Ao se investigar a vida de Romão de Abreu, detectou-se que ele havia sido batizado na Catedral Sé de Mariana, que era filho de Mônica Maria dos Prazeres e de pai desconhecido. Descobriu-se ainda que ele atuava como carpinteiro na cidade e que era irmão da Arquiconfraria do Cordão de São de Francisco. A historiadora Maria Clara Caldas Ferreira Soares estudou o perfil dos membros desta arquiconfraria e revela que predominavam entre eles homens pardos, porém a irmandade não impedia que escravos fizessem parte do seu quadro de irmãos.

Embora no mundo católico a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco agremiasse fiéis de várias qualidades, no bispado de Mariana, a associação religiosa reuniu, majoritariamente homens e mulheres pardos. Conforme difundido pela historiografia. [] a

⁸⁷ Arquivo do IPHAN – Inventário Nacional dos bens móveis e integrados de Minas Gerais – Módulo 02 – Mariana – igreja de Nossa Senhora das Mercês. Ministério da Cultura PPHAN – Pró-memória – Volume 05.

agremiação aceitava também escravos, desde que o senhor aceitasse o ingresso (FERREIRA, 2015, 200-201).

Inicialmente, cogitou-se a hipótese de Romão de Abreu ter sido um dos escravos de José Pereira Arouca, porém, esta possibilidade foi descartada quando se descobriu que ele havia alcançado o cargo de Ministro da Arquiconfraria do Cordão de São de Francisco de Mariana,⁸⁸ e que havia prestado, no ano de 1778, exame para o ofício de carpinteiro na Câmara de cidade (PEREIRA, 2015, p. 228). A hipótese da tese é a de que Romão de Abreu tenha sido um trabalhador livre para quem José Pereira Arouca terceirizou alguns serviços.

Na igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, Romão de Abreu trabalhou no emadeiramento e na cobertura da capela mor (MARTINS, 1974, p.13). E na igreja das Mercês ele trabalhou, entre os anos de 1772 a 1798, fazendo mesas, assentando portas e janelas, construindo as torres, o arco cruzeiro, o arco do coro e realizando o campamento de todo o assoalho (PEREIRA, 2015, p. 162). Se a hipótese estiver correta, estas obras teriam sido arrematadas por José Pereira Arouca, no entanto terceirizadas para Romão de Abreu.

Coincidentemente, a fachada da igreja da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco⁸⁹, onde Romão de Abreu chegou a ser Ministro, lembra a fachada da igreja de Nossa Senhora das Mercês, com a ressalva de que na primeira, as paredes são chanfradas. Salomão de Vasconcellos ressaltou a semelhança entre estas duas igrejas e inferiu as seguintes palavras:

A construção da Capela actual deve ter sido mais ou menos contemporânea das obras do Archiconfraria de São Francisco. Primeiro, pelo estylo mais simples, tanto de exterior como dos altares, e em segundo lugar por se achar ella, como até hoje, em uma das travessas alinhadas de accordo com a planta de Alpoim, quando se fez a Cidade (VASCONCELLOS, 1938, p.70).

⁸⁸ Sobre a atuação de Romão de Abreu como ministro da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco de Mariana, consultar: FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana: trajetória, devoção e arte*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015. p 82 - 86.

⁸⁹ De acordo com Maria Clara Caldas Ferreira, a data que consta no frontispício da igreja da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco (1769) não corresponde a data da sua edificação, mas sim a do ano em que a associação religiosa foi instituída na cidade de Mariana. Para a autora, a igreja foi erguida por volta de 1784, quando foram aprovados os seus estatutos. A construção da igreja das Mercês de Mariana, foi construída, provavelmente no ano de 1769, conforme assegurou o conego Raimundo Trindade. Portanto, a data da instituição da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco, coincide com data da construção da capela das Mercês de Mariana. Fonte: FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana: trajetória, devoção e arte*. (Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015. p 82 a 86.

A semelhança na ornamentação interna entre as igrejas levou o mesmo historiador a supor que, talvez, elas tivessem tido um projeto único: “vê-se, em tudo, que o architecto ou o desenhista que concebeu e executou a ornamentação interna nas duas igrejas foi um só e o mesmo (VASCONCELLOS, 1938, p.71). Portanto, o que chama atenção nas histórias destas igrejas é a ligação que elas possuem com Romão de Abreu e com a oficina do José Pereira Arouca.



Figura 04: Igreja de Nossa Senhora das Mercês - Mariana Foto da autora



Figura 05: Igreja da Arquiconfraria do Cordão do São Francisco – Mariana - Foto da autora

No ano de 1763 José Pereira Arouca deu início a uma longa parceria de trabalho com os cônegos do Cabido da Sé de Mariana e com este comitente ele firmou quatro contratos distintos. Em 1763 ele arrematou uma série de obras na Catedral de Nossa Senhora de Assunção, de acordo com Judith Martins (1974); de 1763 a 1789 ele recebeu pagamentos referentes aos serviços prestados a esta igreja. Infelizmente, a maioria dos recibos pagos ao construtor não especifica quais foram os trabalhos realizados, apenas informam acerca dos pagamentos.

1763 a 1766 – recebeu, por trabalhos não especificados, 27\$337, mais 24\$075 e consta do documento n.º s 7 e 21; juntamente com Manoel Pereira Sales recebeu 44\$200 e consta do rec. n.º 21. [...] 1776 a 1781 – Recebeu 139\$500 e mais 191\$800, por trabalhos não especificado e consta de rec. °S.⁹⁰ [...] 1789 recebeu 77\$400 dos concertos de retelhar, caiar e o mais que consta de sua conta (MARTINS, 1974, p.68).

Os poucos documentos que lançam luz sobre as obras que José Pereira Arouca realizou na Catedral Sé de Mariana comprovam que ele realizou serviços para o órgão, confeccionou a pia batismal, consertou as torres e trabalhou no telhado.

1776 a 1784 – Recebeu 9\$600 de obras p.^a o órgão e consta do rec.º n.º 9; 100\$000 da “Pia Baptismal” e 76\$800 de obras que fez para a Sé; 55\$575 de resto das mesmas obras; 113\$787 e ½ de mais obras constantes de rol; 259\$500 do concerto da torre; 19\$800 de vários concertos para a Sé; 300\$000 dos Ramos de 1776 the 1784 (MARTINS, 1974, p.68)

Além destes serviços, o cônego Raimundo Trindade afirma que coube à oficina de José Pereira Arouca ampliações na sacristia e a construção de uma sala anexa chamada “sala dos caixões ou dos armários” (TRINDADE, 1945, p.228). Estas últimas obras teriam sido executadas quando Arouca estava construindo o prédio da Casa Capitular, por volta do ano de 1770. O edifício, como se sabe, foi erguido rente às paredes da sacristia da Sé. Há ainda um outro historiador, João Orestes, que afirma que Arouca atuou como arquiteto nas inúmeras reformas que a Sé de Mariana sofreu a partir de 1745 (ORESTES, 2005, p.19). É provável que Orestes tenha razão, afinal, a maioria dos trabalhos que ele executou nesta igreja não foi identificada.

Sobre o trabalho que ele executou para o órgão, o que os documentos revelam é que ele recebeu 9\$600 pelos serviços prestados.⁹¹ Se este valor é comparado com os valores que ele costumava praticar por outros serviços, constata-se que é um valor, significativamente, baixo. Para esculpir a pia batismal, por exemplo, ele cobrou 100\$00 e para consertar as torres 259\$500. Com base nestes preços, acredita-se que o trabalho que ele executou para o órgão da igreja foi bastante pontual e, provavelmente, ele não dispendeu de muito tempo e nem de muitos trabalhadores para executá-lo. Ivo Porto de

⁹¹ De acordo com Ivo Porto de Menezes o assentamento do órgão da Catedral Sé de Mariana ocorreu no ano de 1753 e foi realizado por meio de uma iniciativa do Reverendo Cônego Vicente Gonçalves Jorge de Almeida. Por este serviço foi pago a quantia de 756\$037. Consultar: MENEZES, Ivo Porto de. *Matriz e Catedral de Mariana. O órgão Arp Schnitger*. Mariana: Edição do Autor, 2014. p. 75.

Menezes (2014, p.75) ressalta que as obras que o órgão da Sé de Mariana demandava com frequência eram as de afinação dos foles, porém, dificilmente Arouca possuía esta habilidade.



Figura 06: órgão Arp Schnitger – Catedral Sé de Mariana – Foto da autora

Da mesma forma é estranho o fato de ele ter recebido pela confecção dos “*toburnos*”⁹² para os santos óleos, conforme mostra o documento que consta nos livros da igreja. “Paguei a José Pereira Arouca dos toburnos para os Santos Óleos, recibo n° 56 – 14\$00 (fls. 109)” (MENEZES,1978, p.66). Os objetos litúrgicos eram confeccionados pelos ourives, não por pedreiros e carpinteiros. A hipótese da tese é a de que no conjunto de suas arrematações constavam serviços que fugiam às suas especialidades e, sendo assim, ele os terceirizava. Ivo Porto de Menezes publicou uma documentação que mostra que após a morte do Arouca um número considerável de entalhadores, ferreiros, ourives, canteiros e demais artificies recorreram ao seu testamento para requerer pagamentos não efetuados. Esta documentação comprova que era uma prática de José Pereira Arouca terceirizar alguns serviços.

Diz Francisco Ferreira dos Santos que falecendo da vida presente o Alferes José Pereira Arouca, lhe ficou devendo um mil réis, procedidos do que venceu de trabalho de seu ofício de canteiro, e como ficou por seu testamenteiro Francisco Fernandes Arouca, quer o suplicante que este lhe responda a dívida que tem, na satisfação do referido e não a tendo, lhe passe mandado para ela e pede a Vossamercê seja servido assim o mandar. E receberá mercê (MENEZES, 1954, p.59-95).

A pia batismal, que atualmente, se encontra no batistério da catedral de Mariana em frente a tela “*O Batismo de Jesus*” de Manoel da Costa Atháide, foi executada por José Pereira Arouca em parceria com Francisco Vieira Servas⁹³. Ao mestre Arouca coube a parte inferior, um trabalho em pedra sabão no qual se percebe elementos fitomorfos e a Francisco Viera Servas a tampa de madeira que foi ornamentada com os mesmos elementos decorativos.

No corpo da torre esquerda da Catedral, encontra-se o batistério, local onde os fiéis nascem para a fé cristã através do Sacramento do Batismo. Esse espaço sagrado possui dois belos elementos artísticos: a pia batismal, de pedra sabão, com sua base esculpida com ornatos delicados atribuídos a José Pereira Arouca. A tampa da pia batismal é atribuída a Francisco Vieira Servas. A tela com

⁹² Nos vários dicionários consultados para este estudo, tanto nos de época, quanto nos eclesiásticos, não encontramos a palavra “toburno”, mas sim “turíbulo,” que compreende o incensário que é usado nas celebrações. Acredita-se que possa ter havido erro de transcrição do documento, e a palavra correta seria turíbulo.

⁹³ Francisco Vieira Servas foi um influente entalhador que trabalhou em muitas igrejas mineiras, dentre elas: Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Catas Altas, Catedral de Nossa Senhora de Assunção, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de São Francisco de Assis, estas últimas em Mariana. Além de ter trabalhos em Sabará e Barra Longa.

a representação do Batismo de Jesus foi pintada por Manoel da Costa Athaíde.⁹⁴



Figura 07: Pia batismal da Catedral de Nossa Senhora de Assunção: Mariana - Foto da autora

Conforme já se mencionou, era costume do José Pereira Arouca esculpir pias, lavabos e chafarizes. Há registros que comprovam que ele executou uma outra pia batismal para a capela de Senhora de Oliveira (MARTINS, 1974, p.65), confeccionou um lavabo parietal para a sacristia da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim (MARTINS, 1974, p.69) e acompanhou a feitura do risco do lavabo da sacristia da igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto (LOPES, 1942, p.129). Em todas estas peças se nota a presença de elementos decorativos que estavam em alta na segunda metade do século XVIII, como as folhas de acanto e as conchas espraçadas. Myriam Ribeiro de Andrade Oliveira afirma que as igrejas construídas, neste período,

⁹⁴ De acordo com Adalgisa Arantes Campos, as torres da catedral Sé de Mariana foram construídas no ano de 1734 pelo pedreiro Antônio Coelho da Fonseca. Fonte: CAMPOS, Adalgisa Arantes. Catedral de Nossa Senhora da Assunção. In: ASSIS, Nedson Pereira de (org). *Sé de Mariana: monumento de fé, devoção e expressão artística*, Mariana: Arquidiocese de Mariana. 2015. p. 65.

constituíram um terreno fértil de experiências destas novas tendências, e ressalta que elas foram sentidas tanto nos aspectos arquitetônicos quanto decorativos (OLIVEIRA, 2003, p.215).

Quanto aos consertos que José Pereira Arouca executou nas torres da catedral Sé de Mariana, a hipótese da tese é a de que, provavelmente, as torres estavam ameaçadas, pois já haviam se passado cinquenta anos desde sua edificação. Adalgisa Arantes Campos (2015, p.35) afirma que estas torres haviam sido construídas em 1734 pelo pedreiro Antônio Coelho da Fonseca e a intervenção do Arouca, como se sabe, ocorreu em 1784. A distância entre uma data e a outra leva a supor que elas deveriam estar em péssimas condições. Talvez, José Pereira Arouca tenha sido contratado para substituir as antigas torres de taipa pelas de pedra. Os comitentes da segunda metade do século XVIII estavam em busca de materiais mais duradouros para as suas construções e a pedra, certamente, era a melhor opção. Ademais, muitas construções de taipa, estavam sendo substituídas pela pedra neste período.



Figuras 08 e 09: Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana. Detalhe da torre.
Foto da autora

Infelizmente, devido às limitações das fontes, só se sabe que José Pereira Arouca trabalhou no órgão, na pia batismal, nas torres e que ele teria executado obras na sacristia e na sala dos armários da Catedral Sé de Mariana. Porém, há de se concordar com os autores que sugerem que ele possa ter executado outros serviços nesta igreja. Primeiramente porque a sua oficina permaneceu por vinte seis anos na Sé de Mariana e, depois, porque esta igreja passou por inúmeras transformações em sua estrutura arquitetônica na segunda metade do século XVIII e, provavelmente, houve muita demanda de trabalho.

No ano de 1780 José Pereira Arouca firmou outro contrato com o Cabido da Sé de Mariana. Desta vez tratava-se da reconstrução da capela de Nossa Senhora da Boa Morte, pertencente ao complexo arquitetônico do antigo Seminário de Mariana. A historiografia que trata do Seminário afirma que a primeira capela havia sido edificada no ano de 1752 e, nas pesquisas desse trabalho junto ao Iphan, foi encontrado um importante documento relativo a esta edificação. A fonte é de 1751⁹⁵ e nela está registrado que José das Torres Quintanilha, um religioso próximo de Dom Frei Manuel da Cruz, contratou um pedreiro por nome de Antônio Carlos Cardoso para construir a capela. Porém, para a infelicidade dos comitentes, houve inúmeros problemas com o arrematante. Parece que ele não cumpriu os acordos estabelecidos e não entregou a obra conforme havia sido combinado.

Estranhamente, somente vinte e nove anos depois, em 1780, foi que José Pereira Arouca foi contratado para reedificar a capela do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Salomão de Vasconcellos não considerou em suas pesquisas a data da primeira edificação e atribuiu unicamente a Arouca a execução desta capela, conforme mostra a referência. “Foi construída pelo mesmo arquiteto que nos deu a S. Francisco de Assis, a Casa Capitular, a Casa de Câmara e outras importantes obras de Mariana – José Pereira Arouca (VASCONCELLOS, 1938, p.66). Já o cônego Raimundo Trindade reconheceu que pode ter havido um reaproveitamento da construção anterior. “A atual capela do Seminário foi quase inteiramente reconstruída no episcopado de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Sua fachada, adro e escadaria são de José Pereira Arouca (TRINDADE, 1945, p.203). Ou seja, para este autor apenas a fachada, o adro e as escadarias são obras de Arouca.

⁹⁵ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte. Caixa 230 (Mariana). Monumento: Seminário N. S^a da Boa Morte. Seminário Menor. Documento do Cartório do Segundo Ofício de Mariana. Códice n° 175, auto n° 4172. Ano de 1752.

Sobre esta fachada, o historiador Robert Smith (1940. p.214) comenta que ela foi construída sobre forte influência arquitetônica da antiga fachada da igreja do Hospício da Mãe dos Homens do Caraça. Esta última havia sido erigida em 1774, mas foi demolida em 1876 para dar lugar a uma nova igreja. Para os pesquisadores do Iphan, a fachada da capela do seminário de Mariana ainda mantém a sua arquitetura original.⁹⁶

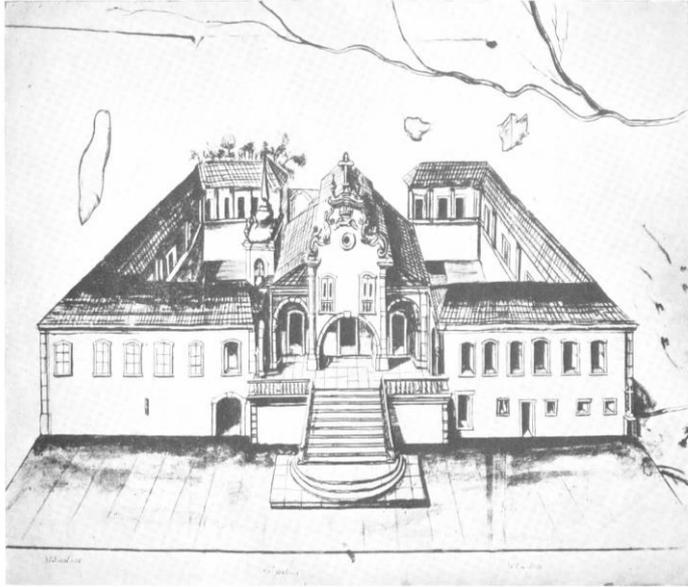


Fig. 2 — Desenho do santuário de N. S. Mãe dos Homens, no Caraça, em Minas Gerais. Dezembro, 1805
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

Figura 10: Igreja do Hospício da Mãe de Deus dos Homens do Caraça. Imagem retirada do texto do Robert Smith para a Revista do IPHAN 1940, p 214.



Figura 11: Capela de Nossa Senhora da Boa Morte – Mariana – Foto da autora

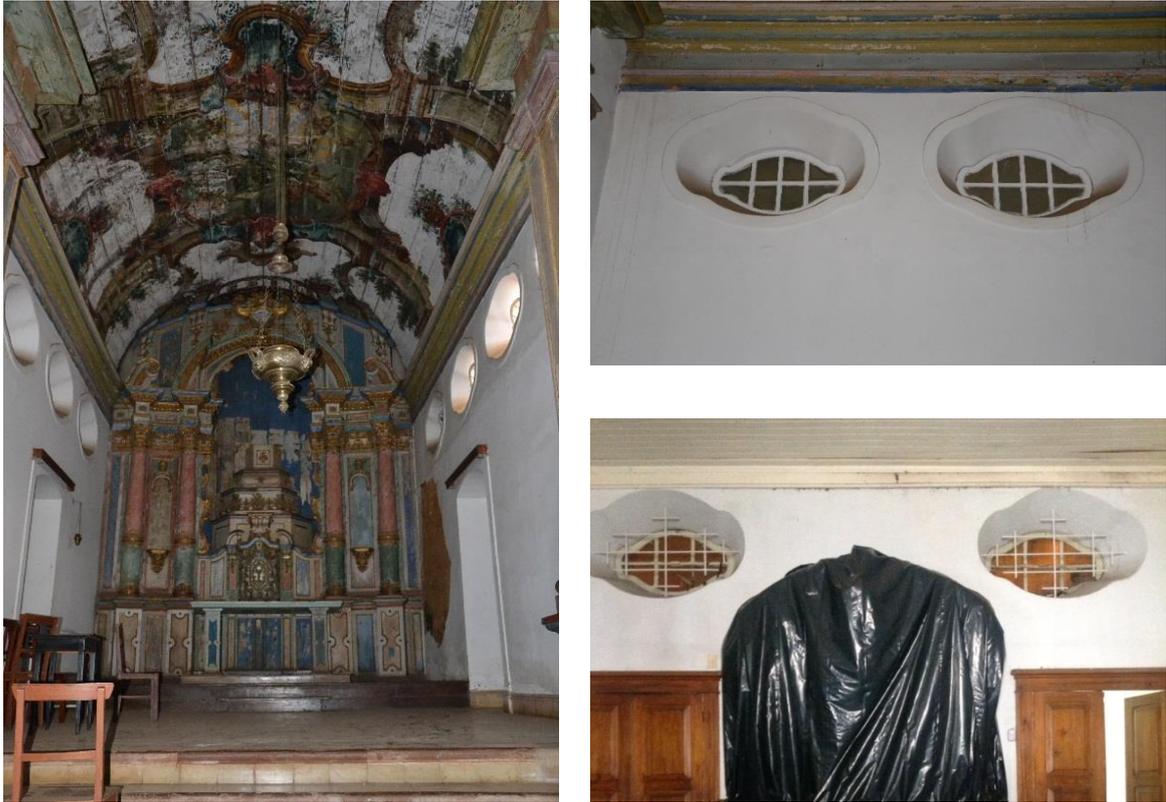
⁹⁶http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1328

Se o frontispício da capela do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana é semelhante ao da antiga igreja do Caraça, logo, pode-se inferir que, provavelmente, ele tenha sido construído ao gosto do comitente e que o arquiteto e o construtor tiveram pouca influência em sua morfologia. A fachada da igreja é aparentemente simples, o que nos chama atenção são as volutas que constam no frontão. Ao discorrer sobre o papel do comitente ao encomendar sua obra, Eduardo Pires de Oliveira levanta a seguinte questão.

A questão do encomendador é fulcral. O encomendador é quem dá o programa da obra. As suas possibilidades econômicas é que permitem, ou não, que seja de grandes dimensões e tenha um desenho complexo ou não, então, mais simples, o que não quer forçosamente dizer que seja menos bela. Quando se trabalha para alguém que tem poucos recursos, não se pode pensar em obras de desenhos intrincados, grandes dimensões ou enormes volumes (2016. P.27)

É provável que a simplicidade da capela de Nossa Senhora da Boa Morte tenha alguma relação com a falta de recurso dos comitentes. Os cônegos de Mariana estavam envolvidos em outros empreendimentos neste mesmo período e, como se verá mais adiante, alguns deles estavam sendo custeados pelos próprios religiosos.

O interior da capela de Nossa Senhora da Boa Morte é composto por coro, nave, capela-mor e sacristia. O teto é curvo e nas paredes da capela-mor constam seis óculos ovalados, sendo três de cada lado. Estes óculos eram uma tendência na arquitetura da época e aparecem tanto nas construções de Jose Pereira Arouca quanto em outras construções coloniais. Apesar do Cônego Raimundo Trindade ter afirmado que somente a fachada, as escadarias e o adro desta capela são de Arouca, acredita-se que ele possa ter executado mais serviços nesta igreja. O modelo dos óculos que constam das paredes laterais na capela-mor é semelhante ao que o ele construiu na “sala dos armários” da Sé de Mariana.



Figuras 12, 13 e 14: Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte – Mariana/MG. Canto superior, óculos da capela da Igreja. Canto inferior óculos da sala dos armários da Catedral Sé de Mariana.
Fotos da autora

O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana é uma das intuições mais antigas de Minas Gerais, e por isso, tanto o prédio quanto a capela sofreram ao longo dos anos inúmeras restaurações. Nos arquivos do Iphan existem vários dossiês descrevendo detalhadamente muitas das intervenções que o complexo arquitetônico sofreu ao longo dos séculos XVIII e XIX. E apesar de ter havido, por parte desta instituição, um esforço enorme para manter as características originais do edifício, as constantes intervenções não permitem detectar o que se manteve da época do José Pereira Arouca.

Nos livros de Receita e de Despesa do Seminário consta que ele recebeu pela reconstrução desta capela 13 pagamentos (MENEZES, 2014, p.66-67). Em um dos recibos está registrado que em dezembro de 1786 os comitentes pagaram por vinte e sete semanas de trabalho dos seus escravos. “() dezembro, 1786– 27 semanas de jornais, aos pretos do Arouca – Fls. 55.....13 $\frac{3}{4}$.” (MENEZES, 2014, p.67). Das mesmas folhas e em datas próximas constam também os pagamentos referentes às obras do anexo do Palácio dos

Bispos.⁹⁷ Esta foi uma outra obra que havia sido encomendada pelos cônegos de Mariana a José Pereira Arouca. A proximidade entre as datas de pagamentos comprova que o construtor conduzia as obras da capela de Nossa Senhora da Boa Morte e as do anexo do Palácio dos Bispos num mesmo período.

A intenção do Cabido da Sé ao ampliar o Palácio dos Bispos era a de transformá-lo em residência para o primeiro prelado do recém-criado bispado de Mariana. Era inaceitável que uma cidade tão importante do ponto de vista religioso não tivesse um lugar adequado para acomodar seus líderes. Uma primeira tentativa de construir uma residência⁹⁸ para os cônegos já havia sido tentada, porém, conforme se verá mais adiante, ocorreram vários problemas e até o ano de 1782 os religiosos não possuíam uma sede condigna para residir e congregar.

Tudo o que se sabe é que José Pereira Arouca arrematou as obras de ampliação do Palácio dos Bispos e nelas trabalhou de 1782 a 1792. O anexo que ele construiu destoou do restante do edifício, pois na sua fachada foram introduzidos trabalhos de cantaria nas cercaduras dos vãos, nas arcadas e uma autêntica balaustrada de pedra circundando o terraço. Destoou ainda da maioria das casas da cidade, em que prevalecia o modelo térreo ou o sobrado com sacada nas janelas. Talvez, o modelo deste anexo se assemelhe mais ao da arquitetura palaciana portuguesa. Ou, ainda, talvez o autor do risco fosse conhecedor desta arquitetura e nela tenha se inspirado ao projetar o anexo do Palácio dos Bispos.

⁹⁷ Sobre o antigo Palácio dos Bispos da cidade de Mariana, consultar: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil, ou a Saga do ilustrado Dom Fr. Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal, no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro: Manguinhos, 16 (2009). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n4/03.pdf>.

⁹⁸ No de 1770, o Cabido da Sé de Mariana deu início à construção da Casa Capitular, porém, a obra atrasou, tendo sido concluída somente no século XIX.



Figuras 15 e 16: Palácio dos Bispos de Mariana/MG – Fotos da autora

Nos Jardins do Palácio do Bispos permaneceu por muito tempo a famosa “*Fonte da Samaritana*” Esta fonte consiste de uma monumental peça de escultura com trabalhos de baixo relevo, nos quais está representado o encontro de Cristo com a mulher Samaritana. Esta peça, por suas características formais, foi atribuída, pelo Iphan, ao mestre Antônio Francisco Lisboa.⁹⁹ Porém, o Conego Raimundo Trindade encontrou, junto aos livros de Receita e de Despesa do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, uma valiosa informação que sugere que o risco ou a arte da “*Fonte da Samaritana*” foi elaborado por José Pereira Arouca.

Pelo mesmo tempo este notável mestre realizou outras obras para o bispado, dentre as quais se destaca pela delicadeza a arte da *Fonte da Samaritana*. Lê-se à margem de um balancete de Receita e Despesa do Seminário e Palácio no trecho relativo a administração novenário de 1792 a 1801 (TRINDADE, 1945, p.203).



Figura 17: Fonte da Samaritana. Museu Arquidiocesano de Mariana. Foto da autora

⁹⁹http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1330

Mediante esta descoberta fica a questão: teria sido José Pereira Arouca o autor do risco e, quem sabe, da execução da “Fonte da Samaritana?” Já foi dito que era seu costume confeccionar pias, lavabos, fontes e chafarizes, por isso, não se descarta esta hipótese. Porém, reitera-se que era seu costume terceirizar determinados serviços. Sendo assim, permanece a dúvida se a fonte é uma obra de Arouca ou de Antônio Francisco Lisboa.

Com exceção da capela de Nossa Senhora da Boa Morte, todas as outras obras, em que houve a participação da oficina do José Pereira Arouca, estão inseridas no traçado urbanístico que José Fernandes Pinto Alpoim projetou para a cidade de Mariana. Este espaço foi palco de grandes transformações na segunda centúria do século XVIII e além das igrejas, construções civis, ruas e praças foram construídas ou reformadas neste período. Empreiteiro que era, José Pereira Arouca soube aproveitar este momento. Ele atendeu tanto os grandes comitentes, como o Cabido da Sé e as Ordens terceiras, como os de menor poder aquisitivo, como a irmandade das Mercês, por exemplo. Ele montou uma oficina com uma infraestrutura capaz de conduzir várias obras ao mesmo tempo e, este fato, certamente, contribuiu com o sucesso de suas arrematações. Ao que tudo indica, Arouca era um administrador competente, um homem que conhecia o seu negócio, um empreiteiro visionário que viu nas oportunidades da Mariana setecentista grande possibilidade de enriquecimento.

Na igreja de São Pedro dos Clérigos ele atuou como fiador de José Pereira dos Santos, se colocando como um dos avalistas em caso de possíveis problemas. Na Catedral de Nossa Senhora de Assunção Arouca realizou a confecção da pia batismal, ajustes no órgão, conserto nas torres, ampliação da sacristia e a construção da sala dos armários, porém, há indícios de que ele tenha efetuado outras obras nesta igreja, pois muitos recibos, entregues a ele, não especificam os serviços prestados. Foi ele quem reconstruiu a capela de Nossa Senhora das Mercês e a capela do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte e é dele também o anexo do Palácio dos Bispos.

Mas as obras de maior impacto de José Pereira Arouca na cidade de Mariana são, sem dúvida, a Casa Capitular, a igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis e a Casa de Câmara e Cadeia. Estes edifícios foram construídos do alicerce ao telhado por sua oficina e são considerados alguns dos exemplares mais bonitos da arquitetura do período colonial mineiro.

A igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e a Casa de Câmara e Cadeia foram construídas na atual praça Minas Gerais de Mariana. Estes monumentos,

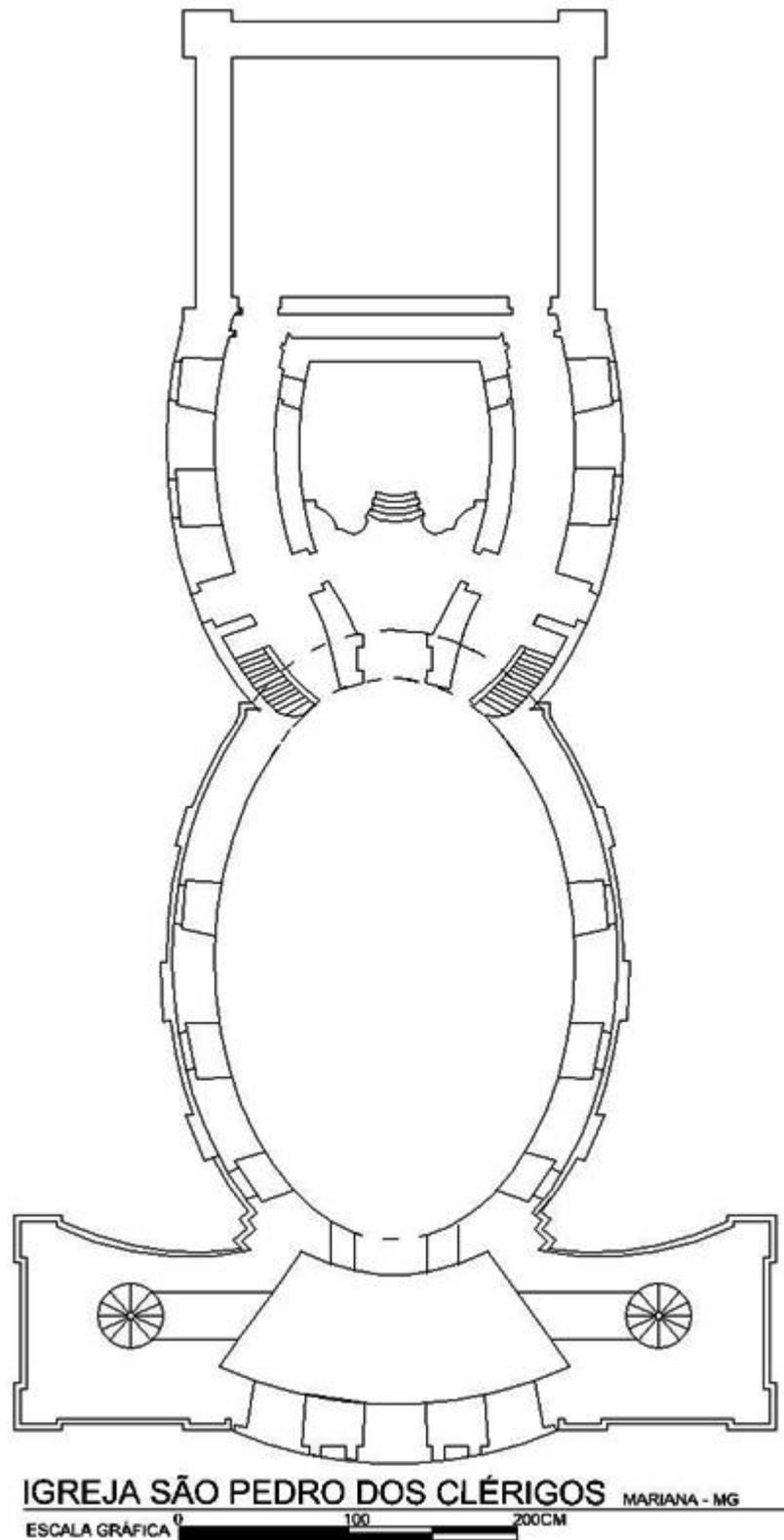
juntamente com a igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, compõem um extraordinário conjunto arquitetônico das Minas setecentista. Rodrigo Espinha Baeta (2012, p.307), ao se referir a cena barroca dramática da cidade de Ouro Preto, ressalta que a posição de certos edifícios nos cumes dos morros, emoldurados pelo verde das serras e pela luminosidade do céu azul ao fundo, oferece as imagens mais dramáticas da cidade.

É desta forma que se compõe o cenário da Praça Minas Gerais, é impactante admirá-la, no alvorecer do dia, ao cair da tarde, ou na penumbra da noite, quando as luzes que acompanham os edifícios exacerbam o impacto que eles causam nos admiradores.



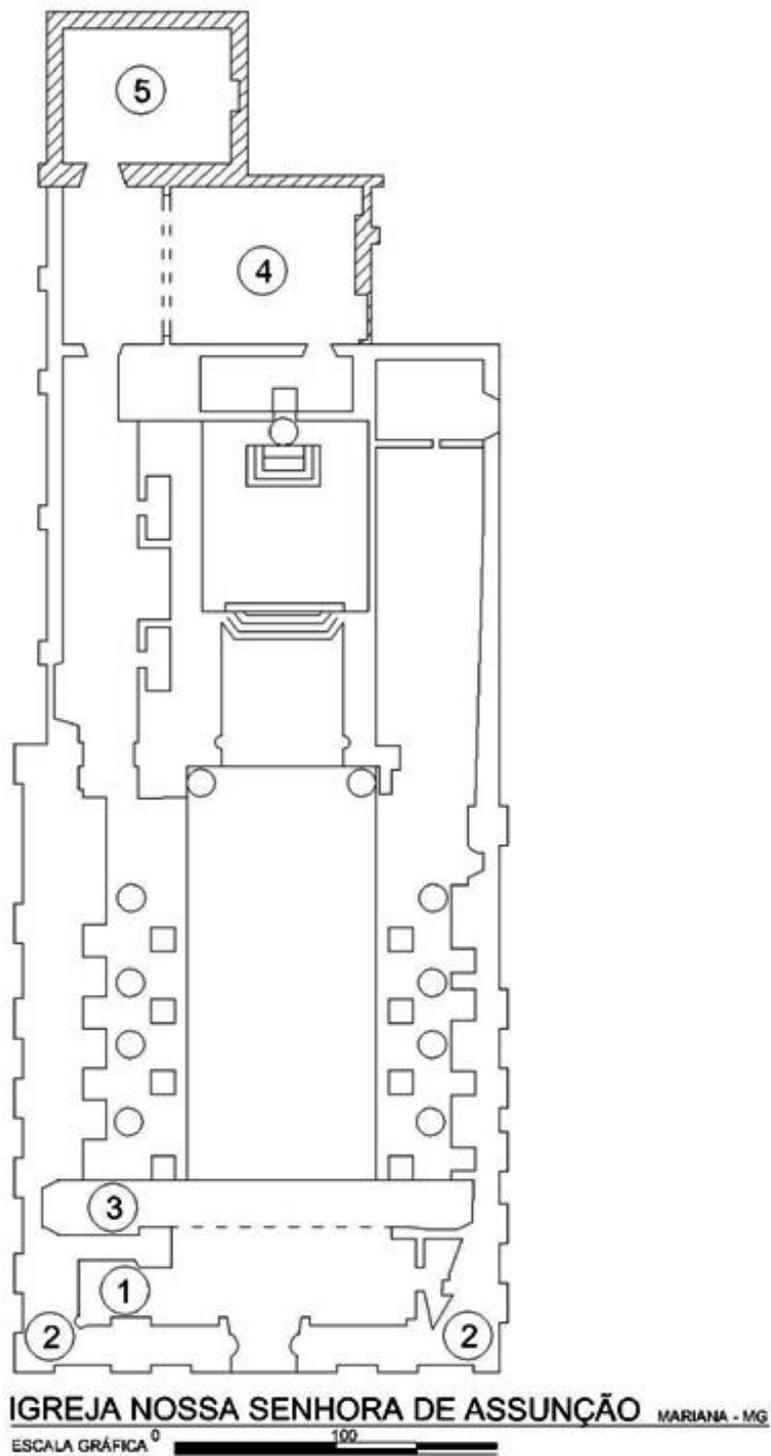
Figura 18: Praça Minas Gerais de Mariana/MG – Google Imagens

Planta 01 - Igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana/MG¹⁰⁰



¹⁰⁰ Nota: José Pereira Arouca foi um dos fiadores de José Pereira dos Santos na construção da igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana. Possivelmente, ele foi um dos continuadores desta obra após a morte do arrematante.

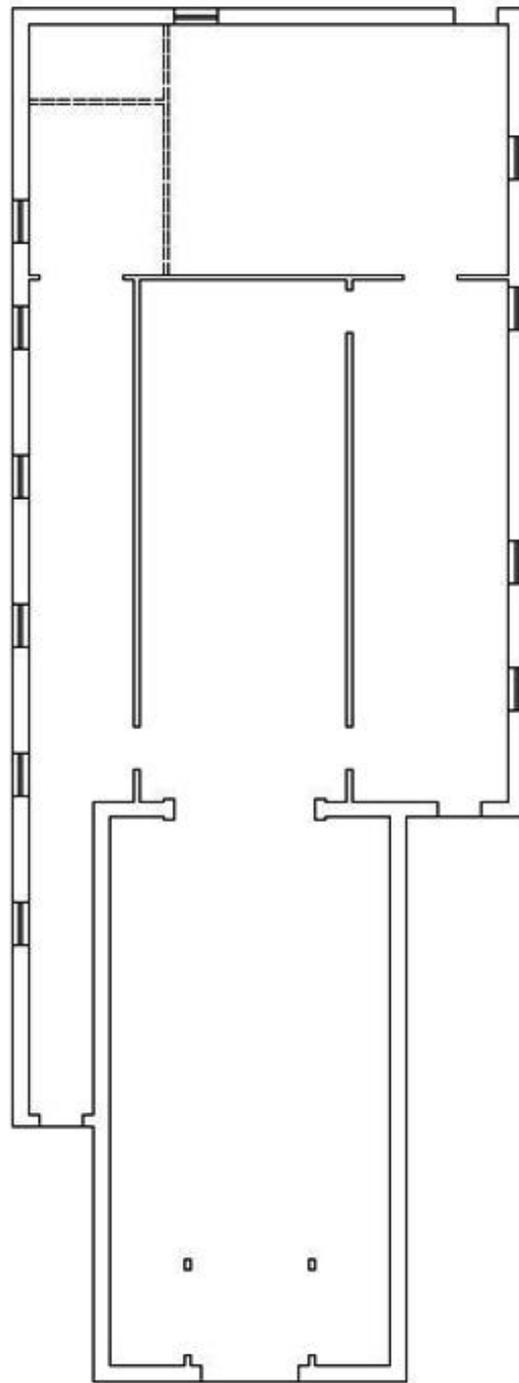
Planta 02- Catedral de Nossa Senhora de Assunção – Mariana/MG¹⁰¹



¹⁰¹ Nota: Na Catedral de Nossa Senhora de Assunção (Sé de Mariana) José Pereira Arouca trabalhou entre os anos de 1763 a 1789, porém, os trabalhos identificados foram:

- 1- Confeccionou uma pia batismal;
- 2- Consertou as torres;
- 3- Realizou obras para órgão Arp Schnitger;
- 4- Ampliou a sacristia;
- 5- Construiu uma sala anexa.

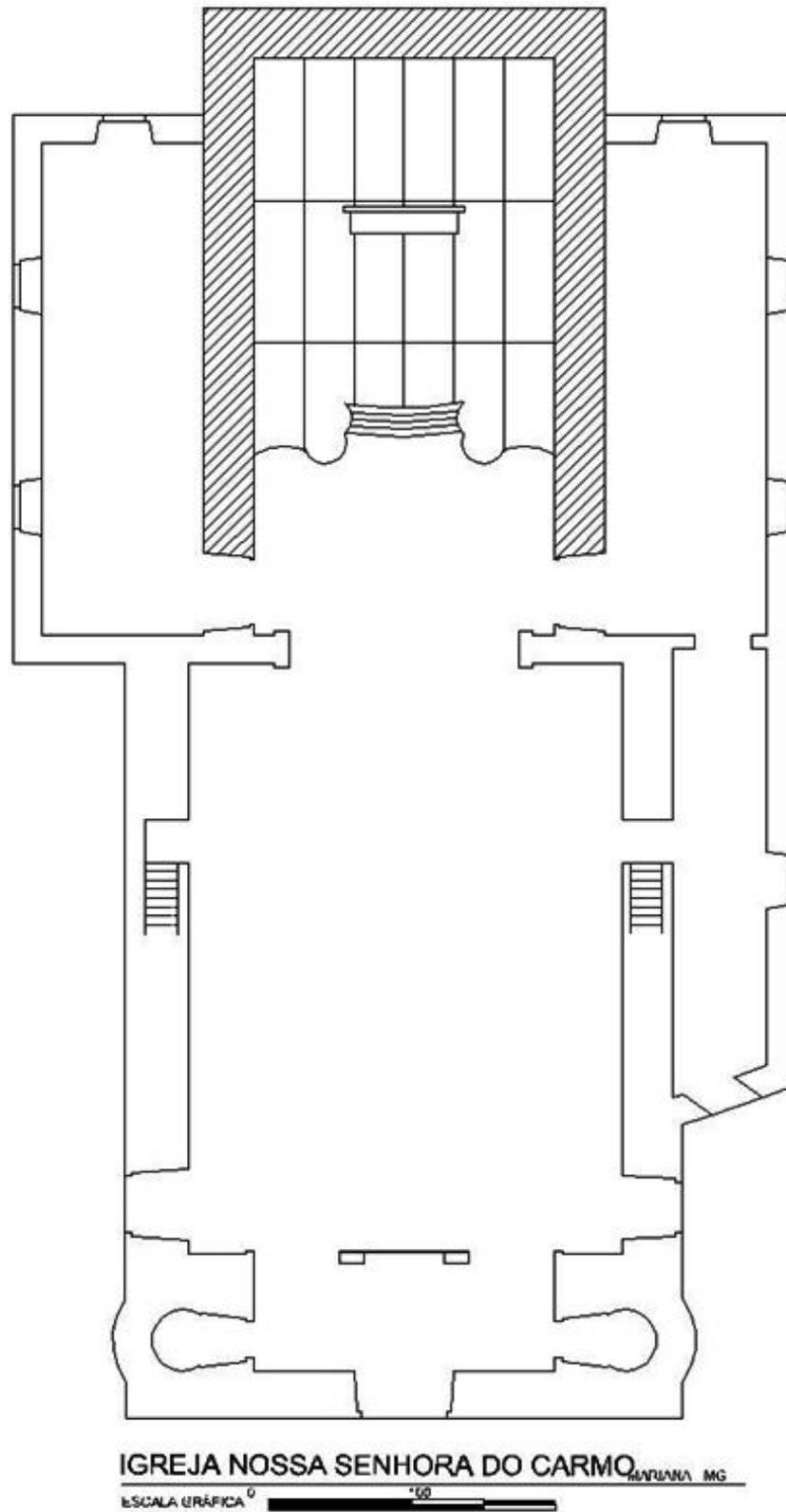
Planta 03 – Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana/MG¹⁰²



IGREJA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS MARIANA - MG
ESCALA GRÁFICA 0 100 200CM

¹⁰² Nota: José Pereira Arouca arrematou as obras de reconstrução da igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana, (1769 data provável), porém, ao que tudo indica, ele terceirizou parte dos serviços para Romão de Abreu, um carpinteiro que trabalhava em parceria com a sua oficina.

Planta 04 - Igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo – Mariana/MG¹⁰³



¹⁰³ Nota: José Pereira Arouca arrematou uma série de obras na igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana, porém, muitos destes trabalhos não foram identificados. Acredita-se que foram terceirizados para Romão de Abreu o campamento do assoalho e a cobertura da capela-mor.

3.2 José Pereira Arouca em Ouro Preto

A trajetória de José Pereira Arouca pela cidade de Ouro Preto foi marcada, basicamente, por louvações. Não há registros de que ele tenha construído, reformado ou ajustado obras na cidade. O sistema de louvações consistia em analisar se a construção estava de acordo com o risco e as condições e emitir laudo técnico a respeito. As louvações ocorriam por meio de indicações nas quais, geralmente, o arrematante indicava um nome e o comitente dois ou mais. As pessoas indicadas, além de possuírem habilidade técnica, deveriam ser pessoas de confiança, pois se tratava da aprovação da obra. As louvações contribuíam para a formação de parcerias, como também para inserção dos construtores nas redes de sociabilidade.

A historiografia mineira tem mostrado que os grandes construtores, aqueles que arrematavam as obras de maior vulto e as mais lucrativas, formavam redes de sociabilidade e estas redes os favoreciam abrindo campo de trabalho, até mesmo em outras cidades. José Pereira Arouca, por exemplo, residia em Mariana, o mote maior de suas arrematações se encontrava nesta cidade. Contudo, acredita-se que foi devido às redes de sociabilidade que ele integrava que ele realizou serviços em Ouro Preto e em outras cidades de Minas Gerais. Os vínculos entre os construtores funcionavam como táticas de apoio e propiciavam a eles trabalhar em obras arrematadas por outros profissionais, permitiam, ainda, a terceirização de suas próprias obras.

Compreender como eram estabelecidas as parcerias que estavam por detrás das louvações implica em entender as redes de sociabilidade que os construtores teciam. Eles criavam o que Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier chamam de “redes clientelares” nas quais era comum oferecer mercê aos amigos. Nas palavras dos autores, “De fato, as relações que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de oferecer mercê aos “mais amigos”, eram situações sociais cotidianas e corporizava a natureza das relações sociais, sendo, portanto, vistas como a norma” (XAVIER & HESPANHA, 2010. p. 381).

José Pereira Arouca vinculou-se aos mais importantes comitentes de Ouro Preto, que eram as Ordens terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis e vinculou-se, ainda, à família “Lisboa”. Antônio Francisco Lisboa e seu pai Manuel Francisco Lisboa foram homens importantes na história da arquitetura do período colonial ouro-pretano, seus nomes estão atrelados às obras mais impactantes da cidade e, a arquitetura construída por

eles integra o conjunto das mais importantes do período colonial. A relação entre José Pereira Arouca e os “Lisboa” começou, provavelmente, ainda na cidade de Mariana, pois há indícios que eles trabalharam juntos nas mesmas igrejas e em períodos próximos. José Pereira Arouca, como se sabe, trabalhou por muitos anos na Catedral Sé de Mariana, e há comprovações documentais de que Manuel Francisco Lisboa (MENEZES, 2014, p.50-52); (MARTINS, 1974, p.389) também executou obras nesta igreja. Ainda nesta cidade, José Pereira Arouca trabalhou com Antônio Francisco Pombal, que, segundo Germain Bazin (1983.p.200) era irmão de Manuel Francisco Lisboa. Portanto, acredita-se que estes construtores se conheciam, mesmo antes das louvações em Ouro Preto, e provavelmente mantinham uma relação amigável.

As louvações que José Pereira Arouca realizou na cidade de Ouro Preto estavam atreladas aos “Lisboa” e se resumiram basicamente em análises das obras das igrejas das Ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis. Na igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, cujo projeto arquitetônico é atribuído a Antônio Francisco Lisboa, as louvações ocorreram nos anos de 1771 e de 1774. Consta que no ano de 1771 Arouca foi indicado para avaliar se a obra podia com os barretes) (MARTINS, 1974, p.74).¹⁰⁴ Ou melhor, se as paredes das torres eram capazes de suportar os barretes.

Um dos estudiosos deste templo, Rodrigo Bastos, afirma em seu estudo (2013, p. 69) que durante a edificação da igreja os comitentes se mostraram bastante preocupados com a tríade segurança, comodidade e perfeição. Para este autor, estes preceitos foram obedecidos em todas as etapas da obra, desde a escolha do sítio até os últimos procedimentos da ornamentação. A afirmação de Rodrigo Bastos encontra respaldo na louvação que José Pereira Arouca realizou nas torres da igreja, pois se tratava de uma questão de segurança. Uma avaliação duvidosa poderia comprometer a obra e até mesmo a vida das pessoas envolvidas na construção ou das que se beneficiariam dela. Dos livros da Ordem consta que por este serviço Arouca cobrou dois mil e quatrocentos réis (MENEZES, 1978, p.75).

¹⁰⁴ De acordo com o guia de arquitetura colonial neoclássica e românica do Rio de Janeiro, os barretes correspondem a um tipo de abóboda ou também um tipo de bulbo das torres sineiras “lembra, por sua forma, o chapéu da indumentária dos clérigos. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=d2s6Ns5blcC&pg=PA127&lpg=PA127&dq=o+que+sao+barretes+em+arquitetura&source=bl&ots=DQo3Szqrga&sig=POy_6AJorsasb5uPfdBU4IPAr2k&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjLuNeSz9_QAhUMjpAKHSF8A14Q6AEIMDAF#v=onepage&q=o%20que%20sao%20barretes%20em%20arquitetura&f=false

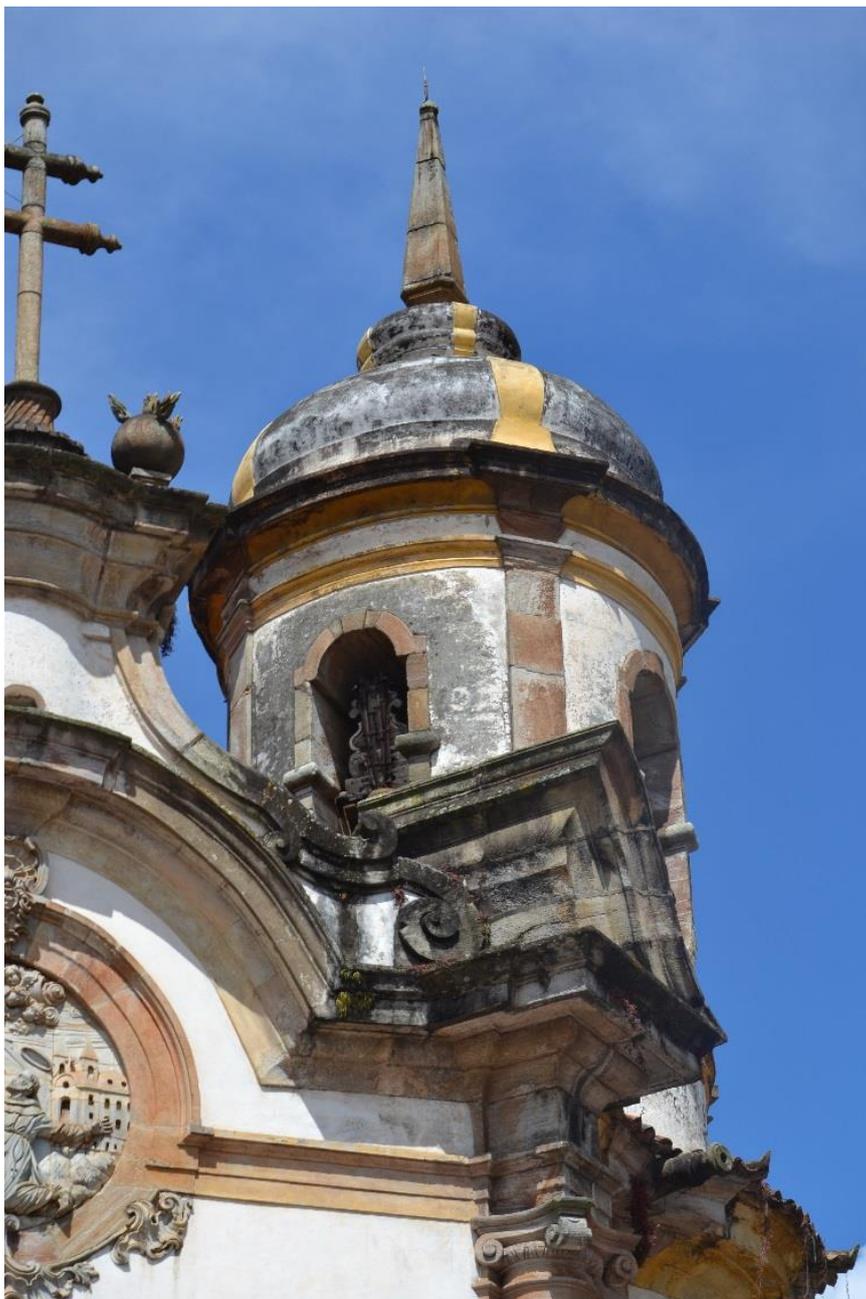


Figura 20: Pormenor das torres da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto/MG. Foto da autora

Em 1794, José Pereira Arouca foi novamente convidado para realizar louvações nesta igreja, porém, desta vez, em parceria com Antônio Francisco Lisboa, o autor do projeto. Infelizmente, as análises feitas por eles, nesta ocasião, não foram identificadas. Contudo, do livro “Borrador” da Ordem Terceira consta que eles receberam cento e setenta e quatro mil réis pelo serviço prestado e emitiram laudo técnico (MENEZES, 1978, p.75). Este valor, se comparado aos dois mil e quatrocentos reis cobrados para a louvação nas torres, mostra que o volume de obras louvadas, nesta segunda etapa, foi bem maior. Conforme já dito, José Pereira Arouca já havia trabalhado com Antônio Francisco

Lisboa, porém foi nas igrejas das Ordens terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo que eles atuaram juntos.

Na capela da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo as louvações ocorreram nos anos de 1771, 1780 e 1785. O projeto arquitetônico desta igreja é atribuído a Manuel Francisco Lisboa (LOPES, 1942, p.109) e o seu construtor foi João Alves Viana (MARTINS, 1974, p.74). No ano de 1771, José Pereira Arouca, juntamente com Henrique Gomes de Brito e, novamente, Antônio Francisco Lisboa foram convidados para louvar os riscos do pórtico, dos arcos do coro e do lavatório da sacristia, sendo emitido laudo técnico (MARTINS, 1974, p.73). As louvações consistiam em analisar os riscos e averiguar se a obra podia ser executada da forma como tinham sido projetadas.

Muito provavelmente, havia falhas nos projetos, pois as análises feitas pelos louvados não foram favoráveis, tendo eles recomendado aos comitentes que providenciassem novos documentos. O historiador Francisco Antônio Lopes (1942, 130) publicou as cartas de pareceres que José Pereira Arouca e Antônio Francisco Lisboa emitiram para a Ordem religiosa do Carmo. Estas cartas também foram apresentadas na tese de André Guilherme Dornelles Dangelo (2006) e analisadas por Rodrigo Bastos (2013). Delas constam que foi aconselhado aos irmãos carmelitas a abandonar os riscos e providenciar novos documentos, evitando assim contratemplos futuros.

Senhor Guilherme Teixeira, 17 de junho de 1771. Vimos os riscos e as condições. As condições e as dúvidas que neles achamos vão juntas. O senhor com elas se informará melhor sobre estas dúvidas me parece que de posse destas ponderações é melhor lavar novas condições de arrematação e se livrar de desentendimentos que as atuais podem causar. Se eu ainda lhe puder servir em alguma coisa estou a sua disposição sem a mínima cerimônia (DANGELO, 2006, documento anexo).

O documento onde os louvados explicam minuciosamente os erros do projeto original é bastante extenso, por isso, separamos um trecho, onde os eles fazem algumas observações.

Achamos a porta principal muito larga e pouco alta e o nosso parecer é que se faça essa com 19 palmos e $\frac{1}{2}$ de largura por 24 palmos de altura pelo meio entrando medida o arco da verga. [] Também vimos o risco dos três arcos do coro e não achamos que se possa fazer na mesma forma do risco sem ser de volta, porque as condições estão feitas para arco de retiro e as condições o declararem direto em linha reta e por isso achamos que o melhor é o arco do meio ter 18 palmos, sendo este abatido na forma do risco ou mais se precisar para encontrar os lados em linha reta e

de olivel com os outros dois das ilhargas e os dois arcos de fora ou um dos lados terão de largura 11 palmos e $\frac{1}{2}$ e não 7 palmos como se mostra no risco. [] Vimos também o risco do lavatório e achamos estar bom da tarja para cima no risco e nas condições so sugerimos que não se deva tirar aquela faixa ou muxeta que as mesmas bicas vi apontando com uma cruz, porque isso seria grande imperfeição no lavatório (DANGELO, 2006, documento anexo).

Além de informar sobre os problemas e de sugerir a feitura de novos riscos e condições, José Pereira Arouca informou ao irmão carmelita Guilherme Teixeira sobre os valores que seriam justos pagar pela execução das obras. “Se vossa mercê achar quem lhe faça a obra por 1 ou 1:100 contos, pode fechar a arrematação não é fora do preço por a obra ser muita e miúda (DANGELO, 2006, documento anexo). A situação vivida por José Pereira Arouca e por Antônio Francisco Lisboa nestas louvações demonstra quão importante era o trabalho dos louvados e como a palavra deles era respeitada pelos comitentes. Ao que tudo indica, os novos riscos do pórtico, dos arcos do coro e do lavatório da sacristia da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto foram projetados de acordo com as orientações dos louvados.



Figura 21, 22 e 23: Arco do coro, do pórtico e do lavatório da sacristia da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto. Fotos da autora

No ano de 1780, José Pereira Arouca retornou à igreja do Carmo de Ouro Preto para fazer novas louvações, desta vez em parceria com José Antônio de Brito, consistindo o serviço em vistoriar as obras de cantaria (MARTINS, 1974, p.74). Depois, em 1785, ele, juntamente com Manoel Francisco de Araújo, José Antônio de Brito e José da Silva Pereira foram indicados novamente para louvações na igreja, porém, estas últimas, não foram identificadas.

Além destas louvações, há registros que, ainda em Ouro Preto, José Pereira Arouca louvou obras na Casa de Câmara e Cadeia e em uma fazenda, cuja proprietária se chamava Antônia Constância da Rocha (MARTINS, 1974, p.74). Por um tempo, equivocadamente, acreditou-se que ele teria sido o autor do projeto da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também nesta cidade. Esta hipótese teria sido levantada pelo segundo vereador de Mariana, tendo sido mais tarde esclarecida por John Bury. Entretanto, nas pesquisas da tese não foi descartada a hipótese de que ele possa ter tido alguma participação na construção desta igreja. André Guilherme Dornelles Dangelo ressalta que José Pereira Santos, o arrematante oficial da igreja do Rosário, apresentou aos comitentes 12 fiadores, dos quais José Pereira Arouca era um deles.

Sua audácia para assumir essa arrematação, pelo que nos mostra a leitura dos documentos teve ampla repercussão e solidariedade nos meios desse mercado, pois ele apresenta nada menos do que doze fiadores. Entre eles, três dos mais importantes construtores do seu tempo: Manoel Francisco Lisboa e Domingos Moreira de Oliveira, além do jovem José Pereira Arouca (DANGELO, 2006, p.352-363).

O processo de arrematação da igreja do Rosário dos Pretos de Ouro Preto ocorreu no ano de 1761, um ano depois faleceu José Pereira dos Santos. Muito provavelmente, foram os fiadores que assumiram a construção da igreja e José Pereira Arouca, como se viu, fazia parte deste grupo. Por isso acredita-se que ele possa ter tido alguma participação nesta obra, mas ressalta-se que não foram encontrados documentos que possam comprovar esta hipótese.

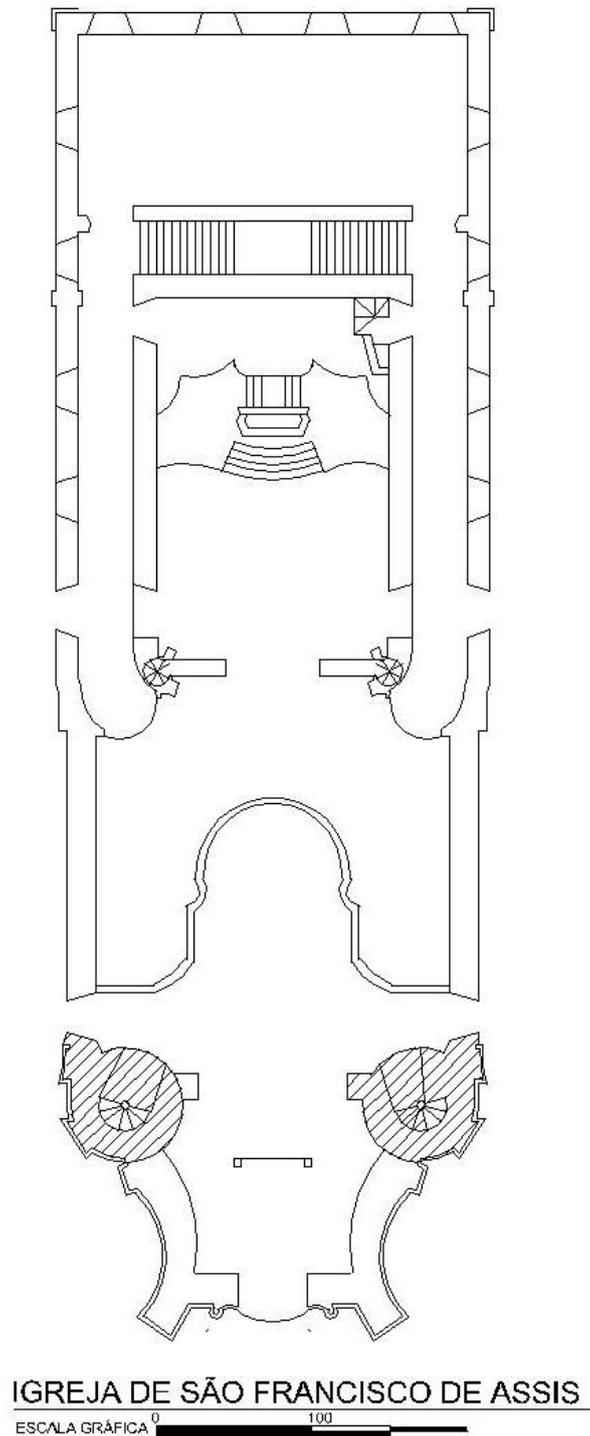


Figura 24: Igreja do Rosário dos Pretos de Ouro Preto: Google Imagens

Como se viu, os trabalhos que José Pereira Arouca realizou na cidade de Ouro Preto foram frutos das redes de sociabilidade que ele participava, as indicações para as louvações foram feitas por construtores e arquitetos com quem ele já havia trabalhado em outras obras e por comitentes a quem ele tinha o costume de atender. É em Ouro Preto que se percebe uma maior aproximação dele com a família “Lisboa” e é também nesta cidade que ele atuou em parceria com Antônio Francisco Lisboa, louvando as mesmas obras e emitindo, juntos, laudos técnicos.

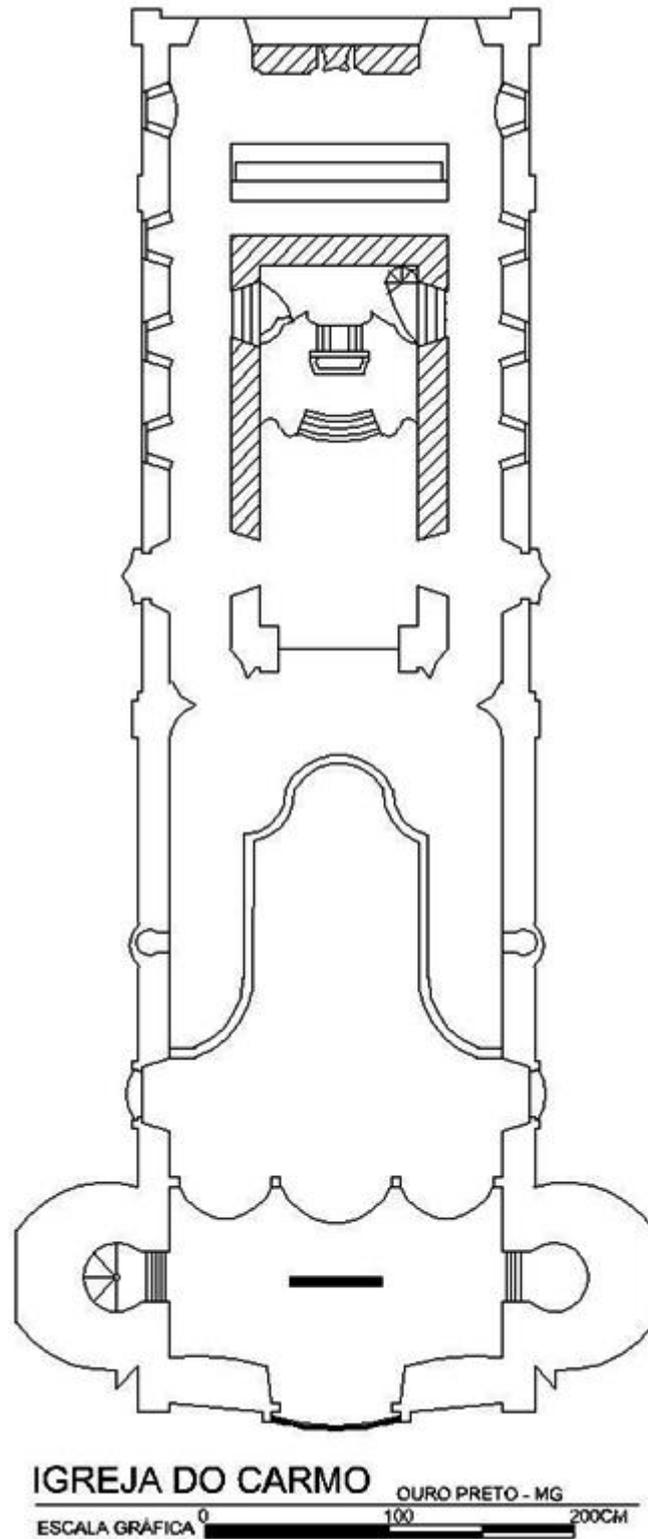
Pode-se dizer que os trabalhos que José Pereira Arouca realizou na cidade de Ouro Preto, foram: louvações nas igrejas das Ordens terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis, louvações na Casa de Câmara e Cadeia e na fazenda da dona Antônia Constância da Rocha, além da hipótese de ele ter trabalho na igreja do Rosário dos Pretos.

Planta 05- Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis - Ouro Preto¹⁰⁵



¹⁰⁵ Nota: Na igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, José Pereira Arouca realizou louvação nas torres (1771), tendo emitido laudo técnico. A vistoria consistia em verificar se as paredes das torres sustentavam os barretes.

Planta 06- Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo – Ouro Preto¹⁰⁶



¹⁰⁶ Nota: Na Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, José Pereira Arouca louvou os riscos do pórtico, do arco do coro e da sacristia (1771), tendo emitido parecer técnico. No ano de 1780 ele retornou à igreja para louvar as obras de cantaria e, em 1785, ele louvou outras obras, porém, estas últimas não foram identificadas.

3.3 José Pereira Arouca em Antônio Pereira

Muitos são os motivos que tornam relevante o revisitar da história da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição erguida no arraial de Antônio Pereira, no distrito de Mariana, Minas Gerais. Dentre estes, se destaca o fato de a igreja ter sido construída ainda na primeira centúria do século XVIII, por volta 1716, ter passado por transformações relevantes em sua estrutura arquitetônica no final deste mesmo século e, infelizmente, ter sofrido um incêndio em 1830 que a destruiu. A placa que hoje se encontra em frente as ruínas da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira faz menção a este triste episódio. Nela estão registradas as seguintes palavras: “*A primitiva Capela de Nossa Senhora da Conceição foi erguida por volta de 1716 e se tornou igreja matriz em 1720, em 1830 um incêndio de origem desconhecida destruiu o templo que foi mantido em ruínas desde então. O nome do antigo arraial é em homenagem ao português Antonio Pereira Machado, que fugindo da escassez de alimentos que atacou os mineradores nos primeiros anos do século XVIII, estabeleceu-se aqui com roças e lavras. Nas proximidades encontra-se a Gruta de Nossa Senhora Lapa, alvo de romarias no mês de agosto.*”

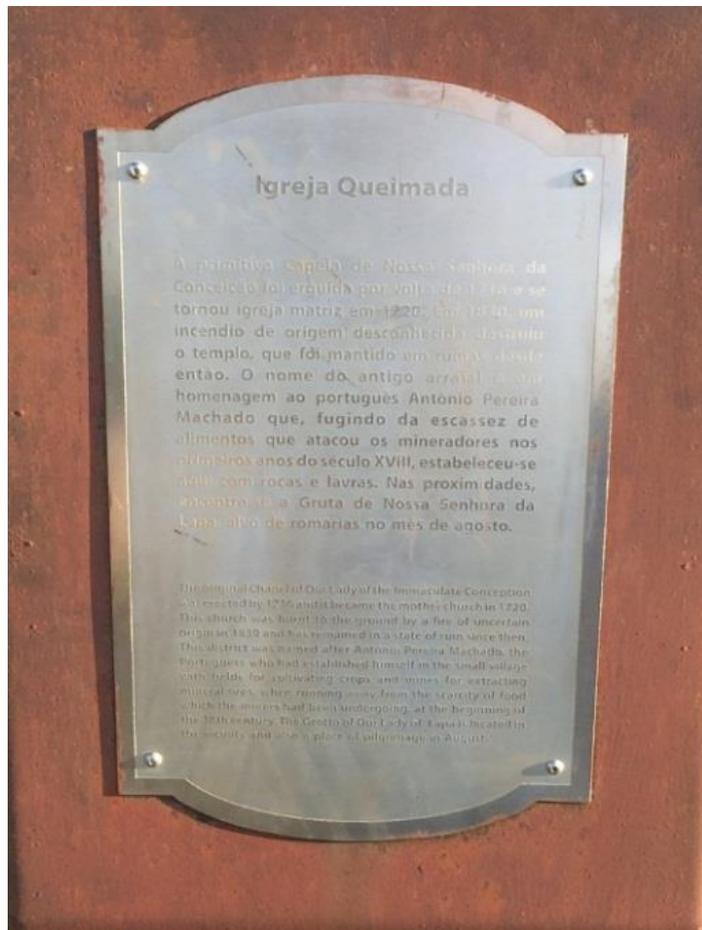


Figura 25: Placa informativa sobre o incêndio que destruiu a matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, distrito de Mariana/MG, no ano de 1830 – Foto da autora

O incêndio colocou fim não apenas na igreja, mas, juntamente com ela, queimou toda a documentação das irmandades que nela congregavam, livros de receitas, despesas e documentos avulsos. Mas graças as pesquisas de Ivo Porto de Meneses, um documento de valor inestimável para a história deste templo foi preservado. Por meio dele foi possível descortinar parte da história desta construção, como também qual teria sido a participação do José Pereira Arouca nesta obra. Trata-se de uma ação litigiosa, executada em 1823, na qual José Fernandes da Fonseca,¹⁰⁷ que se intitulou herdeiro, testamenteiro e procurador de Arouca, solicitou da irmandade do Santíssimo Sacramento e demais irmandades que se reuniam na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, o pagamento das obras que foram realizadas por seu tio a partir do ano de 1791. A ação foi executada sete anos antes do referido incêndio, que ocorreu em 1830. O documento só foi preservado porque se trata de uma fonte judicial que não se encontrava sob a tutela das irmandades.

De acordo com o documento, José Pereira Arouca teria arrematado as obras no ano de 1791 e o serviço consistia em reformar o corpo da igreja, reconstruir a sacristia e o frontispício. Ele trabalhou nesta obra por dois anos consecutivos, dispendendo com ela escravos, bois, carros, ferramentas e materiais. Porém, em 1794 ele faleceu e com a sua morte a irmandade do Santíssimo Sacramento não efetuou os últimos pagamentos, deixando um debito equivalente a cento e setenta e seis mil e quatrocentos réis. Até o ano de 1823 este valor ainda não havia sido pago e esta foi a razão que motivou o seu sobrinho, Francisco José da Fonseca, a mover a ação contra a irmandade.

Fernando José da Fonseca herdeiro de José Pereira Arouca entrou com uma ação contra a irmandade do Santíssimo Sacramento e demais irmandades eretas na igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira. Para requerer 147 oitavas de ouro de jornais vencido pelo Arouca na obra da referida matriz. A quantia em dinheiro representava 176\$400 reis, sob pena de penhora dos bens das referidas irmandades (MENEZES, 1954, p.92-103).

Foi graças a esta ação que parte do conteúdo do livro de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira foi

¹⁰⁷Ficou registrado no primeiro capítulo desta tese, na biografia de José Pereira Arouca, que no ano de 1793, ele escreveu seu testamento e, nesta ocasião, nomeou seu sobrinho Francisco Fernandes Arouca como seu testamenteiro. Muito provavelmente, no ano de 1823, trinta anos após a feitura do seu testamento, Francisco Fernandes Arouca já havia repassado a testamentaria de José Pereira Arouca para este outro parente, chamado José Fernandes da Fonseca.

preservada. Pois, na ocasião, José Fernandes da Fonseca solicitou da irmandade uma certidão com o teor dos termos em que a obra havia sido arrematada. O testamenteiro de José Pereira Arouca solicitou ainda que fossem entregues, juntamente com estas informações, as condições e o risco da obra.

Estes últimos documentos infelizmente não foram anexados ao processo, e por isso não puderam ser acessados. Porém, as informações que vieram à superfície, e que foram resgatadas dos livros de Termos da irmandade do Santíssimo Sacramento, foram muito valiosas. A análise destas fontes revelou que José Pereira Arouca não foi apenas o arrematante das reformas da igreja, mas também foi o autor dos novos riscos, incluindo o da sacristia e do frontispício. Consta dos livros que foi encomendado a ele tanto as condições, como um novo risco para a capela.

Aos oito dias do mês de Junho do anno de mil setecentos noventa e hum nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira no Consistório junto com o Provedor e mais Officiais e Irmãos de Meza existentes do Santíssimo Sacramento com o mais Povo congregado assistindo o reverendo vigário Antônio Machado da Costa para efeito desse determinar o concerto da Igreja que se acha arroinada de que se encarregou a mesma Irmandade do Sacramento do accordo com os mais da Freguesia uniformemente se assentou mesmo e geral consenso e desse princípio a Sobredita obra na forma do risco e condições que mandarão fazer pelo Alferes José Pereira Arouca Mestre de tais obras, para cujo o fim se mandassem por Edictaes em a Cidade Marianna Villa Rica, Inficionado, eneste mesmo Arraial nos quaes se determine dia em que se há de por em Praça neste Arraial para se houver de mandar por quem a fazer nesta (ilegível) (MENEZES, 1954,p.98).

O frontispício da antiga matriz de Antônio Pereira é a única parte da construção que ficou de pé após o incêndio de 1830. E como o risco nunca foi encontrado, há as ruínas da sua fachada para analisar. Sua composição é sóbria e seu modelo é típico das igrejas matrizes construídas no período em que as formas curvilíneas ainda não haviam ganhado força nas construções religiosas mineira. Nela há uma portada central de proporção elevada, encimada por quadro janelas, sendo duas vazadas e duas decorativas. A fachada é dividida por quatro pilares, sendo que todos eles estão apoiados em bases de pedra. Todo o traçado é reto, conforme o modelo que predominou em Minas Gerais entre os anos de 1710 a 1760, conforme ressalta Ivo Porto de Menezes. “Constatamos que

nossas matrizes permaneceram com seus frontispícios apresentando traçado reto, fiel a planta retangular de seu nártex e nave. »¹⁰⁸



Figura 26: Frontispício de matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira/MG
Foto da autora

Há nas entrelinhas da ação litigiosa impetrada pelo testamenteiro de José Pereira Arouca uma indicação de que as torres haviam sido erguidas juntamente com o frontispício. Do documento citado consta um trecho, pouco esclarecedor, mas que sugere que Arouca deveria receber pagamentos referentes a 502 dias de dois pedreiros que teriam construído o frontispício e as torres.

Na mesma igreja Torres e Fronte pias desde noventa e um Dezembro até noventa e dous o seguinte: por quinhentos e dois dias de Domingos Ferreira e de Joze Esteves a quatorze vinténs, duzentos dezanove oitavas e meia e quatro vinteis. (MENEZES, 1954, p.99).

¹⁰⁸ Os frontispícios na arquitetura religiosa em Minas Gerais. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9144764-Os-frontispicios-na-arquitetura-religiosa-em-minas-gerais-frontispieces-in-the-religious-architecture-of-minas-gerais.html>

Se as torres foram erguidas juntamente com o frontispício, certamente elas vieram ao chão na ocasião do incêndio. José Pereira Arouca projetou dois frontispícios em Minas Gerais, este da matriz de Antônio Pereira e o da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, conforme se verá mais adiante. Na composição arquitetônica de ambos consta uma porta central, encimada por quatro janelas retangulares, fachada tripartida, dividida por quatro colunas, sendo todas sustentadas por base de pedra.



Figura 27 e 28: Fachada da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira/MG e da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana/MG - Foto da autora

A trajetória de José Pereira Arouca pelo arraial de Antônio Pereira foi breve, durou apenas dois anos. Ao longo deste tempo, ele se dedicou a reconstruir a igreja matriz e trabalhava nela quando ocorreu a sua morte. Os trabalhos foram interrompidos, porém, graças às dívidas que a irmandade deixou com a sua oficina e, também à ação que seu sobrinho moveu contra os irmãos do Santíssimo Sacramento de Antônio Pereira é que, hoje, se sabe que ele reformou a igreja, projetou e construiu a sacristia e o frontispício. As ruínas deste último ainda se encontram visíveis a todo transeunte que visita Antônio Pereira, já as demais partes da igreja foram destruídas no incêndio de 1830 e no lugar aonde ela foi edificada, se encontra, atualmente, o cemitério de Antônio Pereira.

3.4 As capelas-mores de José Pereira Arouca: Santa Rita Durão, Bom Jesus do Monte Furquim e São José da Barra Longa/MG

José Pereira Arouca reconstruiu três capelas-mores nos arredores de Mariana, a da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Santa Rita Durão, a da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim, em Furquim e a da matriz de São José da Barra Longa, em Barra Longa. Estas igrejas haviam sido construídas no início do século XVIII, porém, com o passar do tempo, no final deste século elas tiveram de ser reconstruídas. Os materiais construtivos empregados na ocasião em que elas foram edificadas, a madeira e o barro, haviam se desgastado e as paredes já não ofereciam segurança para os fiéis. A primeira capela-mor a ser reconstruída foi a da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Santa Rita Durão, a arrematação ocorreu no ano de 1780. A segunda foi a matriz do Bom Jesus do Monte Furquim, em 1782 e, a terceira foi a matriz de São José da Barra longa, em 1785.

A primitiva matriz de Santa Rita Durão havia sido construída nos idos de 1729, porém, Germain Bazin informa que o templo atual não corresponde ao templo primitivo. Bazin afirma que os livros de Receita e de Despesa da irmandade do Santíssimo Sacramento desta igreja fazem alusão a uma nova construção, feita na segunda metade do século XVIII, na qual trabalhou o pedreiro e carpinteiro Domingos Francisco Teixeira (BAZIN, 1983, p.198). É muito provável que Germain Bazin esteja certo, pois, quando José Pereira Arouca assumiu as obras de reedificação da capela-mor em 1780, o restante do templo se encontrava em perfeitas condições (MENEZES, 1978, p.76-80).

Na revista do Anuário do Museu da Inconfidência do ano de 1978 foi publicado um documento de elevado valor histórico e artístico sobre a reedificação da capela-mor da matriz de Santa Rita Durão. Trata-se das “condições” que foram elaboradas pela irmandade do Santíssimo Sacramento para a execução da obra. Além de determinar como deveria ser edificada a capela-mor, o documento informa sobre as decisões tomadas e sobre como deveria ser executado o retábulo-mor, o lavatório e a pintura do teto da sacristia.

Muito já foi discutido sobre a importância do documento “condições” para a história da arquitetura do período colonial mineiro, porém, vale ressaltar que sua importância não se dá apenas pelo fato de este documento oferecer informações a respeito da obra, mas também porque ele revela a vontade, o gosto, o desejo do comitente em relação à sua encomenda. Estes aspectos são muito importantes para se compreender a

composição arquitetônica como um todo. No caso específico da reconstrução da capela-mor da matriz de Santa Rita Durão, o que se percebe, por meio da fonte analisada, é que os comitentes estavam preocupados, primeiramente, com a segurança dos fiéis. Os aspectos decorativos e ornamentais ficavam em segundo plano.

Consta de um documento do Arquivo Público Mineiro¹⁰⁹ que, por volta do ano de 1780, José Pereira Arouca foi convidado, juntamente com Manoel José Belas, para emitir um laudo técnico a respeito das reais condições em que se encontrava a capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, no qual, debaixo de juramento eles prometeram dizer a verdade. Após as análises feitas os construtores emitiram o seguinte laudo:

Que a dita capela mor se acha muito arruinada e incapaz de se fazerem nela as festividades ordinárias, pela razão de ser a mesma feita de paus-a-pique e estarem já quase todos eles podres, de forma que as paredes em parte declinavam consideravelmente do seu prumo; que no mesmo estado se achavam todas as mais obras de madeira, como eram a talha da Capela Mór, soalho da sacristia e janelas, tanto que a dita talha não se podia já assegurar com pregos e estava amarrada com correias e em partes estava amarrada com correias e cordéis e as janelas não defediam o temporal por estarem empenadas e rotas e nestes termos se achava a dita Capela Mór na maior necessidade e em estado de se não expor o Santíssimo Sacramento. E que quanto ao corpo da igreja, se acha reedificado de novo e pintado, com todo aceio de perfeição (MENEZES, 1978, p.76-80).

O parecer dos mestres construtores foi tão incisivo que o ministro da irmandade do Santíssimo Sacramento solicitou que eles providenciassem, imediatamente, o risco e calculassem as despesas da nova obra. “E logo o mesmo Ministro ordenou aos ditos oficiais que fizessem a planta e risco da dita Capela-Mór” (MENEZES, 1978, p.77). Infelizmente, o risco que foi apresentado pelos construtores não foi localizado, porém das condições desta obra consta que ele deveria conter as seguintes medidas: sessenta e três palmos¹¹⁰ de comprimento, vinte oito e meio de largura e trinta e três e meio de altura. As

¹⁰⁹ Arquivo Público Mineiro. Códice 222, maço 11. Fls. 1, S. capitania de Minas Gerais.

¹¹⁰ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno apresentou em seu estudo “Desenho e Desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)” uma importante tabela onde explicou que o sistema de medidas que vigorou ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII variou muito de acordo com cada lugar. No caso de Portugal e, conseqüentemente, da América Portuguesa, as medidas faziam sempre analogia ao corpo humano. Desta forma, elas eram medidas por meio do uso de polegadas, palmos, pés, côvados, passos, varas, braças e léguas. Neste estudo, a autora apresentou uma importante tabela onde ela explica as equivalências entre os valores de medidas antigas e seu valor no sistema métrico decimal. Assim ela inferiu que: 1 polegada = 2,54 cm. 1 palmo = 22 cm. 1 pés = 33 cm. 1 côvado = 66 cm. 1 passo ordinário = 82, 5 cm. 1 vara = 1,10 cm. 1 légua de sesmaria = 6.600 cm. 1 légua = 5.555,55 cm. 1 braça quadrada 30,52 m. 1 vara castelhana – 84,8 cm. Fonte: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnios: o Brasil*

paredes deveriam ser erguidas com quatro palmos de espessura e a dos corredores com sete palmos e três quartos de largura e dezesseis palmos e três quartos de altura. Quanto aos alisares, vergas e soleiras para as portas e para as janelas, tudo deveria ser feito de cantaria. A sacristia deveria ser construída com vinte e oito palmos de largura e cinquenta e seis de comprimento e seu assoalho deveria ser todo de madeira. Os materiais construtivos antigos deveriam ser substituídos por pedras grossas, cal e areia. Além da parte de alvenaria, a arrematação compreendia a execução de uma pintura em perspectiva¹¹¹ no teto da sacristia e a feitura do retábulo-mor. E tudo deveria ser feito às custas dos arrematantes, conforme mostra o documento: “[] feito tudo à custa dele, o arrematante, sem que lhe dê, para isso, mais do preço por que se arrematar e ao depois de feita será vista e examinada na forma que se costuma” (MENEZES, 1978,p.77).

Ao que tudo indica, José Pereira Arouca e Manoel José Belas terceirizaram a pintura do teto da sacristia e os trabalhos de entalhe, afinal, estas não eram as suas especialidades. Nas descrições sobre a pintura do teto da sacristia consta que ela deveria ser executada em perspectiva e correspondente a pintura do teto da nave.¹¹² Infelizmente, esta pintura não existe mais, a que pode ainda ser vista é a do teto da nave, mesmo assim, em mal estado de conservação.

Será mais obrigado a mandar pintar o forro da sacristia metendo pinturas e figuras nos painéis, e as mais molduras fingindo pedra, será obrigado a mandar pintar o teto da Capela Mór com pintura, que emite e corresponda à do Corpo da Igreja, metendo para isso perspectiva necessária, conforme as do corpo e no meio do dito teto meterá uma tarja bem feita, com o retrato da padroeira da mesma Igreja e ficando tudo o mais em campo branco (MENEZES, 1978, p.79).

dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2011. p. 51.

¹¹¹ De acordo com Magno Moraes Mello, um dos poucos especialistas no estudo de tetos pintados em Portugal e na América portuguesa, os lusitanos adotavam o costume de pintar os tetos de suas igrejas e transplantaram esta prática para o Brasil. Na colônia, este costume se intensificou a partir da segunda metade do século XVIII. As pinturas dos tetos tinham por objetivo criar um espaço ilusório, no qual o espectador ao entrar no ambiente fosse transportado para uma outra dimensão, uma dimensão espiritual. Este efeito só seria possível por meio do uso, por parte dos pintores, da perspectiva. A intenção era construir um espaço que pudesse induzir, sensibilizar e persuadir o fiel e, nesta busca, os pintores se apropriavam não somente da perspectiva, mas de todas as formas que pudessem deixar a pintura grandiosa, como volutas, frontões, conchas estilizadas, colunas, flores e etc. Sobre este assunto consultar: MELLO, Magno Moraes. Os tetos pintados: uma moda decorativa através dos tempos. In: *Tetos do Brasil: origem, história e arte*. Belo Horizonte: Gráfica Santa Marta. 2011. MELLO, Magno Moraes. *A pintura de tetos em perspectiva no Portugal de D. João V*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998.

¹¹² Graças ao esforço do IPHAN a pintura do teto da nave da igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Santa Rita Durão, Minas Gerais, se encontra preservada. E apesar de necessitar de restauro, ela ainda pode ser contemplada por quem visita a igreja. Esta pintura é atribuída a João Batista de Figueiredo e nela está representado o milagre de Nazaré. Fonte: Inventário da igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré, do distrito de Mariana. Disponível em: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=5



Figura 29: Capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão/MG.
Foto da autora.



Figura 30 e 31: Imagem da pintura de teto da nave da matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Santa Rita Durão/MG – Foto da autora.

Se a pintura da sacristia deveria ser semelhante à da nave, logo, ao terceirizar o serviço, José Pereira Arouca e seu sócio devem ter orientado o pintor a retratar o Milagre de Nazaré. Pois de acordo com o Iphan, este é o tema central da pintura da nave da matriz de Santa Rita Durão e nela também estão representados os apóstolos Pedro e Paulo, São Tomás de Aquino e São Boaventura. E nos quatro cantos contém os quatro doutores da igreja. Atribui-se esta pintura a João Batista Figueiredo¹¹³, conceituado pintor do século XVIII.

Além de ter terceirizado o serviço da pintura do teto da sacristia, os construtores, provavelmente, fizeram o mesmo com a feitura do retábulo-mor. Este retábulo é atribuído a Antônio Tavares (MARTINS, 1974, p. 281) e de acordo com o Iphan, o seu modelo é característico do estilo Dom Joao V¹¹⁴ e a data de sua conclusão remete ao ano de 1794.¹¹⁵

[] apresenta altar e retábulo mor em talha suntuosa. Compõe-se de quatro colunas torsas, com ornamentação floral entalhada, arco no nicho central, com sanefa, figura de anjos e ornatos no estilo D. João V. No trono central encontra-se a imagem da padroeira, o sacrário é ladeado por figuras de anjos. Os retábulos laterais ao arco cruzeiro são de estilo semelhante, com dominante vertical.¹¹⁶

Judith Martins (1974) faz referência a Antônio Tavares como sendo pedreiro e carpinteiro. Consta do seu dicionário que ele executou serviços no telhado e nas torres desta mesma igreja. É nos documentos do Iphan que ele aparece como o autor do retábulo-mor da capela de Nossa Senhora de Nazaré. Como o nome de Antônio Tavares não aparece em nenhuma obra de Arouca, a hipótese da tese é a de que ele fosse um artífice da região.

¹¹³ De acordo com Judith Martins, João Batista de Figueiredo trabalhou nas igrejas de São Francisco de Assis de Ouro Preto, na matriz de Santa Rita Durão e na igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia também em Ouro Preto. MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, 27 (1974):285. Consultar também: OLIVEIRA; Miryam Andrade de. A pintura de perspectiva em Minas colonial. *Revista BARROCO*. Belo Horizonte, 10 (1978/79): 172.

¹¹⁴ De acordo com Aziz de Oliveira Pedrosa, a talha luso-mineira do estilo Joanino foi fruto da assimilação de formas e elementos estéticos vigentes no reino português e que teve um marco principal no período correspondente ao do reinado de D. João V. Para este autor, o retábulo joanino, ou de D. João V, não possui no coroamento arquivoltas concêntricas e nele foram introduzidos o dossel. No corpo do retábulo foram instalados nichos para abrigar as imagens. Eles possuem como característica principal o uso de ornamentação preenchendo todos os espaços existentes. Aziz ressalta que a talha joanina é considerada uma talha essencialmente monumental. Fonte: PEDROSA; Aziz de Oliveira. A produção da talha Joanina na capitania de Minas Gerais: retábulos, entalhadores e ofícios. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: Escola de arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. p. 186-187.

¹¹⁵ http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_bmi.php?id=944

¹¹⁶ Inventário da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, do distrito de Mariana. Disponível em: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=5

De todas as despesas que a irmandade do Santíssimo Sacramento teve com a reconstrução da capela-mor e com a sua ornamentação, a feitura do retábulo-mor e a confecção da pintura foram as mais dispendiosas, apenas nestes serviços foram gastos 4:250\$000 mil reis. A tabela abaixo corresponde aos valores de todas as despesas envolvidas nesta obra, custos que, como se viu, foram pagos pelos arrematantes e, certamente, estavam embutidos no valor final da arrematação.

Quadro 10 – Tabela dos custos da obra da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em santa Rita Durão/MG.

Descrição	Valores
Paredes da capela-mor, corredores, sacristia- com alicerces, palmos que reduzidos a braças são 220 braças e ½ a preço de 7/8 a braça.	1:849\$050
Cantaria – Portas, janelas e óculos 24 a 16/8 – 38/4 a dinheiro.	460\$800
P' 6 Invazamento para os cunhais de cantaria	330\$000
P' Presbitério e lavatório	300\$000
P' 250 palmos de cantaria para a sapata	120\$000
P' 12 pirâmides de cruces a 12/8 – 144/8 a dinheiro	172\$800
P' 14 grades de ferro a 20/8 – 320/8 a dinheiro	384\$000
P' Reboques, fingimentos, forros da capela-mor, corredores, telhado, cal, areia para tudo e telha	800\$000
P'' Emporte do retábulo, florões, douramento, arco cruzeiro e pintura, na forma do risco e condições.	4:250\$000
P''' 18 portas e janelas com suas ferragens a 20\$000	360\$000
P''' Acampar a capela-mor, corredores e sacristia e madeiras e pregos para o mesmo.	240\$000
P''' Forros de toda a obra na forma das condições e risco, madeiras e pregos para os mesmos	500\$000
P''' Todos os madeiramentos dos telhados na forma das condições e risco e madeiras e pregos para os mesmos.	600\$000
	11:366\$650

Fonte: (MENEZES,1978, p. 80)

Provavelmente, esta obra ainda estava em andamento quando José Pereira Arouca arrematou a fatura da capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim, em 1782. Só havia se passado dois anos e, na maioria das vezes, estas obras se delongavam por muito tempo, ainda mais quando a arrematação compreendia também a ornamentação. Assim como na matriz de Santa Rita Durão, a do Monte Furquim também havia sido construída no início do século XVIII, provavelmente em 1704, e da mesma forma foi substituída por uma igreja maior no final do século XVIII. No lugar da primeira construção há, ainda hoje, os vestígios dos seus alicerces.

A construção ocorreu no ano de 1745 e de acordo com o inventário da igreja a obra se estendeu até 1755.¹¹⁷ Passados apenas dez anos, em 1765, a capela-mor requereu reedificação. Os documentos ressaltam que, nesta data, ela já se mostrava em péssimas condições para a realização das missas e demais liturgias. A comprovação deste fato se encontra em um documento que está sob a guarda do Iphan, no qual há um despacho de Dom José para a Real Fazenda de Minas Gerais, feito através da Mesa da Consciência e Ordem de Portugal. Neste despacho, Dom José solicitou a vistoria, a planta e toda a relação das prováveis despesas para a reedificação de uma nova capela-mor para esta igreja.

Dom José por graça de Deus, etc. Faço saber a/os Provedor de minha Real Fazenda em Minas Gerais que no meu tribunal da Mesa da Consciência e Ordem, se viu a informação de que destes, sob o requerimento que o padre José de Sá e Vasconcellos, vigário da igreja do Sr. Bom Jesus do Furquim deste Bispado, a respeito de ser reedificada a Capela-Mór e sacristia da mesma igreja que se acham arruinadas e de se lhe darem os ornamentos precisos para a celebração dos Ofícios Divinos. O que visto-hey por bem ordenar-vos que na forma das minhas ordens examineis a importância desta obra, ordenando planta decente e proporcionada, e me direis o que poderá fazer de despesa, para o que mandareis por a lanços e de tudo me dareis conta. O que assim cumprireis, etc. Lisboa, cinco de janeiro de 1765.¹¹⁸

O despacho de Dom José solicitando os documentos e a relação dos custos referentes à reconstrução da capela-mor foi feito em 1765. As “condições” para a execução da obra foram elaboradas em 1767 e o primeiro pagamento feito a José Pereira Arouca, o arrematante, é de 1782. Ou seja, mesmo diante das más condições do templo, a obra demorou para ser iniciada.

1782- Foi ordenado o pagamento a José Pereira Arouca, da importância por que arrematou a obra da capela mor e sacristia da Freguesia de Bom Jesus do Furquim (MARTINS, 1974, p.69).

Ao contrário do risco da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, cuja autoria indica ser de Arouca, o da matriz de Furquim, provavelmente, não foi projetado por ele. Conforme já foi dito, as condições desta obra foram estipuladas em 1765 e,

¹¹⁷ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte/MG. Inventário da igreja Matriz do Senhor do Bom Jesus do Monte Furquim. Caixa 221. Mariana. Monumento: Igreja do Bom Jesus do Monte Furquim (cont.) Igreja Matriz (Cachoeira do Brumado) Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (Santa Rita Durão).

¹¹⁸ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte/MG. Inventário da igreja Matriz do Senhor do Bom Jesus do Monte Furquim. Caixa 221. Mariana. Monumento: Igreja do Bom Jesus do Monte Furquim (cont.) Igreja Matriz (Cachoeira do Brumado) Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (Santa Rita Durão).

geralmente, elas eram elaboradas juntamente com o risco, quando o Arouca arrematou a fatura da capela-mor, em 1782, provavelmente, estes documentos já estavam prontos. Contudo, de acordo com este documento, a capela-mor deveria possuir paredes com oitenta palmos de comprimento e trinte e seis de altura. O vão interno deveria conter quarenta e oito palmos de comprimento e, estas deveriam ser também as medidas da sacristia, tudo feito de pedra e cal.

No inventário da igreja, está registrado que José Pereira Arouca utilizou na ornamentação externa da capela-mor os mesmos elementos decorativos que foram usados na Casa de Câmara e Cadeia, conforme aponta o documento. “A capela-mor é toda de pedra, da rez à cimalha que são também de pedras lavradas e no mesmo estilo de iguais ornatos da Cadeia de Mariana.”¹¹⁹



Figura 32 e 33: Imagens da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG e do exterior da capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim/MG. Fotos da autora.

¹¹⁹ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte/MG. Inventário da igreja Matriz do Senhor do Bom Jesus do Monte Furquim. Caixa 221. Mariana. Monumento: Igreja do Bom Jesus do Monte Furquim (cont.) Igreja Matriz (Cachoeira do Brumado) Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (Santa Rita Durão).

É arriscado afirmar quem definia os elementos decorativos nas construções coloniais, se era o arquiteto, o comitente ou até mesmo se havia alguma interferência do construtor, cada caso apresenta as suas especificidades. Mas a semelhança entre os elementos decorativos que aparecem nas construções do José Pereira Arouca leva a supor que eles eram sugeridos por ele. Primeiramente, porque as obras possuíam comitentes diferentes, e depois porque estes pináculos são recorrentes nas construções portuguesas. As obras de Arouca nas quais estes elementos decorativos aparecem são: a igreja matriz do Bom Jesus do Monte Furquim, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa Capitular, estas últimas em Mariana.



Figura 34: Casa Capitular de Mariana/MG – Foto da autora

A capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim é bem mais elevada em relação à nave. Nela foram assentadas dezoito janelas e duas portas, sendo que, de cada lado, constam cinco janelas na parte superior das paredes e 04 janelas e uma porta na inferior, todas com soleiras e vergas de cantaria. Atualmente as janelas estão tampadas por painéis que fazem alusão aos evangelistas: São Lucas, São Marcos, São João e São Mateus.

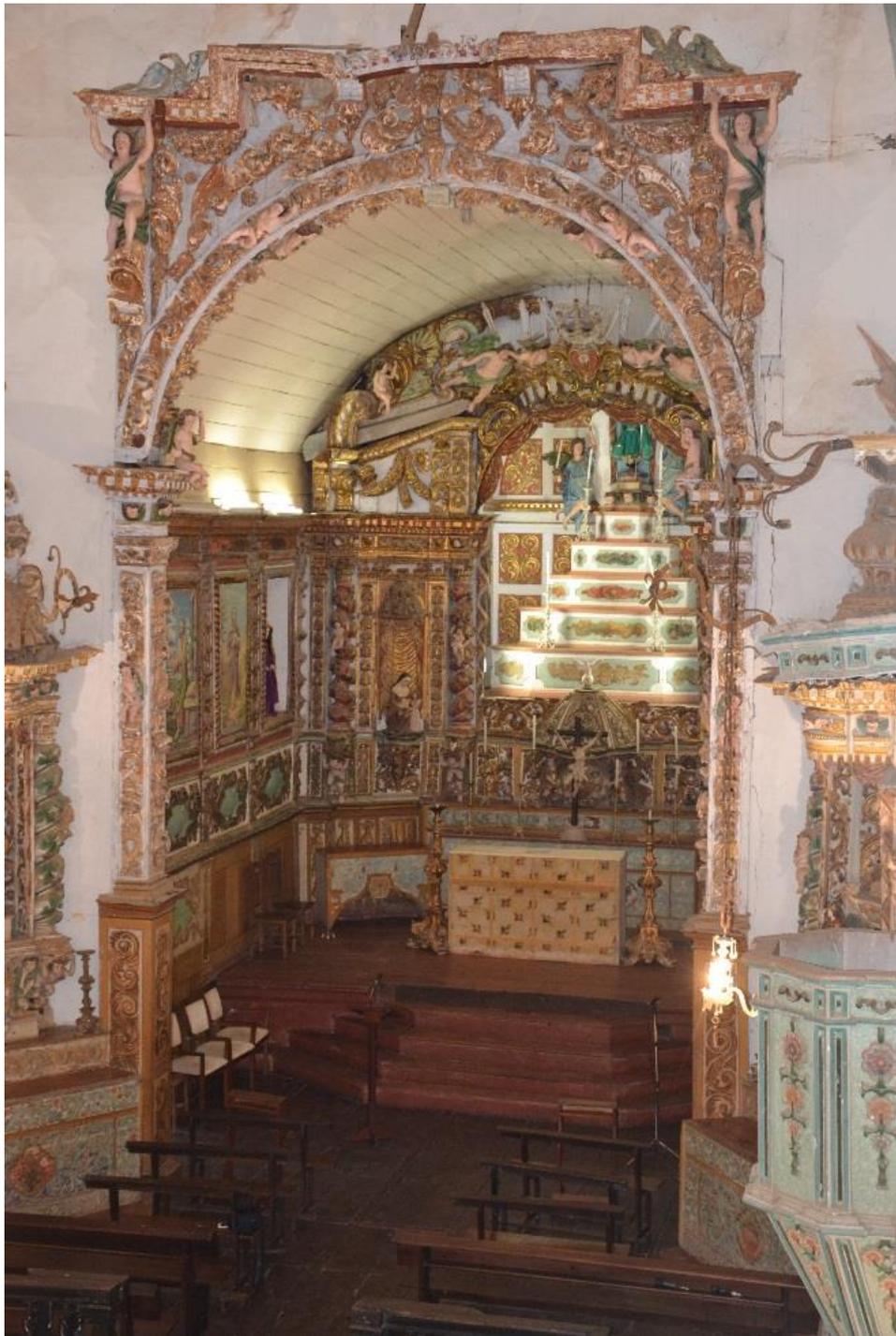


Figura 35: Capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim/MG
Foto da autora

Na sacristia o que mais chama atenção é o lavabo parietal em pedra sabão, que de acordo com o Iphan, foi esculpido por José Pereira Arouca.¹²⁰ O lavabo é constituído por uma bacia em taça de linha semielíptica, esculpida em curva e com motivos fitomorfos. No seu interior foram esculpidas serpentes estilizadas, com caldas entrelaçadas e entre elas há um vaso com ramos de flores.



Figura 36: lavabo parietal da sacristia da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim/MG – Foto da autora

¹²⁰ Inventário da igreja Matriz do Senhor do Bom Jesus do Monte Furquim. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Belo Horizonte. Minas Gerais. Caixa 221. Mariana. Monumento: Igreja do Bom Jesus do Monte Furquim (cont.) Igreja Matriz (Cachoeira do Brumado) Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (Santa Rita Durão).

José Pereira Arouca teve muitos problemas para receber pelas obras da capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim. Estes problemas alcançaram tamanha proporção que chegaram ao conhecimento da Mesa da Consciência e Ordem em Portugal. Uma ordem foi expedida pela Rainha dona Maria I, exigindo que fossem realizados os pagamentos ao construtor.

Marques de Angeja, do conselho minha Rainha senhora, etc. Faço saber a junta de Arrecadação e Administração da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, que requerendo este real Erário JOSE PEREIRA AROUCA, se expedissem as ordens necessárias para ser pagos em seus devidos tempos das obras que lhe foram arrematadas da CAPELA-MOR E SACRISTIA da igreja do Bom Jesus do Monte Furquim, distrito de Mariana. Por provisão da mesa da Consciência e Ordens foi [] minha senhora servida de deferir-lhe mandando que expedisse ordem a esta Junta para lhe fazer os competentes pagamentos, nas conformidades de sua arrecadação, etc. Lisboa, 17 de Janeiro de 1782.¹²¹

Muito provavelmente José Pereira Arouca usou de sua ampla rede de relacionamentos para conseguir que este assunto entrasse na pauta da Mesa da Consciência e Ordem, pois como mostra o documento, foi a própria rainha quem expediu a ordem de pagamento. No entanto, depois deste episódio, os pagamentos normalizaram e José Pereira Arouca continuou recebendo pela fatura da capela-mor até o ano de 1792 (MENEZES, 1978, p.68).

Em 1790, foram efetuados três pagamentos, sendo um de 1:900\$000, outro de 725\$000 e um último no mesmo valor do segundo. O pagamento do ano de 1792, provavelmente o último da fatura, foi no valor de 1:450\$000 (MENEZES, 1978, p.68).

Em 1785 ele arrematou a fatura de uma última capela-mor pelos arredores de Mariana, desta vez foi a da matriz de São José do Gualacho do Norte, atualmente, São José da Barra Longa. Esta região também pertencia a freguesia de Furquim (TRINDADE, 1945, p.54). No entanto, não faz mais parte do Termo de Mariana e sim de Ponte Nova. A igreja primitiva havia sido construída em 1729 e reconstruída em 1748, passados 37 anos a capela-mor requereu reedificação.

A arrematação não foi auferida por José Pereira Arouca e sim por João Barrozo Bastos. Este homem residia em Barra Longa, mas na ocasião da arrematação ele se encontrava em Vila Rica, onde ocorreu o pregão. João Barrozo Bastos era português da

¹²¹ Arquivo Público Mineiro. Código. 207 – C.M.O.P. Pág. 187 – 1782.

região de Guimarães, conforme declarou em testamento: “Declaro que sou natural do lugar de Hus, Freguesia de São Lourenço do Vilar, Concelho das Cabeseiras de Basto, Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga.”¹²² Apenas dois registros ressaltam a sua atuação como construtor nas Minas setecentistas. O primeiro deles diz respeito à arrematação da capela mor da matriz de Barra Longa (MARTINS, 1974, p.106), e o segundo consta do seu testamento, no qual, ele próprio afirma ter arrematado a obra da capela mor da matriz de Congonhas do Campo.¹²³ Por meio destas fontes constata-se que João Barroso Bastos arrematou a feitura de duas capelas-mores em Minas Gerais.

Porém, as obras da matriz de Barra Longa ele terceirizou para José Pereira Arouca. A terceirização das obras, já muito discutida neste texto, acontecia, geralmente, por três motivos: primeiro, quando o arrematante não tinha habilidade técnica para executar o serviço. Segundo, quando ele não tinha a estrutura necessária para a execução da obra, como escravos e ferramentas. Ou ainda quando ele estava envolvido em outras construções e temia não conseguir cumprir com os prazos estabelecidos. Estar inserido nas redes de sociabilidade nestas horas era fundamental, pois mesmo não assumindo a arrematação, a terceirização lhe garantia uma parte, mesmo que pequena, no lucro do empreendimento.

João Barroso Bastos terceirizou a parte de alvenaria da capela-mor para José Pereira Arouca, a feitura do retábulo-mor a Francisco Viera Servas e a Antônio de Souza Batalha o campamento do assoalho. Francisco Viera Servas cobrou seiscentos e vinte e quatro mil reis pelo serviço do retábulo, Antônio Batalha recebeu cinquenta oitavas de ouro pelo assoalho. Já os pagamentos que foram feitos a José Pereira Arouca estão melhor detalhados no documento e neles foram incluídas as diárias dos seus escravos e os materiais empregados na obra.

Quadro 11- Pagamentos que foram efetuados a José Pereira Arouca por ocasião da construção da capela-mor da matriz de São José da Barra Longa/MG.

Pr. 46 dias de serviso de Anto. Frz a ½ e 4	28- ¾ - 0
Pr. 53 ditos de Joaquim Preto a ½ e 2vs	16 -½ - 2
Pr. 50 ditos de Bernardo Pedreiro a ¼	12 - ½ - 0
Pr. 49 ditos de Sipriano Pedreiro a ¼	12- ¼ - 0
Pr. 48 ditos de um servente a 4 vs	6 - 0 - 0

¹²² SERVAS e Arouca em Barra Longa. *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da educação e Cultura, 1957. p.47. Arquivo do IFAC.

¹²³. SERVAS e Arouca em Barra Longa. *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da educação e Cultura, 1957. p.47. Arquivo do IFAC.

Pr. 4 alqueires de cal branca $\frac{3}{4}$	3 - 0 - 0
Pr. Condução da cal a 4vs. Por alqueire	3 - $\frac{1}{2}$ - 0
Pr. 2.000 telhas a $\frac{6}{8}$ o milheiro	12 - 0 - 0
Pr. 3.000 tijolos para a semalha a $\frac{4}{8}$ e $\frac{1}{2}$ o milheiro	13 - $\frac{1}{2}$ - 0
Pr. 270 alqueire de cal preta e seus carretos a $\frac{1}{4}$ e 2vs.	84 - $\frac{1}{2}$ - 1
Soma sento e noventa e Sinco oitavas e 3vs	195 - 0 - 3

Fonte: SERVAS e Arouca em Barra Longa *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da educação e Cultura, 1957. p.47. Arquivo do IFAC.

Com a morte de João Barroso Bastos, os artifices envolvidos na reconstrução da capela-mor da matriz de São José da Barra Longa tiveram que recorrer ao seu testamenteiro para receber pelos serviços. José Pereira Arouca, por exemplo, requereu que lhe fizesse um pagamento correspondente ao valor de cento e noventa e cinco oitavas e três vinténs de ouro, referente aos materiais empregados na obra.

Diz o Alferes Joze Per. Arouca que a Testamentaria do falecido Capm. João Barrozo Basto lhe esta devendo a quantia de sento noventa e sinco oitvas e três vinténs de ouro constante da conta junta dos materiais e obra que mandou fazer na Capella Mor da Igreja Matris de São Joze da Barra Longa desta cidade.¹²⁴

A morte do arrematante era sempre um transtorno, pois acarretava atrasos, falta de pagamentos e conseqüentemente a paralisação das obras. Depois da morte de João Barroso Bastos, não há vestígios de como a capela-mor foi concluída, ou em que ponto José Pereira Arouca e os demais artífices a deixaram. Porém, sabe-se que a matriz de São José da Barra Longa passou por inúmeras reformas ao longo dos anos e, provavelmente, ela não apresenta mais o aspecto que possuía no final do século XVIII.

Apesar das capelas-mores do José Pereira Arouca terem sido construídas em período e lugares distintos, elas apresentam algumas características em comum. Todas possuem teto curvo e assoalho de madeira, nota-se a presença de janelas e não de óculos, elas foram construídas em um nível superior ao da nave, e a ordem arquitetônica que prevaleceu nas colunas que formam o arco-cruzeiro foi a dórica.¹²⁵

¹²⁴ . : SERVAS e Arouca em Barra Longa *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da educação e Cultura, 1957. p.45. Arquivo do IFAC.

¹²⁵ De acordo com John Summerson, uma ordem dórica é formada por uma coluna de templo sobre o pedestal, no topo da coluna se encontra a arquitrave, o friso e a cornija. SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2006. p. 12.



Figura 37: Capela-mor da matriz de São José da Barra Longa/MG – Foto Sabine Delamare



Figuras 38, 39 e 40: Capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim/MG. Capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré - Santa Rita Durão. Capela-mor da matriz de São José da Barra Longa – Todas em Minas Gerais – Fotos da autora

Apesar de algumas semelhanças entre estas capelas-mores, vale a pena ressaltar que suas plantas não distanciaram do modelo que vinha sendo praticado na colônia. É possível que os comitentes, juntamente com os arquitetos e os construtores, estavam cômnicos dos modelos que prevaleciam e, por isso, mantiveram os mesmos padrões arquitetônicos. Provavelmente, eles tinham acesso às orientações para edificação de templos religiosos que foram elaboradas pela igreja católica desde o Concilio de Trento (1545 a 1563). Estas orientações circularam pela colônia, ao longo do século XVIII, seja através das Ordenações ou dos Tratados.

De acordo com José Fernandes Pereira, uma literatura pós-tridentina que circulou com bastante ênfase no mundo ocidental foram as “Instrucciones de la fábrica Y del Ajudar Eclesiásticos” de São Carlos Borromeo¹²⁶. Para este autor estas instruções traziam preceitos importantes para construção de templos religiosos e é provável que os líderes tenham tido acesso a elas. Nas palavras de José Fernandes, “É ainda em São Carlos Borromeo que encontramos uma clara definição da igreja enquanto Casa de Deus, destinada à sua glória a que os arquitetos ou simples construtores deviam dar a forma conveniente” (PEREIRA, 1997. p.35). Além de orientarem sobre o melhor local para a edificação dos templos e de tratarem da beleza dos seus interiores, as instruções deixadas por Borromeo comunicam a respeito de cada espaço, trazendo instruções específicas para a construção de frontispícios, átrios, naves, tetos, coros, corredores, tribunas, paredes, capelas-mores e sacristias. E ainda instruía sobre os elementos decorativos, como a talha, as esculturas, as pinturas, as pias batismais, as portas, as janelas, mesas e altares.

Sobre as capelas-mores, Borromeo orientou que elas deveriam ser edificadas na “cabeça” da igreja, em um lugar mais elevado, de forma que suas “costas” estivessem de acordo com a linha reta do oriente, mesmo que houvesse residências na parte de trás.

Ahora bien, el sitio de esta capilla debe elergirse em la cabeza de la iglesia, em el lugar más elevado por cuya region este la puerta principal. Su parte posterior mire em línea recta el oriente, aunque los domicílios del Pueblo estén por la parte de atrás. Y no se situe nunca completamente hacia el oriente solticial, sino hacia el equinocial (BORROME0,1985, p.15).

¹²⁶ São Carlos Borromeo nasceu no dia 02 de outubro de 1538 em Arona, Milão na Itália e faleceu no dia 03 de novembro de 1584. Ele foi Cardeal e Arcebispo de Milão, tendo sido o primeiro bispo a fundar seminários para a formação dos futuros padres. Além disso, ele promoveu sínodos diocesanos, escreveu muitos escritos catequéticos e, contribuiu com os conhecimentos acerca da doutrina católica.

O arcebispo ressalta ainda, que na impossibilidade de erigir a capela-mor de acordo com suas instruções, então o bispo, juntamente com o arquiteto deveriam decidir sobre a sua melhor localização. Porém ele enfatizou que o ideal seria que as capelas-mores estivessem voltadas para o oriente, onde, de acordo com o ritual da igreja deve estar o altar-mor e onde deve habitar o sacerdote, para que este possa ver os fiéis. Ainda sobre as capelas-mores Borromeo instruiu que elas deveriam ser construídas em um pavimento superior ao do presbitério e este último superior ao da nave.

Su pavimento construyase más alto que el suelo de la iglesia, según la situación del lugar e igualmente según el tipo de iglesia, si ésta es parroquial, a l mínimo ocho pulgadas más alto, o um codo, a lo sumo: si colegial o catedral, o certamente parroquial insigne, que esta altura no sea menor de um codo, pero tampoco mayor de um codo, e además dieciséis pulgadas. Pero cuando em la capilla mayor está debajo el lugar que se nombra confesión, para la altitude de aquél lugar, aplíquese apta y adecuadamente la norma de construir más alto este pavimento, a la altura de aquel lugar (BORROMEIO, 1985, p.15).

A respeito das sacristias, Borromeo recomendou que elas deveriam ser construídas voltadas para o oriente, de forma que recebessem luz solar. A grande preocupação do religioso era a de que as elas fossem construídas em lugares úmidos, pois isso, poderia comprometer as alfaias. Por isso ele instruiu os religiosos à construírem-nas de forma que o sol tivesse acesso ao seu interior, e que também fossem assoalhadas com madeira.

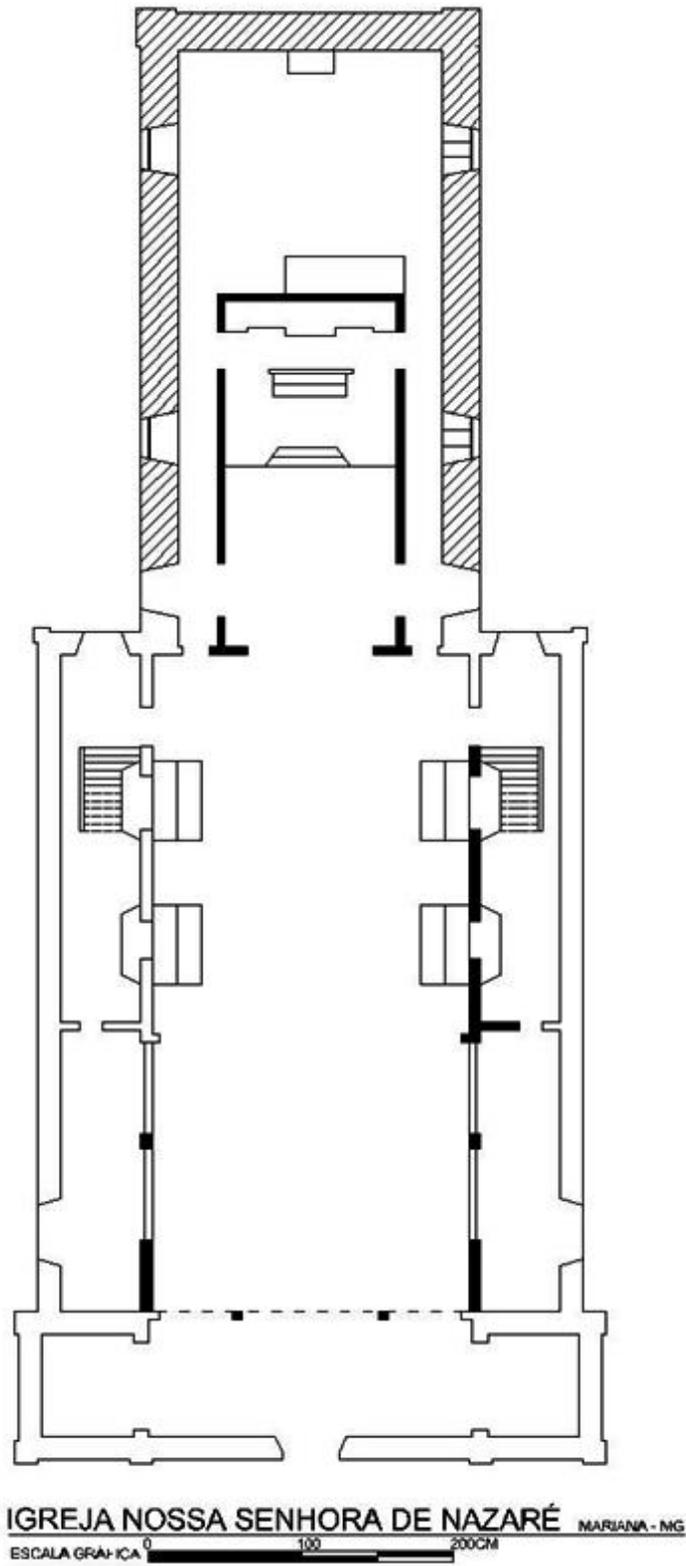
El cual constando por debajo de pequenas bóvedas, constrúyase todo ampliamente abovedado, algo más alto desde el suelo, donde se puede a causa de la humedad, para que los indumentos sacros no se pudran o corrompan a causa de la humedad del lugar o del sitio (BORROMEIO, 1985, p.15).

Notem que há correlações entre as instruções deixadas por Borromeo com as capelas-mores e sacristias que foram construídas por José Pereira Arouca em Santa Rita Durão, Barra Longa e no Monte Furquim. A maioria das suas orientações foi seguida, todas as capelas-mores foram construídas na “cabeça” da igreja, com patamar mais elevado em relação à nave e tendo suas sacristias ao fundo. Este fato sugere que as orientações Tridentinas eram conhecidas pelos religiosos e construtores e que, provavelmente, eles tinham acesso a elas. Mas, infelizmente, ainda não foi encontrado documento algum que comprove, efetivamente, a circulação destes textos pelas Minas.

Entretanto, o fato de a igreja regulamentar as obras religiosas, exigindo licença para construção, ampliação e reforma de templos, leva a pensar em uma efetiva circulação.

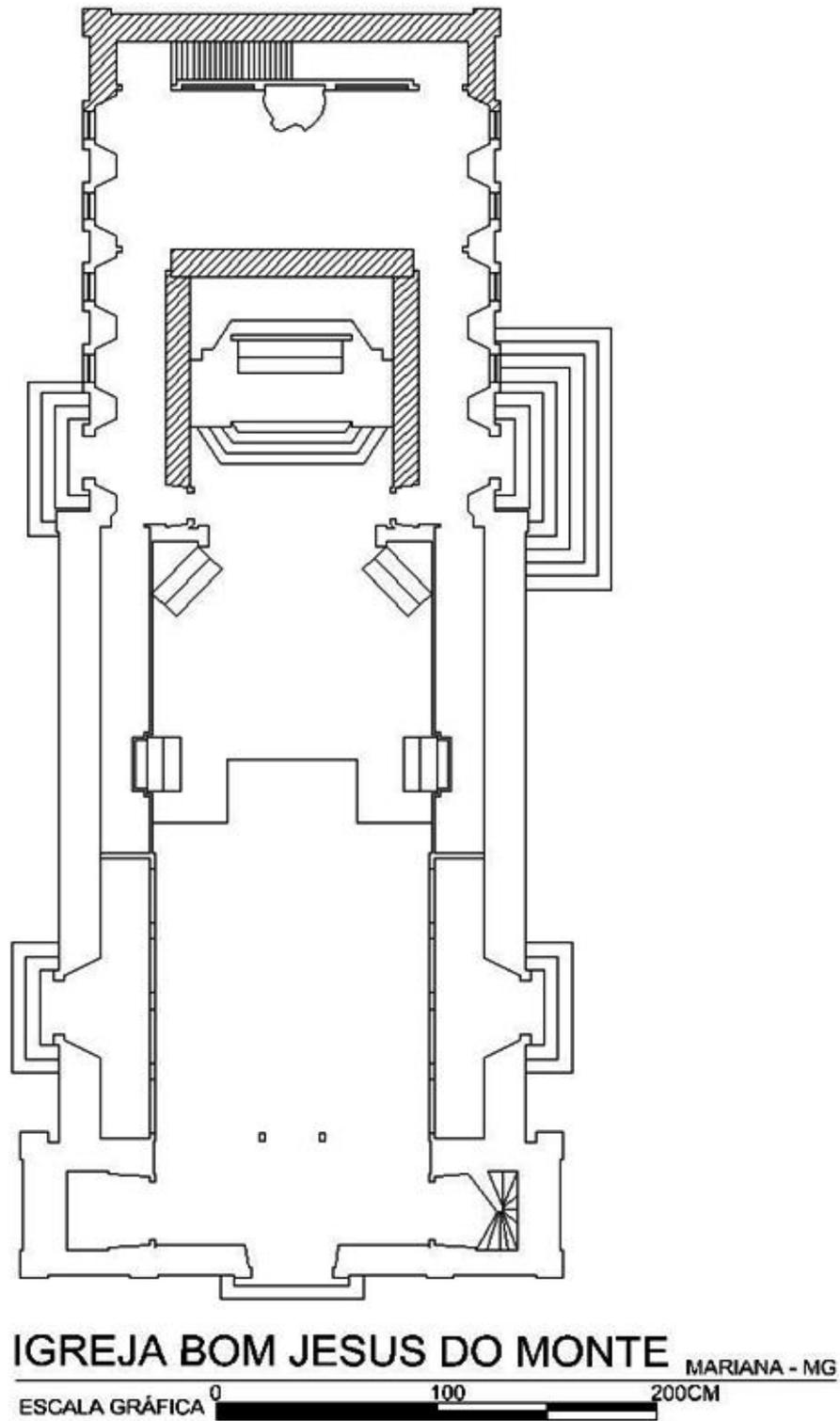
As obras executadas por José Pereira Arouca pelos antigos arraiais que circundavam a cidade de Mariana, provavelmente, foram frutos do bom nome que ele tinha na região. Certamente, o deslocamento de escravos, materiais, animais e ferramentas causavam transtornos e aumentava o custo da construção, porém, estas dificuldades não foram empecilhos para que os comitentes confiassem a ele a execução de suas obras. Também não foram empecilhos para o arrematante que, mesmo conduzindo outras construções na cidade de Mariana, levou adiante os projetos das capelas-mores.

Planta 07- Matriz de Nossa Senhora de Nazaré – Santa Rita Durão/MG¹²⁷

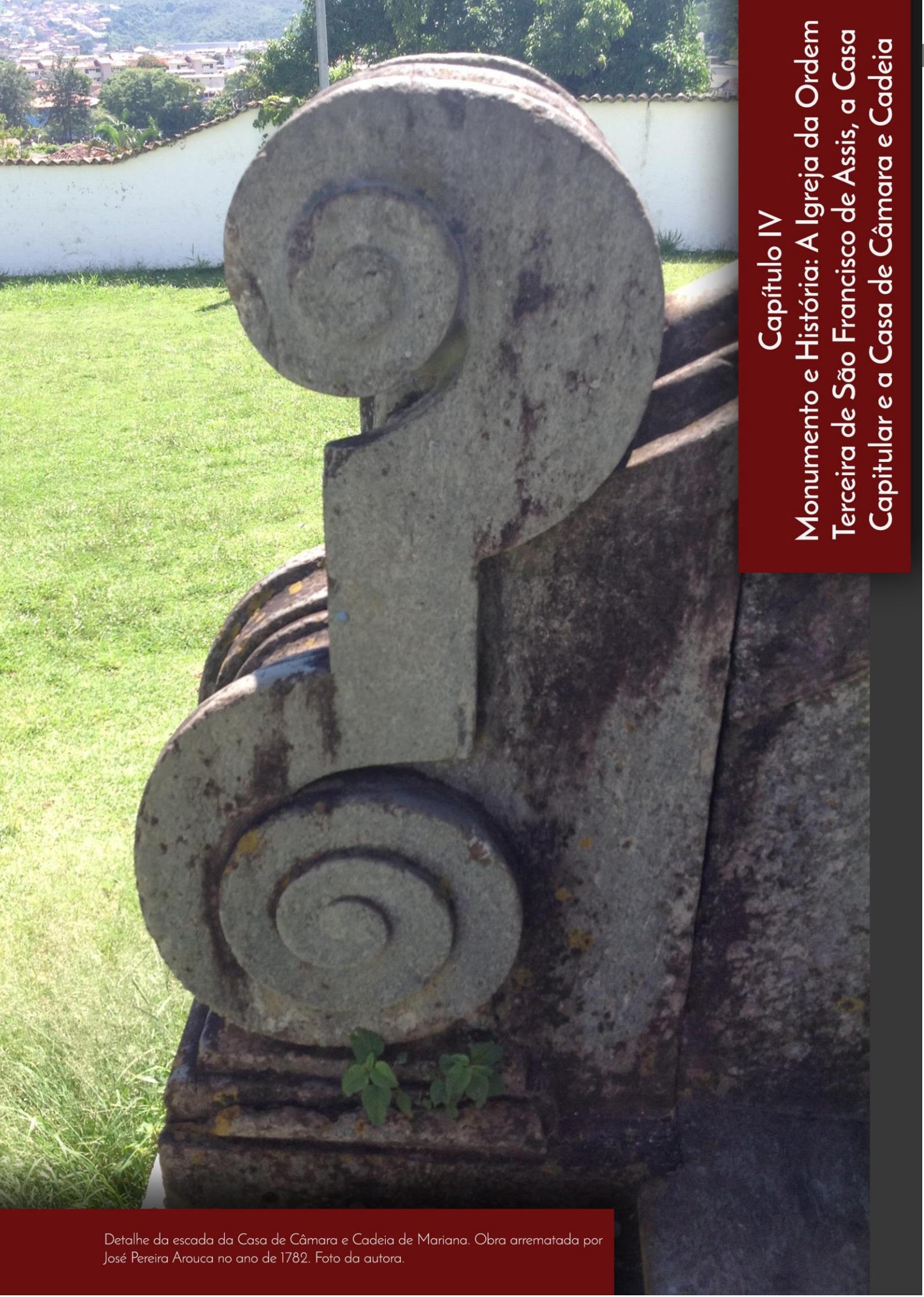


¹²⁷ Nota: José Pereira Arouca arrematou a fatura da capela-mor da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão no ano de 1780

Planta 08 - Matriz do Bom Jesus do Monte Furquim, distrito de Mariana/MG¹²⁸



¹²⁸ Nota: José Pereira Arouca arrematou a fatura da capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim no ano de 1782.



Capítulo IV

Monumento e História: A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, a Casa Capitular e a Casa de Câmara e Cadeia

Detalhe da escada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Obra arrematada por José Pereira Arouca no ano de 1782. Foto da autora.

CAPÍTULO 4

Os três monumentos considerados os mais importantes de José Pereira Arouca na Capitania mineira são a igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis, a Casa de Câmara e Cadeia e a antiga Casa Capitular, hoje sede do Museu Arquidiocesano de Mariana. Estas obras foram arrematadas pelo construtor na segunda metade do século XVIII e construídas do alicerce ao telhado por sua oficina. Elas foram encomendadas por comitentes diferentes e edificadas em épocas distintas. A igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis foi arrematada no ano de 1762 e sua construção se deve aos irmãos franciscanos. A arrematação da Casa Capitular ocorreu no ano de 1770 e o edifício é fruto de um empreendimento do Cabido da Sé de Mariana. Já Casa de Câmara e Cadeia foi arrematada no ano de 1782 e foi encomendada pelo Senado da Câmara. Por terem sido encomendadas por comitentes diferentes e construídas em períodos distintos, cada uma delas possui a sua peculiaridade, a sua história e, por este motivo, se decidiu, nesta tese, dedicar um capítulo exclusivo a elas. Ao longo da pesquisa, foram revisitadas as histórias destas edificações desde suas raízes, buscando compreender as primeiras motivações que tiveram os comitentes para encomendá-las. Procurou-se detectar também as mudanças que ocorreram ao longo das construções, e o papel desempenhado por José Pereira Arouca durante a execução destas obras.

4.1 A igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana/MG

As associações religiosas de homens leigos, incluindo as Ordens terceiras, surgiram na Europa por volta do século XIII e sua origem foi motivada por questionamentos acerca da vida monástica. Por longo tempo se acreditou que a vivência real do cristianismo só seria possível no claustro, ou seja, nos mosteiros, abadias, longe do mundo profano, onde a contemplação do Cristo poderia ser vivida de forma plena e sem interrupções. Esta mentalidade perdurou até por volta do século XII, quando as mudanças decorrentes do surgimento do comércio e do desenvolvimento das cidades interferiram no cotidiano das pessoas. O novo estilo de vida fez emergir um número significativo de desclassificados, ou

seja, homens e mulheres que passaram a mendigar pelas ruas clamando pela caridade pública. O cenário era intrigante, se por um lado o comércio enriquecia mercadores, produtores e vendedores, por outro, produzia uma vasta pobreza deixando muitos à margem do sistema.

Esta situação levou aos seguintes questionamentos: se Cristo havia morrido por todos, porque o acesso ao evangelho era restrito a uma pequena elite religiosa? E porque o alto clero se enriquecia consideravelmente, enquanto a pobreza se alastrava pelas ruas dos burgos recém-criados? Estes questionamentos levaram ao surgimento de uma nova religiosidade.

Até o século XII, a salvação dos leigos encontrava vários obstáculos para a concretização. O acesso a Deus intermediado pelos mosteiros, era apanágio de uma pequena elite senhorial detentora dos recursos necessários à inserção de um de seus filhos nos mistérios da fé. Para uma grande massa de pobres e desvalidos, restavam poucas oportunidades de salvação (BARBOSA, 2010, p.20).

A igreja, preocupada com os novos rumos do cristianismo, passou a se reunir em concílios¹²⁹ e num esforço hercúleo buscava se adequar às novas mudanças. Neste contexto, surgiram os movimentos evangélicos que doutrinavam as pessoas, ensinando-as que a sua condição humana ou o seu estado de vivência não os excluía da busca pela salvação. Emergiram ainda as confrarias e as associações religiosas e todas tinham como principal objetivo oferecer assistência mútua, amparando os órfãos, as viúvas, os pobres e todos os desvalidos, tanto na vida, quanto na hora da morte.

Neste contexto surgiu Francesco Bernardone (1182-1280), filho de um abastado mercador que se converteu ao cristianismo já na fase adulta. O seu amor pelo evangelho e pelos menos favorecidos o levou a viver uma vida de penitência. Seus ensinamentos eram baseados na busca por uma vida simples, firmada no primeiro amor, na recusa dos bens e no cumprimento do evangelho. A sua tocante pregação alcançou um grande número de seguidores e este fato, com o tempo, incomodou a igreja católica. “A ameaça de serem considerados heréjes [sic] pela igreja teria levado Francisco a requerer em Roma a legitimação de sua atividade e de seu modo de vida” (BARBOSA, 2010, p.25). A busca pelo reconhecimento de sua missão, por parte da igreja, levou o missionário a escrever um

¹²⁹ Latrão I (1123) Latrão II (1139), Latrão III (1179), Latrão IV (1215). Fonte: LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. p.33.

“Capítulo” ou uma Regra que, mais tarde, ao ser aprovada pelo papa Honorífico VIII, recebeu a denominação de “Regra Bulada”. A proposta de Francisco, ao institucionalizar a Ordem franciscana, tinha um caráter universal. A intenção era colocar clérigos e leigos em pé de igualdade, pois a salvação e a prática do evangelho não podiam se restringir apenas a uma minoria religiosa.

Assim, Francisco de Assis será o responsável por criar dentro da igreja uma nova concepção de vida religiosa, apoiada nas três ordens que criou, recebendo a aprovação papal. A Ordem dos Frades Menores (1209), a Ordem das Pobres Clarissas (1212) e a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (1289) – este último um espaço próprio para a atuação de leigos que buscavam uma vida mais próxima do sagrado sem, contudo, abandonar seus afazeres mundanos (BARBOSA, 2010, p.24).

A criação da Ordem terceira de São Francisco de Assis constituiu um importante instrumento de expansão e de fortalecimento do catolicismo. Seu crescimento se deu, com maior intensidade, durante o período da Contrarreforma e sob a influência do Concílio de Trento, sendo nesta época que a Ordem se espalhou pelo mundo. Neste período, ela ganhou muito adeptos, religiosos, que assim como Francisco, acreditavam que o evangelho deveria estar ao alcance de todos.

Há registro de que a primeira Ordem terceira franciscana foi criada em Portugal no ano de 1615, organizada por um espanhol conhecido por Inácio Garcia. Nas décadas seguintes, a Ordem se espalhou por todo o Reino se destacando pelos seus admiráveis templos e conventos. “Poder-se-ia citar o conjunto conventual de Leiria, o gracioso conjunto conventual e a capela terceira da Ponte Lima e o conjunto franciscano de Guimaraes, primeira povoação portuguesa a receber um franciscano” (BASTOS, 2013, p.53).

Para Germain Bazin (1983, p.24) a chegada dos religiosos na América obedeceu à seguinte cronologia, os primeiros a adentraram a colônia foram os jesuítas que chegaram por volta de 1549. Depois vieram os Carmelitas no ano de 1581. Quatro anos mais tarde, em 1585, chegaram os franciscanos. Para este autor, os últimos a pisarem na América foram os beneditinos, em 1592. Selma de Miranda ressalta que a primeira Ordem Franciscana a adentrar o Brasil se instalou no convento de Nossa Senhora das Neves em Olinda, depois os religiosos se espalharam por todo nordeste e, mais tarde, pelo restante do território brasileiro (MIRANDA,2009, p.111).

O papel desempenhado por estes religiosos foi de suma importância para o desenvolvimento da América, principalmente porque eles se envolveram com questões de

ensino. Para fazer parte de uma Ordem terceira era necessário, primeiramente, realizar o noviciado, que correspondia ao período de formação espiritual do novo converso e participar da profissão, que era uma cerimônia que marcava a entrada definitiva do novo membro. Além de participar destes rituais de entrada, os franciscanos ainda deveriam possuir pureza de sangue, estar inserido nas redes de sociabilidade locais, gozar de boa fama, ter cargos e patentes e ser donos de escravos.

Em Minas Gerais o papel da Ordens terceiras foi ainda mais intenso, pois, como se viu anteriormente, por motivo de proibição por parte da Coroa Portuguesa da atuação do clero regular na capitania, as associações religiosas, incluindo as Ordens terceiras, exerceram um papel primordial na vida da população, principalmente, por sua função assistencialista. Os registros informam que as Ordens franciscanas se instalaram na região por volta do ano de 1740 e, a princípio, foram acomodadas dentro das igrejas matrizes, sendo que somente mais tarde passaram a possuir capela própria. Nas palavras de Adalgisa Arantes Campos “As Ordens terceiras de São Francisco surgiram nas Minas após 1740, muitas vezes dentro da igreja paroquial, estabelecendo-se em altar próprio em nicho emprestado, onde colocavam a imagem do patriarca” (1999, p.121).

Em se tratando da história dos franciscanos na cidade de Mariana, sabe-se que até por volta de 1758 eles não possuíam sede própria, e em dias de missa e celebrações eles se dirigiam a Ouro Preto para congregarem com os irmãos terceiros daquela localidade. Porém, neste mesmo ano, os franciscanos marianense tomaram as primeiras medidas para a construção de uma sede da Ordem na cidade. Eles souberam que circulava pela comarca um comissário visitador por nome de Frei Manoel do Livramento, pessoa importante, distinta, pois seu nome estava ligado aos grandes fazendeiros e comerciantes da cidade. Ademais, ele havia sido professor de teologia em um convento em Santo Antônio e por estes atributos adquiriu grande estima e respeito.

Aproveitando-se da presença deste frei os irmãos terceiros lhe fizeram um pedido: o de interceder por eles em favor de uma célula da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Mariana, pois assim eles não precisariam mais se deslocar para Ouro Preto. Prontamente o religioso levou a solicitação a Dom Manoel da Cruz e este não hesitou em conceder o direito de fundarem a Ordem na cidade. “A petição dirigida ao Bispo Diocesano teve o seguinte deferimento: Concedemos a licença pedida sem prejuízo da jurisdição ordinária e paroquial. Mariana 21 de julho de 1758 (Rubrica de Dom Frei Manoel da Cruz, Bispo) (TRINDADE,1943, p.58).

Ainda sem um lugar apropriado para se reunir, a recente Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana elegeu a primeira Mesa administrativa e passou a congregar na capela da Senhora de Sant'Ana, que ficava no entroncamento da antiga Rua do Piolho com a rua da Cachoeira.¹³⁰ Ao que tudo indica, os franciscanos congregaram nesta capela até por volta de 1762, quando decidiram construir sua sede própria.

A compra do lote, onde se estabeleceria a igreja, havia sido feita anteriormente em 1761. O terreno foi adquirido das mãos do reverendo padre José Simões, até então proprietário do lote de posição privilegiada, que ficava na praça, ao lado de um terreno que havia sido adquirido pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e em frente ao lugar onde futuramente seria construída a Casa de Câmara e Cadeia da cidade. Sobre a localização deste terreno ressaltou Salomão de Vasconcellos:

Dando-se cumprimento a esse voto, effectuou-se, de fato, a compra do prédio, que pertencia então ao padre José Simões, e do respectivo terreno, situado junto à praça do pelourinho, tendo por vista, como se vê do livro da sesmaria da Câmara: do lado do nascente, as casas pertencentes ao cônego Francisco Ribeiro da Silva, do poente, a praça e o pelourinho, ao norte, com um dos quintais das casas da rua Direita; ao sul, com a rua da Intendência, que ia para a mesma praça do pelourinho (1938, p.31)

A princípio foi erguida, neste lote, uma capela provisória¹³¹, com invocação à Nossa Senhora da Conceição e, neste pequeno templo, os irmãos passaram a se congregar. No dia três de novembro de 1761 aconteceu a transladação das imagens da Ordem terceira de São Francisco de Assis, que até então estavam na capela de Sant'Ana, para a capela provisória. “A mudança de sede e o transporte de objetos de culto e devoção caracterizava um momento de celebração para os membros da associação e de divulgação perante a sociedade da prosperidade que acompanhava a Ordem franciscana, nesta fase” (SALVADOR, 2015, p.56)

O Cônego Raimundo Trindade resalta que a rapidez com que a Ordem terceira providenciou a retirada das imagens da capela de Sant'Ana sugere possíveis desentendimentos entre os religiosos (1943, p.59). Mas a versão de Raimundo Trindade para

¹³⁰A Capela de Sant'Ana é considerada umas das mais antigas de Mariana, possivelmente a quarta na ordem cronológica. Sobre a capela de Sant'Ana consultar: VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner Ltda. 1938. p. 79 a 85.

¹³¹De acordo com Natalia Casagrande Salvador, os materiais utilizados na edificação da capela provisória dos franciscanos de Mariana haviam sido adquiridos da Irmandade do Rosário que, na mesma ocasião, estava construindo sua própria sede e possuía materiais disponíveis para serem reaproveitados. Fonte: SALVADOR, Natalia Casagrande. *A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana: a construção de sua capela, os irmãos terceiros e as representações iconográficas*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2015. p. 55.

este fato foi contestada. Salomão de Vasconcellos acredita que, talvez, a capelinha de Sant'Ana, ainda muito modesta, não se ajustava ao brilho que se devia esperar de uma notável Ordem terceira e que por este motivo os irmãos decidiram abandoná-la rapidamente (1938, p.30). Outra interpretação para a saída rápida dos franciscanos das dependências da irmandade de Sant'Ana foi oferecida por Natalia Casagrande. A autora sugere que, talvez, o motivo foi o fato de que no ano de 1759, como já dito, a Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo tenha adquirido um terreno no mesmo local onde os franciscanos pleiteavam um lote, local onde foi instalada a nova praça da cidade, ou seja, em uma aérea nobre e de destaque. Para esta historiadora, os franciscanos apressaram-se para construir sua igreja, porque viviam em disputa com Ordem terceira do Carmo e desejavam construir um templo tão, ou mais belo, do que o da sua concorrente.

Instalados na capela provisória e podendo realizar seus rituais religiosos com comodidade, os irmãos franciscanos passaram então a planejar a construção da sede definitiva. Ainda no ano de 1762, eles encomendaram o risco e lhes foi apresentado dois desenhos, um primeiro cujo autor não foi revelado e um segundo que foi traçado pelo padre doutor José Lopes Ferreira da Rocha “irmão da Ordem, promotor do Bispado e deste, mas tarde, Vigário Geral” (TRINDADE,1943, p.62). Para acompanhar a feitura deste segundo risco, foi solicitada a presença do mestre construtor José Pereira dos Santos, pois para os franciscanos Santos era um arquiteto competente em seu ofício.

[] Se devia votar na pessoa que havia de assistir ao preparo do risco que se tinha a acertado para a feitura da nova capela a respeito da medição e preceitos que se deviam seguir e por votos uniformes se ajustou que nosso Caríssimo Irmão Vice-Ministro Miguel Teixeira Guimarães junto com nosso Irmão ex-procurador Thomaz José de Oliveira e nosso Irmão Francisco Soares Bernardes com o arquiteto José Pereira dos Santos ou outro que lhe parecer conveniente []¹³²

Todavia algo não saiu conforme o esperado, pois a feitura do risco final da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana recaiu sobre o mestre José Pereira dos Santos. Acredita-se que talvez ele não tenha aprovado o risco do padre José Lopes Ferreira da Rocha e, por este motivo, a Ordem o encarregou da traça. Nos registros de Judith Martins consta que o construtor e arquiteto recebeu trinta e duas oitavas de ouro por este serviço. “1761/62 – Recebeu 32/8^a de fazer o risco e planta p^a a obra da nova capella (L. de

¹³² AHCSM - Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de Francisco. fls. 27.

Termos da Ordem 3^a, fls. 9v.)” (MARTINS, 1974, p.206). Ao que tudo indica, o risco projetado por José Pereira dos Santos para a igreja de São Francisco de Assis de Mariana não se distanciou dos modelos que vinham sendo praticado na colônia onde, geralmente, prevaleceu a planta de composição arquitetônica com formato em T. Ou seja, onde o corpo da igreja é projetado mais estreito do que a fachada e onde as linhas geométricas retilíneas prevalecem.

A distribuição da planta obedeceu ao uso comum com os espaços ordenados hierarquicamente: espaçosa nave central, capela-mor com o altar-mor abrigando as imagens de São Francisco de Assis no momento em que recebe as chagas de Cristo, acompanhada das de Nossa Senhora da Conceição e São Miguel. Sacristia, consistório e noviciado, este último foi transformado em capela do Santíssimo Sacramento em 1822 (SALVADOR, 2015, p.103). Apenas a título de informação, os retábulos mais próximos a capela-mor fazem menção a Santa Rosa de Viterbo, Santa Isabel rainha de Portugal, São Luís Rei da França e São Roque. No piso superior se encontra o coro e seu acesso se dá por meio de uma escadaria helicoidal que foi edificada na torre.

Em relação ao frontispício, o que foi projetado por José Pereira dos Santos, temos pouquíssimas informações, pois como se verá mais adiante, a fachada atual da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana é fruto de um novo projeto que foi arquitetado por José Pereira Arouca.

Em agosto de 1762, ocorreu o processo de arrematação. O cônego Raimundo Trindade afirma que o edital correu por Mariana, Vila Rica, Congonhas do Campo, Caeté e mais partes da colônia. O melhor lance foi dado por José Pereira Arouca e ele assumiu a obra como o único responsável.¹³³ Porém, há de se ressaltar que o mesmo cônego (TRINDADE, 1943, p.63) sugere que, nesta construção, ele teve um sócio, todavia, na pesquisa não foi encontrada menção a este homem. A construção foi arrematada no valor de quarenta e um mil cruzados (41.000 cruzados), e os pagamentos foram efetuados na medida em que a obra se desenvolvia.

Iniciaram-se os serviços preliminares na parte confiada a este último, nos primeiros dois meses de 1763. Em mesa de nove de janeiro assentou-se que três irmãos fiscalizassem a execução dos

¹³³ O cônego Raimundo Trindade sugere que José Pereira Arouca teve um sócio na construção da igreja de São Francisco de Assis de Mariana, porém, segundo o religioso, seu nome nunca foi revelado. Fonte: TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A igreja de São Francisco de Assis. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 7 (1943). .

trabalhos afim de que o risco e as condições fossem observados (TRINDADE, 1943, p.63).

No dia 15 de agosto de 1763 foi lançada a pedra fundamental, ato constituído por uma cerimônia solene na qual os irmãos, desde o mais importante na hierarquia da Ordem até o mais simples membro, saíam em procissão transportando a pedra até o local do seu assentamento. Neste percurso, eles rezavam, benziam, ofertavam e cantavam ladainhas. O intuito era o de buscar as bênçãos necessárias para o novo empreendimento. O registro deste acontecimento se encontra nos livros da Ordem terceira¹³⁴ e representa um documento de suma importância, pois revela o valor que os franciscanos davam a este ritual e o contexto de fé em que vivia aquela comunidade religiosa.

A construção iniciou-se pela capela-mor como era de costume e para se fazer o alicerce foi necessário demolir uma casa que havia no terreno, que era usada como depósito de materiais (SALVADOR, 2015, p.71). Havia um propósito ao iniciar a construção pela capela-mor, afinal, era a partir dela que se acrescentavam os demais cômodos. Selma de Miranda explicou que esta prática era comum nas Minas, começava-se pela capela-mor depois acrescentavam-se os corredores, a sacristia, a nave e somente mais tarde é que davam início ao segundo piso, quando este fazia parte do projeto.

Ao traçado fundamental da planta de capela, acrescentam-se dois corredores laterais ladeando a capela-mor e que dão acesso a sacristia, agora transferida para o fundo do edifício, onde ocupa a largura de toda a igreja. A nave alonga-se para frente, ladeada por duas torres que se apresentam na fachada. Por cima da sacristia surge um salão destinado as reuniões da irmandade, O Consistório. Sobre os corredores abrem-se tribunas para a capela-mor, e também a nave, em alguns casos. As tribunas e o consistório foram assim um segundo pavimento. Sem embargo das variantes em proporções e pormenores arquitetônicos, a maioria das igrejas mineiras evidencia essa dominante. Foram quase todas, construídas por Ordens Terceiras (CAMPLIGLIA, 1943. p.14).

As modificações que José Pereira Arouca efetuou no risco original da igreja começaram ainda nesta fase inicial. De acordo com os registros da Ordem, no projeto de José Pereira dos Santos a sacristia e o noviciado se mostravam estreitos, e por isso foi sugerido pelo mestre Arouca que fossem aumentados três palmos de largura em cada

¹³⁴ O documento sobre o lançamento da pedra fundamental da igreja de São Francisco de Assis de Mariana foi publicado na íntegra pelo Cônego Raimundo Trindade no artigo: TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A igreja de São Francisco de Assis. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 7 (1943).

cômodo. Também foi necessário fazer cunhais de pedra lavrada na parte da rua e abrir duas portas¹³⁵, sendo uma na sacristia e a outra no noviciado, estas portas dariam acesso ao corpo da igreja

Foi proposto o requerimento do mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca a respeito de ser conveniente o acrescentamento na largura da sacristia e noviciado três palmos e fazer cunhal de pedra lavrada no canto que fica para a banda destas casas e no princípio da parte do corpo da igreja e juntamente deixar duas portas uma da parte da sacristia outra da parte do noviciado para estas casas terem comunicação com a nova igreja, o que ouvido pela mesa geral que para este efeito [...] foi dito era justo se fizesse o referido acrescentamento assim nas paredes da sacristia e noviciado como também nas portas.¹³⁶

Ajustes e acréscimos ocorriam com frequência nas construções mineiras, raríssimas foram as vezes que um risco não precisou ser modificado. E como se viu anteriormente, no capítulo dois desta tese, as alterações ocorriam por vários motivos, o comitente podia mudar de opinião na hora da execução da obra e assim ampliar ou diminuir os espaços. Aconteciam também situações em que a falta ou a obtenção de verbas interferiam diretamente nas alterações do projeto. Conforme alerta André Dangelo “[...] o projeto ou o “risco” inicial era



Figuras 41 e 42: imagens das portas da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis – Mariana/MG - acervo da autora

¹³⁵ Uma das portas, a que fora aberta no noviciado, foi mais tarde coberta com tijolos, quando este espaço se transformou na Capela do Santíssimo.

¹³⁶ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFCO, fl. 75.

entendido como uma linha geral a ser seguido, mas não entendido como algo fechado que não pudesse ser adequado, modernizado, ou como dizia na linguagem da época “emendado (2006, p.). Acredita-se que as mudanças efetuadas por José Pereira Arouca encareceram a construção, pois elas sinalizam que a intenção dos comitentes era a de tornar a igreja mais ampla com um maior número de acessos e isto, certamente, acarretava em maiores gastos. A imagem a seguir, a da direita, representa uma das portas que foi assentada na sacristia por José Pereira Arouca. A porta é de madeira almofada e foi emoldurada com pedra lavrada e ornamentada com conchas espaiadas, elementos decorativos que estavam em alta nas construções mineiras. Além de ter introduzido esta porta, que não constava no projeto original, há registros de que no ano de 1797, após a morte de Arouca, foi instalada uma outra porta na parte de fora e na lateral da igreja, porta, que segundo os documentos, havia sido doada por José Pereira Arouca (MARTINS, 1974. p.63).

Esta primeira etapa da construção se estendeu por quatorze anos e, ao que tudo indica, saiu de acordo com o que havia sido estabelecido entre as partes. Em 1777¹³⁷ José Pereira Arouca entregou a obra e, como era de costume, deveria ser realizada a primeira louvação. No entanto, os documentos indicam que os comitentes dispensaram este serviço, pois entenderam que tudo havia sido feito conforme o estabelecido.

[...] E logo por todos uniformemente foi determinado que da mesma capela-mor, sacristia e casa do noviciado, pelo que toca internamente, se davam por entregues independentes de louvações que não se convinham mais que a despesa por entenderem estar tudo feito com perfeição e ainda algumas coisas com acréscimos.¹³⁸

O fato dos comitentes dispensarem a vistoria revela total confiança no construtor. Porém e infelizmente os documentos atestam que com o passar dos anos esta confiança ficou estremecida, pois Arouca passou a atrasar a entrega do restante da obra. Este fato está registrado no livro de Termos da Ordem e consta que, devido aos atrasos, os irmãos franciscanos moveram uma ação litigiosa contra o arrematante.

Se determinou que o Irmão Procurador Geral cuidasse logo em fazer descer os autos de Vila Rica contra o Mestre da Obra José Pereira Arouca para obrigar a continuar com a mesma [Obra] metendo oficiais a custa dele, quando não queria continuar [...]¹³⁹

¹³⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco. fl. 92.

¹³⁸ AHCSM, Livro de termos da VOTSFco. fl.92.

¹³⁹ AHCSM, Livro de Termo da VOTSFco. fl. 98v.

José Pereira Arouca era um empreendedor, ele arrematava muitas obras ao mesmo tempo. É provável que os atrasos na construção da igreja de São Francisco de Assis de Mariana tenham sido decorrentes do volume de obras sob sua responsabilidade. Entretanto, as fontes indicam que os problemas foram resolvidos, pois no ano de 1793¹⁴⁰ ele entregou outra etapa das obras e em 12 de outubro de 1794¹⁴¹ ele concluiu toda a construção, cumprindo com tudo que havia sido estabelecido no contrato. O cônego Raimundo Trindade, no artigo “A igreja de São Francisco de Assis de Mariana” (1943, p.66) transcreveu na íntegra os registros dos Termos no qual Arouca fez a entrega final da obra. A riqueza deste documento não se encontra apenas na descrição do que fora entregue, mas revela detalhes a respeito dos outros trabalhos, como os de pinturas e talhas que também foram executados no mesmo período.

Os estudos desenvolvidos nesta tese revelaram que na parte interna da igreja José Pereira Arouca efetuou várias mudanças. Ele entendeu que o arco do coro, da forma como havia sido projetado, com uma arcada apenas, poderia comprometer a estrutura da edificação, pois a largura do vão onde ele deveria ser assentado era muito grande para suportar um arco com apenas uma arcada. Desta forma, o mestre propôs, e pelo visto foi aceito pelos comitentes, que o arco do coro fosse dividido em três arcadas.

Foi proposto que o arco do coro por ser difícil a sua segurança em razão da muita largura da capela, se devia dividir em três o que ouvido e ponderado pelo mesmo definitório se assentou que se fizessem uniformemente os três arcos com suas colunas, tudo em pedra da passagem, metendo-se nas mesmas colunas duas pias de água benta.¹⁴²

Outras igrejas mineiras possuem os arcos que sustentam o coro com três arcadas. Antônio Francisco Lisboa, por exemplo, quando fez o arco do coro da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Sabará, o fez com três arcadas. Na igreja matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Caeté encontramos a arco com três arcadas.¹⁴³ Ainda na igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto os arcos do coro possuem esta mesma quantidade de arcos.

¹⁴⁰ O documento de 1793 que registra a entrega de mais uma parte da obra da Igreja de São Francisco de Assis de Mariana por José Pereira Arouca se encontra, na íntegra, nos anexos desta tese.

¹⁴¹ Os documentos que revelam as entregas das obras feitas por José Pereira Arouca se encontram, na íntegra, nos anexos desta tese. Eles correspondem aos anos de 1777 e de 1794. A riqueza desta fonte está, também, na revelação dos nomes de muitos artifices que trabalharam na obra.

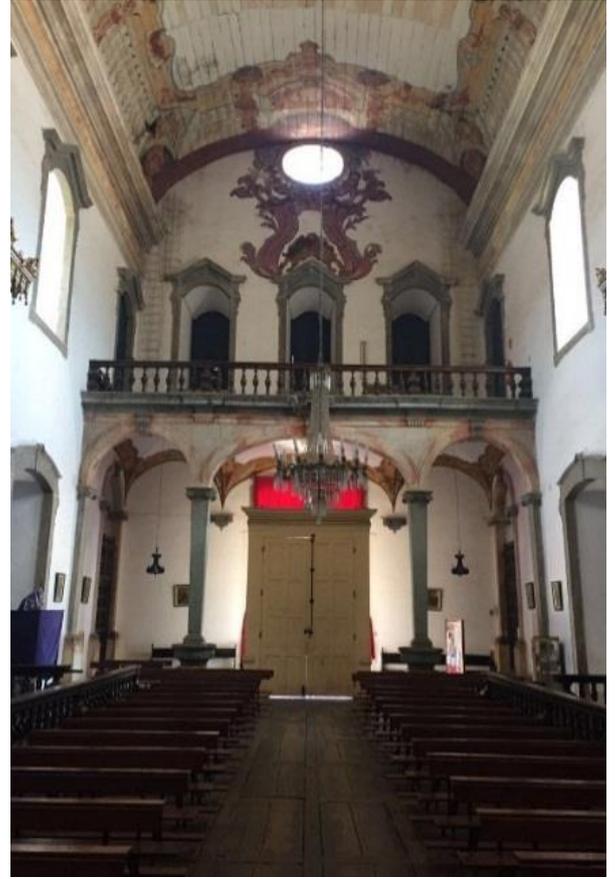
¹⁴² AHCSM - Livro de Termos da VOTSFRCO. fls 102, 102v.

¹⁴³ Além das igrejas citadas, vemos arcos do coro com três arcadas nas Igrejas do Pilar de São João Del Rei e na Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina. Porém, estas igrejas passaram por reformas e modificações ao longo dos anos, sendo assim é preciso investigar se os arcos atuais acompanham o modelo original.

Isso nos mostra que a solução apresentava por José Pereira Arouca foi praticada em outras igrejas mineiras.



Figura 43: Arco do coro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis Mariana/MG - Foto da autora



Figuras 44, 45 e 46: Canto superior esquerdo, imagem do arco do coro da igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto/MG. Canto inferior esquerdo: imagem do arco do coro da igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará/MG. Fotos da autora. Canto direito: imagem do arco do caro da matriz de Caeté/MG – Foto: Ronaldo José da Costa

Talvez José Pereira Arouca tenha sugerido dividir o arco do coro porque entendeu que, além de esta medida ser mais segura para a edificação, ela ficaria esteticamente mais bonita. Estas mudanças revelam não apenas a sua capacidade técnica, mas também a sua familiaridade com as tendências arquitetônicas do seu tempo.

É provável que as últimas alterações que Arouca realizou no risco da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana sejam as mais significativas. De acordo com os registros da Ordem, o frontispício projetado por José Pereira dos Santos apresentou vários defeitos e, conseqüentemente, na hora da execução, não pode ser construído. Desta forma, foi sugerido que Arouca apresentasse um novo risco e apresentasse uma nova forma à fachada da igreja. A responsabilidade desta encomenda foi ressaltada por Natalia Casagrande, “Um novo risco feito por José Pereira Arouca significaria uma mudança substancial no projeto inicial (que havia sido elaborado por José Pereira dos Santos). A

ordem mostra com isso estar disposta a confiar a nova feição do frontispício, inteiramente ao Arouca” (SALVADOR, 2015, p.47).

Pelo Irmão José Pereira Arouca Mestre da capela, foi proposto que a empena constante do risco com que rematou a dita obra e mais frontispício e torres tinham bastante defeitos, com os quais se pediam agora emendar, o que sendo ouvido pelo definitório foi uniformemente aprovado que se desse nova forma ao frontispício e torres, seguindo em tudo o dito apontamento ou novo risco, que para isso se fez.¹⁴⁴

Portanto, ao que tudo indica, o frontispício que se vê hoje na igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis da cidade de Mariana foi projetado por José Pereira Arouca, diferentemente do restante da capela, que manteve a traça original de José Pereira dos Santos, porém, com pequenas alterações do mestre Arouca. Sobre este frontispício pode-se dizer que ele apresenta composição tripartida, ou seja, ele é dividido em três planos que se separam por pilastras sobressaltadas. Nas laterais ficam as torres levemente recuadas, o centro abriga uma portada encimada por duas janelas e mais acima um óculo. Sobre frontispícios de composições tripartidas explicou Selma de Miranda:

A composição dos frontispícios consiste basicamente em um painel retangular central, geralmente subdividido em três planos, coroado por frontão reto ou arqueado e ladeado ou encimado por torre esguia arrematada por telhados pontiagudos. A divisão tripartida do corpo central da fachada por meio de pilastras simples, ressaltadas pelo colorido da madeira é comum aos templos de torre lateral. (MIRANDA, 2009, p.91).

A portada central é almofadada e recebe em seu coroamento um medalhão esculpido em pedra talco marrom clara (COSTA, 2009, p.25). Os dizeres em latim no centro do ornato se referem ao dia em que foi lançada a pedra fundamental para a construção da igreja. Natalia Casagrande ressalta que ao colocarem estas informações no centro do medalhão, os franciscanos estavam seguindo as orientações contidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que rezavam que “[...]se declarará o dia, mez e anno e por quem forão sagradas e, isto mesmo se escreverá em uma pedra, e se porá a parede junto a porta principal da dita igreja” (SALVADOR, 2015, p.69).

A prática de colocar a identificação da data da construção na fachada não foi muito disseminada em Minas Gerais e, por isso, podemos dizer que esta é uma peculiaridade da

¹⁴⁴ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFCO, fl.102.

igreja de São Francisco de Assis da cidade de Mariana. Ainda sobre esta fachada, estava previsto nos documentos que os guarda corpos das janelas fossem executados de ferro, porém foi proposto pelo mestre Arouca que fossem feitos de pedra, como mostra a fonte: “E também se determinou que as grades que se acham postas nas janelas das torres se tirassem fora e se pusessem balaústres de pedra na forma que se acham as outras janelas.”¹⁴⁵ Dos mesmos documentos consta ainda que o arremate das pilastras das torres deveria ser de alvenaria e não de cantaria como previa o risco, e que em cada torre deveria ser assentada uma pirâmide de pedra da Passagem.¹⁴⁶

O frontispício da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana apresenta uma composição arquitetônica mais retilínea em relação, por exemplo, ao da igreja vizinha, da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, na qual se nota uma maior presença de formas curvas e ovaladas. Porém, as torres recuadas com as quinas chanfradas, o frontão quebrado, o óculo permitindo o ressalto do movimento da cimalha, e o medalhão que compõem a fachada da igreja franciscana são indícios de que o arquiteto introduziu, mesmo que timidamente, tendências arquitetônicas que estavam em alta em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.



Figura 47: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Foto da autora

¹⁴⁵ AHCSM – Livro de Termos da VOTSFRco. fls. 102, 102v.

¹⁴⁶ AHCSM – Livro de Termos da VOTSFRco., fls. 102, 102v.

As mudanças que José Pereira Arouca realizou na igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana mostram que elas tornaram a capela mais ampla, mais suntuosa. Porém, por mais que o construtor e arquiteto tenham se esforçado, é notório que esta igreja se distancia, do ponto de vista arquitetônico, das igrejas franciscanas de Ouro Preto e de São João del Rei. Porém, ressalte-se que a morfologia das construções coloniais não dependia apenas do arquiteto, mas sim do gosto dos comitentes e dos recursos disponíveis para a construção.



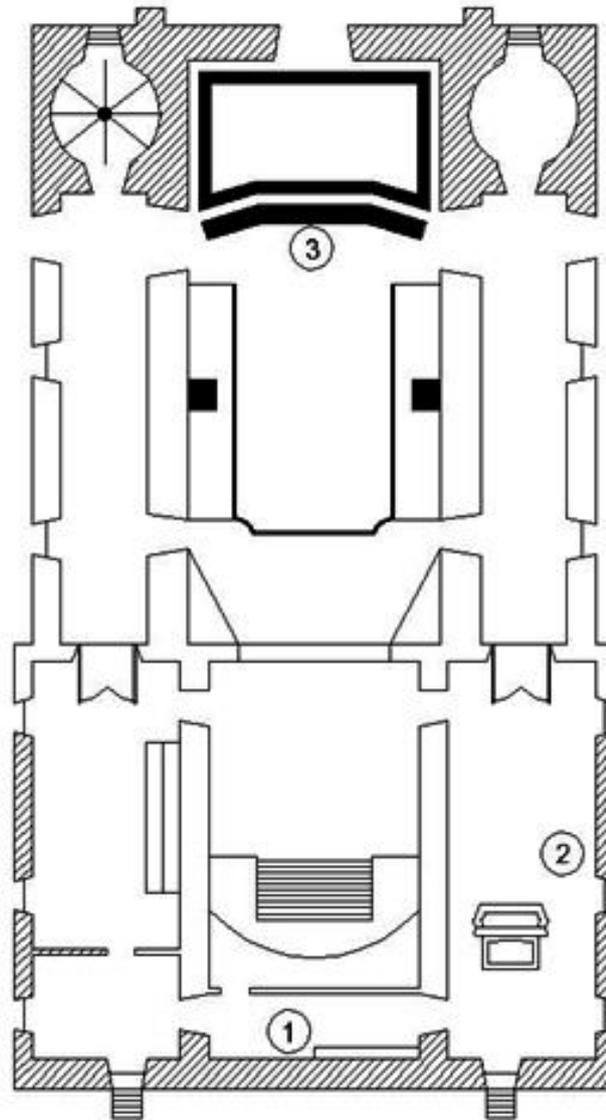
Figuras 48 e 49: Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto/MG. Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de São João del Rei/MG. Fotos da autora.

Na igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana foi onde José Pereira Arouca executou o maior número de modificações em relação ao risco original. Já foi dito que na parte interna ele alterou a largura da sacristia e do noviciado, introduziu portas, modificou o arco do coro. E quanto ao frontispício ele o projetou novamente, atendendo ao pedido dos irmãos franciscanos que recusaram o risco de José Pereira dos Santos. No dia 19 de março de 1794 Arouca entregou a parte da obra que lhe cabia, cumprindo com a sua palavra frente aos comitentes. No ano seguinte, no dia 21 de junho de 1795 ele faleceu, tendo o seu corpo sido enterrado na igreja que ele mesmo construiu.

Os documentos informam que seu testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca, deu continuidade a outras obras na igreja. Há registros também de que no ano de 1800 e 1801 dois escravos que haviam sido do José Pereira Arouca, Bernardo Pereira Arouca e Joaquim Pereira Arouca se encontravam trabalhando no consistório da igreja. Estes escravos, além de terem sido alforriados após a morte do seu proprietário, ainda herdaram o sobrenome do construtor, o que de certa forma lhes trazia status e referência.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Sobre o destino dos dois escravos que deram continuidade as obras de José Pereira Arouca na igreja de São Francisco de Assis de Mariana, consultar: SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2007. p. 129 e 130.

Planta 09- Igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana/MG¹⁴⁸



IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS MARIANA - MG
ESCALA GRÁFICA 0 100 200CM

¹⁴⁸ Nota: José Pereira Arouca foi o arrematante oficial da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana. A arrematação ocorreu no ano de 1762 e obra se estendeu até o ano de 1794. As alterações que ele efetuou em relação ao risco original foram:

- 1- Alterou as medidas da sacristia;
- 2- Alterou as medidas do noviciado;
- 3- Modificou o arco do coro;
- 4- Projetou um novo frontispício.

4.2 A Casa de Câmara Cadeia de Mariana/MG

As origens históricas do primeiro órgão administrativo e jurídico implementado na colônia, a Casa de Câmara e Cadeia, remetem ao período medieval europeu e encontram respaldo nas comunas. Estas últimas eram assembleias organizadas ou dirigidas pelos “homens bons” e tinham por finalidade deliberar sobre assuntos de interesses comuns. As comunas eram também tentativas de obter relativa autonomia frente ao rei ou até mesmo ao senhor feudal. Eram ainda um *locus* de lutas contra o sistema de exploração vigente, neste caso, o feudalismo.

A princípio, as assembleias aconteciam nas praças, nos adros das igrejas, em casas particulares, ou ainda, usando uma expressão de Carlos Manuel Ferreira Caetano (2011, p.85), em *sítios carismáticos*, conhecidos e reconhecidos por todos. Porém, com o passar dos anos e com a diminuição do interesse por parte dos habitantes das vilas e cidades medievais pelas reuniões, as assembleias passaram a acontecer nas câmaras. “A palavra “câmara” acabou por prevalecer por designar o edifício onde se reunia o grupo de magistrados do Concelho” (CAETANO, 2011, p.86). A expressão *casa da câmara* designa, ainda, uma casa enobrecida com um sobrado que a distingue da maioria das casas comuns da cidade “uma casa nobilitada porque ostenta na fachada os símbolos do poder do concelhio ou real (CAETANO, 2011, p. 261).

Desta forma, sugeriram as primeiras edificações destinadas às assembleias dos “homens bons”. As Câmaras foram erguidas, na maioria das vezes, em lugares privilegiados, como em uma praça central, próximo ao mercado ou a uma igreja. Os prédios se disseminaram por a toda a Europa e passaram a fazer parte da sua paisagem, recebendo denominação distinta em cada localidade.

Hotel-de-Ville em França, Palazzo público della Regione ou Palazzo della Cominitá ou da Signoria, na Itália; Casas Consistoriales, Casas de Ayuntamiento ou Cabildos na Espanha; Paço do Concelho em Portugal e Casas de Câmara e Cadeia no Brasil (BARRETO, 1947, p.364).

Os Paços dos Concelhos portugueses ganharam bastante visibilidade no ano de 2011. Pois neste ano, foi defendida junto a Universidade Nova de Lisboa uma tese de doutoramento intitulada: “As Casas de Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local”. Neste estudo, o autor, Carlos Manuel Ferreira Caetano inventariou a maioria das Casas de Câmara que foram construídos em Portugal desde os remotos idos do século do

XIV até o século XVIII. O seu trabalho se tornou referência para os estudos sobre as Casas dos Concelhos portugueses. A pesquisa contém dois volumes que ao todo totalizam quase duas mil laudas. No inventário, o autor ressaltou os aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos destas relevantes construções. Caetano ainda discorreu sobre as origens da palavra “Concelho” e explicou que a expressão vem de *Concilium*, que significa reunião ou assembleia. Seria uma assembleia de vizinhos, reunidos para tratar de assuntos comuns. A expressão *Casa do Concelho*, segundo o mesmo autor, foi a mais usada em Portugal ao longo de todo período medieval e do Antigo Regime. E a expressão *Município* só veio a aparecer no dicionário português por volta do século XVI, porém ele afirma que, na documentação, esta palavra apareceu somente a partir da segunda metade do século XVIII. Ele ainda reforçou que foi, nesta época, que a expressão município começou a ser introduzida, mesmo que timidamente, por alguns corregedores e juízes de fora.

Na boca de autarcas, historiadores e eruditos, a palavra *concelho* cedeu, nos últimos séculos, lugar à palavra *município*, de que derivam as igualdades consagradas palavra *municipal* e *municipalismo*. Porém, apesar destas palavras serem hoje esmagadoramente usadas para nos referimos ao poder local e aos estudos sobre a vida, a natureza e a história dos Concelhos. []. A verdade é que a palavra “município” não era usada no Portugal Medieval, nem no Portugal do Antigo Regime (CAETANO,2011, p.58).

A Casa do Concelho mais antiga de Portugal nos remete ao século XIII e diz respeito ao “*Domus Municipalis de Bragança*”¹⁴⁹ Uma construção de planta pentagonal irregular, erguida de alvenaria de pedra, com cômodo único e janelas que possibilitam a entrada de luz. O seu estilo se inscreve no âmbito da arquitetura civil românica.

¹⁴⁹ *Domus*: Era a residência urbana das famílias mais abastadas da Roma antiga. A palavra deriva de “dominus” que designava os chefes das famílias patrícias. Fonte: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=o+que+%C3%A9+Domus>



Figura 50: Domus Municipal de Bragança/Portugal. Google Imagens

O Domus de Bragança surge no cenário como o grande influenciador das Casas dos Concelhos portugueses, entretanto, as variações destes exemplares foram múltiplas. Na paisagem portuguesa percebe-se um emaranhado destas instituições, uma vez que cada Concelho correspondia normalmente a uma vila ou a uma cidade.

Dentre muitas destas instituições destaca-se a Casa do Concelho de Braga. O edifício foi construído por volta do ano de 1753 por André Soares, um dos mais significativos arquitetos que atuou no norte de Portugal ao longo do século XVIII. Eduardo Pires de Oliveira, um importante estudioso das obras de André Soares, afirmou que, na fachada deste edifício, o arquiteto optou por abandonar todo e qualquer motivo decorativo e investiu em uma manifestação tardobarroca.¹⁵⁰ O pesquisador ressaltou ainda, que na opinião do historiador Robert Smith, a Casa de Câmara de Braga representa a construção mais bela da península ibérica (OLIVEIRA, 2014, p.64).

¹⁵⁰ Relativo ou pertencente a fase final do barroco.



Figura 51: Casa do Concelho de Braga/Portugal. Foto da autora

Assim como a Casa do Concelho de Braga, muitas outras foram instaladas em todo o Portugal. Há variações nos programas arquitetônicos e artísticos entre elas, porém, o objetivo para o qual elas foram instituídas foi sempre o mesmo: administrar os interesses do povo.

Embora não seja a administração pública colonial o objeto desta tese, serão pontuadas algumas questões julgadas pertinentes. Nestas instituições, os ofícios camarários não eram remunerados, as vantagens eram, sobretudo, de natureza honorífica. Os homens que representavam o povo nas assembleias eram vereadores, procuradores e juízes, conforme afirma Cláudia Damasceno:

As câmaras se compunham essencialmente de dois ou três vereadores, de um procurador, e de um ou dois juízes ordinários (juízes leigos de primeira instância, segundo as ordenações do reino estes oficiais deviam ser escolhidos entre os homens bons das localidades, dentro de um sistema de eleições indiretas. Em vez de juízes ordinários, algumas câmaras dispunham de um juiz togado – o Juiz de fora – que era nomeado e remunerado pelo menos em parte) pelo rei (DAMASCENO, 2011, p.27).

A medida que a vila ou a cidade se desenvolvia outros cargos surgiam, como os de escrivão, tesoureiro, aferidor, almotacéis etc. Os oficiais legislavam sobre aspectos de

natureza diversa, visando sempre atender as necessidades do povo. Eles eram escolhidos não apenas por suas capacidades de arbitrar, como também, por suas habilidades em resolver problemas. Os oficiais dos Concelhos legislavam sobre o abastecimento de água, o tabelamento de preços e ainda cuidavam do policiamento urbano e da higiene pública. Às vezes, eles promoviam festas, ora religiosas, ora profanas e trabalhavam sempre em prol dos interesses do povo.

Por serem homens “especiais” para a comunidade, a Coroa lhes dava o direito de fazer uso de espadas com bainha de veludo, trajes de seda e terço dourado, além de outros privilégios que lhes proporcionavam condição de fidalguia, concedendo-lhes mais poderes que os demais vereadores (PIRES & MAGALHÃES, 2012, p.30). É do senso comum que, com a colonização da América, Portugal transplantou para a colônia o mesmo sistema administrativo e jurídico adotado no Reino. “O municipalismo brasileiro é consequência da organização do plano colonizador” (BARRETO, 1947. p.368). Claudia Damasceno da Fonseca (2001, p.27) assinala que a transferência da administração portuguesa para a América foi feita praticamente sem alterações. Ela mostra que em 1532 foi instalado o primeiro Conselho português no Brasil sediado na Vila de São Vicente. Para Damasceno, a partir desta primeira Casa de Câmara, várias outras foram instaladas na colônia. As câmaras municipais passaram a representar o poder civil local por excelência na era colonial, cabendo-lhe funções administrativas, judiciárias e legislativas. Elas também tiveram um importante papel no desenvolvimento dos núcleos urbanos, pois como já dito, a maioria delas foi instalada em lugares estratégicos, sempre próximos ao pelourinho ou a uma igreja matriz.

O principal levantamento que há, na atualidade, sobre as Casas de Câmaras e Cadeia brasileiras é de autoria do pesquisador Paulo Thedim Barreto, que percorre com minúcia os exemplares mais significativos destes monumentos no Brasil. Ele inventariou grande parte das Casas de Câmaras que foram construídas no país ao longo dos séculos XVIII e XIX e trouxe à luz a história dos edifícios erigidos no Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais.

Apesar da grandiosidade da pesquisa de Paulo Thedim Barreto, ele deixa claro que não teve a veleidade de realizar um inventário completo, cabendo aos demais historiadores, arquitetos ou estudiosos dos monumentos coloniais dar continuidade às suas investigações.

Infelizmente, desde 1940, quando veio à luz a pesquisa de Paulo Thedim, até os dias atuais, nenhum avanço significativo voltado para esta temática foi sentido. A velha

arquitetura concelhia brasileira foi pela historiografia, ficando os estudos sobre as Casas de Câmara e Cadeia como um território de investigação praticamente virgem.

Na década de sessenta, o mesmo pesquisador, Paulo Thedim Barreto publicou novos resultados de suas pesquisas sobre o tema das Casas de Câmara e Cadeia do Brasil. Porém, neste segundo momento, ele se dedicou a estudar, exclusivamente, a Casa de Câmara da cidade de Mariana. E no ano de 1967 ele publicou, na Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alguns documentos relativos a esta instituição. São fontes que além de trazerem informações sobre a história da construção, ainda informam sobre a vida e as obras do seu arquiteto - José Pereira dos Santos, - como também do seu construtor - José Pereira Arouca.

Foi a partir de 1711 que surgiram as Casas de Câmara em Minas Gerais, quando a Coroa portuguesa desejou melhor gerenciar e policiar o território, se decidindo por elevar três arraiais à condição de vila: Arraial de Nossa Senhora do Carmo, Arraial de Vila Rica e Arraial de Sabará. A elevação destes arraiais requereu a instituição de um poder local. A princípio, nenhuma destas localidades teve sede própria, e como já foi dito no primeiro capítulo desta tese, as primeiras reuniões ocorreram em residências particulares.

A Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana só veio a ter sede própria em 1782, a de Ouro Preto em 1785 e, quanto a de Sabará, encontramos na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de nº 26 do ano de 1997¹⁵¹, uma nota que informa que em 1731 houve uma arrematação para a construção do prédio, cuja oferta foi dada pelo mestre pedreiro André Gomes Ferreira.¹⁵² Sobre esta Casa de Câmara, sabe-se que o prédio primitivo infelizmente foi demolido no final do século XIX, porém, um novo prédio foi erguido no local. Este novo edifício abriga, atualmente, o acervo da Biblioteca Pública Municipal da Cidade.

Mas voltando à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, é certo que, entre a data em ela foi instituída (1711) até a construção do seu prédio definitivo (1782), passaram-se 71 anos, e neste intervalo, ela funcionou em vários lugares. No cartório do segundo ofício da cidade, encontra-se a escritura da venda da primeira casa que foi adquirida pelos oficiais camarários da Vila de Nossa Senhora do Carmo para servir de sede do Concelho e Cadeia.¹⁵³ O documento é de 1715, e consta que, neste ano, o Capitão Manoel Antunes de Lemos

¹⁵¹Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=9705>

¹⁵² Este artífice ainda é desconhecido pela historiografia. Judith Martins faz menção em seu dicionário a um André Ferreira, que trabalhou na região do Serro em Minas Gerais, mas não podemos inferir que seja o mesmo.

¹⁵³ O documento se encontra na íntegra nos anexos desta tese.

vendeu aos oficiais camarários da recente Vila do Carmo uma morada de casa coberta de telha, feita de taipa de pilão e assobradada. A venda desta casa ficou estabelecida no valor de seis mil e quatrocentas oitavas de ouro em pó, e a mesma deveria ser entregue até o início do ano de 1716.

Por este público instrumento ao Senado da Câmara desta Vila pelo preço e quantia de seis mil e quatro centas oitavas de ouro em pó com a condição de que as dará livres e desembargadas com todas as benfeitorias que nellas se acharem da serca para dentro, como é huma casinha de telha que fica dentro da dita serca e separada das casas grandes e bem assim um rancho de palha também da dita serca para dentro e um boffeti torneado de fiós de jacarandá, dous bancos de encosto e que outro se obriga a entregar as ditas casas mencionadas com tudo mais que se declara despendidas a elles oficiais da câmara ou aos que em seus lugares sucederam athé os fins do mês de março, próximo que vem, do ano de mil e setecentos e dezesseis para que elles ditos oficiais da Câmara possam fazer as obras necessárias para a Caza do Conselho e Cadeya na forma que tinha concorrido a maior parte do povo e que elles ditos oficiais da Câmara pagarão.¹⁵⁴

Não foi possível identificar, por meio do documento de escrituração, a localização desta casa onde funcionou a primeira Câmara e Cadeia da Vila de Nossa Senhora do Carmo. Porém, detectou-se que seu funcionamento se deu em uma residência que, outrora, pertencera a Manoel Antunes de Lemos. Um pouco mais esclarecedoras são as informações acerca da segunda sede do Concelho desta Vila. Esta, por sua vez, funcionou em uma casa que ficava na ladeira de São Gonçalo, na continuação da rua Direita, esquina com a do Pessarão.

É um prédio que pertenceu ao capitão Carlos Gomes, não era evidentemente, tal como se vê hoje, depois de passado por várias reformas, contudo, já assobrada, e a lateral, acima do beco, com uma prisão, mandado fazer pela Câmara, para a prisão de mulheres.¹⁵⁵

De acordo com Salomão de Vasconcellos esta segunda sede funcionava neste local desde 1722, ele afirmou ainda, que foi encontrada no quintal da casa uma pedra fundamental perfeitamente conservada. Para este autor, nada impede que esta pedra tenha sido assentada

¹⁵⁴Cartório do 2º Ofício de Mariana. Livro de notas S/N. Folha 284. Também disponível no Arquivo de Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte. Caixa 204. Mariana. Monumento: Capela rural da Faz. Oliveira (Padre Viegas) Casa de Câmara e Cadeia. Casa de Pedro Aleixo (Bandeirantes) Casa de São Francisco. (Anexo)

¹⁵⁵Arquivo de Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte. Caixa 204. Mariana. Monumento: Capela rural da Faz. Oliveira (Padre Viegas) Casa de Câmara e Cadeia. Casa de Pedro Aleixo (Bandeirantes) Casa de São Francisco.

na ocasião da instalação da velha Câmara (VASCONCELLOS, 1947, p.77). Porém, conforme ressaltam outros investigadores “a câmara mudou de endereço várias vezes” (BENEDITO & CARVALHO, 2012, p.75). Da mesma forma ocorreu com a cadeia, há indícios de que ela também funcionou em vários lugares. Em 1715 ela estava instalada em um rancho que foi destruído por um incêndio, em 1730 foi construído um cárcere em Mariana, todo armado de esteios de braúna e fechado com pranchões de imburana (PEREIRA et al,2015, p.22-23)

As inapropriadas instalações faziam com que, em várias ocasiões, os oficiais camarários recorressem à Coroa, solicitando recursos para melhorias e reformas, ou ainda, providências para a construção de uma sede definitiva. A documentação¹⁵⁶ sinaliza que por muitas vezes os camarários se queixavam das precárias condições de trabalho e que sempre houve, por parte deles, preocupação em oferecer para os habitantes da Vila do Carmo um lugar apropriado para as vereações e uma cadeia capaz de assegurar a permanência dos infratores.

No Arquivo Público Mineiro foi encontrada uma série de correspondências que foi enviada a Portugal, em que os oficiais da Vila do Carmo solicitavam recursos para reformas e ampliações nas provisórias Casas de Câmaras. O primeiro requerimento foi feito no ano de 1712¹⁵⁷, ou seja, um ano após a instituição do Senado, e os outros acompanharam as seguintes datas: 1713-1717¹⁵⁸, 1734- 1749¹⁵⁹, 1745-1747.¹⁶⁰ Ao que tudo indica, estas correspondências continuaram sendo enviadas à Coroa até a construção da sede definitiva.

Embora houvesse grande manifestação de desejo, por parte dos oficiais camarários por uma sede condigna para as vereações e detenção dos infratores, é sabido que a Vila do Carmo passou por uma série de dificuldades ao longo da primeira metade do século XVIII. Primeiramente, houve o problema das enchentes, cujo cenário foi tão devastador, a ponto dos habitantes decidirem mudar toda a malha urbana, transportando parte da Vila para outro

¹⁵⁶Refiro-me as atas e as correspondências que eram trocadas entre os oficiais camarários de Mariana e a Coroa Portuguesa.

¹⁵⁷ Arquivo Público Mineiro. Códice nº 22. Ano 1712 (fls. 21). Patente passada a Lucas Pereira. O documento refere-se em sua outra metade às obras da cadeia do seu distrito que era Vila do Carmo.

¹⁵⁸ Arquivo Público Mineiro. Códice nº 9. Ano 1713-1717 (fls. 134). Patente passada a Lucas Pereira. O documento refere-se a outra metade para as obras da cadeia de Vila do Carmo.

¹⁵⁹ Arquivo Público Mineiro. Códice nº 45. Ano 1734-1749 (fls. 134). Carta régia de abril de 1734, na qual o Concelho Ultramarino solicita informações do governador acerca da representação dos oficiais da Câmara de Mariana da necessidade de erigir nova cadeia, declarando a importância da obra e despesa.

¹⁶⁰ Arquivo Público Mineiro. Códice nº 86. Ano 1745-1747 (maço 16). Carta régia de 19 de Abril de 1745 na qual o Concelho Ultramarino solicita informações acerca da petição dos oficiais da Câmara de Vila do Carmo, sobre a necessidade de se construir nova cadeia em sitio onde sua majestade determinar.

logradouro. Há indícios ainda de dificuldades financeira. As construções públicas eram financiadas parte pela Coroa e parte pelo município, e quando a verba era insuficiente se envolviam os moradores. Há registros de que ao longo da construção da Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, por exemplo, muitos moradores ajudaram na construção, alguns promovendo festas para arrecadar verbas e outros contribuindo com recursos próprios. Com a elevação da Vila do Carmo à condição de cidade, em 1745, parte dos problemas começaram a ser resolvidos e ressurgiu a possibilidade de construir uma nova Casa de Câmara, agora em um lugar mais “cômodo”.

Em meio às dificuldades, no ano de 1762 foi encomendado ao mestre construtor José Pereira dos Santos o risco para a nova sede da Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Mariana e, ao que tudo indica, ele recebeu vinte oitavas de ouro por este serviço. Conforme afirma Judith Martins: “Recebeu 20 oitavas de ouro pelo trabalho do risco que fez para a nova Cadeia e Casa de Câmara, esta ocorrência está reafirmada no testamento do artista” (1974, p.206).

Os estudos desenvolvidos nesta tese mostraram que, provavelmente, quando José Pereira dos Santos projetou o risco, ele tinha conhecimento do programa arquitetônico básico para esta Casa de Câmara e Cadeia. Sabe-se que quando Portugal transportou para a América a sua forma de governo, isto não se deu apenas no âmbito administrativo. Havia um programa arquitetônico específico para as Casas de Câmara e Cadeia e este programa influenciou as construções desta natureza na colônia. Carlos Manuel Ferreira Caetano ressalta que havia uma estrutura de planta global que definia as Casas de Câmaras Portuguesas como sendo de planta mais ou menos retangular ou tendencialmente retangular. “A generalidade das plantas das Casas de Câmaras datáveis dos séculos XVIII e dos primeiros anos do XIX assumem esta forma” (CAETANO,2011, p.414)

Além da forma retangular, as casas de câmaras possuíam, no geral, um piso térreo onde se instalava a cadeia, e um andar superior destinado às audiências e vereações. Estes pisos se comunicavam por meio de uma escada. “Com efeito, a cadeia dependia e estava a serviço da audiência, localizada no piso nobre, também o desenho do piso térreo correspondia e sustentava o desenho do piso nobre” (CAETANO,2011, p.416). Este era o programa arquitetônico básico das Casas de Câmara e Cadeia portuguesas e este programa foi transportado para a colônia praticamente sem variações. Quando acontecia de uma construção se distanciar deste modelo, era em função do aumento da área de implantação da Casa de Câmara, o que demandava uma maior divisão dos espaços.

Só quando a instituição atuava em uma área de governança pequena, é que a Casa de Câmara possuía um só pavimento. No caso do Brasil, tivemos apenas um exemplar com esta tipologia e quem o revelou foi, mais uma vez, o arquiteto Paulo Thedim Barreto, “é de observar que na série de edifícios de Casas de Câmara e Cadeia que temos estudado, seja o de Aracruz, o único de um só pavimento” (1947, p.420). Recorrentes foram as Casas de Câmara e Cadeia onde havia dois ou mais pisos. Na cadeia, que se localizava, geralmente, no andar térreo, separavam-se homens, mulheres e negros e aqueles que possuíam posição social privilegiada. No piso superior ficavam sempre as salas de audiência e a câmara das vereações. “Esta estrutura-base do piso nobre, assente no conjunto sala-câmara, muito cedo definida, manter-se-á durante séculos e poderá ser entrevista praticamente em todas as casas de câmara, tanto as pequenas como as grandes” (CAETANO,2011, p.423). Com o crescimento e o desenvolvimento da vila ou da cidade, aumentava-se a área de atuação da Câmara e conseqüentemente surgiam novos espaços, cada vez mais complexos e modernos. Em Portugal, por exemplo, algumas destas instituições incorporaram açougues, celeiros públicos, curral do concelho, matadouros, alpendres, casa do “*ver-o peso*” e casa dos almotacés.¹⁶¹ Já no tradicional programa das Casas de Câmara e Cadeia brasileiras incluíam-se salas de milícias e uma capela.

O *Domus Municipalis* contém a cadeia, o arsenal das milícias, as salas de reuniões para os magistrados, acompanhadas, por vezes, de outras salas e de uma capela. As salas de reuniões eram abertas sobre a fachada principal e ladeavam, quase sempre, a torre. Em síntese, é esse o tradicional programa das casas municipais (BARRETO, 1947, p.364).

O risco que foi projetado por José Pereira dos Santos para a nova sede da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana apresentava praticamente esta mesma composição arquitetônica. É uma planta retangular de dois pisos, onde, no piso inferior se encontra a cadeia e no superior as salas de audiências. No que tange à capela, a mesma não foi projetada

¹⁶¹ De acordo com Carlos Manuel Ferreira Caetano, os açougues eram espaços de comércio fechados, construídos pelos concelhos, mas normalmente concessionados a comerciantes particulares, certamente em condições vantajosa, mas com a contrapartida de grande controle quer dos abastecimentos, quer dos preços pelos componentes oficiais concelhios. Sobre a Casa de “*ver o peso*” o autor assegura que eram espaços destinados para fazer aferições e controle dos padrões oficiais de peso e medidas. Neste espaço se procedia a passagem dos mais diversos produtos, requisitados por particulares mediante a cobrança de taxas devidamente tabeladas. Fonte: CAETANO, Carlos Manuel Ferreira. *As casas da Câmara dos Concelhos portugueses e a Monumentalização do poder local*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa, 2011.p.189 a 200.

junto ao corpo do edifício, porém, José Pereira Arouca a construiu no ano de 1793, nos fundos do Paço Municipal.¹⁶²

Um documento de suma importância para a compreensão deste risco foi encontrado, já a alguns anos, na biblioteca Municipal de São Paulo, pelo Dr. João Gomes Teixeira.¹⁶³ Trata-se de um conjunto de desenhos constituídos de elevação principal e de duas plantas baixas, a do pavimento térreo e a do pavimento superior. Os desenhos foram catalogados no Códice Matoso da Coleção Felix Pacheco.

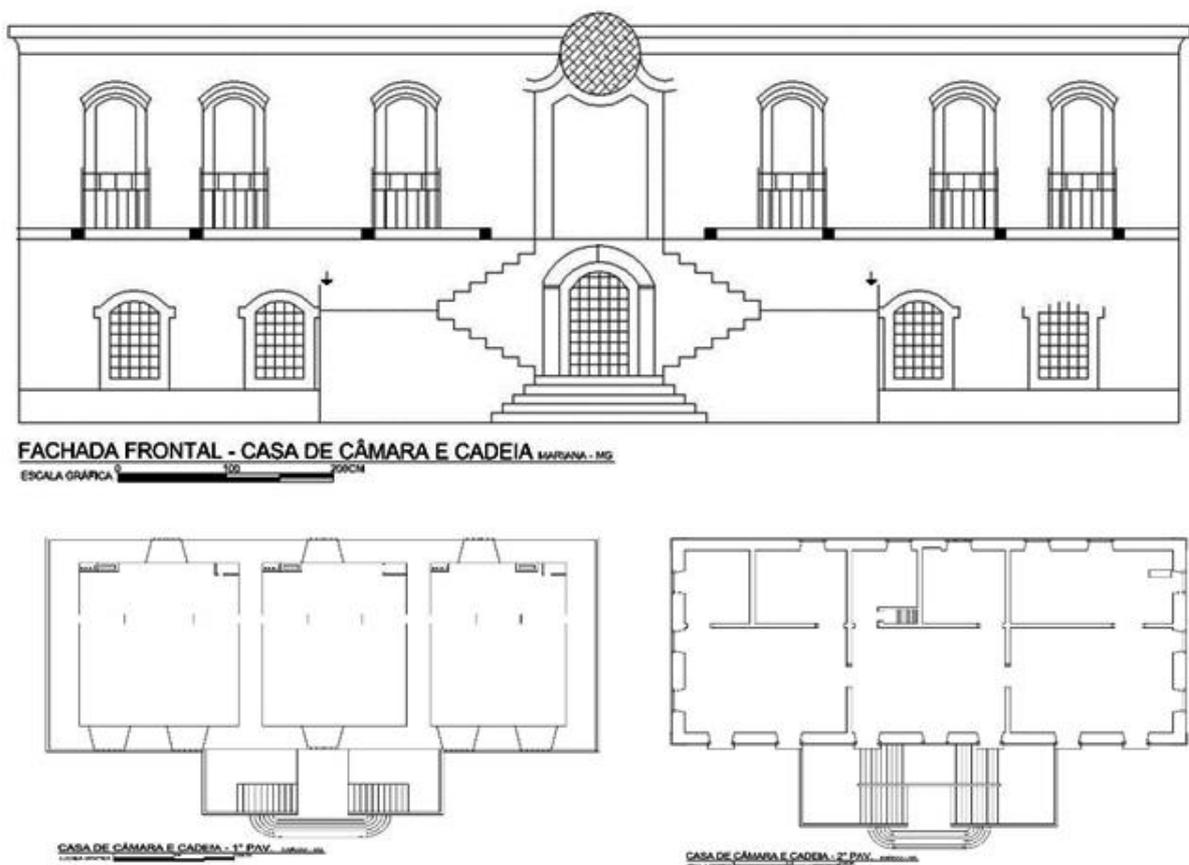


Figura 52 – Desenhos sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG

¹⁶² A história completa da Capela do Senhor dos Passos de Mariana, desde sua fundação até o momento em que a ela foi transferida para o Paço Municipal foi apresentada por Salomão de Vasconcellos. Fonte: VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner LTDA. 1938. p. 95 e 96.

¹⁶³ Foi Diretor do Arquivo Público Mineiro.

A primeira leitura, ou a primeira interpretação destes desenhos, foi feita por Joaquim José da Silva, o vereador de Mariana e, este fato, ocorreu ainda no século XVIII. Nesta ocasião, Joaquim José da Silva identificou cada ambiente da planta e descreveu minuciosamente seus espaços, ressaltando, inclusive, os aspectos hidráulicos.

A planta do andar de baixo traz as legendas seguintes: planta das enxovias. A primeira caza do N 1 a de servir para enxovias de negros, a segunda de N 2 Enxovias de Mulheres, a do N 3 Enxovia de Brancos, a do N°4 os seus Arcos de Alvenaria nas 3 Enxovias, n°5 Enxovias de Brancos (? Pelas indicações gráficas, dever-se-ia ler comuas) os N° s 6 Fogões das três enxovias, N° 7 lugar das comuas de Sima, N°8 buraco da corda do relógio, N9 grades em janelas de enxovias, Encanam da água para lavar as comuas, Cano p^a despejo das comuas.¹⁶⁴[...]Na planta do andar de cima lê-se: A primeira caza q. se acha numerada como N° 1 é a de servir p^a Caza de Audiencia, a de N°2 para sala de espera, a de N° 3 para Casa da Câmara, a de N° 4 ou dous segredos, N° 5 Caza do Carcereiro, N° 6 Sala Livre, N° 7 quarto para a secretaria da Câmara, N°8 saída do fogão da enxovia dos negros, N°9 xaminé do carcereiro, N°10 comua do carcereiro e da sala livre e do quarto da câmara, N°11 sahida da xaminé da Cadeya das Mulheres, N°12 xaminé da sala livre, N°13 sahida da xaminé da enxovia dos brancos, ° 14 escada de pão para o torreão sobre a porta principal, N°15 os dous pateos do meyo escada, N°16 o ultimo pateo de sima da escada, N°17 pateo de baixo, N°19 janelas de peitoris, N°20 janelas de peitoris, N° 21 Alçapões das 3 Enxovias, N°22 lugar para se poder acomodar os pesos do relógio (BARRETO, 1967, p.209-253).

Pela descrição feita por José Joaquim da Silva, nota-se que no projeto da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foram inseridos os seguintes espaços: enxovias¹⁶⁵ para homens e mulheres negros e brancos, sala dos segredos, salas de audiências, sala de espera, sala do carcereiro, sala do relógio, além de alçapão, chaminés, fogões e lugar para as comuas, onde os detentos faziam suas necessidades físicas.

No piso superior ficavam a sala de audiência, sala de espera, casa da câmara, casa dos segredos¹⁶⁶, casa do carcereiro, sala livre¹⁶⁷, sala de pesos do relógio, quarto para

¹⁶⁵ O termo “enxovia”, muito presente no documento, dizia respeito a celas que não dispunham de portas e o seu acesso se dava por meio de escadarias e alçapões. Este último por sua vez, era o elemento identitário essencial e se pretendia inviolável. Neste espaço, os presos eram separados por gênero e por cor e, em cada enxovia, foram introduzidos fogões e comuas. Estas eram latrinas em formato de buracos circulares e de base de pedras. Ver: BARRETO, Paulo Thedim. Casas de câmara e cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. 1947. p. 416.

¹⁶⁶ A sala dos segredos, era o lugar onde eram feitos os interrogatórios e consequentemente induzidas as confissões.

¹⁶⁷ Espaço destinado às pessoas qualificadas, muito provavelmente para os religiosos condenados, pois como se viu, no risco do arquiteto José Pereira dos Santos não foi contemplado um aljube.

secretaria da câmara, acesso as saídas das chaminés, escada de acesso ao torreão e mais três enxovias com seus respectivos alçapões. Paulo Thedim Barreto afirma que o risco de José Pereira dos Santos era bastante ousado, talvez um dos mais complexos e modernos do Brasil colonial. Nas palavras do autor “As composições arquitetônicas maciças reveladas nestas plantas, expressam com muita clareza o programa condizente com uma rica Casa de Câmara e Cadeia” (BARRETO, 1967, p.223).



Figura 53: imagem de uma das “comuas” da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG.
Foto da autora.



Figura 54: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG – Sala de Audiência – Foto da autora.

Na fachada, o arquiteto optou por preservar as formas retilíneas e sóbrias, sugerindo que os cunhais fossem feitos de cantaria do Itacolomy, atualmente eles contrastam com as paredes brancas do edifício. De cada lado do portal de entrada, foram assentadas três janelas com guarda-corpos de ferro. A porta central é almofadada e encimada por um brasão. Ainda no frontispício há, sobressaltando a fachada, uma monumental escadaria¹⁶⁸ de quatro lances paralelos, dispostos dois a dois a partir de um patamar elevado do nível do solo. Esta escada, que também era usada como tribuna cenográfica é acentuada pela heráldica portada que coroa e lhe faz fundo” (BENEDITO & CARVALHO, 2012, p. 85).

É importante ressaltar que este mesmo modelo de escada está presente em muitas fachadas de Casas de Câmara e Cadeia que foram construídas na América Portuguesa ao longo do período colonial. Se for analisado o levantamento feito por Paulo Thedim Barreto,

¹⁶⁸ Este modelo de escada aparece, com frequência, nas obras do arquiteto Nicolau Nasoni. Foram visitadas algumas de suas obras no norte de Portugal e pode-se perceber este modelo de escada nas seguintes edificações: Igreja de São Pedro dos Clérigos (1732). Solar de Mateus (1739-1743) Catedral Sé do Porto (1736). Quinta do Chantre (1732-1736). Quinta de Bonjónia (1759). Palácio do Freixo. Este modelo também aparece no claustro do mosteiro de Vila de Arouca, onde trabalhou Manuel Pereira Flor, pai de José Pereira Arouca. Sobre as obras de Nicolau Nasoni consultar: SMITH, Robert. *Nicolau Nasoni*. Arquiteto do Porto. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

percebe-se que em pelo menos oito destas edificações,¹⁶⁹ esta monumental escadaria está presente, algumas com pequenas variações tipológicas. A hipótese da tese para a recorrência deste modelo arquitetônico de escada nas Casas de Câmaras e Cadeia é a de que ele fazia parte do projeto global para estas edificações, principalmente por ter a função de tribuna.

Ainda sobre a fachada, nota-se que há uma diferença entre as janelas do andar de cima em relação as do andar de baixo. As do piso inferior são menores e não possuem o mesmo acabamento que as do piso superior. Esta diferença, não se nota, por exemplo, na Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, na qual as janelas são uniformes. Muito provavelmente, a dissemelhança entre os modelos estava relacionada com a tentativa de hierarquização dos espaços. O piso inferior era marcado pela insalubridade e pela escuridão e definia bem o lugar de todos aqueles que se posicionavam contra o sistema. No pavimento de cima ficavam a ordem e a lei, era o lugar destinado à elite colonial, ou seja, àqueles que ditavam as regras e normatizavam as condutas. Sendo assim, podemos inferir que a arquitetura da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, além de muitas outras funções, tinha a intenção de disciplinar, de mostrar para todos que se posicionassem contra o sistema, o lugar a eles destinados.

O telhado de quatro águas é interrompido por uma trapeira¹⁷⁰ que sustentava o relógio e o sino-do-povo. Este último tinha uma função muito útil ao serviço da câmara, pois comandava e regulava a vida da população. Quando ouviam o tocar dos sinos reuniam-se todos na praça. “O sino era a voz do povo, pelo que o barbante ou a corda do seu badalo estava ao alcance de todos, a começar pelas crianças” (CAETANO, 2011, p.393).

¹⁶⁹ Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto. Casa de Câmara de Quixeramobim. Casa de Câmara e Cadeia de Laguna. Casa de Câmara e Cadeia de São Sebastião. Casa de Câmara e Cadeia do Espírito Santo. Casa de Câmara de Barbalha

¹⁷⁰ Abertura no telhado guarnecida de caixilho, para iluminar, ventilar ou permitir a entrada no desvão do telhado. Em geral, constitui-se na janela das águas-furtadas. Também chamada lucarna e clarabóia. Por extensão, o mesmo que água-furtada. 3. Pequeno puxado no telhado, frequentemente provido de janela. Muitas vezes, em prédios antigos, era elemento de decoração no edifício. Fonte Dicionário de arquitetura. Disponível em: www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=trapeira.



Figura 55: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG – Foto da autora

Este foi o risco, que no ano de 1762, José Pereira dos Santos projetou para a nova sede da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana. Longe de se pretender retirar os méritos do arquiteto, constata-se que, de alguma forma, ele possuía conhecimento sobre o plano arquitetônico global para estas edificações e, em boa medida, executou o projeto dentro dos padrões estabelecidos.

Mediante o exposto, algumas inquietudes emergem. Primeiramente, como este artífice teve acesso a estas informações? De que maneira ele soube que havia um modelo arquitetônico básico que defina as casas de câmara e cadeia na Europa e na América Portuguesa? Ao que tudo indica, quem possuía estas informações eram os oficiais camarários, pois eram eles quem mantinham contato direto com a Coroa, logo, infere-se, que o risco da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana pode ter sido definido por uma comissão, da qual participaram os “homens bons” de Mariana e o arquiteto José Pereira dos Santos.

Rastreou-se avidamente os arquivos mineiros em busca de pistas que pudessem fornecer informações sobre o plano arquitetônico global para as Casas de Câmara e Cadeia da Colônia. As Ordenações Filipinas foram revisitadas com a intenção de verificar se havia, neste compêndio, orientações específicas para a construção destas casas municipais, da mesma forma que havia para construção de igrejas. Porém, não se encontrou em nenhum dos cinco livros que compõem as Ordenações, orientações sobre este assunto. Há

informações que determinam o funcionamento e a administração das Casas de Câmara, todavia, em se tratando de sua estrutura física, só foram encontrados os silêncios.

Quem melhor esclarece a forma como eram transmitidas as orientações para a construção de Casas de Câmara e Cadeia é, mais uma vez, o arquiteto Paulo Thedim Barreto. Ele ressalta que para a construção destas instituições eram organizados prospectos e apontamentos, os quais eram trocados, constantemente, entre os oficiais camarários e a Coroa. “Era hábito remeter para a corte dados precisos sobre as construções que se realizavam na colônia” (BARRETO,1947, p.62). Estes documentos eram organizados, geralmente, por governadores, ouvidores e por engenheiros.

Curiosamente, foi encontrada, no Arquivo Público Mineiro, uma carta que foi enviada pelo Senado da Câmara de Mariana, no ano de 1782, ao governador D. Rodrigo José de Menezes¹⁷¹, solicitando a aprovação do risco e das condições para que a obra da Casa de Câmara e Cadeia fosse iniciada. Além desta carta, foi encontrada ainda a resposta remetida pelo mesmo governador aos oficiais. Estes documentos mostram que, além da autorização da Coroa, o governador da Capitania também tinha que emitir o seu parecer sobre o risco.

Illmo. e Exmo. Snr. Pomos na presença de V. Exa. O plano e condiçoens, com que trazemos em praça a obra da Cadea e Caza da Câmara desta Cidade, para V. Exa. haver por bem prestar seu consentimento, e aprovação, para se efetuar a dita arrematação, com brevidade possível, visto que a necessidade do edifício tem chegado ao ponto de já ser necessário, fazerem-se as audiências na caza do Dr. Juiz de Fora. Deos gde. a V. Exa. Mariana dois de outubro de mil setecentos e oitenta e dois. Manoel Braz Ferreira – Constantino José Ribeiro, Antônio Júlio de Mello, Pedro da Costa Magalhães.¹⁷²

A resposta:

Recebi a de Vmce. Aliás, recebi o officio de Vmce. me dirigião em data de dois do corrente, com PLANO, e condiçoens do novo EDIFICIO, que deve servir para sessoens da CAMARA e CADEA. A tudo dou a minha aprovação, e na data desta, escrevo ao Dr. Ouvidor da Comarca para presidir a rematação, na forma ordenada pela Provisão Régia de vinte e nove de Abril de 1746. Deos gde. a Vmce. Va. Rica, 16 Sbro. de 1782. D. Rodrigo Joze de Menezes, - Snr. Offs. Da Camara da cidade de Mariana.¹⁷³

¹⁷¹ D. Rodrigo José de Menezes. (1750-1807). Foi governador e capitão general de Minas Gerais e Baía. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_de_Meneses

¹⁷² Arquivo Público Mineiro. Códice 223, fls. 22. 2-10-1782. Carta do Senado de Mariana, ao Governador, enviando plano e condições para a arrematação das obras da cadeia e casa de camara de Mariana, afim de submeter a sua apreciação.

¹⁷³ Arquivo Público Mineiro. Códice 230. 1780-1784. fls. 24.

Neste mesmo arquivo, outro documento foi arrolado no qual Dom João faz três solicitações em relação a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: primeira, que a obra fosse construída no sítio dos novos pastos, ou seja, no lugar do antigo Quartel dos Dragões. Segunda, que a arrematação fosse acompanhada pelo ouvidor e terceira que a obra fosse erguida por meio do sistema construtivo da pedra e do cal.

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar, em África, senhor de Guiné e faço saber a vós Gomes Freyre de Andrada, Governador e Capitam General da Capitania do Rio de Janeiro, com o Governo de Minas Gerais, que se vio o que respondestes em carta de trinta de setembro do anno passado, a ordem que vos foi para informardes sobre a representação que me fizerão os officiais da câmara da cidade de Mariana, acerca da necessidade e falta que havia de cadea naquella cidade, em razão de pouca segurança, que tem presentemente há nella, e visto o que nesta matéria responderão os Provedores da minha fazenda, e coroa, me pareceo dizer-vos que os officiais da mesma câmara que a cadea se deve formar no sítio dos novos pastos, e a obra se deve rematar com assistência do Ouvidor, a aprovação do Governador, fazendo-se de pedra e cal e destinando-se a cadeya da Vila do Carmo.¹⁷⁴

Passaram-se vinte anos entre a elaboração do risco e o início da construção da sede definitiva. No dia vinte de outubro de 1782¹⁷⁵, o contrato de arrematação para a construção da nova Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana foi assinado pelo mestre construtor José Pereira Arouca. Neste dia, ele se comprometeu mediante doutores, provedores, ouvidores, vereadores, escrivão, tenentes e o porteiro dos auditórios a entregar a obra pronta e acabada conforme as orientações prescritas no risco e nas condições. Por este serviço, ele cobrou trinta e sete mil cruzados, os quais deveriam ser pagos em seis parcelas¹⁷⁶ de acordo com o contrato de arrematação.

1782- outubro 23 – Arrematou pela importância de 37.000 cruzados a obra da Cadeia e Casa de Câmara, que seria edificada “no citio e largo dos quarteis velhos permediando com o Pelourinho. De acordo com as condições registradas a fls. 192 (L.º 6º, hoje com nº 157, “Termos e Arrematações” fls. 191 v. e 192, arquivo da Câmara de Mariana) (MARTINS, 1974, p.69).

¹⁷⁴ Arquivo Público Mineiro. Cópia da Ordem régia sobre as Obras da Cadeia e Casa de Câmara de Mariana. Códice nº 223. 1780 (fls. 21v) 29-04-1746.

¹⁷⁵ Arquivo Público Mineiro. Apêndice I. Termo de Arrematação, Livro 6º de termos de arrematações da Câmara Municipal de Mariana. fls. 191 (Nº atual 157).

¹⁷⁶ Arquivo Público Mineiro. Apêndice I. Termo de Arrematação, Livro 6º de termos de arrematações da Câmara Municipal de Mariana. fls. 191 (Nº atual 157).

Tudo nos leva a crer que José Pereira Arouca seguiu, criteriosamente, as orientações contidas no risco e nas condições,¹⁷⁷ ou seja, ele foi fidedigno ao projeto do seu suposto tio, José Pereira dos Santos, que a esta altura, já havia falecido.¹⁷⁸ Historiadores e arquitetos afirmam que a Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana é um dos poucos exemplares da arquitetura do período colonial mineiro que ainda preserva seu aspecto original.

De fato, quando se analisa o risco, ele é contraposto com as condições da obra e observa-se o edifício pronto, fica evidente que grande parte das ideias propostas no projeto foram preservadas. Entretanto, Paulo Thedim Barreto, quando analisa os documentos relativos a esta Casa de Câmara, no ano de 1967, ressalta pequenas alterações, supostamente realizadas pelo mestre José Pereira Arouca ao longo da construção.

Por fim admite-se a possibilidade de ter sido o José Pereira Arouca o autor das intromissões havidas no projeto a condições para a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Para tanto pelo que ficou exposto, não faltaria, por certo, autoridade ao “insigne mestre de obras e pedreiro, e ainda de carpintaria” – ao discípulo e continuador do desenho de José Pereira dos Santos, como firmou, em 1790, o Segundo vereador (BARRETO, 1967, p.230)

Uma das mudanças teria ocorrido nas sacadas das janelas do pavimento superior. Estas sacadas estavam previstas, de acordo com Paulo Thedim Barreto, para serem de pedra da Passagem, no entanto, hoje, as vemos com guarda corpo de ferro. Recorreu-se ao documento original para a confirmação desta informação e concluiu-se que a fonte é pouco esclarecedora. O documento não oferece detalhes a respeito do material que deveria ser usado na sacada, ele apenas especifica que ela deveria ser executada de forma a distanciar um palmo e meio do vão da janela.

Fazendo se todas as sacadas das janelas de palmo e meio do avôamento (74), as sacadas para fora, e estas e suas hombreiras, e vergas serão de pedra da passagem e da mesma forma as varas (75) dos quatro cunhais e os cunhais serão todos de cantaria do Itacolomy¹⁷⁹

¹⁷⁷ As “condições” para a construção da Casa e Cadeia da Cidade de Mariana, muito provavelmente foram elaboradas na mesma época em que foi projetado o risco, pois no documento há várias referências a este último.

¹⁷⁸ José Pereira dos Santos faleceu na cidade de Mariana em 1762, ou seja, no mesmo ano em que ele projetou o risco da Casa de Câmara e Cadeia da Cidade.

¹⁷⁹ Arquivo Público Mineiro. Condições de Arrematação. Apêndice II. Fls. 192v. do Livro 6º, de Termos de arrematações da Prefeitura de Mariana. (Hoje de nº 157, pela nova catalogação). Anexo.

O ledor engano pode ter ocorrido na interpretação da fonte, visto que, o que deveria ser de pedra da Passagem eram as ombreiras e as vergas das janelas, os cunhais deveriam ser de pedra do Itacolomi. Enganos relacionados às sacadas da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana têm sido recorrentes na historiografia, com a afirmação de outros pesquisadores que as varandas originais estavam previstas para serem de ferro abalaustrado, tendo sido fabricadas de outra maneira. “Do mesmo modo, são as varandas de ferro abalaustradas, que não devem ter sido fabricadas, pois nos seus lugares foram postas varandas oitocentistas, contrastando na fachada” (BENEDITO & CARVALHO, 2012, p.86).



Figura 56: Sacadas da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG.
Foto da autora.

Pode-se conjecturar uma série de hipóteses em relação à originalidade do material destas sacadas, porém, como se viu, analisando apenas o documento “Condições” não é possível afirmar de que material elas foram, originalmente, executadas. O fato é que, independente se estava previsto para serem de pedra ou de ferro, José Pereira Arouca e a sua oficina estavam aptos para executá-las. Arouca era especialista na arte da cantaria, há registro de que ele talhou uma sacada de pedra rendilhada para um sobrado, que teria sido sua residência e que hoje abriga o escritório da Arquidiocese de Mariana. Também pode-se assegurar que para a sua oficina trabalhavam muitos ferreiros, a quem, alguns serviços ele terceirizava.



Figura 57: sacada de pedra rendilhada da suposta residência de José Pereira Arouca, localizada na Rua Direita em Mariana/MG. Hoje escritório da Arquidiocese. Foto da autora.

A segunda mudança, que José Pereira Arouca teria executado em relação ao risco original da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, teria ocorrido na escada interna que dá acesso ao quarto dos pesos do relógio e ainda ao “trapeirão” onde se localiza o sino. De acordo com as Condições da obra, estava prevista uma escada helicoidal, ou seja em formato de espiral, porém ela foi construída de forma retilínea. Revela da seguinte forma o documento. “Escada de caracol número quatorze, e o lugar se acomodavão os pesos do relógio, número vinte e dois”¹⁸⁰. Com as reformas que ocorreram ao longo do tempo, esta escada foi interdita e; atualmente, só é possível ver uma pequena parte de sua estrutura retilínea.

¹⁸⁰ Arquivo Público Mineiro. Condições de Arrematação. Apêndice II. Fls. 192v. do Livro 6º, de Termos de arrematações da Prefeitura de Mariana. (Hoje de nº 157, pela nova catalogação). Anexo.



Figura 58: detalhe da escada que foi construída por José Pereira Arouca na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG. Atualmente interdita. Foto da autora.

A terceira e última alteração já não diz respeito ao trabalho do José Pereira Arouca, pois remete a um período em que ele já havia falecido. Porém, acredita-se que foi executada por sua oficina. Trata-se de alterações na tarja (BENEDITO & CARVALHO, 2012, p.86) que compõe a portada. De acordo com os documentos, originalmente esta tarja deveria trazer as armas da Coroa portuguesa, porém, mais tarde, elas foram substituídas pelas Armas do Império. Há indícios de que as volutas e as conchas espriadas, que compõem o ornato são as originais, a mudança teria ocorrido apenas no centro da tarja, onde teriam sido feitos recortes para realização da troca dos símbolos. Se se observa detalhadamente, vê-se as marcas, onde, possivelmente foram feitos os recortes.



Figura 59: tarja que compõe a portada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG. Foto da autora.

Cabe observar, no entanto, que foram pequenas as mudanças que ocorreram ao longo da construção da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana. Como pode ser notado Arouca preservou a maior parte do projeto. Talvez, ele quisesse se reportar à memória do seu suposto tio, José Pereira dos Santos, talvez ainda o projeto deste último não demandasse grandes alterações.

No ano de 1786, na altura em que José Pereira Arouca recebia o quarto pagamento referente a esta construção, aconteceu a primeira louvação, na qual foram designados a participar, da parte de Arouca, Francisco Alves Quinta¹⁸¹ e José Antônio de Brito,¹⁸² e da parte da Câmara, Domingos Moreira (MARTINS, 1974, p.69). O mesmo que, nesta época, estava construindo a igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, bem ao lado da Câmara. Além destes nomes, muitos outros trabalhadores tomaram parte na história da construção da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana, como por exemplo, os escravos de José Pereira Arouca, os quais se encontram no anonimato. Lembre-se ainda do

¹⁸¹ Francisco Alves Quinta trabalhou no ofício de pedreiro na cidade de Mariana entre os anos 1786 a 1815 MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, **27** (1974):148- 149.

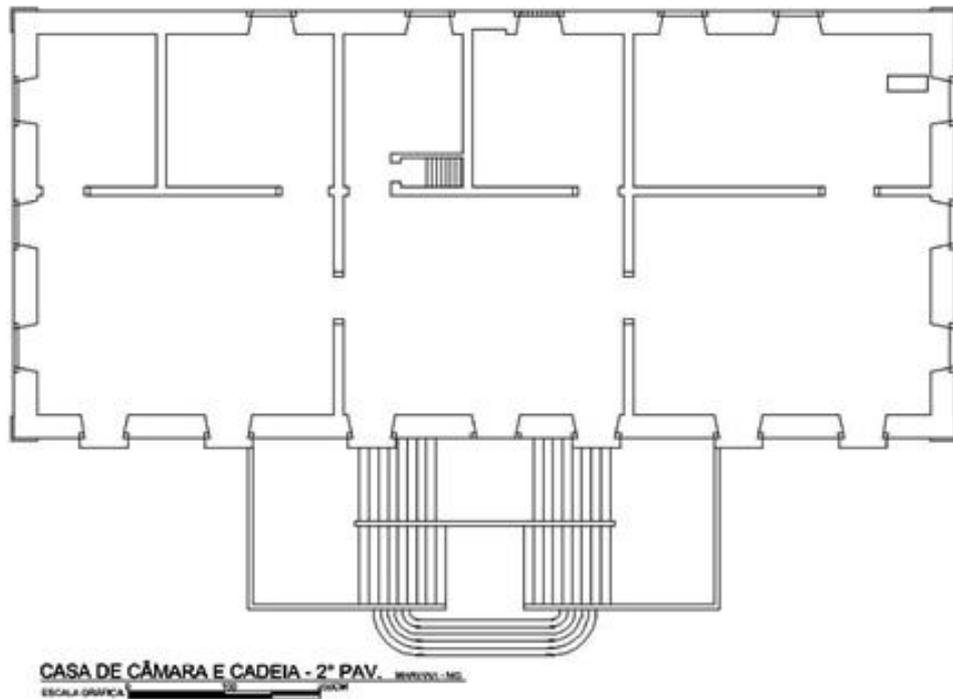
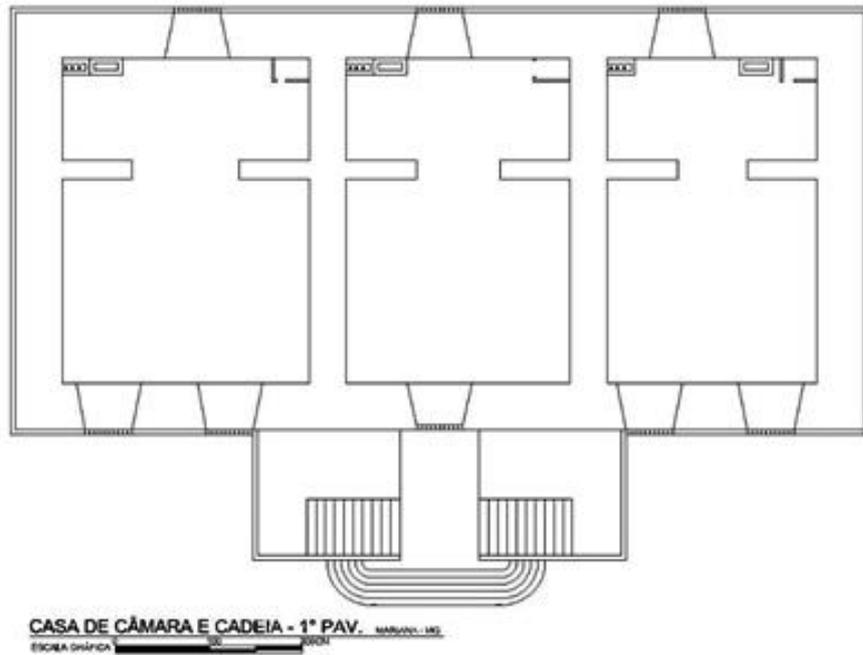
¹⁸² José Antônio de Brito. Trabalhou como pedreiro e carpinteiro em Ouro Preto e Mariana durante os anos 1770. MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, **27** (1974): 134-136.

construtor Romão de Abreu (MARTINS, 1974, p. 15), este último uma espécie de braço direito do mestre Arouca que trabalhou com ele em vários dos seus empreendimentos. Cita-se, também, Antônio Francisco Pombal que, segundo Germain Bazin (1983.p.200), era o irmão mais velho de Manuel Francisco Lisboa. Pombal foi um carpinteiro e de sua autoria é a trapeira e o campanário da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

José Pereira Arouca conduziu a construção do prédio até meados de 1795, ano do seu falecimento. Após esta data, quem deu continuidade às obras foi o seu testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca, acompanhado de seu sobrinho Fernando José Arouca. Ao que tudo indica, as obras não fluíram bem depois que eles assumiram, pois foram encontrados documentos que relatam desentendimentos ocorridos entre os oficiais do Senado e os novos construtores. Há no Arquivo da Cúria um registro¹⁸³ no qual os substitutos de Arouca são chamados de indolentes por não cumprirem com suas palavras. Há ainda, outro documento, no Arquivo Histórico Ultramarino (MENEZES, 1978, p.70), em que estes mesmos continuadores das obras de Arouca solicitam à Corte uma provisão Régia contra o Senado de Mariana, requerendo pagamentos não efetuados. Devido a estas desavenças, a construção da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Mariana só veio a ser concluída no século XIX e, apesar das dificuldades, o edifício é considerado um dos mais emblemáticos do período colonial mineiro.

¹⁸³ Arquivo da Cúria de Mariana. Livro nº 188. Ver também: MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 27 (1974):69.

Planta 10 – Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/ MG - 1º Pavimento¹⁸⁴



¹⁸⁴ Nota: José Pereira Arouca foi o arrematante oficial da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, a arrematação ocorreu no ano de 1782 e ele conduziu as obras até o ano de 1795, quando ocorreu o seu falecimento. Ao que tudo indica a sua oficina deu continuidade à construção após o seu falecimento. As possíveis mudanças que ocorreram em relação ao projeto original foram:

- 1- Alterações nas sacadas
- 2- Alterações no formato da escada que dava acesso a trapeira
- 3- Mudanças na tarja da fachada.

4.3 A Casa Capitular de Mariana/MG

O obscurantismo acerca da verdadeira história da Casa Capitular de Mariana suscitou, por muito tempo, a inverdade de que o prédio teria sido construído para fins de encarceramento de padres e de religiosos. O engano motivou o cônego Raimundo Trindade a pesquisar nos arquivos eclesiástico da cidade o real motivo da sua construção e a publicar, no ano de 1945, na Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional um artigo, com o intuito, exclusivamente, de esclarecer esta questão. Os estudos do cônego Trindade são da primeira metade do século XX. Desde então, estagnaram-se as pesquisas e nenhuma novidade sobre a história da construção da Casa Capitular de Mariana foi revelada.

Conta o cônego que alguns cronistas divulgavam por meio de livros, gazetas, gravuras e postais que o prédio teria sido encomendado para fins de aljube¹⁸⁵. Porém, esclarece o religioso que tudo não passou de um equívoco, pois o edifício nunca foi construído para esta finalidade. “A celebrada balela a que cronistas de boa-fé querem conferir as honras da história, negam, no entanto, qualquer fundamento aos arquivos da cidade episcopal (TRINDADE, 1945, p.217). Os cronistas sustentavam esta história baseados em uma petição que o Rei D. João V fez ao primeiro bispo de Mariana solicitando autorização para construir uma prisão eclesiástica na cidade, porém, a petição foi negada e a prisão nunca existiu. Certamente, tudo não passou de falácia, afinal, seria pouco provável que os religiosos encomendassem uma prisão para o próprio encarceramento, já que eles eram os comitentes desta obra.

Raimundo Trindade salientou que a Casa Capitular de Mariana teve um único e claro objetivo - servir de residência exclusiva do Cabido da Sé que, naquela altura, por volta do ano de 1765, ainda não possuía um lugar adequado para residir, congregar e fazer reuniões. A Casa Capitular foi o primeiro empreendimento voltado para a acomodação dos religiosos que passaram a residir em Mariana depois que a cidade se tornou sede do bispado mineiro. Possivelmente, foi devido aos problemas que ocorreram ao longo desta construção, conforme se verá mais adiante, que os cônegos encomendaram, no ano de 1782, o anexo do

¹⁸⁵ De acordo com Raimundo Trindade “Aljube” era o cárcere privativo do juízo eclesiástico. Por este juízo, que se manteve no Brasil até pouco depois do sete de setembro, eram julgadas, além das causas propriamente eclesiásticas, em que entravam as de divórcio, adultério, sevícias, esponsais, etc. as seguintes: testamentarias das pessoas que faleciam em meses ímpares (direito de alternativa dos testamentos); cobranças em que o devedor fosse clérigo, crimes de qualquer natureza, sendo eclesiástico o réu. Fonte: TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Casa Capitular de Mariana. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 7 (1945):241. Ainda sobre a definição de “Aljube” ver o dicionário do Padre Raphael Bluteau: representa a prisão dos delinquentes em matérias eclesiásticas. Raphael Bluteau. p. 261.

Palácio dos Bispos, que também possuía a mesma finalidade, ou seja, servir de residência para os religiosos.

A ideia da construção da Casa Capitular teria partido dos próprios religiosos que, na época, compunham um grupo de treze homens,¹⁸⁶ os quais foram rigorosamente listados e apresentados pelo cônego Trindade. Alguns deles eram de origem portuguesa, outros, de diversas partes da colônia e poucos eram de Mariana. Estes homens, imbuídos pelo desejo de uma sede própria, recorreram a Fazenda Real com a intenção de que este órgão, custeasse as obras.

Pretendiam os cônegos que fosse a construção custeada pela fazenda real, e não era pretensão descabida, por visto que os dízimos da diocese cobrava-os El Rei, e não os devolvia em uma ou em outra rara edificação de caráter religioso e em côngruas ordinariamente irrisórias (TRINDADE, 1945, p.224).

Ao que tudo indica, o parecer da Fazenda não foi favorável aos religiosos, pois o rei sugeriu que o Cabido providenciasse a construção com recursos próprios, alegando que já havia alguns anos que o bispado se encontrava em sede vacante.¹⁸⁷

Evadiu-se El-Rei, sem reboços, à solicitação capitular e, para dar alguma resposta ao Cabido, mandou recomenda-lhe que realizasse obra perfeita e que as despesas, daí decorrentes, as satisfizesse a Mitra cujos cofres deviam encontrar-se providos, estando o bispado, desde algum tempo em sede vacante. Determinava ainda que se pusesse a obra em hasta pública e que fosse arrematada pelos mais baixos e seguros lanços, recomendação seu tanto impertinente, uma vez que Sua Majestade fechava sem cerimônia a bolsa ao Cabido, sobre o qual, em consequência, viria recair em grande parte o peso da construção (TRINDADE, 1945, p.224).

Mesmo diante da recusa da Fazenda Real em custear as obras da Casa Capitular, os religiosos a colocaram em praça pública e depois de o edital andar por três meses por entre as vilas e cidades próximas, no dia vinte e sete de maio de 1770 foi aceito o lance do construtor José Pereira Arouca. Nas palavras do cônego Trindade: “O conhecido mestre se obrigava a entregar as chaves da Casa Capitular pela quantia de dezesseis mil cruzados e

¹⁸⁶ Dr. Geraldo José de Abranches, Dr. Manuel Cardoso Frazão Castelbranco, Vivente Gonçalves Jorge de Almeida, Dr. Teodoro Ferreira Jácome, Dr. Inácio Correia de Sá, João Rodrigues Cordeiro, Dr. Antônio Freire da Paz, Dr. José dos Santos, Dr. Francisco Xavier da Silva, Francisco Gomes de Souza, Domingos Fernandes Barros, Francisco Ribeiro da Silva, Dr. José Botelho Borges. Fonte: TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Casa Capitular de Mariana. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 7 (1945).

¹⁸⁷ Sede Vacante (do latim Trono Vazio). No Direito Canônico da Igreja Romana corresponde ao período em que a Sé Episcopal de uma igreja particular está sem ocupante. Dom Frei Manuel da Cruz faleceu em 1764 e na altura em que foi realizada a solicitação da construção da Casa Capitular, a cidade de Mariana ainda não havia recebido o novo bispo.

cento e cinquenta mil réis (TRINDADE,1945, p.224). Do auto de arrematação consta que ele também se comprometeu a entregar a obra em dezoito meses e na forma que constava do risco e das condições. Parece que estes últimos documentos não lhe foram entregues de imediato, fato que só ocorreu posteriormente por meio de solicitação por escrito.

Diz José Pereira Arouca, morador nesta cidade e rematante da fatura da Casa Capitular, que se acha o risco da mesma incorporado as condições e auto de arrematação na Câmara Eclesiástica. Por portaria de vossas senhorias, e para dar princípio a dita obra lhe é preciso o dito risco, sem o que a não pode executar. Pede a vossas senhorias sejam servidos mandar ao seu escrivão da câmara entregue o dito risco ao suplicante para poder dispor e assentar a dita obra e receberá mercê (TRINDADE, 1945, p.227).

Infelizmente o risco (ou os riscos) da Casa Capitular de Mariana nunca foram localizados e, por este motivo, não se tem o nome do arquiteto que a projetou. Entretanto o mesmo cônego Trindade sugere, baseado em vestígios que constam das condições da obra, que o autor teria sido um dos religiosos que compunham o Cabido da Sé de Mariana. Ele ressalta que, no meio deles, havia arquitetos e cita os nomes do cônego Vicente Goncalves e do Dr. José Lopes Ferreira da Costa, este último, apesar de não integrar o grupo, bem próximo a eles. Foi ele quem projetou o primeiro risco da igreja da Ordem terceira de São Francisco de Assis, o que mais tarde foi substituído pelo risco de José Pereira dos Santos. Autorias à parte, o fato é que no dia 12 de junho de 1770, foram entregues a José Pereira Arouca três riscos referentes à Casa Capitular de Mariana (MARTINS,1974, p.65).

Apesar de dos autos de arrematação constar apenas o nome de Arouca como o arrematante oficial desta obra, há no seu testamento o registro de que João de Caldas Bacelar foi seu sócio neste empreendimento. Assim informa o documento: “declaro que aRematey a hobra da Casa Capitular suciado com Joao de Caldas Bacellar e ha de ser acabada a custa de ambos” (MARTINS,1974, p.76). João de Caldas Bacelar foi um dos principais arrematantes de obras públicas da cidade de Mariana, considerado um dos maiores concorrentes de José Pereira Arouca.

Os dois construtores assumiram a responsabilidade de construir a Casa Capitular, porém, como era de costume, eles terceirizaram a parte de carpintaria para Romão de Abreu, oferecendo a ele trezentos mil réis pelos serviços, conforme consta do seu testamento. Onde Romão de Abreu registou os acordos estabelecidos com João de Caldas Bacelar.

Declaro que ajustei a obra da Casa Capitular com João de Caldas Bacelar pelo preço de trezentos mil reis e tenho recebido algumas parcelas das quais passei recibo, e por omissão do arrematante

apodreceram muitos caibros e muitos barrotes, os quais retifiquei de novamente e se me devem pagar fora daquele ajuste. Declaro que ajustei as portas e janelas da obra capitular em ajuste separado umas por outra e cinco oitavas de ouro por cada uma as quais fazem o número de vinte e três vindo a importar tudo cento e quinze oitavas (MARTINS,1974, p.15).

Provavelmente, ainda no ano de 1770, os construtores iniciaram a construção da Casa Capitular de Mariana, disponibilizando escravos, ferramentas, madeiras e toda a infraestrutura necessária para o bom andamento da obra. Porém e, infelizmente, depois de uma certa altura começaram a surgir os problemas e, o prédio, que deveria ser entregue em dezoito meses só o foi 23 anos depois. As pesquisas desta tese revelaram que os infortúnios resultaram em duas ações judiciais, uma primeira movida pelos comitentes contra José Pereira Arouca e uma segunda movida por Francisco Fernandes Arouca (testamenteiro de José Pereira Arouca) contra a esposa e os filhos de Romão de Abreu.¹⁸⁸

Sobre a ação judicial movida pelo Cabido, os documentos informam que havia sido acordado entre as partes que os pagamentos seriam efetuados em parcelas, conforme as entregas fossem sendo feitas. Porém, após o recebimento de algumas parcelas que somando totalizavam cinco mil e seiscentos réis - (5:600\$00), José Pereira Arouca paralisou as obras e este comportamento levou o Cabido a mover uma ação judicial contra ele.

O Suplicado não tem satisfeito a sua parte o contrato e suas obrigações, tendo decorridos mais de vinte anos e estando incurso no comisso cominatório, requer que vossa majestade se sirva mandar que o suplicado se cite para alegar qualquer razão que seja suficiente de o excluir da pena, com outra comissão de se julgar a primeira, não dando descarga cabal, ou a sua revelia afim de se proceder contra o suplicado e seus bens e contra as testemunhas de abonação. P. a V. M. seja servido deferir à citação requerida - E.R.M (TRINDADE, 1945. p.239).

Além da paralisação das obras, os cônegos possuíam outro motivo para desaprovarem o comportamento de José Pereira Arouca e o colocar como réu em um segundo processo judicial. Parece que o construtor havia adquirido um lote ao lado da Casa Capitular e levantava nele um sobrado, atualmente conhecido como “Palácio Verde”, e as paredes desta construção se apoiavam nas da sede dos religiosos. Esta edificação também

¹⁸⁸ O processo que Francisco Fernandes Arouca moveu contra a esposa e os filhos de Romão de Abreu se encontra publicado na Revista do Anuário do Museu da Inconfidência do ano de 1954. p. 89 a 92.

foi motivo de desavença entre as partes, pois segundo os cônegos ela era prejudicial às obras da Casa Capitular, por isso, eles solicitaram o embargo da construção.

1793 – abril 29 – O Rmo. Cabido da Stª Igreja Catedral dessa Diocese de Marianense requereu fossem embargadas as obras que Arouca executava em terreno contíguo à Casa Capitular, uma vez que as mesmas estavam sendo prejudiciais àquela construção (MARTINS,1974, p.65).

O ano de 1793 foi de grandes dificuldades para José Pereira Arouca. Além dos processos contra ele, foi também neste ano que ele foi conduzido à cadeia de Mariana, tendo sido preso pela segunda vez na cidade (MARTINS,1974, p.73). Não se sabe o motivo desta segunda prisão, mas se sabe que, nesta época, ele estava enfrentando problemas também com os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, devido aos atrasos nas obras da capela. Não há indícios de que seu encarceramento tenha tido relação com estes infortúnios, o estudo da trajetória de José Pereira Arouca por Minas Gerais mostra que estas foram as únicas obras em que ele teve problemas judiciais.

O veredito acerca do processo da Casa Capitular foi dado no ano de 1800, a esta altura José Pereira Arouca já havia falecido. O cônego Raimundo Trindade apresentou documentos que comprovam que, nas duas ações que os cônegos moveram contra ele, o construtor foi inocentado.

O suplicado foi citado pessoalmente a 20 de agosto de 1793, movimentou-se irregularmente o processo que se encerrou com a perda total para o cabido, em 20 de agosto de 1800, cinco anos decorridos do falecimento do Arouca (21-VII- 1795) (TRINDADE,1945, p.239).

E ao aludir sobre o embargo da construção do atual “Palácio Verde” o mesmo cônego ressaltou que “O cabido, como vimos, protestou judicialmente contra semelhante abuso, acionando o construtor, mas bem que se manifesta a justiça de sua causa, perderam-na redondamente os cônegos (TRINDADE,1945, p.240).

Os verdadeiros motivos que levaram José Pereira Arouca a paralisar as obras da Casa Capitular de Mariana nunca foram revelados. As hipóteses são muitas e vão desde a enfermidade do construtor até o seu envolvimento com outras construções. Porém, a explicação mais aceitável para este fato é a de que, como as obras estavam sendo subsidiadas pelos cônegos e não pela Fazenda Real, conforme eles almejavam inicialmente, lhes faltaram os recursos, o que resultou na estagnação das obras. Acredita-se que nenhum outro motivo

explicaria o arrastar da construção por 23 anos e não explicaria, ainda, a absolvição de José Pereira Arouca pela justiça.

Mas apesar das dificuldades, as fontes comprovam que, após a morte de José Pereira Arouca, Francisco Fernandes Arouca deu continuidade as obras da Casa Capitular. Este fato é certificado pelo exame de um processo do testamentário de Arouca contra a esposa e os filhos de Romão de Abreu, nesta altura, também falecido, requerendo o ajuste dos acordos que, em vida, com ele haviam sido estabelecidos.

O documento se encontra publicado na Revista do Anuário do Museu da Inconfidência do ano de 1954 e nele está registrado que Francisco Fernandes Arouca ajustou com Romão de Abreu toda parte de carpintaria, lhe concedendo ouro, escravos, madeiras, ferramentas e demais materiais. Porém, com os constantes atrasos na obra, e provavelmente, com a morte do carpinteiro, a madeira apodreceu, as ferragens extraviaram e todo material investido ficou comprometido. Sendo assim, Francisco Fernandes Arouca requereu da viúva e dos filhos de Romão de Abreu o acerto das contas que haviam sido ajustadas com o carpinteiro anteriormente.

Provara que o autor Francisco Fernandes Arouca depois do falecimento do seu testador ajustou ao dito Romão de Abreu empregos, ferramentas, farinhas, feijão carradas de pedras, ouro, escravos e o mais que declara a conta junta com tudo se utilizou o dito Romão de Abreu []. Provara que falecendo o dito Alferes Arouca, digo José Pereira Arouca com testamento nele nomeou ao Autor Francisco Fernandes Arouca ao seu testamentário procurador e administrador de seus bens cuja testamentaria aceitou pôr termo que assinou em juízo estando atualmente nesta administração e posse dos bens que ficarão do falecido que instituiu a sua alma por herdeira sendo assim o autor testamentário universal provara e da mesma sorte é falecido o dito Romão de Abreu que sendo casado com a ré Arcângela Maria na forma que determina a Igreja ficou está em pose e cabeça de casal.¹⁸⁹

Esta sentença também foi favorável à oficina de José Pereira Arouca, pois o veredicto final resultou na solicitação da execução dos bens dos réus.¹⁹⁰ Certamente, Francisco Fernandes Arouca foi ressarcido do seu prejuízo e conduziu, por mais um tempo, as obras da Casa Capitular de Mariana. Todavia, sabemos que o edifício não foi concluído nesta

¹⁸⁹ Revista do Anuário do Museu da Inconfidência, ano de 1954. - Sentença civil de ação de libelo passa [] do Alferes Francisco Fernandes Arouca testamentário de José Pereira Arouca p.a. Arcângela ttr.os herdeiros de Romão de Abreu. p. 92.

¹⁹⁰ Revista do Anuário do Museu da Inconfidência, ano de 1954. - Sentença civil de ação de libelo passa [] do Alferes Francisco Fernandes Arouca testamentário de José Pereira Arouca p.a. Arcângela ttr.os herdeiros de Romão de Abreu. P. 90 a 92.

época, e que ao se tornar sede do Museu Arquidiocesano, no ano de 1926, ele passou por várias modificações. No entanto, ao longo da tessitura desta tese foram encontradas algumas informações acerca das modificações que ocorreram no prédio ao longo de sua construção.

Consta do documento “condições”¹⁹¹ que o arrematante da Casa Capitular deveria assentar, um óculo com grade de ferro para entrada de luz, conforme constava do risco. “Fará mais o óculo para dar luz...com grade de ferro na forma do risco e este será assentado em altura suficiente e será fingido e metido em cal.” (TRINDADE, 1945, p.217). Entretanto, este óculo não aparece na edificação, em sua fachada se vê apenas as janelas e as portas sugeridas no mesmo documento. O não assentamento do óculo comprova que houve mudanças no projeto e estas alterações podem ter sido sugeridas por José Pereira Arouca, uma vez que ele deixou o edifício no ponto de acabamento (TRINDADE, 1945, p.228).



Figura 60: Casa Capitular de Mariana/ MG – Foto da autora

¹⁹¹ As condições para a construção da Casa Capitular é um documento composto de 30 cláusulas e se encontra nos anexos desta tese.

Uma outra mudança que, certamente, ocorreu ao longo da execução da fachada da Casa Capitular, foi em relação ao ornato acima da porta principal. De acordo com as condições desta obra, entre a porta e a cimalha, deveria ser assentada uma tarja com ilustrações referentes às “Armas do Cabido”, e tanto a tarja como as vergas e as ombreiras deveriam ser de cantaria. De acordo com o documento:

Fará mais todas as portas que mostra o risco da frente, assim de baixo como de cima, em baixo as portas seguirão a porta principal da escada e a dita porta da escada levará as *Armas do Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido* na verga e cimalha e estas serão bem-feitas na última perfeição []. E todas as janelas assim de cima como de baixo, com todos os seus ornatos hão de ser de cantaria da melhor que se achar neste país para se fazer a dita obra (TRINDADE, 1945, p.230).

Porém, no lugar onde deveria estar o brasão com as Armas do Cabido encontra-se uma tarja que traz a imagem de Nossa Senhora da Assunção entre nuvens, com um dos braços recolhidos e rodeada por oito estrelas. Curiosamente, ao se rastrear os inventários das obras que José Pereira Arouca construiu, a pedido do Cabido da Sé de Mariana, encontram-se, junto ao inventário da Catedral de Nossa Senhora de Assunção, as informações sobre esta tarja. Consta do inventário que ela foi confeccionada por José Pereira Arouca para ser assentada no frontispício da igreja, ou seja, a destinação inicial deste ornado não era a Casa Capitular.

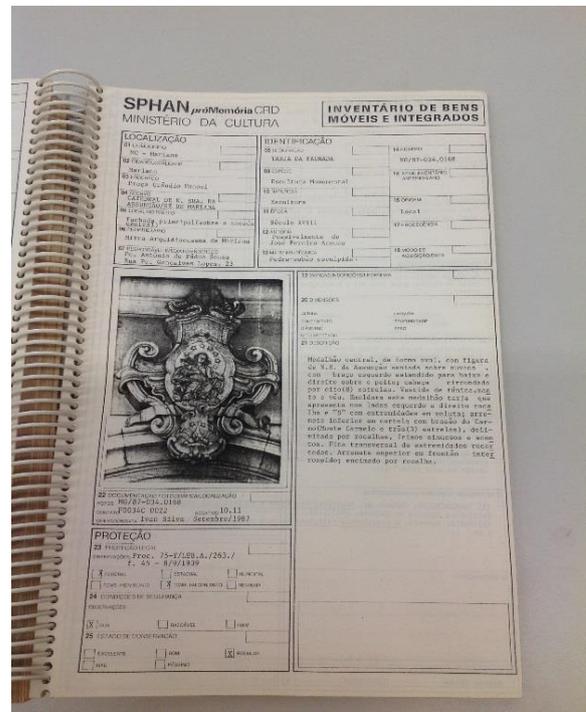


Figura 61 e 62: Tarja da Casa Capitular de Mariana/MG.

Foto: João Henrique Grossi Sad Junior. Ficha de Inventário da Catedral de Nossa Senhora de Assunção – Mariana/MG – Foto da autora

Como José Pereira Arouca mantinha oficina nas duas edificações, a hipótese é a de que, mediante as alterações que houve no projeto tanto de uma obra, quanto na outra, Arouca, juntamente com os comitentes, acharam por bem assentar a tarja que faz alusão a Nossa Senhora da Assunção na fachada da Casa Capitular.

A história da Casa Capitular de Mariana foi construída, a princípio, sob o equívoco de que o prédio teria a finalidade de um aljube. Mas, como se viu, o edifício foi construído, desde o princípio, para servir de sede para o Cabido Diocesano. Da sua biografia constam atrasos, paralisações e processos judiciais envolvendo comitentes e construtores. Estes problemas resultaram no atraso das obras por 23 anos e, talvez, tenha sido por causa deles que os cônegos construíram o anexo no Palácio dos Bispos no ano de 1780, pois o problema da acomodação dos religiosos persistia.

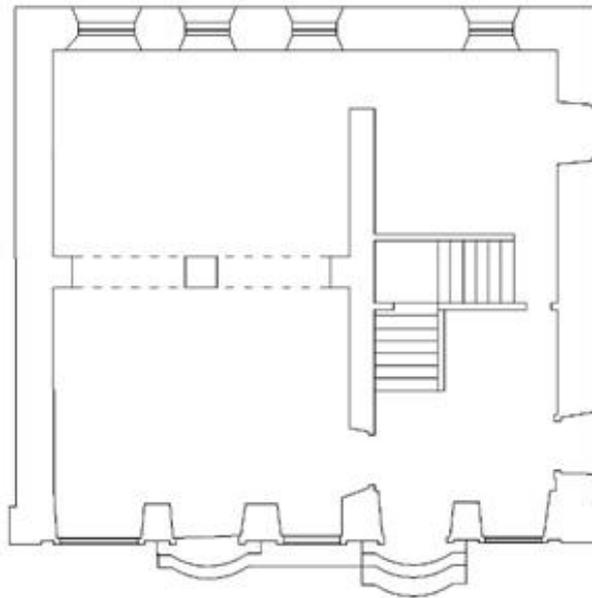
No que tange à atuação do mestre José Pereira Arouca como arrematante da Casa Capitular de Mariana, apesar de ele ter sido acusado pelos problemas que surgiram durante a obra, a justiça colonial mineira o inocentou, concluindo que recaía, única e exclusivamente sobre os comitentes, a responsabilidade pelos transtornos ocorridos.

A documentação sugere que, mesmo após a morte de José Pereira Arouca, seu testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca, deu continuidade à construção da Casa Capitular de Mariana, porém, não se sabe que em ponto ele deixou a obra. Certamente diferente da forma como a vemos hoje, pois o prédio só foi concluído em meados do século XX.

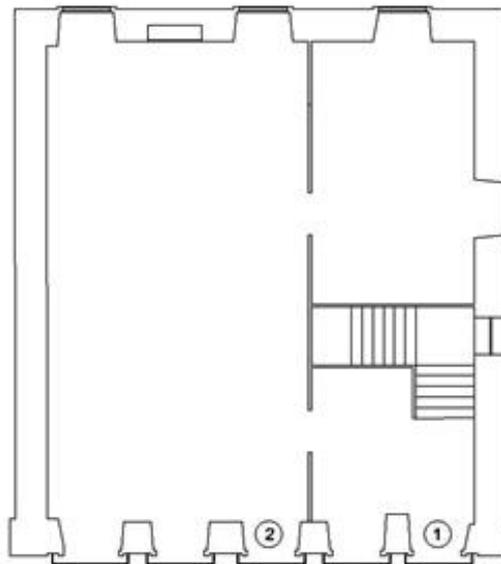
De acordo com o Iphan,¹⁹² no ano de 1929, o Cabido doou o edifício à Mitra Arquidiocesana, que nele instalou a Cúria Metropolitana e o seu arquivo. Atualmente o prédio abriga o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, inaugurado no dia 22 de novembro de 1926, cujo acervo reúne as peças mais importantes da igreja, do antigo Seminário e do Palácio Arquiepiscopal. Para se tornar Museu o prédio sofreu adaptações. Ele foi ligado internamente ao “Palácio Verde” também de propriedade da Mitra Arquidiocesana e que foi propriedade de José Pereira Arouca.

¹⁹² http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1325

Planta 11 – Casa Capitular de Mariana/MG¹⁹³



CASA CAPITULAR - 1º PAV. MARIANA - MG
ESCALA GRÁFICA 0 100 200CM



CASA CAPITULAR - 2º PAV. MARIANA - MG
ESCALA GRÁFICA 0 100 200CM

¹⁹³ Nota: José Pereira Arouca foi o arrematante oficial da Casa Capitular de Mariana, a arrematação ocorreu no ano de 1770, porém, devido à problemas, a obra se estendeu por 23 anos. As modificações que ele efetuou em relação ao risco original foram:

- 1- Não foi assentado, na fachada, o óculo que constava no projeto original;
- 2- Substituiu a tarja original que deveria conter as armas do Cabido, para a tarja com a iconografia de Nossa Senhora da Assunção entre nuvens.

4.4 Cronologia da vida e das obras de José Pereira Arouca

1731 – José Pereira Arouca nasceu no dia 26 dias de fevereiro, na freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, bispado de Lamego, Portugal. Era filho de Manoel Pereira Flor e Mézia de Pinho Vieira.

1753 – Primeira referência à sua presença na Capitania de Minas Gerais, onde, se encontrava como fiador de José Pereira dos Santos na construção da igreja da irmandade de São Pedro dos Clérigos de Mariana.

1762 – No dia 11 de agosto arrematou por 41.000 cruzados a obra de pedra e cal da Capela da Ordem terceira São Francisco de Assis de Mariana.

* No dia 17 de abriu foi eleito juiz de ofício de pedreiro no Senado da Câmara de Mariana.

*Recebeu 18 oitavas de ouro por mudança de canos na igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana.

1763- Recebeu 27\$337 por trabalhos não identificados na Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana.

1764- No dia 02 de junho foi eleito juiz de ofício de carpinteiro no Senado da Câmara de Mariana.

* No dia 30 de abril arrematou por 180 oitavas os consertos das pontes dos Monsús, de São Gonçalo, do Seminário, de Santana, Pinguelos do Canellas e Matacavalos, todas na cidade de Mariana.

*No dia 03 de setembro recebeu das mãos do Dr. José Pereira Couto 40 oitavas de ouro para o feitiço de uma pedra para a sepultura de D. Frei Manoel da Cruz, primeiro arcebispo de Mariana.

1766- Provavelmente, neste ano, ele tenha iniciado as obras de reforma da capela de Nossa Senhora das Mercês de Mariana.

1767- Moveu uma ação contra o Revd^o Pe. D. José Coelho Sampaio para cobrar a importância de 29 oitavas e meia de ouro que lhe devia por serviços braçais realizados na Chácara da Olaria em Mariana.

1768 – No dia 30 de dezembro arrematou por 30 oitavas de ouro o rasgão da ponte dos Monsús de Mariana.

*Ajuizou uma ação contra o R. Miguel Ribeiro de Carvalho devido ao não pagamento de uma pia batismal que havia executado para a Capela de Nossa Senhora de Oliveira, termo de Mariana.

*No dia 18 de setembro foi conduzido à cadeia de Mariana por ordem do comandante Francisco Rocha Magalhaes. Foi solto dois dias depois.

1770 – No dia 27 de maio arrematou pela importância de 16.000 cruzados e 150\$000 as obras da Casa Capitular de Mariana.

* No dia 23 de janeiro arrematou por 37 oitavas de ouro a feitura do muro junto à ponte de São Gonçalo e mais consertos no muro do caminho de Bento Rodrigues.

* No dia 26 de janeiro foi convocado por João de Caldas Bacelar, para, juntamente, com Francisco Afonso Lages, louvarem as calçadas da rua dos Monsús em Mariana.

1772- No dia 16 de maio foi eleito juiz de ofício de pedreiro no Senado da Câmara de Mariana.

1774- No dia 18 de maio, foi novamente eleito Juiz do ofício de pedreiro no Senado da Câmara de Mariana.

1776- Recebeu 139\$500 e mais 191\$800 por trabalhos não identificados na Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana.

*No dia 20 de maio arrematou por 34 oitavas de ouro os consertos do muro da ponte do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana.

*No dia 25 de dezembro arrematou por 23 oitavas de ouro o conserto na ponte de Guarapiranga.

*Recebeu 9\$600 de obras que realizou para o órgão da Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana. 100\$00 pela confecção da pia batismal e 14\$400 pelos “toburnos” (turíbulos) para os santos óleos.

1777- Recebeu, juntamente, com Cosme de Barros a importância de 2 oitavas de ouro por louvações realizadas na igreja de Nossa Senhora das Mercês de Mariana.

1778 – Recebeu 24\$668 por cair a Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana.

1779- Foi nomeado louvado em obras na fazenda de dona Antônia Constância da Rocha, filha do coronel Gonçalves Torres.

1780- Foi nomeado porta-estandarte da 2ª Companhia de 1º Regimento Auxiliar de Mariana.

* Ocupava o cargo de tesoureiro do Senado da Câmara de Mariana.

*Recebeu nos meses de junho, agosto, outubro e novembro por obras realizadas no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana.

*No dia 21 de junho foi convidado, juntamente com Manoel José Belas, para oferecer parecer técnico sobre as reais condições da capela-mor e sacristia da matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Santa Rita Durão. E neste mesmo ano arrematou o risco e a fatura desta obra.

1781- No mês de março arrematou por 48 oitavas de ouro pelas obras do paredão frontal da capela de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana.

*Arrematou a obra da nova ponte do seminário.

* No dia 23 de maio recebeu a patente de Alferes de ordenança de pé do Distrito do Morro de Santo Antônio, Mariana.

* No dia 4 de agosto arrematou por 270 oitavas de ouro as obras dos paredões e canos do caminho novo do Arraial da Passagem.

1782 – Recebeu 158 oitavas de ouro pela feitura do frontispício da capela de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana.

*No dia 23 de outubro arrematou pela importância de 37.000 a obra da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

* No dia 14 de dezembro arrematou pela quantia de 89 oitavas de ouro obras nos caminhos que ligavam a cidade de Mariana ao Itacolomy e Cachoeira do Campo, incluindo pontes, fontes e aquedutos.

* Arrematou a obra da feitura da capela-mor e da sacristia da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim, distrito de Mariana.

* Arrematou a ponte do caminho Novo no córrego do Capitão Antônio Luiz Brandão.

1784- No dia 15 de setembro, arrematou as seguintes obras, uma calçada no caminho da Passagem, um paredão no caminho de São Sebastião, uma ponte e consertos de calçadas e chafarizes.

1785 - Arrematou a fatura da capela-mor da matriz de São José da Barra Longa, termo de Mariana.

1787- Arrematou por 23 oitavas de ouro por consertos realizados nas pontes, fontes, aquedutos e na Casa de Câmara de Mariana.

* No dia 08 de dezembro arrematou por 83 oitavas de ouro por consertos na ponte de São Sebastião, um paredão no córrego do Seminário e um pontilhão.

*No dia 06 de novembro pagou o dote de uma escrava, Jacinta Teixeira, por reconhecimento pelos bons serviços prestados.

*Ocupava o cargo de administrador das rendas das aferições no Senado da Câmara de Mariana.

1788- Arrematou por 130 oitavas de ouro os consertos da ponte de Santana, abatimento do Pelourinho, do pontilhão ao pé do córrego do coronel Bernardo Vasco Cardoso e do caminho da Chapada.

*Arrematou vários consertos nas fontes e pontes da cadeia velha de Mariana.

1789- No dia 28 de novembro arrematou por 8.000 cruzados a obra de pedra e cal da ponte de São Gonçalo em Mariana.

*Arrematou por 135 oitavas de ouro a execução de um paredão junto a ponte da Passagem, consertos na ponte de Santana e troca de canos no caminho dos Monsús, Mariana.

* Recebeu 77 oitavas de ouro por retelhar e caiar a Catedral de Nossa Senhora de Assunção de Mariana.

1791- No dia 21 de outubro, prestou depoimento em um caso que envolvia a irmandade de Terra Santa e a de São Pedro dos Clérigos de Mariana.

*Foi nomeado louvado nas obras da Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto tendo apresentado laudo técnico.

*Arrematou obras na matriz de Antônio Pereira, distrito de Mariana.

*É provável que, neste ano, ele tenha arrematado a feitura da Pedra da Samaritana, uma escultura em pedra sabão que deveria ser fixada nos jardins do antigo seminário de Mariana. Atualmente, a escultura é atribuída a Antônio Francisco Lisboa.

1793- No dia 31 de agosto arrematou por 180 oitavas de ouro a fatura da ponte de Maynard, Mariana.

*Arrematou pela quantia de 276 oitavas de ouro a cobertura do matadouro do gado de cortes de Mariana.

*No dia 12 de novembro arrematou por 600 oitavas de ouro uma parte do paredão de pedra na ponte dos Monsús

*No dia 04 de dezembro arrematou por 350 oitavas de ouro os consertos na ponte de São Sebastião e no caminho de São Caetano.

* Arrematou por 276 oitavas de ouro a cobertura para o matadouro do gado de corte, conserto de canos no largo do chafariz, pia no mesmo painel e seus reparos, além de um caixão para ornamentos da capela da cadeia de Mariana.

*No dia 24 de maio foi conduzido à cadeia de Mariana e entregue ao carcereiro José Teixeira, com pedido de soltura somente com ordem especial.

*Ocupava o posto de Ministro da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana.

*No dia 08 de junho escreve seu testamento na presença de Pedro de Matos Bellem, a quem nomeou como testemunha.

1794- No dia 05 de julho arrematou por 390 oitavas de ouro os acréscimos na ponte dos Monsús

*No dia 03 de janeiro arrematou os consertos de todas as calçadas da cidade de Mariana.

* No dia 19 de março realizou a entrega da obra da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana.

1795- Faleceu no dia 21 de junho e foi sepultado com todos os sacramentos na Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, onde foi realizada missa de corpo presente.

1797- Foi realizado pagamento no valor de 60\$575 ao seu sobrinho e testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca.

1798 – Foi citado no testamento de Romão de Abreu.

1805 – No dia 06 de julho na residência do doutor Fernando José da Fonseca, escrivão e na presença de Florêncio de Abreu Perada, desembargador, foi regido o inventário de José Pereira Arouca.



CONCLUSÃO

Pormenor do frontispício da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana. Obra arrematada por José Pereira Arouca no ano de 1780. Foto da autora.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados para a produção desta tese, foi possível conhecer um dos maiores construtores que circulou pela capitania de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XVIII, José Pereira Arouca. Estudar a sua vida e as suas obras possibilitou compreender o relevante papel que este homem desempenhou, não apenas na história social, como também na história da arquitetura do período colonial mineiro. Ao se resgatar a sua trajetória depara-se com as peculiaridades de cada monumento que foi construído por ele, ao mesmo tempo em que se desvelam as pessoas e as relações sociais que se estabeleceram ao longo da execução de cada obra.

José Pereira Arouca nasceu no seio de uma família simples no norte de Portugal, mais precisamente, em Vila de Arouca, região do Douro. Seu pai foi um mestre de obras que trabalhou na reconstrução do mosteiro de Arouca, onde, provavelmente, ensinou ao filho o ofício de pedreiro e de carpinteiro. Possivelmente, nesta vila, José Pereira Arouca viveu até a idade juvenil quando se mudou para a América Portuguesa.

Na capitania mineira ele encontrou um território fértil para o desenvolvimento do seu trabalho, pois a cidade de Mariana, local que ele escolheu para morar, vivia, na segunda metade de século XVIII, um momento de grandes transformações sociais e urbanísticas, principalmente porque a cidade havia se tornado sede do primeiro bispado de Minas Gerais. Em decorrência disto, Mariana foi reestruturada e num esforço hercúleo, governo, associações religiosas e moradores se empenharam para que a cidade apresentasse um aspecto mais condizente com a sua nova condição social. Houve demanda por trabalhadores dos mais variados ofícios, os artificies encontraram, na recente Mariana, grandes oportunidades de trabalho.

Houve um surto de construções pela cidade como nunca houvera antes. Os comitentes, com o intuito de se precaverem contra possíveis problemas, procuraram se amparar legalmente. Eles buscaram orientações nas leis de origem portuguesa que os ampararam ao encomendar uma igreja, um prédio público, um chafariz, uma calçada, uma ponte e assim sucessivamente. As diretrizes que regulamentavam as construções religiosas haviam sido estabelecidas desde o Concílio de Trento (1545-1563) e, provavelmente,

circulavam em Minas Gerais, por meio dos Tratados de Arquitetura.¹⁹⁴ Já as leis que regulamentavam as construções públicas tiveram suas origens nas Ordenações Filipinas e alcançaram a América por meio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Baseados nestas orientações os comitentes conduziam suas arrematações, obedecendo, criteriosamente cada etapa.

A análise do funcionamento do processo de arrematação de obras em Minas Gerais no século XVIII possibilitou compreender que, apesar das arrematações possuírem um caráter supostamente democrático, pois todos os interessados podiam oferecer seu lance, o processo era altamente excludente. Ao final, somente aqueles que comprovassem boas condições financeiras e estruturais alcançavam as maiores e as mais lucrativas obras. Para ter acesso às grandes arrematações era necessário possuir fábrica, ou seja, escravos, ferramentas e materiais construtivos suficientes para o serviço. Além disso, era necessário ser distinto, ter prestígio e honra na sociedade colonial, pois um bom nome contribuía para o bom andamento dos negócios. E em busca de reconhecimento social, os construtores procuravam ocupar os postos religiosos e administrativos de maior destaque na sociedade. Por fim, ainda pode-se dizer que, para ter acesso às arrematações, era necessário estar inserido em amplas redes de sociabilidade, pois, algumas etapas aconteciam por meio de indicações. Fiadores, louvados e mestre-de-riscos, por exemplo, trabalhavam por indicação. Para se inserirem neste mercado, estes profissionais procuravam se envolver em redes de sociabilidade.

Ao longo da pesquisa constatou-se que os construtores que não possuíam boa condição financeira, uma fábrica estruturada e não tinham acesso às grandes redes de sociabilidade ficavam a mercê das pequenas arrematações. Talvez, tenha sido este o motivo de, em Minas Gerais, ter havido grande atuação dos mestres portugueses, pois eram eles quem detinham as melhores condições. Talvez ainda, seja por isso, que se encontre uma grande circulação destes mestres nas obras mineiras do período colonial.

Assim, neste estudo pode-se concluir que José Pereira Arouca foi um grande arrematante de obras nas Minas Gerais no século XVIII na medida em que foram catalogadas 66 trabalhos realizados por ele. Seu nome circulou por entre as maiores construções coloniais e, suas obras, podem ser contempladas, ainda hoje, em pelo menos, seis cidades mineiras:

¹⁹⁴ Um dos Tratados que, possivelmente, circulou em Minas Gerais em meados do século XVIII foi as *"Instructiones fabricae et suppellectillis ecclesiasticae,"* de São Carlo Borromeo, publicado após 1572, sob alicerces tridentinos,

Mariana, Ouro Preto, Santa Rita Durão, Antônio Pereira, Bom Jesus do Monte Furquim e São José da Barra Longa.

O grande empenho deste estudo foi o de mostrar que, apesar do grande volume de suas obras, Arouca não agiu de forma ilícita para se tornar o maior arrematante da cidade de Mariana. A palavra monopólio, usada por parte da historiografia colonial mineira ao se referir ao construtor, possui sentido pejorativo e pode conduzir a uma interpretação errônea dos fatos. É preciso lembrar que, conforme já dito, o processo de arrematação excluía uma grande parte dos construtores, ao mesmo tempo em que facilitava o acesso dos portugueses às mesmas. É consensual na historiografia colonial mineira, o fato de os portugueses terem tido maior destaque no ofício das artes e da arquitetura deste período, salvo o caso do célebre Antônio Francisco Lisboa que, apesar de natural das Minas, possui o seu nome atrelado às maiores e às mais belas construções. Porém, Antônio Francisco Lisboa foi uma exceção, pois é de comum acordo entre os pesquisadores, o grande destaque dos reinóis, entre eles José Pereira dos Santos, Manuel Francisco Lisboa, Antônio Pereira de Souza Calheiros, Francisco Vieira Servas e outros.

Além do privilégio de ter nascido no Reino, José Pereira Arouca possuía outras qualidades que contribuíram para o seu sucesso nas Minas. Ao contrário de outros artificies que se enriqueceram na América Portuguesa, ao que tudo indica, ele chegou na capitania mineira com uma condição financeira diferenciada e, esta condição, lhe permitiu, logo em seu primeiro trabalho, ser um dos fiadores de uma das igrejas mais impactantes, do ponto de vista arquitetônico, da cidade de Mariana, a igreja de São Pedro dos Clérigos, a única de planta elíptica da cidade.

Ainda neste primeiro trabalho, Arouca se relacionou com alguns dos mais importantes construtores¹⁹⁵ das Minas Gerais setecentistas e, certamente, estes homens lhes abriram oportunidades de trabalho. Antônio Pereira de Souza Calheiros, José Pereira dos Santos e Manuel Francisco Lisboa estavam envolvidos em grandes construções, não apenas em Mariana, como em outras cidades. Provavelmente, estes construtores contribuíram para que José Pereira Arouca se tornasse conhecido na região.

Pode-se dizer que, no que tange a busca por distinção social, José Pereira Arouca teve grande vantagem em relação aos seus concorrentes. Enquanto a maioria dos

¹⁹⁵ Antônio Pereira de Souza Calheiros, foi o arquiteto da igreja de São Pedro dos Clérigos de Mariana, José Pereira dos Santos, foi o construtor e Manuel Francisco Lisboa, assim como José Pereira Arouca, foi um dos fiadores.

construtores se filiavam as associações religiosas, se tornando apenas membros destas instituições, Arouca, alcançou o posto de Ministro de uma das principais Ordens terceiras de Mariana, a de São Francisco de Assis. Enquanto outros construtores se empenhavam para ocupar o cargo de juiz de ofício no Senado da Câmara da cidade, ele ocupou três cargos distintos nesta sede administrativa. Foi juiz de ofício de pedreiro, juiz de ofício de carpinteiro e tesoureiro, sendo este último, um cargo de maior responsabilidade. Estes postos só eram ocupados por pessoas distintas, conhecidas e respeitadas pois eram de elevado valor social.

Contudo, apesar de todas estas vantagens, acredita-se que o grande diferencial de José Pereira Arouca estava na infraestrutura da sua fábrica. A sua oficina foi, provavelmente, a maior que existiu em toda Minas Gerais, a partir de meados do século XVIII. Estudos recentes têm comprovado que a média de escravos que os grandes construtores possuíam ficava em torno de 10 a 15 homens, e o Arouca afirmou possuir mais de 50 cativos. Com esta quantidade de trabalhadores, ele podia arrematar muitas obras e, certamente, atender a vários comitentes. A análise do seu inventário¹⁹⁶, que foi redigido dez anos após a sua morte, quando muitos dos seus bens já haviam se extraviado, comprova que ele possuía inúmeras ferramentas e materiais usados nas construções. Deste documento consta uma quantidade expressiva de serrotes, alavancas, machados, martelos, escadas, enxadas, pisares, cunhais, marrão, cadeirão, bigornas, candeeiros, tamboretas, portas, janelas, colheres de pedreiros, além de ferragens e demais materiais usados nos canteiros das obras.

Portanto, afirmar que José Pereira Arouca monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana, tendo como base apenas a quantidade de suas arrematações, é desprezar toda a sua história de vida e toda a sua trajetória enquanto empreendedor. É se negar a compreender que na sociedade do Antigo Regime, cuja mentalidade ainda permeava a América Portuguesa, a riqueza se concentrava nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população permanecia vedada aos trabalhos melhor remunerados. A sociedade colonial mineira era fundamentada nos privilégios de sangue e aos nobres eram concedidos títulos, posições, prestígios e honra. Nesta sociedade estamental, os pobres eram a maioria da população, e com raras exceções, conseguiam mudar a sua condição social.

Sendo assim, e mediante os argumentos apresentados, defende-se que José Pereira Arouca não monopolizava as obras públicas da cidade de Mariana e reafirma-se que, por ser

¹⁹⁶ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários Avulsos. Inventário de José Pereira Arouca. Ofício Indeterminado (1º ofício) Caixa 01. Doc. 06 . 1º Livro dos inventários. Tesoureiro José Maximiano da Rocha.

português, ele detinha privilégios em relação aos seus concorrentes, cuja maioria era nativa. Ele possuía grande credibilidade na sociedade em que vivia, pois percebe-se que alcançou os postos mais elevados da esfera pública e religiosa. Percebe-se ainda que ele se relacionou com os principais construtores e comitentes do período colonial, o que lhe abriu muitas oportunidades de trabalho e contribuiu para que se tornasse ainda mais conhecido no meio construtivo. Por fim, José Pereira Arouca foi proprietário de uma das maiores fábricas da capitania mineira. Mediante tais evidências, torna-se improvável que ele precisasse agir de forma ilícita para ter acesso às arrematações públicas de Mariana.

Pode-se dizer ainda que, além das obras públicas, ele atendeu os mais importantes comitentes de obras religiosas da cidade, o que comprova que seu sucesso não se deu apenas no âmbito público. Ele trabalhou para a Ordem terceira de São Francisco de Assis, para a Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo e para o Cabido da Sé. Prestou serviço ainda para a irmandade de São Pedro dos Clérigos e para a de Nossa Senhora das Mercês. No entanto, foi sem dúvida, com o Cabido da Sé que ele firmou o maior número de contratos, tornando-se o construtor oficial dos religiosos. Arouca prestou serviços para os cônegos nas obras de reforma e ampliação da Catedral de Nossa Senhora de Assunção, reconstruiu a Capela do antigo Seminário de Mariana - Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, construiu a Casa Capitular, além de um anexo no Palácio dos Bispos.

As transformações urbanísticas que ocorreram em Mariana, a partir de 1745, foram decorrentes da nomeação da cidade para sediar o primeiro bispado de Minas Gerais, logo, os religiosos eram os mais interessados na reestruturação da cidade. E, como se viu, eles fizeram de José Pereira Arouca o seu construtor oficial, entregando a ele a responsabilidade de “levantar” todas as obras empreendidas a partir desta data.

Com exceção da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, que integra o complexo arquitetônico do antigo Seminário de Mariana e que se encontra um pouco afastada do perímetro urbano da cidade, todas as outras edificações religiosas que foram construídas pelo mestre Arouca estão inseridas nos limites do traçado urbanístico que Mariana recebeu das mãos do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim no ano de 1745. Este perímetro foi palco de grandes transformações e, ao que tudo indica, José Pereira Arouca, o engenheiro militar Alpoim e os cônegos de Mariana tiveram grande participação na formação do novo cenário que se desenhou na cidade a partir da segunda centúria do século XVIII.

Mas além da cidade de Mariana, há registro do trabalho de José Pereira Arouca em Ouro Preto e em outras cinco cidades mineiras. Em Ouro Preto ele trabalhou como louvado

e, nesta cidade, ele estabeleceu parceria com Antônio Francisco Lisboa e com seu pai, Manuel Francisco Lisboa. As louvações ocorreram nas igrejas das Ordens terceiras de São Francisco de Assis e na de Nossa Senhora do Carmo.

Acreditamos que seus trabalhos fora dos limites da cidade de Mariana ocorreram em decorrência da sua inserção nas redes de sociabilidade tecidas nas Minas Gerais neste período. Estas redes eram bastante eficazes, pois havia grande circulação de artífices em uma mesma obra, sendo assim, eles trocavam experiências e se indicavam mutuamente.

Entre os anos de 1780, 1782 e 1785 Arouca reconstruiu três capelas-mores nos arredores de Mariana. No ano de 1780 ele reconstruiu a capela-mor da matriz de Santa Rita Durão, em 1782, a capela-mor da matriz do Bom Jesus do Monte Furquim e em 1785, a capela-mor da matriz de São José da Barra Longa. Na capela-mor da matriz de Santa Rita Durão ele foi o construtor e o autor do projeto.

José Pereira Arouca exerceu pouco o ofício de mestre-de-risco, talvez, porque este trabalho não era suficientemente valorizado pela sociedade colonial. Afinal, qualquer pessoa que demonstrasse habilidade com os desenhos estava apta a projetar, talvez ainda, porque este serviço não era bem remunerado. Mas o fato de ele ter atuado pouco nesta profissão não implica em dizer que ele não possuía conhecimento em arquitetura. As fontes documentais comprovam que, além do risco da capela-mor da matriz de Santa Rita Durão, ele projetou dois frontispícios, o da matriz de Antônio Pereira e o da capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Este último foi encomendado para substituir o risco de José Pereira dos Santos. No mais, Arouca trabalhou como louvado em muitas igrejas mineiras e, nesta função, era imprescindível conhecer arquitetura.

Da mesma forma que ele compreendia de arquitetura, certamente ele dominava a arte da construção. A historiografia o define, por vezes, como um empreiteiro que vivia de administrar obras públicas e religiosas nas Minas Setecentista. Porém, o seu envolvimento com as obras foi além ao de um simples administrador. José Pereira Arouca projetava, emitia laudos técnicos e orientava os comitentes quanto a ajustes a serem feitos. Ele foi juiz de ofício de pedreiro e de carpinteiro, cuja função, era a de ensinar e assegurar se o aprendiz estava apto, ou não, para exercer o ofício.

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para retirar José Pereira Arouca do lugar comum que, muitas vezes, a historiografia o colocou. Não se teve a intenção de provar que ele foi um grande arquiteto, nem tão pouco um grande artista. Mas procurou-se esclarecer que ele não foi apenas um homem que vivia de administrar obras públicas e

religiosas em Minas Gerais. Notou-se que ele estava presente no cotidiano das obras, a sua trajetória mostrou que a construção e a arquitetura fizeram parte de sua vida desde a infância, pois ele nasceu e cresceu num lar de artífices e construtores.

No entanto, para além de sua vida e de sua obra, nesta tese revelou-se o funcionamento do processo de arrematação, algo imprescindível para se compreender como os artífices se articulavam no mercado construtivo da época, como eles circulavam por entre as obras e como estabeleciam suas relações comerciais e sociais. Procurou-se ainda neste estudo, resgatar a história de alguns monumentos importantes para as Minas gerais setecentistas.

José Pereira Arouca foi construtor que num espaço de quatro décadas (1753-1794) deixou um legado de 66 trabalhos na Capitania Mineira. A cidade de Mariana, onde se encontra as suas principais obras, certamente deve muito a este homem. A sua história está atrelada a deste construtor, pois ele contribuiu para que a cidade se tornasse bela e ordenada para usufruir de uma das fases mais importantes de sua existência, quanto se tornou sede do primeiro bispado de Minas Gerais.

Certamente, José Pereira Arouca possuía uma visão voltada para os bons negócios e esta visão, associada ao momento de efervescência social e urbanística que Mariana vivia e às vantagens que ele possuía enquanto sujeito social, contribuíram para que ele se tornasse um grande arrematante.

Nesta tese, tentou-se colmatar várias lacunas sobre o artífice, acrescentar dados biográficos, clarificar suas relações sociais, definir o “corpus” de sua obra e, sobretudo, analisar o seu papel no contexto das Minas Gerais setecentista. Entende-se que ao se estudar a sua individualidade, foram detectados movimentos que mostraram, novamente, que os sujeitos agem, inseridos em grupos e relacionando-se mutuamente.

Atualmente, José Pereira Arouca se encontra sepultado na Capela da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana onde descansa sobre o chão que ele mesmo construiu.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Dissertação de Mestrado de História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Mourão & OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado de. Índice de cartas de exame de ofício (1737- 1806) Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

ALMEIDA, Carla Maria de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ANDRADE, Rodrigo M.F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier. *Para a decência do culto de Deus: artes e ofícios na Vila Rica setecentista*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. *Os artífices do sagrado e a arte religiosa nas Minas setecentista*. Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

ÁVILA, Afonso. *Iniciação ao Barroco mineiro*. São Paulo: Nobel. 1984.

BAETA, Rodrigo Espinha. *O barroco a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. Salvador: EDUAFBA, 2012.

BAETA, Rodrigo Espinha. *Teoria do barroco*. Salvador: EDUAFBA, 2012.

BAETA, Rodrigo Espinha. *Ouro Preto: Cidade Barroca*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2002.

BARBOSA, Gustavo Henrique. *Associações religiosa de leigos e sociedade em Minas Colonial: os membros da Ordem terceira de São Francisco de Assis de Mariana*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

BARRETO, Paulo Thedim. Análises de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, **16** (1967):219-251.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1949.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

BASTOS, Rodrigo Almeida. A fábrica artístico-construtiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

BASTOS, Rodrigo. *A maravilhosa fábrica de virtudes. O decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2013.

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1956.

BENEDITO, Tadeu de Oliveira. CARVALHO e Fernanda Trindade de. A história do edifício e sua inserção na cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org) *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: a recuperação de um patrimônio nacional*. Belo Horizonte: IEDS, 2012.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e latino: áulico, anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/arremata%C3%A7%C3%A3o>.

BOHRER, Alex Fernandes. *A talha do estilo nacional português em Minas Gerais: contexto sociocultural e produção artística*. Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. 2 vol.

BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto um novo olhar*. São Paulo: Scortecci, 2011.

BORROMEO, Carlos. *Instrucciones de la Fábrica Y Ajuar Eclesiásticos*. Introducción, traducción e notas de Bulmaro Reyes Coria. Universidad Nacional Autónoma de México. Imprensa universitária, 1935-3198. México, 1935-3198.

BOSCHI, Caio Cesar. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, Tarcísio R. ANDRADE, Mateus Rezende de, LEMOS Gustavo. (org.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários – Educação, arte e cultura. 2013.

BRETAS, Rodrigo José Ferreira. Traços bibliográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa. Antônio Francisco Lisboa: O Aleijadinho, *Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, **15** (1951):

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnios: o Brasil dos engenheiros militares. (1500-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp. 2001.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – mestres de ofício, “riscos” e traças. *Anais do museu paulista: história e cultura material*. São Paulo, **20/1** (2012)

BUENO; Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX). *I Simpósio brasileiro de cartografia histórica: passado e presente nos velho mapas, cartografia e poder*. Paraty de 10 a 13 de maio de 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BUENO_BEATRIZ_P.pdf

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira. *As casas da Câmara dos Concelhos portugueses e a Monumentalização do poder local*. Tese de Doutorado em História da Arte. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa, 2011.

CAMPLAGLIA, G. Oscar Oswaldo. *Igrejas do Brasil*. Fontes para a História da Igreja no Brasil. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A vivência da morte na capitania das Minas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. As Ordens terceiras de São Francisco nas Minas coloniais: Cultura artística e procissão de Cinzas. *Estudos de História*. Franca, **6/2** (1999):121-134.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Catedral de Nossa Senhora da Assunção. In: ASSIS, Nedson Pereira de (Org) *Sé de Mariana: monumento de fé, devoção e expressão artística*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, 2015.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Cultura Barroca e manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998.

CAMPOS; Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

CARRARA, Ângelo Alves. *Para uma história dos preços no período colonial: uma questão de método*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/76.pdf>

CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749. & vários papéis. FIGUEREDO, Luciano Raposo; CAMPOS, Maria Veronica (Coord.) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos Históricas e Culturais, 1999.

COSTA, A. G. Rochas e. *História do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2009.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 5 (1942):

COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Crisálida, 2006.

DANGELO; André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o transito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DICIONÁRIO do Padre Raphael Bluteau, disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/monopolio>.

EUGENIO, Daniele de Fatima. *Arrematantes de obras públicas: oficialato mecânico na cidade de Mariana (1745-1800)* Monografia de História. Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.

EUGENIO, Danielle de Fátima. *Afronta faço que menos não acho: os arrematantes de obras públicas em Mariana setecentista*. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al (Org). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

FELICIANO, Ana Maria e LEITE, Antônio Santos. *A casa senhorial como matriz da territorialidade. A região de Torres Vedras entre o Tempo Medieval e o Final do Antigo regime*. CALEIDOSCÓPIO. Torres Vedras: Edição e Artes Gráficas S.A, 2015.

FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Minas: o conflito com os irmãos terceiros. (1760-1806)*. In: FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares & OLIVEIRA, Monalisa Pavone (Org). *Associações religiosas leigas em Minas*

Gerais nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Clio Editora, 2015. (Coleção Nuances da fé)

FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana: trajetória, devoção e arte*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FERREIRA-ALVES; Joaquim Jaime. *O Porto na época dos Almadás*. Arquitetura, obras públicas. Porto: Edição do autor, 1990.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraias e vilas del'rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2011.

FONSECA; Cláudia Damasceno. *O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e representações. Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOMES, Paulo Varela. *Arquitetura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada*. Porto: Editora da Faculdade de Arquitetura do Porto, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecilias*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

LAGE, Mônica Maria Lopes. A circulação de riscos, condições e contratos de arrematações na Mariana setecentista (1745-1800). In: Magno Moraes Mello. (Org.). *Formas Imagens Sons: O universo cultural da História da Arte*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2015, v. 1.

LAGE, Monica Maria Lopes. Na tessitura da visibilidade feminina: Ouro Preto no século XIX. In: MORGA, Antônio Emílio (Org). *História, cidade e sociabilidade*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2011.

LAGE, Mônica Maria Lopes. Sepultamento "Ad Sanctos", "Apud ecclesiam" e os discursos civilizatórios sobre a morte em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: Antônio Emilio Morga. (Org.). *Encontro com a História e as suas deliciosas contradições*. Manaus: Edua - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

LAGE, Monica Maria Lopes. Catedral Sé de Mariana – história, arquitetura e as intervenções do construtor José Pereira Arouca. In: LAGE, Mônica Maria Lopes (Org). *Estudos Interdisciplinares em História da Arte: o borboletear do método*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LEMOS, Celina Borges. *Sylvio de Vasconcellos: Arquitetura, Arte e Cidade - Textos Reunidos*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004. v.1

LOPES, Francisco Antônio. História da Construção da igreja do Carmo de Ouro Preto. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1942.

MAIA; Moacir Rodrigo de Castro. “Uma quinta portuguesa no interior do Brasil, ou a Saga do ilustrado Dom Fr. Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal, no final do século XVIII. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, 16 (2009). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n4/03.pdf>).

MARAVALL, José Antônio. *A Cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARTINS; Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, 27 (1974). t. I e t. II.

MELLO, Magno Moraes. *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MELLO, Magno Moraes. O arrombamento arquitetônico e a busca pela ilusão: Manuel da Costa Ataíde e o pensamento efêmero nas Minas Gerais. In: Magno Moraes Mello. (Org.). *Formas Imagens Sons: o universo cultural da obra de arte*. Belo Horizonte: Clío editora, 2014, v. 1.

MELLO, Magno Moraes. Os tetos pintados: uma moda decorativa através dos tempos. In: Renata Lima. (Org.). *Tetos do Brasil: origem, história e arte*. São Paulo: Babel Editora, 2011, v.1.

MELLO, Magno Moraes. *Perspectiva Pictorum: as arquiteturas ilusórias nos tectos pintados em Portugal no século XVIII*. Tese de Doutorado em História da Arte. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

MELLO, Suzy de. *O barroco mineiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime*. Minas Gerais e Lisboa – 1750/1803. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

MENEZES, Ivo Porto de. José Pereira Arouca. *Revista do Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 5 (1978). 59 a 95.

MENEZES, Ivo Porto de. *Matriz e Catedral de Mariana/ O órgão Arp Schnitger*. Mariana: Edição do Autor, 2014.

MENEZES, Ivo Porto de. *Os frontispícios na arquitetura religiosa em Minas Gerais*. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9144764-Os-frontispicios-na-arquitetura-religiosa-em-minas-gerais-frontispieces-in-the-religious-architecture-of-minas-gerais.html>

MESQUITA, Otoni Moreira de. Cidade embelezada como estratégia. In: MORGA, Antônio Emílio (Org). *História, sentimentos, cidades, encontros e desencontros*. Manaus: EDUA, 2016.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *O Aleijadinho revelado*. Estudos históricos sobre Antônio Francisco Lisboa. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MIRANDA, Selma Melo. *A igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta. 2009.

MONTEIRO, Sebastião. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor Dom Sebastião Monteiro da Vide: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o senhor dito celebrou em 12 de julho do anno de 1707. São Paulo: Tipographia 2 de dezembro/Antônio Louzada Antunes, 1853. L. 4, XVII, Da edificação, e reparação das Igrejas Parochiaes.

MOREIRA, Rafael. Arquitectura: Renascimento e classicismo. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

MORGA, Antônio Emilio. Masculinidade em Nossa Senhora do Desterro e Manaós: territórios e ardis. In: Mary Del Priore; Marcia Amantino. (Org.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2013.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *As igrejas setecentistas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Braga de André Soares*. Braga: Editora Published By, 2014.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de Oliveira. *André Soares em Vila Verde*. Vila Verde: Grafica Vilaverdense – Artes Gráficas Ltda, 2016.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA; Myriam Andrade de. A pintura de perspectiva em Minas colonial. *Revista BARROCO*. Belo Horizonte, **10** (1978/79).

OLIVIERA; Eduardo Pires de. *Riscar em Braga no séc. XVIII*. Braga: Biblioteca Pública de Braga, 1997.

ORESTES, João. *Mariana primeira capital de Minas Gerais: aspectos históricos, turísticos e ecológicos*. Belo Horizonte. Ed. do autor, 2005.

PEDROSA, Azis José de Oliveira. *José Coelho de Noronha: arte e ofício nas Minas Gerais do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

PEDROSA; Aziz de Oliveira. *A produção da talha Joanina na capitania de Minas Gerais: retábulos, entalhadores e oficiais*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.

PEREIRA, Carlos Alberto, ALFAGALI, Crislayne G. M., SILVA, Fabiano Gomes da. Os trabalhadores coloniais na comarca de Vila Rica. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al (Org). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

PEREIRA, Carlos Alberto. LICCARDO Antônio, SILVA Fabiano Gomes da (Orgs.) *A arte da cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

PEREIRA, Fabrício Luiz. Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al (Org). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

PEREIRA, José Fernandes. *Arquitetura barroca em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

PEREIRA, José Fernandes. *Dicionário de arte barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PEREIRA, José Fernandes. "O barroco do século XVII": transição e mudança. In *História da arte portuguesa*, vol. 3, Paulo Ferreira (dir.), Lisboa, Temas e Debates, 1997.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO; Sandra Mara Gameiro. *Análise formal: recursos, princípios e métodos*. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006.

PIRES, Maria do Carmo. MAGALHÃES, Sônia Maria de. Pequeno histórico político-social da Câmara municipal de Mariana. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: a recuperação de um patrimônio nacional*. Belo Horizonte: IEDS, 2012.

PIRES; Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria. *Pequeno histórico político-social da Câmara Municipal de Mariana*. Belo Horizonte: IEDS, 2012.

REIS FILHO, N.G. Os tempos de Robert C. Smith. In: SMITH, R. Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo (organização Nestor Goulart Reis Filho). Brasília: Iphan, 2012. p.9-24.

ROCHA, Manuel Moreira da. *A memória de um mosteiro: Santa Maria de Arouca (séculos XVII-XX)*. Das Construções e Reconstruções. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SALVADOR, Natalia Casagrande. *A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana: a construção de sua capela, os irmãos terceiros e as representações iconográficas*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SMITH, Robert C. Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo histórico colonial português. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.4, p. 209-249, 1940.

SMITH, Robert. *Nicolau Nassoni: arquiteto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1967.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo na terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Os cavaleiros do ouro e outras estratégias nobilitantes nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2014.

TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Casa Capitular de Mariana. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 7 (1945): 217 a 250.

TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A igreja de São Francisco de Assis. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 7 (1943): 57 a 78.

TRINDADE, Raimundo. *Instituição de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN. 1945.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário Histórico e turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Ed. Velloso & Cia Ltda. 1947.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyer Ltda. 1938.

VEIGA, Afonso Costa. *José Pereira Arouca: mestre, pedreiro e carpinteiro*. Mariana. Minas Gerais (séc. XVIII). Vila de Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda. Secção Editorial, 1999.

VELOSO, Tércio. Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747). *Temporalidades*. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Belo Horizonte **5/1** (2013):

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Redes Clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4.



PROBANDO
CORONAR E
MÃO NAS IDEAS
E QUADRO
São João, Rio de Janeiro

Lavado parietal da sacristia da igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto. Obra atribuída a Antonio Francisco Lisboa e louvada por José Pereira Arouca no ano de 1771. Foto da autora.

**CERTIDÃO DE BATISMO DE JOSÉ PEREIRA AROUCA
ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO - PORTUGAL**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil sete centos e trinta e um annos. Baptizei aos meus Sanctos zóleos a Jose Pereira, o filho legitimo de Manoel Pereira e de sua mulher Mécia de Pinho, moradores junto da capella do (distrito?) sancto desta vila, netto pela parte paterna de Antônio Pereira e sua mulher Maria Fernandes morador no lugar das Vendas de Grijó, freguesia de Sarzedo, netto pela parte materna de Manoel de Pinho Vieira e Maria da Silveira, solteira do lugar Figueira, Freguesia do (Salvador?) Foram padrinhos Manoel Nogueira clérigo, moradorestodos desta freguesia e por ser verdade fiz este acerto dia mês e

Manoel Barbosa

A.D.A – Registros Paroquiais da Freguesia de São Bartolomeu de Arouca – Livro de Baptismos, nº 6 (1721-1737), fls 117 v.

**CERTIDÃO DE BATISMO DE MANOEL PEREIRA
IRMÃO DE JOSÉ PEREIRA AROUCA
ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO - PORTUGAL**

Aos nove dias do mês de Abril de mil sete centos e vinte e oito baptizei solenemente aos meus sanctos óleos Manoel, filho de Manoel Pereira e de sua mulher Mezia de Pinho da rua (larga?) netto pela parte paterna de Antônio pereira e de sua Mulher Maria Fernandes do lugar das Vendas de Grijó freguesia de santa Marinha de Seixezelo (de Grijó) do Bispado do Porto e nett pella parte materna do padre beneficiado Manoel de Pinho Vieira e de Maria da Silveira, solteira do lugar de Figueiredo, freguesia de Salvador , foram padrinhos Manoel, solteiro filho de [...] da Costa [...]e Maria, filha de Maria de Souza do Burgo e por ser verdade fiz este acento. Abril de mil sete centos e vinte oito.....

A.D.A – Registros Paroquiais da Freguesia de São Bartolomeu de Arouca – Livro de Baptismos, nº 6 (1721-1737), fls 87.

**CERTIDÃO DE BATISMO DE MIGUEL PEREIRA
IRMÃO DE JOSÉ PEREIRA AROUCA
ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO - PORTUGAL**

Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de mil sete centos e trinta e seis anos. Batipsei solenemente e por os sanctos óleos a Miguel, filho de Manoel Pereira da (Lage?) e sua mulher Mézia de Pinho, primeiro matrimonio, netto paterno de Antônio Pereira e de sua mulher Maria Fernandes moradores no lugar das Vendas de Grijó, freguesia de Santa Marinha de Sarzedo, Bispado do (porto). Netto materno do padre Manoel de Pinho do Burgo e de Maria da Silva, solteira, do lugar de Figueiredo da freguesia de Salvador foram pp Miguel dos Anjos e sua irmã Mafalda da Silva e por ser verdade asseno.

A.D.A – Registros Paroquiais da Freguesia de São Bartolomeu de Arouca – Livro de Baptismos, nº 6 (1721-1737), fls 148 v.

**CERTIDÃO DE BATISMO DE FELICIANA PEREIRA
IRMÃ DE JOSÉ PEREIRA AROUCA
ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO - PORTUGAL**

Aos nove dias do mês de Abril de mil sete centos e vinte três anos, baptizei solenemente na fé e pus sanctos óleos Feliciana filha legitima de Manoel Pereira e de sua mulher Mecia de Pinho moradores na rua dos Currais desta vila de Arouca, primeiro matrimonio, netta pela parte de Antonio Pereira e sua Mulher Maria Fernandes moradores na freguesia de Santa Marinha do Sazeredo, bispado do porto e de Maria da Silva ambos (Salvador) sendo padrinhos Joseph Caetano e Feliciana, solteira filha de Antonio Nogueira (ou negrao) da Silva desta freguesia de Arouca.

A.D.A – Registros Paroquiais da Freguesia de São Bartolomeu de Arouca – Livro de Baptismos, nº 6 (1721-1737), fls 33 v.

**CERTIDÃO DE BATISMO DE MARIA PEREIRA
SOBRINHA DE JOSÉ PEREIRA AROUCA
ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO - PORTUGAL**

Aos dezesete dias domes de Agosto, digo domes de septembro de mil sete centos e quarenta e dois annos. Baptizei solenemente e pellos os sanctos oléos a Maria, filha de Manoel da Fonseca e de sua mulher Maria (Bresiva?) moradores na rua (larca?) netta paterna de Manuel Cabral damanga e sua mulher Vicencia Teixeira. Netta materna de Manoel Pereira e de sua mulher Mecia de Pinho moradores na (Vagem?) e foram pp padrinhos Antônio Fernandy e sua mulher Maria Duarte da mesma rua (larca?) dou fé e por ser verdade acino.

A.D.A – Registros Paroquiais da Freguesia de São Bartolomeu de Arouca – Livro de Baptismos, nº 7 (1737-1747), fls 42 v.

TESTAMENTO DE JOSÉ PEREIRA AROUCA

Publicação: MARTINS; Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Revista do IPHAN. Rio de Janeiro, n. 27. t. I e II, 1947. p. 75 e 76.

1793 – Junho 8 – “Saibam quantos este público instrumento de testamento, virem, como no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos noventa e trez annos aos oito dias do mez de junho do dito anno: Eu o Alferes José Pereira Arouca considerando a brevidade da vida humana, e certa a da morte, estando em meu perfeito juízo e emtendimento que deos Nosso Senhor me deu, e não saber o quanto Nosso Senhor será servido levar-me para Si, passo este meu testamento e Ultima despuzição de todos os meos bens assim movens como de Rais”.....declaro que dou natural de Portugal naSido e Baptizado na Freguesia de São Bartolomeu da Villa de Arouca Bispado de Lamego Comarca do Porto, Filho legitimo de Manoel Pereira Flor e de sua mulher Mesia de Pinho Vieyra ambos falecidos”... declaro que nunca fuy casado e me acho no estado de solteiro, e neste mesmo estado nunca tive filho algum, que por direito poSão herdar meos bens”... declaro que no dia do meu falecimento meu testamenteiro dará de esmola aos pobres duzentas oitavas de ouro”... declaro que os bens que possuo, são nesta Cidade Varias moradas de Cazas e Varias dividas que se me devem por Escrituras, prenSipalmente de uma Rossa que vendi na Freguezia de S. Jeraldo por oito mil cruzados”... declaro que tenho parte em uns serviços Minerais no Morro da Santa (sic.) e assim tenho do dito Morro huma morada de cazas com seu Quintal e Bananal”... declaro que possuo mais no Corgo chamado o Theixeira várias datas de terras, de que possuo títulos e na caza chamada de palha huma rozinha com terras minerais”... declaro que peSuuu mais na aplicação da Vargem parte de uma lavra”... declaro que peSuuou para Sima de cinquenta escravos, e destes deixo coartado quatro”... declaro que peSuuou vários bens movens de várias expessias, como são, Boys, Bestas, Carros, Ferramentas de pedreiro e carapina e movens de Caza”... declaro que se me devem várias dividas, por créditos, livros e roys”... declaro que fiz huma morada de cazas a Jozé Magalhaes Queiroz na chapada e outra a Domingos de Souza Bitancur nesta cidade, e outra a Antônio Friz Vieyra, e outra ao Capitão Antônio de Almeyda Castro, e fiz varias hobras ao LiSenciado Antônio Borges – o Alferes Jozé Luiz de Franssa Lira – O Capitão Jozé Pedro e o Ajudante Bernardo Jozé Vellela, e a Manoel Dias Pardo e a Liunardo Jozé Villela, e ao Capitão Jozé Pereira GonSalves e com nenhum destes aSima declarados, tenho justo contas afinal”... declaro que se me deve a Matriz da Freg. De Santo Pereira de hobras, o que consta do meu livro, e também se me deve a Matriz de São Sebastião o que constar do meu livro”... declaro que rematey a hobra de São Francisco da Ordem Terseira desta cidade e a Cadea da mesma Cidade, e outra hobras da Câmara da mesma cidade”... declaro que aRematey a hobra da Caza Capitular suciado com João de Caldas Bacelar, e há de ser acabada a custa de ambos”... declaro que rematey na fazenda Real a fatura da Capella Mor da Matriz de Senhor do Bom Jesus de Forquim, que a tenho quase comcluihida”...declaro que a vários annos fiz huma hobra a João Rodrigues de Macedo, e della me deve certa quantia, o que melhor consta no meu livro”... declaro que em meu poder se achão alguns pinhores de oiro lavrado querendo seos donos remilos pellos seos empenhos, meus testamenteiro os entregará, e em meu poder se achão algumas parcelas de oiro em pó de algumas pessoas a quem passey recibo”... declaro que deixo a trez sobrinhas que tenho em Portugal, filhas de huma minha irma, por nome de Maria Pereira, as quaes se chamão, huma por nome de Maria, outra por nome de Felliciana, e outra por nome de Mariana, as quaes deixo de esmola a cada huma dois mil cruzados”... e nesta forma hey por fíndo e acabado este meu testamento pello qual derogo e anullo outro qualquer ô cadesillo que antes deste haja feito, o qual quero se cumpra por ser esta a minha última e radeira (sic.) Vontade”. (Extraído dos autos a que está apenso o original do testamento, arquivo da Cúria de Mariana).

Documento 106: Testamento de José Pereira Arouca- 1973.

v-Fonte : ACS- Cartório do ° Ofício de Mariana, Códice, Livro de Registros e Testamentos, f.73v-83.

Publicação: MENEZES, Ivo Porto, 1978, p.80-87.

“1793- 8 de junho. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus Verdadeiro. Saibam quantos este público Instrumento de Testamento virem, como no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e três anos, aos oito dias do mês de Junho do dito ano: Eu Alferes José Pereira Arouca, considerando a brevidade da vida humana e certa a morte, estando em meu perfeito juízo e entendimento que Deus Nosso Senhor me deu, e não saber o quando nosso Senhor será servido e levar-me para Si, faço este meu testamento e última disposição de todos os bens assim móveis como de raiz.

Primeiramente dou eternas graças a Deus onipotente pelos grandes benefícios que dele tenho recebido, em todo, o tempo da minha vida e como seu único Criador lhe restituo a minha alma, remida com o precioso sangue de Nosso Senhor e meu Amantíssimo Salvador e lhes rogo, pelos merecimentos infinitos de seu Unigênito Filho e por Sua misericórdia, a queria fazer herdeira da glória, para cujo fim imploro a intercessão da bem aventurada sempre Virgem Maria e a todos os Santos e Santas a quem tenho devoção, especialmente ao Santo do meu nome, Anjo da Guarda e ao meu Seráfico Padre São Francisco, de quem sou seu irmão professo, queirma todos por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Cristo, agora e quando minha alma deste meu corpo sair, porque, como verdadeira cristão, protesto de viver e morrer em a santa fé católica e crer no que tem e crê a Santa Madre Igreja de Roma e com esta fé esperar salvar minha alma, não por meus merecimentos, mas pelos da Santíssima Paixão do Unigênito Filho de Deus.

1 Item- Declaro que sou natural de Portugal, nascido e batizado na freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, do Bispado de Lamego, Comarca do Porto, filho legítimo de Manoel Pereira Flor, e de sua mulher Mesia de Pinho Vieira, ambos falecidos da vida presente.

2 Item – Declaro que nunca fui casado e me acho no estado de solteiro e, nesse mesmo estado, nunca tive filho algum, que por direito possa herdar meus bens.

3 Item- Declaro que peço e rogo aos senhores Francisco Fernandes Arouca em primeiro lugar e, em segundo lugar a Manoel dos Santos Batista, e em terceiro lugar à Mesa da minha Venerável Ordem Terceira do Padre São Francisco desta cidade, de que sou indigno irmão e em quarto lugar a Francisco Machado da Luz, todos moradores nesta cidade, aos quais rogo, a cada um deles em particular, que por serviço de Deus Nosso Senhor e por me fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros, benfeitores, administradores e zeladores de meus bens, com livre e geral administração, os quais todos são abonados e se necessário for os abono e os hei por abonados.

4 Item- Declaro que meu corpo será envolto no hábito da Ordem Terceira de São Francisco, de quem sou indigno irmão terceiro nesta Cidade e seja sepultado na Capela da dita Ordem e na falta do dito hábito, em um lençol.

5 Item- Declaro que acompanharão o meu corpo o Reverendo Pároco da freguesia onde for meu falecimento, junto com doze sacerdotes de Missa. Se os houver me dirão todos Missa de corpo presente, de esmola de uma oitava e se lhe dará a cada um deles uma vela de cera e libra e acompanhará meu corpo a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a de Santa Ana, de sou indigno irmão.

6 Item- Declaro que acompanhará meu corpo à sepultura, os Irmãos da Arquiconfraria desta cidade, a quem meu testamenteiro dará, de esmola, cinquenta mil réis, e na mesma forma acompanhara meu corpo a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a de

São Gonçalo e a das Almas, a quem deixo a esmola, a cada uma destas, vinte mil réis, digo vinte e cinco mil réis.

7 Item- Declaro que no caso de eu falecer fora da freguesia desta cidade, sempre o meu testamenteiro satisfará a Arquiconfraria e Irmandades, acima declaradas, as ditas esmolos acima declaradas.

8 Item – Declaro que, no dia do meu falecimento, meu testamenteiro dará de esmola aos pobres, duzentas oitavas de ouro, a saber aos pobres brancos que acompanharem meu corpo à sepultura, e se alguns pobres brancos se acharem enfermos e mandarem pedir esmola, se lhe dará a cada um deles, três quartos de ouro, e a todos os mais pobres a meia pataca, até onde chegar as duzentas oitavas de que acima declaro, e para melhor clareza e descarga de meu testamenteiro, serão estas esmolos distribuídas por ordem do Muito Reverendo Comissário da minha venerável Ordem, e para certeza de que distribuídas as ditas esmolos, passará certidão, para descarga do meu testamenteiro, e no caso que não haja pobres para se distribuírem as ditas duzentas oitavas de ouro, o que sobrar: se mandarão dizer Missas pelas Almas do Purgatório.

9 Item- Declaro que no caso que eu falecesse fora desta freguesia, sempre quero que assim que meu testamenteiro tomar posse da minha testamentaria, no modo possível, dê logo ao meu Reverendo Comissário as ditas duzentas oitavas de ouro, para este as distribuir na forma que ordeno.

10 Item- declaro que os bens que possuo são, nesta cidade várias moradas de casas e várias dívidas que me devem por escrituras, principalmente de uma roça que vendi, na freguesia do Pomba e Ribeirão de São Gonçalo, a qual vendo a Francisco Antunes Moreira, por oito mil e tantos cruzados de que é fiador João Alberto Soares e lhe levarão em conta os recibos que apresentar, sendo verdadeiros.

11 Item – Declaro que tenho parte em uns serviços minerais no Morro de Santa em que neles sou sócio com o Sargento Mor Lizado Coelho e com Manoel Jorge de Carvalho e assim tenho no dito Morro uma morada de casas, com seu quintal e bananal, as quais fiz à minha custa, sem que estas em nada pertençam à dita sociedade.

12 Item – Declaro que possuo mais, no córrego chamado o Teixeira, várias datas de terras, de que tenho títulos e na casa chamada da palha, uma rocinha com terras minerais, as quais houve, por títulos de compra, de João Pires de Sá.

13 Item- Declaro que possuo mais, na aplicação da Vargem, parte de uma lavra em que sou sócio com o Guardamor José Corrêa e com o Tenente Antônio Mendes da Fonseca, da Passagem.

14 Item – Declaro que possuo para cima de cinquenta escravos e destes deixo quartados, quatro, a saber Joaquim Mina, Bernardo Mina, Tomás Mina, Sebastião Mina, os quais escravos que, em recompensa de seus quartames o meu testamenteiro lhe aceitará depois de meu falecimento, quatro anos de serviços, que não de trabalhar nas obras em que hajam ser acabadas à custa dos meus bens e findos os ditos quatro anos, os hei por forros, aos quais o meu testamenteiro lhe passará suas cartas de liberdade, no caso de lhas pedire, e lhe deixo a cada um deles, findos os quatro anos de serviço depois do meu falecimento, cinquenta mil réis de esmola a cada um, para seu princípio, e caso no tempo de meu falecimento eu tenha concluído as obras de pedreiro que tenho rematadas, como também as de carapina, neste caso meu testamenteiro lhe passará suas cartas de alforria e lhe não dará a esmola acima declarada e enquanto meu testamenteiro lhe não passar suas cartas de alforria os tratará como necessário.

15 Item – Declaro que em minha casa se me acha servindo-me uma crioula por nome Maria, escrava de Maria Teixeira e em recompensa de seu serviço e a boa vontade com que me serve, caso não seja forra ao tempo de meu falecimento, meu testamenteiro, à custa de minha fazenda, a forrará, isto é, dando à sua senhora, por aquele seu justo preço, e forra que sejalhe deixo, por esmola, uma morada

de casas térreas que tenho na rua chamada do Coelho e na falta dela, passará as ditas casas a uma filha da dita crioula, chamada Ana, que se acha forra.

16 Item - Declaro que possuo vários bens móveis de várias espécies, como são: bois, bestas, carros, ferramentas de pedreiro e carapina e móveis de casa e tudo o mais que se achar ao tempo do meu falecimento, de que meu testamenteiro de tudo tomará conta.

17 Item – Declaro que se me devem várias dívidas por créditos, livro e róis, conforme suas qualidades, meu testamenteiro, as arrecadará levando-lhe em conta todos os recibos passados por mim, ou por meus cobradores e caso alguns devedores tenham dúvida, por falta de algum recibo ou por falta de algum assento, meu testamenteiro procurará o melhor modo de ajustar as contas sem contenda de Justiça, pois não é minha intenção prejudicar pessoa alguma.

18 Item – Declaro que fiz uma morada a José de Magalhães Queiroz, na Chapada, e outra, a Domingos de Souza Bitencourt, nesta cidade, e outra a António Fernandes Vieira e outra ao Capitão de Almeida Castro e fiz várias obras ao licenciado Antonio Borges – o Alferes José Luiz de França Lira- o capitão Domingos José de Souza, o capitão José Pedro e ao Ajudante Bernardo José Vilelva e ao Manoel Dias pardo e a Leonardo José Vilela e ao Capitão José Pereira Gonçalves e com nenhum destes, acima declarados, tenho justo contas a final e no caso que, ao tempo de meu falecimento as não tenha justas, meu testamenteiro as ajustará, aonde encontre todos os recibos que lhe apresentarem, ou contas verdadeiras que comigo tenham dito, e para o ajuste das ditas contas, as ajustará pelos assentos dos meus livros ou cadernos, e o que nele se não achar, será arbitrados por louvados.

19 Item - Declaro que se me deve, da Matriz da Freguesia de Antonio Pereira, de obras, o que constar do meu livro e também se me deve da Matriz de São Sebastião, o que constar do meu livro.

20 Item – Declaro que rematei a obra de São Francisco, da Ordem Terceira desta cidade, e a cadeia da mesma cidade e outras mais obras da Câmara da mesma cidade, caso que, ao tempo do meu falecimento, as não tenha concluído, meu testamenteiro o fará à custa da minha fazenda arrecadando o que delas ficadamente se me dever, advertindo que na obra de São Francisco, tem vários acréscimos que não de ser avaliados.

21 Item – Declaro que arrematei a obra da Casa Capitular, associado com João de Caldas Bacelar e há de ser acabada à custa de ambos e que os pagamentos da dita obra sempre recebidos pelo dito João de Caldas e deles dará cona da receita e despesas, meu testamenteiro estará pela conta que o dito der, por ser homem de inteiro crédito. (grifos nossos)

22 Item – Declaro que arrematei na Fazenda Real a fatura da Capela Mor da Matriz de Nosso Senhor Bom Jesus do Furquim e que a tenho quase concluída, caso que, ao tempo do meu falecimento não esteja ainda acabada, meu testamenteiro acabará, e o que se me dever, cobrará.

23 Item – Declaro que na mão de Francisco Fernandes Arouca se acha uma sociedade de bestas da (ilegível) para qual entrei com o que constar da conta do meu livro e me deve, a sociedade, mais o que consta do mesmo livro, e como esta foi principiada em nome de Francisco digo em nome de Fernando José da Fonseca com o dito Francisco Fernandes Arouca e o dito Fernandes digo e o dito Fernando José da Fonseca largou a dita sociedade e deu dela tomei conta, por ter entrado com o dito dinheiro e pagar as dívidas que se ficaram devendo em São Paulo, e a Fernando José da Fonseca se lhe pagará o seu trabalho.

24 Item – Declaro que, há vários anos, fiz uma obra a João Rodrigues de Macedo e dela me deve certa quantia, o que melhor consta do meu livro que o meu testamenteiro cobrará.

25 Item- Declaro que em meu poder se acham um negro de Ana Teixeira, ganhando vinte oitavas por ano, que teve princípio no dia, mês e ano em que passou carta ao seu mula-tinho Francisco Xavier e

tem recebido, para esta conta, meia libra de ouro, que deu ao Malta, cento e trinta e cinco mil réis, e uma negra que lhe compre e paguei, que deu de dote a Francisco Machado Luz, e recebeu mais quarenta e cinco mil réis e o que ela disser para a conta da compra da crioula Domingas e feita a conta, abatidas as falhas, meu testamenteiro satisfará o resto.

26 Item – Declaro que em meu poder se acha um escravo de Vitoriana Machado, ganhando meia oitava por semana e tendo dado várias parcelas à conta dos ditos jornais, pago por ela várias dívidas, e feita a conta o que o liquidamente lhe dever, meu testamenteiro lhe satisfará.

27 Item – Declaro que em meu poder se acham alguns penhores de ouro lavrado, querendo seus donos remissos pêlos seus empenhes, meu testamenteiro os entregará, e em meu poder se acham algumas parcelas de ouro em pó, de algumas pessoas, a quem passeis recibos, e apresentados que sejam, meu testamenteiro entregará seus produtos.

28 Item – Declaro que tenho contas com João Gomes Pereira, caso eu não as ajuste em minha vida, meu testamenteiro as ajustará, e também tenho contas com Manoel Marinho, da Olaria, e com a testametaria de Francisco Pereira de Paria, e com outras várias pessoas, e não as tenho justas, meu testamenteiro ajustará e também devo a várias pessoas por créditos e por contas, o que tudo depois de ajustadas as contas, sendo verdadeiras, meu testamenteiro satisfará sem contenda de Justiça.

29 Item – Declaro que deixo a três sobrinhas que tenho em Portugal, filhas de minha irmã por nome Maria Pereira as quais se chamam: uma por nome Maria, outra por nome Peliciana, e outra por nome Mariana, às quais deixo, de esmola, a cada uma, dois mil cruzados.

30 Item – Declaro que deixo à Capela do Divino Espírito Santo, da Freguesia onde nasci, cem mil réis, para obras da dita Capela; e também deixo, por esmola, para a Capela de Santo Ouvido, da mesma freguesia, trinta mil réis e também deixo, por esmola, para a Capela de Nossa Senhora da Mó, da mesma freguesia, outros tinta mil réis e com os recibos dos mordomos das ditas Capelas, jurados pelo Pároxo da mesma freguesia, reconhecidos e passados por índia e Mina se lhe levará em conta, ao meu testamenteiro. (grifos nossos)

31 Item – Declaro que deixo se me digam duzentas missas, pelas almas dos meus pais e cem pelas almas de todos os meus parentes, de esmola de cento e trina réis cada uma, ditas todas na freguesia onde nasci, a saber: duzentas se dirão na Matriz e cem na Capela do Divino Espírito Santo e de todas passará o Reverendo Pároco certidão e por ele serão distribuídas.

32 Item – Declaro que deixo se me digam duzen-tas missas por minha alma, de esmola de meia oitava de ouro cada uma, ditas em altares privilegiados, nesta cidade.

33 Item – Declaro que deixo à minha venerável Ordem Terceira de São Francisco, cem mil réis para suas obras e à de Nossa Senhora do Monte Carmo, cinquenta mil réis, também para as suas boas obras.

34 Item – Declaro que deixo a todos os meus afilhados de Batismo, a cada um vinte réis, constando que o são por certidão dos livros de batizados.

35 Item – Declaro que deixo seiscentos mil réis, de prémio, ao testamenteiro que pegar neste meu testamento, em agradecimento do trabalho que há de ter com a conta desta minha testamentaria, da qual não será obrigado a dar conta da mesma, senão depois do meu falecimento a seis anos e toda a despesa que com ela faizer, tanto judiciais como extrajudiciais, será à custa da minha fazenda e se levará em conta, prestando para isso um só juramento ainda que as quantias excedam às da lei.

36 Item – Declaro que depois de pagar minhas dívidas, cumpridos os meus legados, prêmio de meu testamenteiro, instituo a minha alma por herdeira em todos os remanescentes de minha fazenda, sendo como digo a minha alma minha venerável herdeira, distribuindo-se todos estes remanescentes por esmolas a filhas órfãs e viúvas, de boa nota e tudo a eleição de meu testamenteiro, com aprovação do meu Reverendo Pároco, que sem ela o não poderá fazer, estas órfãs e viúvas podem ser de qualquer qualidade que seja, basta só que tenham requisitos necessários de boa nota.

37 Item- Declaro que meu testamenteiro não dará dívidas nenhuma ao inventário, sem primeiro fazer contas com os meus devedores e só o líquido que fica me devendo, o poderá fazer e todas as dívidas módicas que se me dever, sendo pessoas pobres, não excedendo de quatro até cinco oitavas, meu testamenteiro as não dará a inventário, pois minha vontade é perdoar-lhes.

38 Item – Declaro que a roupa de meu uso será distribuída por esmola aos pobres e principalmente pelos meus escravos.

39 Item – Declaro que depois do meu falecimento se houver algumas pessoas de verdade e consciência, que digam que eu lhe fiquei devendo alguma cousa, sendo dívidas módicas, meu testamenteiro lhes pague, sem contenda de justiça.

40 Item – Declaro que o que tocar a meus herdeiros no Reino, como também algumas disposições que faço para a mesma paragem, meu testamenteiro o reterá em si enquanto não tiver ocasião de o mandar meter no cofre da Nau de Guerra, evitando e por este modo a que o juízo dos ausentes não faça recolher as ditas heranças e umas disposições que todo capitão de mar e guerra, e os mais oficiais da dita Nau, que costumam assinar os tais conhecimentos, constar ter recebido as tais parcelas, pertencentes às ditas heranças e mais de minha disposição, se levará em conta ao meu testamenteiro, sem que lhe seja preciso mais documento algum nesta parte.

41 Item- Declaro que no caso do meu testamenteiro não ter concluído a conta deste meu testamenteiro dentro dos seis anos, que no mesmo lhe deixo para as dar, se lhe dará mais dois, para comodamente, as poder dar.

42 Item – Declaro que para satisfazer meus legados as coisas pias aqui declaradas e dar expediente aos mais que neste meu testamento ordeno, torno a pedi aos senhores, no princípio deste nomeados, queiram, por serviço de Deus Nosso Senhor e por me fazerem mercê, o aceitarem o serem meus testamenteiros, para o que, por tais os nomeio e instituo e os faço a todos e a cada um de, per si, in solidum, meus certos e em tudo bastantes procuradores, administradores e benfeitores e lhes dou e concedo todos os meus livre e cumpridos poderes que em direito me são concedidos, com livre e geral administração para os meus bens, tomarem conta e venderem os que necessário forem para enterrar meu corpo, pagar minhas dívidas, cumprir meus legados e rematar minhas deixas que deixo para o Reino, sem que para isso lhe seja preciso darem fiança no juízo dos ausentes ou em outro qualquer juízo, por os haver empossados de minha fazenda e abonados, não somente esta quantia, mas para outra maior, se necessário for, e poderão vender os meus bens, sem praça ou fora dela, fiados ou à vista, e se para maior validade deste meu testamento lhe faltarem algumas condições, palavras, cláusulas ou letras, em direito necessárias, que hajam de ser aqui declaradas, todas as hei postas, expressas e declaradas como si de cada uma delas fizesse expressa e declarada menção, e no caso que leva algumas condições, palavras, cláusulas ou letras que façam objeção ao seu inteiro vigor e cumprimento, as hei por revogadas e não postas, E nesta forma hei por findo e acabado este meu testamento, pelo qual derrogo e anulo qualquer outro qualquer codicillo que antes deste haja feito, o qual quero se cumpra por ser esta a minha última e derradeira vontade, para que peço às justiças de Sua Magestade, que Deus guarde, assim de um como de outro foro, o façam na forma que nele se contém, pelo que roguei a Pedro de Matos Bellem, que este por mim escrevesse, em minha presença e como testemunha assinasse e eu depois de o ler e achar que estava à minha vontade, conforme o ditei, me assino com meu nome e sinal de que uso, feito de minha letra, mão e punho, ut supra, (a) José Pereira Arouca.

F. 124 v. do Livro de óbito da Catedral de Mariana.

Aos vinte e um de julho de mil setecentos e noventa e cinco, faleceu, com os sacramentos da Penitência e Santíssimo Viático, o Alferes José Pereira Arouca, e com o seu solene testamento, natural do termo da Vila de Arouca, Bispado de Lamego. Foi por mim encomendado e acompanhado para a capela da Ordem Terceira do Patriarca São Francisco, desta cidade e nela, depois do ofício de Corpo Presente e Missa, sepultado. Para constar fiz este assento, com declaração que foi sepultado no dia vinte e dois do dito mês.

O Cura, João Borges Coelho.

INVENTÁRIO: JOSÉ PEREIRA AROUCA – ALFERES 06/07/1805
CASA SETECENTISTA/MARIANA
LIVRO DOS INVENTÁRIOS: THEZOUREYRO – JOSÉ MAXIMIANO DA ROCHA

Inventário dos bens [...] pertencentes a [...] do falecido Alferes José Pereira Arouca cujo [...] foi julgado nullo por haver [...] instituída a alma por herdeira.

Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sinco, aos seis dias do mês de julho, nesta leal cidade de Mariana em casas de residência do Doutor, aliaz de Fernando José da Fonseca, escrivão. Aodiante nomeado [...] com o doutor Florêncio de Abreu Perada do desembargo de sua Alteza Real que Deus guarde e Provedor das fazendas do defundo e Ausentes capellas [...] nesta dita cidade em termo, e vendo a [...] actual do juiz a [...] Joao [...] da Rocha por elle foi dicto ao [...] que falecendo o Alferes José Pereira Arouca com [...] instituída nelle sua alma por herdeira por cujo motivo fora julgado nullo o dicto testamento e juízo competente, requerendo dos herdeiros e como [...] não sido habilitado no juízo de [...] de Minas e tribunal da [...] bens do herdeiro [...] nomeado o Alferes Fernando Arouca não terá por legitima prova [...] do dicto testamento, [...] cobrança [...] regimento. Requerendo [...] do juízo como alguns dos dictos [...] em poder do dito Fernando Jose da Fonseca [...] a nossa [...] daquele [...] favorecido [...] que [...] desse a descripção e comparecendo o dito Fernando José da Fonseca [...] a juramento dos santos evangelhos em um livro delles me encarregava que lançasse idade somente se for [...] inventario dados dos bens que guardava em seu poder a fim [...] o uso fosse em casa [...] no nosso [...] removendo dessas benditas assignaturas execuções direitos e ações, dividas por assentos, [...] mais que seu [...] na de que ocultassem alguns bens (incorrem) nas pessoas [...] dos que [...] bens a inventariar e em todas as mais impostas pela lei declarando outro a sim o dia do óbito e a sua naturalidade e feliação incumbindo por ella o dito juramento em cujo livro por sua mão direita debaixo d'elle assim o prometeu inteiramente cumprir como se lhe havia encarregado e rejeitando outro [...] e logo declarava que em que [...] a alma por herdeira e nelle juiz natural [...] na vila de Arouca, Bispado de Lamego, filho de Manuel Pereira Flor e sua mulher Mesia de Pinho Vieira [...] o referido Alferes testamenteiro, e para constar faço deste auto em que se assigno inventariante, thezoureyro e doutor provedor comigo Jose Joaquim da Rocha, escrivão da provedoria de [...] capellas [...] que escrevi e assignei [...] José Joaquim da Rocha, José Maximiano da Rocha , Fernando José da Fonseca.

Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil oito centos e sinco anno, nesta leal cidade de Mariana em casa de Fernando José da Fonseca, digo, em casa de morada de Fernando José da Fonseca (documento repete) [...] Escrivam me achava com o Doutor Florêncio de Abreu Perada, e sendo ahi presente o thezoureyro do juizo o tenente José Maximiano da Rocha por elle foi dito ao referido ministro que nomeava para louvado dos bens que se descrevem neste inventário do falecido Alferes José Pereira Arouca aos do juízo gerais que o capitão Joaquim Coelho de Oliveira Duarte, e o ajudante Clemente da Costa Azevedo e logo o dito ministro mandou que com elles se procedesse na sua avaliação dos bens e comparecendo lhes encarregou que debaixo do juramento que (hirão) prestado quando entrarão a servir seus officios, avaliaremos os bens que lhes forem apresentados como em suas consciências o entendessem debaixo das penas da lei, o que ouvido por elles louvados assim o prometerão fazer como se lhes elles havia encarregado sujeitando as penas impostas. E para constar do referido faço este termo em que assigna o doutor Provedor thezoureyro e louvado, José Joaquim da Rocha, escrivam da provedoria que [...] José Maximiano da Rocha, Joaquim Coelho de Oliveira Duarte, Clemente da Costa Azevedo.

Descrição:

Declarou elle inventariante que os bens pertencentes a testamentaria do falecido e Alferes José Pereira Arouca e que existido em seu poder e são os seguintes:

Escravos:

João Caetano crioullo de idade de trinta e três anos oficial de carpinteiro e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e secenta mil reis 160//000.

João Angolla de idade de quarenta e seis annos, official de carpinteiro, e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta mil reis 150//00

Item – Matheus Cabunda de idade de quarenta e cinco annos, official de pedreiro e quebrado e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e quarenta mil reis 140//000.

Item- Antônio carioca, pedreiro de idade de sescenta e cinco annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta mil reis 70//000.

Item- Antônio Grande Angolla, serrador e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sessenta mil reis, digo [...] de idade de sincoenta annos. 160//000.

Item- Domingos Angolla serrador de idade de sincoenta e oito annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de oitenta mil reis. 80//000.

Item- Domingos Angolla capitão serrador de idade de sessenta annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de vinte mil reis. 20//000.

Item- Domingos Angolla, serrador de sessenta annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e cinco mil reis. 75//000.

Item- João Angolla carreiro de idade de quarenta e cinco annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e quarenta e cinco mil reis 145//000.

Item- Caetano Angolla companheiro do sobredito carreiro de idade de trinta e cinco annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e quarenta mil reis. 140//000.

Item- Lourenço Angolla de idade de sincoenta e seis annos, e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de oitenta mil reis. 80//000

Item- Miguel Angolla Candimba e foi visto e avaliado pelos ditos louvados, alias Candimba de idade de quarenta e cinco annos, official de ferreiro e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de duzentos mil reis. 200//000.

Item- Joaquim Angolla cabouqueiro de idade de quarenta e dois annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e trinta mil reis. 130//000.

Item- André Angolla cabouqueiro de idade de quarenta annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta mil reis. 150//000.

Item- Pedro Angolla carpinteiro de idade de sescenta annos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trinta mil reis. 30//000.

Item- Antônia mulata de idade de cinquenta e seis annos e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de cinquenta mil reis. 50//000.

Ferro:

Item- quatro pisares novos que pesão dez oito libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de quantia de quatro mil e sincoenta reis. 4//050.

Item- Três cunhais que pesão dez libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil oitocentos e setenta e cinco reis. 1//875

Item- Hum marrão que pesa dez oito libras e foi visto e avaliado na quantia de três mil, trezentos e setenta e cinco mil reis. 3//375.

Item- Tres martelos de ferreiro que pesão de onze libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de dois mil quatro centos e trinta e cinco reis. 2//435.

Item- Hum maxado novo que pesao [...] libras e meia e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de novecentos reis. //900.

Item- Duas macetas de ferro que pesão de cinco libras que forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil e vinte oito e meio 1//028 ½ .

Item- Dois almocafres que pesão de seis libras e meia e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil quatro centos e sessenta e dois mil reis. 1//462.

Item- Dois ponteiros e três escopesos que pesão de três libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de quinhentos e sessenta e um mil reis. //561.

Item- Uma lavanca que pesão quatro libras e que foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de três mil cento e cinquenta mil reis. 3//150.

Item- Outra lavanca que pesa treze libras e foi visto e avaliada pelos ditos louvados na quantia de dois mil novecentos e vinte e cinco reis 2//925.

Item- Sinco eixadas velhas que pesão quinze libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de dois mil seiscentos e sessenta e sete mil reis. 2//667.

Item- Duas esquadras que pesão quatro libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de sette centos e sincoenta mil reis. //750.

Item- Huma colher de rebocar e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de duzentos e vinte e cinco reis. //225.

Item- Dois compassos que pesão quatro libras e meia e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil trezentos e sincoenta reis 1//350.

Item- Duas touses que pesão sete libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil quinhentos e setenta e sinco reis.

Item- Hum martelo que pesão três livras e meia e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos e sincoenta e sette reis, alias e quatro reis e meio. //654 ½ .

Item- Huma lavanca que pesa treze libras e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de dois mil novecentos e vinte e cinco reis. 2//925.

Item- Huma serrinha de ferro e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia setenta e cinco reis. //075.

Item- Quatro serrotez e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil e quinhentos reis, 1//500.

Item- Quatro serras de mão desaparelhadas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil oito centos reis. 1//800.

Item- Huma serra grande de mão aparelhada e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de mil oito centos reis. 1//800.

Item- Huma dita mais pequena e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de novecentos reis //900.

Item- Duas eixo xatas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil trezentos e sincoenta reis. 1//350.

Item- Três fomoens e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis. //600.

Item- Huma pua que foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de quatro centos e sincoenta reis //450.

Item- Hum sepilho que foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de duzentos e vinte e cinco reis. //225.

Item- Hum malho que pesa oito libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e oito centos reis. 1//800.

Item- Duas macetas que pesão sinco libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de novecentos e trinta e sete reis. //937.

Item- Duas tenazes com o peso de sinco libras e meia e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil duzentos e trinta e sete mil reis. 1//237.

Item- Hum tufo, um ferro de malhar, duas talhadeiras, huma rampadeira, dois ponteiros, dois ditos de ferradura que pesão nove libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil setecentos e trinta reis. 1//730.

Item- Duas limas velhas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de duzentos e vinte e cinco reis. //225.

Item- Cinco libras de ferro velho e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de sette centos e sincoenta reis. //750.

Item- Huma tenaz que pesa três libras e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de seis centos e setenta e sinco reis. //675.

Item- Hum martelo de ferreiro com duas libras e meia e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quinhentos e sessenta e dois mil reis //562.

Item- Huma craveira de fazer pregos de [...] que pesa dez libras e meia e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de treze mil cento e sincoenta reis. 3//150.

Item- Hum torno que pesa huma arroba e meia de libra e e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quinze mil trezentos e setenta e cinco reis.

Item- Outro dito que pesa huma arroba e dez libras, e que foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quinze mil sette centos e sincoenta reis pelos ditos. 15//750.

Cobres:

Item- Hum cobre que pesa huma arroba e seis libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quinze mil e trezentos reis. 15//300.

Item- Outro taxa de cobre que pesa huma arroba e quatorze libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de treze mil e oito centos reis. 13//800.

Item- Huma xocolateira que pesa três libras e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de mil duzentos e desenove reis. 1//219.

Item- Outra dita pequena velha e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.

Item- Huma trempe de ferro que pesa nove libras e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de dois mil e vinte e cinco reis. 2//025.

Item- Hum caldeirão que pesa vinte libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis mil reis. 6//000.

Item- Huma colher de ferro e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.

Item- Hum candeeiro de lutão de quatro luzes e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.

Item- Huma bigorna de ferro que pesa três arrobas e quatorze libras e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de quarenta e quatro mil reis. 44//000.

Item- Quatro libras de estanho velho e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis //600.

Item- Sette pratos de louça usada e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de seis centos e setenta e cinco reis. //675.

Item- Huma mesa com sua gaveta e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de mil e oito centos reis. 1//800.

Item- Huma caixa com sua fechadura e chave a qual tem guarniçoens e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de quatro mil e oito centos reis. 4//800.

Item- Hum caixão de mantimentos e foi visto e avaliados pelos ditos loucados na quantia de mil oito centos reis. 1//800.

Item- Quatro tamboretos e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de oito centos reis. //800.

Item- quinze taboas largas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de setenta mil, aliaz de sette mil e duzentos reis 7//200.

Item- quatorze ditas mais estreitas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de quatro mil reis. 4//000.

Item- Doze taboens e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de sette mil e duzentos reis. 7//200.

Item- Doze ripas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de sette centos e sincoenta reis. //750.

Item- Duas portas novas não acabadas e forão vistas e avaliadas pelos ditos louvados na quantia de quatro mil e oito centos reis. 4//800.

Item- Três janelas velhas de almofadas e forão vistas e avaliadas pelos ditos louvados na quantia de três mil, seis centos reis. 3//600.

Item- Huma porta estreita e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de sette centos e sincoenta reis. //750.

Item- Hum cabrestante de fazer cordas e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de sette centos e sincoenta reis, digo na quantia de mil e duzentos reis. 1//200.

Item- Huma roda de tornear com seu reio de ferro e com (banco) e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de treze mil reis. 13//000.

Item- Quatro (rotulas) para duas janelas não concluídas e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de dois mil e quatro centos reis. 2//400.

Item- Huma escada de mão grande e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de quatro centos e sincoenta reis. //450

Item- Hum banco de carpinteiro e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis. //600.

Item- Outro banco velho e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e sinco reis. //075.

Item- Um caixão velho e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de sette centos e sincoenta reis.

Item- Duas camas aparelhadas com coljoens de riscado velhos e forão lenções de algodao grosso, colchas do mesmo e fronhas de Bretanha com folhas de capa e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de sinco mil, quatro centos reis. 5//400.

Item- Huma toalha de algodão grossa e velha e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de quatro centos e sincoenta reis. //450.

Item- Hum tinteiro de xumbo e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e cinco reis. //075.

Declarava que existiam em seu poder os Escravos Antônio Benguella, serrador, Pedro Angola Serrador, Domingos Angolla velho, Jacinto Cabumda, serrador e Antonio carioca crioulo, carreiro, Miguel Angolla companheiro do dito carreiro, Joao Angola velho, carpinteiro, Damião angolla Caboqueiro, Joaquim Bitancunt, servente e Antonio Cabumda, os quais não apresentaram para serem avaliados, por estarem no mato, tirando madeiras e carregando-as e que protestava apresentallos, bem como uma corda de carro, huma gamela, vazios Bois de carro e hum carro ferrado e huns folles.

E por esta forma dice eles inventariantes que havia dado auto inventário dos bens que tinham em sucessão pertencentes a testamentaria do dito falecido, e que protestava quando de mais bem tiver notícia de os vir declarava neste inventario em que lhe prejudique o juramento que recebido havia e logo pelos referidos louvados uniforme – uniformemente foi dito que havia visto e avaliado os bens foi dito que havião visto e avaliado os bens aqui descriptos como em suas consciências o haviaio intendido e neste auto ordenou o dicto provedor o thezoureyro do juízo o tenente Joao Maximiano da Rocha que houvesse de tomar entrega dos dictos bens passassem aos louvados no dispositivo do juízo ate serem arrematados na forma das ordens ao que respondeu o mesmo thezoureyro que convinha em que ficassem em poder inventariante ate se completar o inventario com os bens que faltam. Ao que o dicto assim determinou pelo consentimento do dito tezoureyro e sendo presente o inventariante Joao Fonseca por elle foi dito que se dava a posse entregue dos mesmos bens como fiel depositário de fé do juízo e se obrigava a dar conta delles quando lhe for ordenado e cujo o fim se sujeita todas penas da lei. E de como assim se efetuam faço este termo em que se assignao o doutor provedor, inventariante como tal e como depositário o thezoureyro e louvados comigo. Jose Joaquim da Rocha, Fernando Souza Romao, Jose Maximiano da Rocha, Joaquim coelho de Oliveira Duarte, Clemente da Costa Azevedo.

Ao Defto. Jose Pereira Arouca.

Acréscimo de bens:

Aos trinta dias do mês de julho de mil oito centos e cinco annos. Nesta leal cidade de Mariana em casa de residência, alias onde vive o alferes Francisco Fernandes Arouca, testamenteiro do falecido Jose Pereira Arouca, onde eu escrivão servindo com o Doutor Florencio de Abreu Perada da defesa do desembargo de sua Alteza Real que Deos guarde e provedor das fazendas dos defunctos e ausentes capellas e resíduos nesta cidade e sendo igualmente presentes. O thezoureyro do juízo, o provedor Jose Maximiano da Rocha por elle foi dito que como existião em patente digo, testamenteiro e vários bens pendentes a mesma dita mandaria lhe requeria que fosse servido mandallos escreverm receita por lembranças na forma das ordens do juízo, visto achar do juizados nulos o mesmo testamento. O que vindo por elle ministro daquelle testamenteiro, o juramento dos sanctos evangelhos em um livro delles e lhe encarregasse sendo verdadeiramente de sua descrição e inventários todos os bens que em si _____ assim o uso _____ que do mesmo _____ bens moveis e execuções, se

movendo de sua descripção e inventario todos os bens que constituísse assim ouro em pó, em barras, peças do mesmo, prata, bens moveis e ser sub moventes, de raiz, créditos da dita testamentaria de que ocultando a alguns e deixando de os fazer descreverem encorrer nas peças de perjúrio e dos que julgao bem o inventario e com todos os mais impostos pela lei e recebido por elle o juramento assiney o livro por sua mao direita debaixo della assignão o

Foco deste termo em que se assignao o doutor provedor e thezoueyro e testamenteiro, depois o lido por mim Jose Maximiano da Rocha escrivão da provedoria que o escreveu Perada. Jose Joaquim da Rocha, José Maximiano da Rocha e Francisco Fernandes Arouca.

Descripção de bens:

Declarou ele testamenteiro que os bens que existiam pertencentes a testamentaria são os seguintes:

Item- Hum conto sete centos e oitenta e oito mil seis centos e quarenta reis, liquido da arrematação que fez o doutor Ignacio Jose de Souza Rabello, humas cazas pertencentes a testamentaria cuja quantia se acha depositado no cofre do juízo por ser servido demanda sobre a mesma ação das mesmas cazas a qual já se acha nesta cidade – 1.778//640.

Item- Duas correntes de ferro, seis collares e um cadeado tudo com peso de quarenta libras e huma quarta e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de nove mil e sincoenta e seis reis. 9//056.

Item- Dois pratos grandes, hum de rosca, outro de colher que pesa seis libras e três quartos e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil quinhentos e dez oit reis. 1//518.

Item- Humas, algumas sem cadeado e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.

Item- Hum martello de ferreiro que pesa huma libra e três quartos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300

Item- Uma colher de rebocar e foi vista e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150

Item- Huma trempe de ferro _____ pregado que pesa quatro libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de novecentos reis, //900.

Item- Hum candeeiro grande de bomba de latão e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil seis centos reis. 1//600.

Item- Hum castiçal de palmatoria de latão e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro centos reis. //400.

Item- Hum jarro e bacia de estanho com peso de seis libras e quarta e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil cento e setenta e nove reis. 1//179.

Item- Huma gaiola de ferro do _____ hum garfo de moita, huma _____ tudo com peso de treze libras e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil novecentos e vinte e cinco reis. 2//925.

Item- Huma corrente pequena com peso de dezoito libras, alias de quatro libras e três quartos e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e setenta reis. 1//070.

Item- Hum grilhão de ferro com peso de trinta e oito libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis mil e trezentos reis. 6//300.

Item- Huma barra de ferro e vergalhão nova com peso de vinte libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta reis. //070

Item- quatro lemes grandes de porta com peso de dezoito libras e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e oito centos reis. 1//800.

Item- Huma régua de ferro de porta, outra de cangalha que pesa duas libras e meia forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quinhentos e sessenta e dois reis e meio. //562 ½

Item- Tres rallos de cobre forão visto e avaliado pelos ditos louvados por pesarem quatro libras e três quartos na quantia de quinhentos e vinte e cinco reis. //525.

Item- Onze libras e meia de cobre velho e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil quatro centos e sincoenta reis. 3//450.

- Item- Dois coxos de cobre velho que pesão duas libras e quatro e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos e setenta e cinco reis. //675.
- Item- Huma tampa de caldeirão de cobre que pesa cinco libras e quarta e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil quinhentos e setenta e cinco reis. 1//575.
- Item- Huma bacia velha de arame de pe de cama e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150.
- Item- Hum ferro que pesa nove libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil e vinte e cinco reis. 2//025.
- Item- Hum grilhão de ferro que pesa oito libras e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil novecentos e doze reis. 1//912.
- Item- Hum par de algemas de ferro que foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.
- Item- Nove feixos de pedreiro novos com peso de oito libras e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de tes mil e seis centos reis. 3//600.
- Item- Desesseis parafusos de ferro com peso de oito libras e meia e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil quinhentos e sincoenta reis. 2//550.
- Item- Tres ferros de pedreiro grandes, digo, que pesão cinco libras e quatro e forão vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de dois mil trezentos e sessenta e dois e hum quarto. 2//362 $\frac{1}{4}$
- Item- Oito feixos de portais que pesão huma libra e quarta e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de novecentos reis. //900.
- Item- Cinco lemes de portão que pesão huma libra e quarta e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos de reis. //600.
- Item- Dois ganjos de ferro que pesão huma libra e quarta e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quinhentos e vinte e cinco reis. //525.
- Item- Huma grande pistola velha desarmada com feixos quebrados e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro centos e sincoenta reis. //450.
- Item- Duas grades de _____ velhas e huma colher de tirar carvão e forão visto e avaliado pelos ditos louvados, por pesarem seis libras e três quartos na quantia de mil quinhentos e vinte reis. 1//520.
- Item- Hum bulle de estanho com cabo de _____ e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro centos e sincoenta reis. //450.
- Item- Duas balanças velhas de meia libra e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e quinhentos reis. 1//500.
- Item- Duas ferraduras grandes com chaves e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil e quatro centos reis, 2//400.
- Item- Duas ditas velhas ferraduras e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.
- Item- Quatro varões de ferro que pesão treze libras e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil novecentos e sincoenta reis. 1//950.
- Item- Hum raspador e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150.
- Item- Hum serrote e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil oito centos reis. 1//800.
- Item- Huma serra braçal grande sem aparelho e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro mil e duzentos reis. 4//200.
- Item- Huma dita pequena aparelhada e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.
- Item- Hum cabamarte velho e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e oito centos reis. 1//800.
- Item- Huma espingarda grande e velha e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis. //600.
- Item- Quatro xaves de lavatório e huma de oratório de latão com peso de três libras e quarta e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil seis centos reis. 1//600.
- Item- Onze dobradiças novas de latão e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil seis centos e sincoenta reis. 1//650.

Item- Hum esquadro pequeno de latão e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150.

Item- Hum guarda pó de porta com sua argolla e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de duzentos e vinte e cinco reis. //225.

Item- Hum asseio de xumbo e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e cinco reis. //075.

Item- Huma begalla com castão de prata e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.

Item- Outra dita com castão e ponteira de prata e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro mil e duzentos reis. 4//200.

Madeira:

Item- Hum banco de madeira branca com ferragem de latão e guarniçoens e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de nove mil e seis centos reis. 9//600.

Item- Huma cofete com duas gavetas trancadas com pés de cabra e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.

Item- Huma espreguiçadeira torneada de tabuas, digo jacarandá e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil e quatro centos reis. 2//400.

Item- Hum dito coberto de couro com cabeceira de jacarandá preto e pés de mogno torneados e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil e quatro centos reis. 2//400.

Item- Hum dito liso coberto de couro preto e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e quinhentos reis. 1//500.

Item- Outro dito liso e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de sete centos e sincoenta reis. //750.

Item- Quatro cadeiras velhas com costas e assentos de couro cru e pés torneados e forao visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis. //600.

Item- Hum banco liseo e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.

Item- Vinte mochos velhos e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.

Item- Huma mesa de jacarandá com duas gavetas e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil quatrocentos reis. 2//400.

Item- Huma estante com sua gaveta e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e duzentos reis. 1//200.

Item- Huma guarda de meia velhas e foi visto e avaliado pelos ditos louvados digo _____ na quantia de cento e sincoenta reis. //150.

Item- Hum tinteiro e afieiro de vaca e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150.

Item- Hum tinteiro de xumbo e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e cinco reis. //075.

Item- Vinte e cinco brochas e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil sete centos e sincoenta reis. 3//750.

Item- Huma estante pequena e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cem reis. //100,

Item- Duas garrafas de vidro branco e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e quinhentos reis. 1//500.

Item- Huma dita com gargallo rachado e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150

Item Dois copos de vidro branco e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis. //600.

Item- Seis outros e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de nove centos reis. //900.

Item- Nove pratos de guardanapos de louça de pé de pedra e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e duzentos reis. 1//200.

Item- Hum grande dito quebrado e fino ditos pequenos rachados e mais um de meia copinha de louça do do prato rachado e mais huma da _____ guardanapo rachado sem valor.

Item- Huma imagem de santo Cristo Crucificado e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.

Item- Hum jaleco e calção de seda e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e duzentos reis. 1//200.

Item- Hum dito de balbante pintado e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de nove centos reis. //900.

Item- Huma casaca _____ juntada e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de dois mil reis. 2//000.

Item- Hum vestido de jaleco e calção de pano cor de cravo forrado de cambraia e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro mil e oito centos reis. 4//800.

Item- Hum jaleco velho de seda e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150

Item- Hum dito velho balbante e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia digo em duzentos reis. //200.

Item- dois coxões velhos de riscado e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de mil e oito centos reis. 1//800.

Item- Hum travesseiro de lã e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e sinco reis. //075.

Item- Hum rebote pequeno alias rebote e visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150.

Item- Hum grilhão e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cento e sincoenta reis. //150.

Item- Hum catre torneado de jacarandá e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de três mil reis. 3//000.

Item- Hum maxado e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de sete centos e sincoenta reis. //750.

Item- Hum florete de prata e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de nove mil seis centos e setenta e sinco reis. 9//675.

Item- Mil e nove centos pregos caixa seis e mas vinte e sinco e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis cento e onze.

Item- Noventa e nove libras de pregos velhos e forão visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de cinco mil quinhentos e sessenta e oito reis. 5//568.

Item- Cinco mil e novecentos pregos e forão visto e avaliado pelos ditos louvados cada cento a duzentos e vinte e sinco reis e todas em doze mil cento e sincoenta. 12//150.

Item- Nove mil e quinhentos pregos caixa seis e forão visto e avaliado pelos ditos louvados cada cento a quatro centos e sincoenta reis e todos em sincoenta e hum mil sete centos e sincoenta reis. 51//750.

Item- Cinco arrobas, digo trinta pregos pau a pique avaliados em duzentos reis. //200

Item- Sinco arrobas avaliadas em trezentos e setenta e sinco reis, //375.

Mais roupas e ferramentas:

Item- Huma toalha velha e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de setenta e sinco reis. //075.

Item- Huma fronha de Bretanha com suas folhas de cassia e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de seis centos reis. //600.

Item- Huma garrada velha e foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de trezentos reis. //300.

Item- Onze limas bem avaliadas em dois mil e quatro centos reis. 2//400.

Item- Tres limas velhas e forao visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quatro centos e sincoenta reis. //450.

Item- Tres rebotes largos avaliados em seis centos e setenta e sinco reis. //675.

Item- Seis grilhões avaliados em seis centos e setenta e sinco reis. //675.

E por esta forma da lei elle inventariante, testamenteiro que havia dado este inventario os bens que existião nesta casa e que protestava de dar por os demais de que derem noticia com que lhe prejudique o juramento que nelle dito e logo pelos louvados do juiz capitão Joaquim Coelho de Oliveira Duarte, Clemente da Costa Azevedo foi dito que haviam visto e avaliado os bens aqui descriptos como em suas consciências intenderão e sendo presente o thezoueyro do juízo, o tenente Maximiano da Rocha entrega os referidos bens e se obrigou a dar conta quando elle for ordenado sujeitando-se a esse fim as penas da lei e para constar referido faço deste termo em que designa o doutor provedor José Joaquim da Rocha, escrivão da provedoria.....provedoria das fazendas dos defuntos ausentes capellas e resíduos que o escrevi e asigney José Joaquim da rocha, José Maximiano da Rocha, Raimundo Fernandes Arouca, Joaquim Coelho de Oliveira Duarte, Clemente da Costa Azevedo.

APÊNDICE I TERMO DE ARREMATAÇÃO DA CASA DE CAMÂRA E CADEIA DE MARIANA

Livro 6.º de termos de arrematações da Câmara Municipal de Mariana, fls. 191 (nº atual 157)

“Auto de rematação da factura da nova obra da cadea, e casa de Camara que se determinou fazer no logar dos quartéis, e rematou o Alferes José Pereira Arouca, na fora das condiçoens, e risco, pela quantia de trinta e sete mil cruzados.....37 mil cruzados. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e oitenta e dous annos aos vinte dias do mez de Outubro do ditto anno nesta Leal cidade Mariana e cazas da Camara della, sendo presentes o Doutor Manoel Joaquim Pedroso, ouvidor geral, provedor da fazenda Real, e Corregedor desta Comarca, o Doutor Manoel Brz Ferreira, o Sirurgião Mór Constantino José Ribeiro, o Capitão Antonio Julio de Mello, Vereadores Actuaes, e o Procurador da mesma o Tenente Pedro da Costa Magalhães commigo Escrivão aodiante nominado e o Porteiro dos Auditorios Fabião José de Arantes, pa mandarem proceder na arrematação da nova obra da cadea, e Caza da Camara; cuja rematação Auiha andado em praça muitos mais dias que os da lei, e depois de vários lanços, que nella houve, lançou o Allferes José Pereira Arouca em preço e quantia de trinta e sette mil cruzados no fim de Dezembro deste anno de mil settecentos e oitenta e dous, principiando desde já o ditto rematante a ditto obra, abrindo alicerces, conduzindo pedras de alvenaria, e de cantaria, para continuar, e trabalhando effectivamente a ditto obra até o fim de Dezembro: o Segundo pagamento se lhe fará no do mez de Dezembro de mil setecentos e oitenta e três, depois de estar a ditto obra respaldada de o nível pelas solteiras das janelas das enchovias, tanto as paredes exteriores como interiores a qual se lhe fará de cinco mil cruzados; o terceiro de outra tanta quantia se lhe fazia no fim de Dezembro de mil settecentos e oitenta e quatro depois de estar a ditto obra em termos de receber vigamento do andar de cima, a respaldada em toda circumferencia pelas solteiras das janellas: o quarto pagamento lhe seria de seis mil cruzados no fim do mês Dezembro de mil settecentos e oitenta e cinco, depois da ditto obra estar respaldada pela simalha real e prompta para se immadeirar o telhado: o quinto lhe seria feito da quantia de cinco mil cruzado no fim do mez de Dezembro de mil settecentos e oitenta e seis, depois de estar immadeirado de todo o madeiramento o telhado e coberto de telha, feitas todos os repartimentos, e soalhos do andar de cima: o sexto pagamento da quantia de cinco mil cruzados lhe seria feito o pagamento no mez de Dezembro de mil settecentos e oitenta e sette depois de estar feito o campanário, e escadas da entrada com todos seus ornatos: E o ultimo pagamento de seis mil cruzados lhe seria feito depois de completa a ditto obra na forma do risco e concondiçoins e caso que a ditto Camara possa adiantar alguma pagamento será elle rematante obrigado adiantar a ditto obra na forma acima declarada e apromptando a ditto Camara os pagamentos mencionados a elle rematante o não fazendo na forma expressada lançara a mesma Camara offiaes a custa delle dito rematante para concluir a ditto obra; não tem duvida a ditto Camara a dar preferencias a elle rematante na renda das cabeças no maior lanço, que nellas houver, querendo elle portanto, e as condiçoens, e risco porque elle rematante na renda das cabeças no maior lanço, que nellas houver, querendo elle portanto, e as condiçoens, e risco, porque elle rematante se obrigou a fazer a ditto obra no tempo mencionado forão assignados pelo Doutor Ignacio José de Souza Rebello Juiz de Fora desta cidade e seu Termo, e Presidente da Camara della, pello Doutor Manoel Braz Ferreira, o licenciado Constantino José Ribeiro, o Capitão Antonio Julio de Mello, vereadores actuaes, e pelo procurador da mesma Tenente Pedro da Costa Magalhães, e neste termos mandou o ditto Porteiro com o ditto lanço de trinta e sette mil cruzados a ditto praça afrontando a todos os lançadores, que nella estavam e por não haver quem por menos fizesse a ditto obra, repetindo o ditto lanço huma, e muitas vezes deu sua fé não haver quem nella menos lançar quisesse, o que visto pelo ditto Doutor e ouvidor Geral, Provedor da real Fazenda, e Corregedor desta Camara, mandarão que

afrontasse, arrematasse, e entregasse o ramo, e logo o ditto Porteiro em observância ao ditto mandato, afrontou, arrematou, e entregou o ramo ao ditto lançador, e lhe disse pois que mais lhe não davão, faça-lhe muito bom proveito e nessa forma houverão a ditta obra ao rematante, que se obrigou a dar completa e acabda no ditto tempo, fazendo-se lhe os pagamentos acima mencionados, e de como assim se obrigou, assignou com o ditto Doutor Ouvidor Geral, provedor da fazenda Real, e Corregedor da camara, e mais officiaes da Camara, Porteiro, sendo testemunhas presentes Sebastião Rodrigues Sette e José Antonio Pina. Eu Francisco da Costa Azevedo Escrivão da camara que o escrevi.

Pedroso. Ferreira. Ribeiro, Mello Malh
José Pereira Arouca”

APÊNDICE II

CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO DA CASA DE CAMÂRA E CADEIA DE MARIANA

Fls. 192 v. do Livro 6.º, de Termos de arrematações da Prefeitura de Mariana.

(hoje de n.º 157, pela nova catalogação)

“Registro das condições com que se rematou a nova obra da Cadeia e cada da Camara desta cidade nos quarteis da mesma, que mandarão fazer os officiaes da Camara este presente ano de 1782 cujo theor He o seguinte: No citio e largo do quartéis velhos permediando com o Pelourinho em igual distancia que vae do mesmo a frente da Capella dos Terceiros de São Francisco, será erigida a frente desta cadea, distorcida, galgada, em cadeado e esquadrijada com o dito Pelourinho, rua, largo ou terreiro, ocupando de terreno e quarteis tudo o percizo para os fundamentos da mesma obra, para que o facultão, e dão os Senhores do Senado livre e desembargado o dito terreno e assim tão bem o dos Quarteis e todo o seu material, e meçame, sem delles reservarem cousa alguma para de todo se poder utilizar no que lhe parecer ao que a arrematar, e fizer a dita obra, a qual completa e acabada no mesmo tempo, dará livre e desembaraçada todo o terreno de maçames e materiaes que lhe pertencerem, e não o fazendo os ficará perdendo, e obrigado a pagar toda a despeza que se fizer da arrematação delles. O imadeiramento do chão e frente desta obra, de cujo se regulará o terreno exterior, e interior alturas de toda a obra de seus alicerces e sobre a qual terão principio os degraos da escada, sera aligido, e asente de hum nivel em toda a frente, e lados athe os cunhaes da frente de detrás em alturas de quatro plamos medidos no terreno, e na facie da terra, que se achar mais alta de presente, aonde se chegar a frente desta obra. Assentará o Artifice que rematar esta obra, que no comprimento della de lado a lado fará o alicerce de frente, e de detraz centro e trinta e dous palmos e as paredes desde o imadeiramento de facie a facie farão cento e trinta palmos, e por dentro livre de grosso das paredes, cento e desoito palmos, por cuja razão virá a ter a enchovia das molheres, e o salão da entrada mais tres palmos do que se mostram nas plantas com attenção a este acrescimo se regularão as janelas desta sala, sem que facão desformidade. O insoleiramento do primeiro corte da frente de detraz, se fará mais alto do que o da frente quatro palmos e meyo, pela parte de fora para sobre elle correr o cano da agoa, que ha de correr para o serviço dos prezos e prezas das enchovias, e os insoleiramentos por dentro nas enchovias úmero 1, 2 e 3 de planta Letra A em toda a curcumferencia dellas ficará mais baixo que o da frente por fóra hum palmo e quatro ou o que ficar de grosso os barrotes e assoalho e o insoleiramento no vão em que se farão os ximinés numero 6 na ditta planta Letra A virá a ficar livre como insoleiramento da frente por fora hum palmo e quarto, digo, por fora e com o soalho em dittas enchovias isto he tão somente aonde se destina lagiado, que será na frente das ximinés e commuas quatro palmos, seguidos de fora a fora em todas as enchovias e os claros, que ficão entre as ximinés e enchovias, digo, communas tão bem serão na mesma forma lagiados, e será este lagiamento e todo o isoleiramento da frente e dos lados por fora feitos de Lages grandes assentadas e lavradas, e juntas de picão miudo e bem assentes e juntas e de preda dura, e na mesma forma será lagiados de lages grandes ou... toscos mas bem faciados as tres enchovias ficando estas faciadas de nível com o insoleiramento para em cima destas serem soalhadas. Os alicerces desta obra serão na parte em que for dura e firme fundiadas doze palmos e aonde for mais brando será buscada toda a firmeza precisa, advirtindo, que os dittosoze palmos serão medidos do insoleiramento e lados de fora abaixo, e será cheio o ditto alicerce athe a facie da terra athe receber os insoleiramentos. Será feita e e metido de plumo, digo, será cheio o ditto alicerce athe a facie da terra de pedra grande e bem maciçado com cal, sendo bem ajuntovado e travado com pedras grandes, e da facie da terra athe receber os insoleiramentos será feita faciada e cordiada e metido a plumo com sua haste de tres

dedos, onde izer altura de cinco palmo, ficando de grosso oito palmos para fazer por fora hum palmo de corte na ditta çapata, e o mesmo se regulará pela parte de dentro na altura, em que já fica o ditto, advertindo, que os alicerces das paredes interiores, e divisorias e seu ... dos arcos terão os seus alicerces de fundo o precizo para sua segurança, e de grosso mais hum palmo, que as paredes que sobre si hão de receber para fazer por cada facia meio palmo de corte, mas sem insoleiramento, e serão estes cheios na mesma forma que os mais alicerces tudo muito bem obrado de pedra e cal, e serão todos os fundos destes alicerces postos de nível ao cumprido, e atravessados, e nas partes, onde não houver dureza, e for precizo fundiar mais seguirá a mesma regra, com advertencia, que ao fazer os alicerces da parte de detraz pela parte de dentro no fundo das enchovias se considere o cano mestre para o despejo das commuas na ditta planta Letra A demostradas com o numero 5 e os boracos na mesma demostrados pretos e redondos, sendo que estes serão trazidos no prumo do dito cano, que na mesma planta vae mostrado desde sua entrada para a agoa, o que ha de levar athe a sua sahida, como se verá pontiado, e tera este de largo dous palmos e meyo, e de alto em vão tres palmos, e na entrada no grosso da parede terá o mesmo cano hum palmo em quadra tão somente sendo aberto em huma pedra de cantaria, que tome todo o grosso da parede e cuberto por cima com outra pedra tão bem grande, e na sahida do dito cano na parede mestra será feito na mesma forma, com advertencia porem que no meyo do grosso da parede será aberto, e rasgado por modo de funil em forma que possa receber a largura o ditto cano, para cujo affeito em pedra ainda maior que as da entrada, fazendo tudo com toda a segurança: advertindo porem que as solteiras do ditto cano da pare da entrada da agoa será assente da facia do insoleiramento da frente de fora seis palmos mais baixo tendo de correnteza ou declive em todos os tres enchovias, e sahidias das paredões quatro palmos, e seu ladrinho será ajuntado sobre o maçame de pedra e cal, ficando este direito em linha recta desde s sua entrada athe a sua sahida e todos as suas lages serão desbastadas, e juntas de picão e da parte do alicerces de detraz pela parte de dentro fará o mesmo para ir faciar ao mesmo cano, recebendo em si a lagiado, e capas do ditto cano sendo este feito no mesmo tempo, que se continuar o alicerce, e as capas do mesmo cano serão de pedras duras, e juntas de picão e bem justas e assentadas, tudo em cal e area, advertindo que são trazidos aos seus lugares, e queremos os buracos das commuas e das pias athe o nível do lagiado abertos em duas pedras e alto em volta circular, que, digo com cova que faça hum palmo e quatro de pão tanto para nestes se por o assento das enchovias como para os assentos das commuas das enchovias serão de pedras inteiras e nellas abertas aos seus buracos e serão estes de pedra dura, e bem lavrada, Liza, e escorrida para melhor se lavarem, e terão em baixo do seu leito no lagiado quatro buracos a sahirem no vão da dita commua para a sahida da agoa quando se levarem as mesmas commuas, e o dito lagiado assentado com declive para os mesmos buracos e os mesmos buracos se seguirão para o sumidouro da agoa das pias, o da enchovia das mulheres no percurso do ditto cano mestre se fará hum alçapão pelo qual se possa descer sendo necessário a limpar o ditto cano e tendo este em quadro dous palmos e meio, e será este trazido desde as capas do mesmo cano athe o nível do mesmo, digo, do lagiado e soado de pedra de cantaria lavrada de picão com as humbreiras abertas vigas para metter os pés, e firmar estes e as mãos quando ao ditto cano subir e descer e no nível do lagiado será feita a entrada deste alçapão, em huma só pedra da passagem, e terá este de grosso hum palmo e quarto e seis palmos em quadra e a tampa do dito alçapão será feita da mesma pedra tendo de grosso meio palmo, fazendo a junta de macho de tres dedos em roda na circunferencia do buraco, e terá essa tampa dous buracos, como se costuma fazer nas sepulturas, por metterem duas chaves de ferro bem grossas para quando se quiser alevantar a mesma tampa e as mesmas chaves dará feitos o mesmo artífice tendo esta de haste hum palmo, e em baixo hua boa verga de quatro dedos para se poder levantar com boa segurança a ditta tampa, e em cima terão as mesmas chaves numa boa argolla para se metter as mãos, ou trancas, sendo necessário. E na mesma forma deste alçapão se fará outro fora immediato do alicerce no cano, que ha de ir seguindo para o quintal do defunto Manopla, e será feito este cano desde aqui athe o mesmo quintal na mesma forma que se ha de fazer por baixo das enchovias tanto na altura e na largura, como em correnteza, que lhe corresponder aos seus cumprimento, e para abrir a porta do alçapão acima ditto servirão as chaves

da enchovia das mulheres, e toda esta obra te aqui exposta a determinada para ficar occulta e subterranea será vista e examinada pelos senhores do Senado, ou por pessoas por elles aprovadas a tempo, que se possa ver a sua exenção, e estando conforme esta condição e apontamento com aprovação dos mesmos poderá o arrematante aterrar a mesma, e continuar com a mais obra athe de todo a finalizar conforme estas condições e risco; as tres chaminés das tres enchovias seã feitas nos logares destinados na planta Letra A com o numero seis ao mesmo tempo da fatura das paredes mestras das mesmas enchovias fazendo toda a prisão necessária para sua segurança, e das mesmas enchovias e chaminés com as ditas paredes, e levarão as ditas chaminés sua coluna de pedra de palmo e quarto em pedra em quadra, e de dez palmos de comprimento, e serão estas de pedras da passagem, e as vergas das ditas chaminés desde o lagiado athe o leito das vergas, ou padieira das ditas chaminés será assentadas em altura de oito palmos e meyo e terão de largo os fungoins tres palmos e será cada hum dos dittos fungoins de huma lage inteira, sendo esta de pedra branda, e terá de grossura hum palmo e será lavrada de picão, e nesta fogura serão as colunas e padieiras do chaminés, o comprimento dos fungoins o que se mostra, no logar o sitio destinado, e servirá de medida para o vão, comprimento e largura em que hão de ser assentes as padieiras o comprimento, e largura de cada fogão andando para fora dos mesmos a grossura das padieiras, e subirão estas com o precizo bastante athe o soalho do andar de cima de modo que delle para cima vão introduzidos as chaminés no grosso das paredes dando estas feitas emthe a simalha real de prepianho de tres quartos de grosso muito bem travado com as paredes de alvenaria feito tudo com a devida segurança. As commuas na mesma planta figurada com o numero cinco serão fechadas de perpianho athe a altura do soalho de cima, e em altura de doze palmos coberto o seu vão com huma lage inteira e metida no grosso da parede ficando em cada huma das ditas commuas aberto rasgo para levar caixilhos e portas, que as fixe, e estas commuas serão feitas ao mesmo tempo que as paredes mestras fazendo o prepianho a devida segurança nas mesmas paredes e nos meios dos vãos destas enchovias, e na mesma parede de detraz, se meterão as tres janellas na mesma planta figuradas com o numero nove e serão estas feitas, e executadas na mesma forma, que as janellas da frente das mesmas enchovias, assim na cantaria, como nas grandes de ferro, só com a diferença, que serão estas de pedra do Itacolomy e as humbreiras destas janellas se julgar necessário para melhor se poder ver o passo que se ha de fazer para os prezos ouvirem Missa no terreiro que fica por detraz da dita cadea, poderão ser ensutadas, isto he tão somente as duas enchovias as dos brancos, e negros, isto he sendo precizo, e a não ser se não direitas, como mostra a mesma planta. Na mesma parece junto as janellas ou aonde mais conveniente for se fará em cada enchovia hum registro com chave de bronze grossa e forte para tirar a agoa para todo o serviço dos prezos e prezas o qual será metido e firmado com uma pedra dura que tome todo o grosso da parede e chegue a sahir fora e receber o aqueduto, e tirando por fora ou rasgo de nível a ditta agua, e fora por baixo das ditas bicas assente sobre lagiado, pias de pedra lavrada de picão, e feitas de pedra da passagem doque terão cada huma bica em comprimento cinco palmos e de largo dous e meio tudo em vão, e serão estas metidas a seu bordo no grosso da parede, ficando o seu vão faciando com a mesma parede e terão de fundo um palmo, e serão abertas pelo mesmo com o seu sumidouro para o mesmo cano. Os pés direitos para os tres arcos que na ditta planta se mostram com o numero quatro serão feitos de cantaria lavrada de picão e as esquinas das facies dos mesmos serão xamphradas, isto se entende athe o arenque da volta, que está da p^a cima athe o soalho será de alvenaria boa, ou de rijolo, tudo feito de cal, como a mais obra. As paredes divisorias das enchovias serão feitas na forma da planta te o soalho, tudo feito de pedra e cal, e no seu regimento se attenderá aos tres palmos que na largura accresce a enchovia das mulheres pela razão do accrescimo disposto do cumprimento desta obra segundo se com attenção a estes tudo o mais das plantas que neste se não declarar, subindo assim té os soalhos todas as paredes exteriores e interiores expressas na ditta planta Letra A demonstradas e nestas expressadas. Advertindo que as janellas da frente com as grades das tres enchovias, figuradas na ditta planta com o numero nove, sendo nos mesmos lugares feitas, terão de largo em vão no mesmo lugar das grandes seis palmos e terão de alto fora a volta da verga nove palmos em vão, e farão os seus alicerces da parte do vão largo dous palmos, seguindo estas medidas

as soleiras e vergas, e no meio deste lizo ou vão metidos as grades de ferro, macho e fêmeas, que terão de vitola a mesma que a verga ... e alavanca commua, e metterão todas as suas pontas meio palmo na Cantaria em ferros justos e para isso serão metidas ao sentar a ditto a cantaria e as soleiras destas janellas por dentro no vão da janela serão assentadas e na altura de cinco palmos pelo seo sobre leito, estas serão grossas inteiras e duras; rasgarão as suas hombreiras, e padieiras unto aos tres quartos de palmo para assentar os caixilhos da janelas, que as hão de fixar, e deste dente e rasgo para dentro serão estas feitas de cantaria lavrada de picão e para esta do Itacolomy, e do alizar para fora lavrado de iscado e tudo na forma e feitio que a planta defronta Letra E o demonstra; advertindo, que na forma exposta não serão estas de peitoris, como se vê na planta Letra A e numero nove, nem resgarão para fora, em tudo se seguindo estes preceitos e advertencias, e serão todas estas janellas assim como pelos seus alicerces lavrados e apiloados, como mostra a planta alta Letra E. Advertindo, digo, Adverte-se que a janella da enchovia das mulheres será em tudo na forma das outras, porem a sua soleira ficará mais alta conforme mostra a planta Letra e, e as vergas, hombreiras e soleiras destas janellas serão de pedra da Passagem, isso se entende pela parte de fora; e as grades de ferro da escada para o serviço desta caza, como se vê figurada na planta baixa Letra B e se demostra a mesma na planta alta Letra C e sendo esta erigida sobre os precizos alicerces e mesmo como aqui se expressa, levará os patios numerados treze, quinze e desasseis, e attendendo a fazer esta obra vine e hum palmos desce direito sobre as soleiras do vão athe as soleiras da posta da entrada, levará esta escada vinte e oito degraos em razão de ficarem todos de tres quartos de alto, e tirão estes de grosso nada menos de palmo e tres quartos. Adverte se que na porta da entrada do patio p^a ella se subão dous degraos hum que faça soleira a mesma porta andando para fora os mesmos palmos dos seus ornatos tão somente a sacada da do d^o degrao, e outro o que pedir o passo determinado e razão de formar melho, e por ficar esta porta mais resguardada dos respingos que do telhado batem neste patio, advertindo que no primeiro lanço levará seis degraos, e os mais lanços dez: Serão estes degraos feitos todos de pedra de passagem e os dos quatro lanços de cima serão inteiros e os mais o maior que puder ser, e sendo estes de moldura de bocel com seu redondo e filete e meia cana, e bem repartido e proporcionado a seu molde, os patamais desta escada de pedra de lage do Itacolomy sendo estes cravados e bem lavrados e assentados, sendo todos galgados e metidos em esquadria e bem justos duas com outras, sendo toda esta escada, e patio revestida e ornada de corrimão lavrado pela parte de dentro, levando por cima deste sua moldura de pedra da passagem, e terá este corrimão hum palmo de grosso, e de alto ao todo quatro palmos e meio, e levará cunhais, e pilastra junto as paredes da obra, todos muito bem lavrados, e feitos de pedra da passagem, e acabarão os dittos cunhais e pilastras com pirolas feitos de mesma pedra. E será feito o arco, e todo o vão para receber sobre si o pitamal alto da entrada a saber o arco de fora da mesma cantaria, e a sua volta, e a sua volta de dentro será feita de tijolos e cal, e tudo o mais mocisso de pedra e cal, e na parede mestra da mesma casa no lugar da escadase deixarão suas dentaçoins para travamento da mesma; far si ão as quatro quartilhas da mesma pedra do passagem ou de Camargo bem lavradas, e feitas na forma figurada na planta Letra e e assignadas com a letra X para os lugares demostrados na planta B nos lugares das letras XXX. Na forma da planta Letra B será erigida e repartida esta obra no andar de cima do nivel das hombreiras do soalho, digo das soleiras do soalho, levará todas as janellas rasgadas e de peitoril que mostrão as plantas B e C e assignadas das paredes mestras de fora, como das paredes divisorias, e assim mais levará as duas ximinés numero nove a doze, sende estas feitas de madeira de braúna, isto se entende o seu pilar e vergas, e assim mais as tres commuas com o numero dez feitas de madeira, e na mesma forma os seus canos metidos nas mesmas paredes, que serão tão bem feitas de madeiras de braúna em razão de se ter assentado ser melhor para não passar as umidades das paredes, com advertencia porem, que a porta, ou janella, que se acha na salla numero hum, que ha de servir para a audiência não levará a porta, que se acha sem numero para o topo da mesma sala, e na salla numero tres as duas janellas de peitoril, que ficar frenteando com a porta da entrada se farão regulares correndo da parte da rua mais ao cunhal de sorte que fiquem em igual distancia e correspondendo com a outra, e desta forma subirão todas as paredes, e divisorias athe a simalha com as mesmas

grossuras demonstradas na planta Letra B e a parede mestra no logar da salla de entrada terá de grosso quatro plamos em attenção ao Campanario que há de levantar em cima, e toda as mais paredes de tres palmos e meio na forma da planta, e as duas janellas desta sala levarão por dentro seus alizares de cantaria, e o mesmo levará a porta da entrada da salla. Adverte-se, que a escada de caracol numero quatorze, e o lugar se acomodavão os pesos do relógio numero vinte e dois, senão fará por se mudar de aparecer, e se meter a escada por outra parte como na mesma planta se mostra as portas das entradas dos saloens nuemro vinte e tres, serão reguladas pelas vais das mesmas sem attenção ao da entrada numero dous, adverte-se que a porta que faz entrada para o quarto numero sette na planta Letra B se regulará pela junta da salla nuemro tres, ficando regulada a mesma distancia, advertindo que no salão da entrada se farão dous tapaventos e entre estes e os quartos numero cinco e seis com as portas de fechar a facie do salão, e as abertas no tapavento na facie dos ditos quartos, reglandoestas com as janellas de sua frente e entre os dous tapaventos se meterá a escada como na dita planta se figura pontiados principiando a sua subida da parte da entrada no quarto numero cinco athe fazer patio sobre a entrada do quarto numero seis, com altura sobre o forro do salão da entrada numero dous aonde correndor fechado pela parte esquerda da escada athe o meio do mesmo salão aonde será fechado por todos os lados e dará assim serventia para o campanário pelos signais não figurados na planta e aonde se mostra a sua forma com individuação e no dito corredor ficará a porta para o serviço e entrada das salas onde foir mais comodo e útil. E será em tudo o mais executada a planta B e Letra C fazendo se todas as sacadas das janellas de palmo e meio de avãoamento, as sacadas para fora, e estas e suas hobreiras, e vergas serão de pedra da passagem e da mesma serão as varas dos quatro cunhais e os cunhais serão todos de cantaria do Itacomoly, e da mesma serão as suas simalhas e as simalhas de todos as quattros facies será fingida, e feita de cal na forma do risco, e na mesma forma serão fingidos as simalhas das janellas da frente, as janellas de peitoris demonstradas em o numero vinte seguirão o tamanho demonstrado na largura de cinco palmos e tres quartos, e a altura de suas hobreiras oito plamos e as suas vergas serão todas de volta, e os seus peitoris terão de alto quatro palmos e meio, e não levarão as dittas janellas assentos, e todas estas janellas serão feitas de cantaria do Itacolomy, sendo muito bem lavradas e todas apilaradas pela parte de fora, nos dous quartos dos segredos numero quatro se meterá hua fresta em cada hum sendo esta reasgada para huma e outra parte, sendo estas tão somente fingidas, e a sua soleira será assentada em altura de doze palmos, e terão estes de largo tão somente tres quartos, e de alto quatro, na mesma forma, os alçapoins numero vinte e hum nos lugares demonstrados, ou aonde melhor lugar se achar feito, com esta fortaleza e segurança far se há o campanario na forma do risco de pedra da Passagem, sendo muito bem lavrada de Picão, e iscada de sinzel, e aparelhados com arte, levará esta huma lage grande que tome do dito Campanario té a porta do trapeirão, e terá esta de comprido nove palmos e de largo o que precisar para o uso da sineira e terá correnteza para os lados, e frente, e cahirá dos lados sobre o telhado, como se figura e se deve prevenir das agoas, e corrupções, que estas cauzão, os fugoins numero nove, serão de huma so lage lavrada de boa qualidade para o fogo. Será obrigado o Artifice que arrematar esta obra a dar feitos e acabados assentos e enxumbadas todas as grades de ferro das sacadas das janellas da frente, e suas pirolas de chumbo torniadas e douradas tudo bem feito, seguro e forte como pede semelhante obra, e da mesma forma será obrigado a dar todas as mais grades já declaradas, ferrolhos, dobradiças, feixos pedrezes, fexaduras, e chaves, e toda a qualidade de pregos, que se precisar e pedir toda esta obra, e da mesma forma dará toda a pedra de alvenaria e cantaria, e toda a cal precisa para a mesma obra e area, e todos os mais materiaes para a dita obra, telha e madeiras, e fazer telhados e todos os reboques e fingimentos da mesma, e cair por dentro e por fora: Sobre barrotes da brauna de hum palmo de grosso e tres quartos de largo, que fação todo o comprimento da largura das enchovias assentadas em distancia huns dos outros dous palmos bem direitos, assentos em meio sobre o ladrilho disposto das enchovias se assentará e pregará o soalho que será de boa brauna, e terá vitols de porta e junta de meio fio limpo de inchó e não terá estes menos de dous palmos de largo, serão bem pregados com pregos caibrais e pau-apique, e se farão as portas para de fexarem todas as grades das enchovias de madeira de brauna de quatro dedos de grosso e serão futuradas estas com insilhados

por dentro na madeira, e juntas de macho e fêmea, e os seus caixilhos serão da mesma madeira feitos e chumbados com toda a segurança, e todas estas terão ferrolhos, e fechaduras pela parte de fora, e os lemes destas terão todos todo o comprimento das meias portas e cada uma levará três lemes, que serão fortes, bem pregados e seguros: Será embotado o soalho dos saloens e mais quartos com barrotes, que terão de alto um palmo e quarto, e de grosso um palmo assente em distancia huns dos outros palmo e meio, o soalho dos saloens e quartos todos seguirão a mesma forma, e será este de bagre ou Sucupira, ou canella do porto do Pinheiro, e terá todo de largo de dois palmos para cima livre de branco e podre, e junta de meio fio lavrado de inchó, e atravessado a reboque, e pregados com pregos conducentes e precisos, serão forradas todas as enchovias de taboado de sucupira de vitola do mesmo soalho e este será lavrado de inchó e atravessado de reboque, e aberto e junta de meio fio, e pregadas com pregos conducentes, e levará em cada enchovia em toda por modo de incadeirado por cima do ditto forro uma taboa de palmo e meio de largo fazendo junta de meia esquadria nos cantos; serão feitos todos os ingrados dos repartimentos dos saloens e quartos, commuas e chiminés, e escadas, e farão de grosso palmo e meio obrados com a segurança e se meterão os poroens demonstrados na planta B e serão refendidos lisos os cinco portaes dos saloens e terão a saber os das entradas dos saloens quatro palmos de alto, os dois para os quartos números cinco e seis dois palmo de alto, e a da casa da Camara para o quarto numero sette o mesmo e nas janellas da frente por dentro, e as mais partes lisas com as alturas precisas, e as portadas dos tres saloens levarão simalha de madeira por cima das vergas, e da mesma forma a levarão por dentro todas as janellas dos tres saloens, e serão estas faciadas de madeira nos seus alicerces pela parte de dentro. Serão as cazas da Camara e da audiência numero hum e tres forradas de canella parda ou sedro, e será este feito de barrete e os seus panos lisos ornados as de moldura, levando em toda sua simalha, bem proporcionada, repartida segundo a arte toda a moldura e ornato de prizo e A salla da entrada será na mesma forma guarnecida da mesma ordinaria e ingraçada. Será todo o madeiramento do telhado de copiara e comieira com as thezours necessárias para a segurança da mesma obra, levará terças por todos os quatro lados os caibros serão lavrados de machado e terão de alto tres quartos de palmo e de grosso meio palmo, as ripas serão serradas de murici de meio palmo de largo e uma polegada de grosso e será pregada em distancia uma da outra tres quartos de palmo, e os caibros serão assentados em distancia huns dos outros dois palmos, e levará este madeiramento os precisos pontaltes e escoras para a sua segurança e serão todas as madeiras de lei, os caibros poderão ser de canella. Será feito o trapeirão para o serviço do Campanario como se mostra com sua porta de hobreiras de brauna e as escadas, corredor e tapamentos serão de madeiras conducentes a seus lugares: Serão feitos os alçapoins para descer as enchovias com dobradiças ferrolhos, e chaves fortes e seguras, as portas dos quartos e commuas interiores serão lisas e de chanfro com lemes e fechaduras, feixos precisos, e na mesma forma as janellas de peitoris dos quartos número cinco e seis que estas serão de almofada de sobre posto ou uivaziados sendo porem as portadas dos saloens e janellas da frente e as mais de peitoris feita de almofada invaziada e todas com postigo como se costuma, e todas as janellas e portas do andar de cima as de fora de canella preta, jacarandá vermelho canella da parte do Pinheiro ou socopira, e levarão todas estas caixilhos da mesma madeira emchumbadas com parafuzos como se costuma, e serão todas estas madeiras livres de branco e podre e com grossuras proporcionadas, e as portas interiores poderão ser de cedro, canella ou sucupira, e todas as janellas e portas levarão ferragens, lemes e fechaduras, feixos pedreiros, trancas e tranquetas e toda a mais ferragem, como se costuma. Serão feitas as chiminés no interior como fica dito e fora do Telhado como pede a arte para desjucio do fumo. Dará o rematante toda esta obra, telhado, rebocada caiada e com todas as ferragens precisa e necessárias e com suas escadas para o serviço das enchovias o que tudo será feito a sua custa: Será mais obrigado a fazer quem rematar esta obra a fonte demonstrada na planta Letra A medida pelo patipé de palmos na mesma planra e a fazer o tanque figurado na mesma no lugar que se determinar a dita fonte e tanque, e no ditto tanque se ajuntas as aguas das soleras da fonte e com esta se levar o cano mestre das enchovias, advertindo que na taça da fonte ao sobre leito da taça ao nível da agoa se formarão duas hástias de ferro ao correr das

biqueiras para sobre estes ter o uso de tomarem a agoa em barris, sendo estas metidas no maciço da fonte e as pontas chumbadas na mesma taça de modo que estes são para evitar a corrupção da mesma agoa; encanará o mesmo rematante a agoa do cano real e desta para o tanque e para o serviço dos prezos das enchovias, e esta será encanada por alcatruzes de pedra assim no repucho, como por cima do corte ou ... da parte de detrás das mesas enchovias, e no meio das mesmas fará pela parte de trás hum sangradouro, ou huma bica de pedra com alguma gelanteria, e por baixo da mesma fará hum tanque ou pia garnde em que cahão as sobras depois de conservar o aqueduto e rego, e fará esta bica assentada mais alta que as chaves das enchovias meio palmo. Fará mais o rematante desta obra hum muro que principiará no cunhal da parte do Padre Esteves em linha recta athe chegar ao quintal das cazas do defuncto Manopla, e terá este de grosso dous palmos e meio, e de alto doze palmos e junto ao cunhal da mesma obra meterá huma porta com cunhos de pedra do Itacolomi, digo portaes de pedra do Itacolomi, com sua porta Liza suas de brauna com sua ferragem necessaria e terá esta de largo seis palmos e de alto doze e em cima da mesma porta huma grande para cobrir a mesma porta e da parte do Pe. Francisco Soares Bernardes fará hum muro na mesma forma acima ditto metendo-lhe huma porta da mesma forma da outra com as mesmas ferragens e mais pertences. Fará mais encostado na parede da cadea bem no meio hum tanque de pedra, e terá este de comprido doze palmos e de largo cinco e de alto tres palmos e de tres quartos e serão as pedras grandes hum palmo de grosso lavradas de picão e o seu fundo será tão somente de duas Lages inteiras fazendo sapata em toda do mesmo tanque de hum palmo de largo, e do dito tanque terá sumidouro para o ditto cano mestre collega, e assim fará mais nos fundos quintaes junto a parede que divide o quintal das cazas de defuncto Manopla o passo para servir para se dizer missa para os prezos, e será feito na forma seguinte: ha de ter de largo o ditto passo vinte e quatro palmos e de fundo doze tudo de vão por dentro, e serão feitos os seus alicerces com a profundidade necessaria para a sua segurança e terá de grosso a parede dos ditos alicerces athe a sapata quatro palmos e meio, e será esta çapata quatro palmos e meio, e será esta çapata assentada na mesma altura da cadea, metendo-lhe todos os degraos necessários para sua servidão sendo estes feitos de pedra do Itacolomi, e lavrados de picão, e terão de alto tres quartos e de grosso palmo e meio, e fará na entrada do dito passo de patamal cinco palmos e na porta do mesmo metera hum degrau que tenha de alto hum palmo com sua moldura de vosil, e terá a porta de largo oito palmos e de alto desaseis, com sua verga de volta feita de pedra do Itacolomi e as paredes da çapata para cima terão de grosso dous palmos e meio tudo feito de pedra e cal, levará na frente seus cunhaes fingidos e por diante e pelas ilhargas levarão por cima sua moldura de papo de rola tão bem fingidos, para o seu madeiramento do telhado, e o mesmo telhado dentro a madeira telha e cal, e tudo o mais precizo. E o altar e o retabulo tudo que se achar no passo da cadea, que hoje serve e do mesmo se poderá utilizar de tudo que servir para o dito passo para a porta do mesmo de almofada na forma da mesma cadea com todas as ferragens necessarias e do dentro do mesmo passo de huma e outra parte se fará lugar para se meter caixão ou meza para se revestir o Sacerdote ficando tão somente pertencendo ao ditto passo de largo quinze palmos e terá de largo desde a sapata athé sua moldura de cima desoito palmos fazendo por diante sua impena com a mesma moldura, e em cimda da mesma si porá huma cruz de pedra proporcionada a sua grandeza e dará feita e acabada de pedras, madeira e ferragens caiado e rebocado na forma da mais obra e os pagamentos desta obra serão feitos na forma declarada no termo de rematação. Será mais obrigado a meter huma grade de ferro na janella da salla livre do andar de cima sendo esta de sacada feita e metida na forma que se achão nos corredores da Capella de São Francisco desta cidade, e assim no feitio como na grossura, e assim mais meterá nos dous ... duas frestas sendo estas metidas bem altas chegadas a simalha real da parte de fora, e serão fingidas, e rasgadas para dentro e para fora. Tem estas condiçoins oito meias folhas de papel todas numeradas e rubricadas por mim com minha rubrica que he – Souza – Mariana, em Camara de vinte oito de Agosto de mil sette centos e oitenta e dous. Souza. Souza-Ferreira=Mellõ=Magalhães= E não se continha mais em as ditas condiçoens que aqui bem fielmente e na verdade registrei das próprias a que me reporto Marianna, vinte e tres de outubro de

mil sette centos e oitenta e dous anos. Eu Francisco da Costa Azevedo, Escrivão da Camara que a escrevi e assignei. Pedroso-Francisco da Costa Azevedo”.

Contrato de arrematação da Casa Capitular de Mariana

Referência - TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Casa Capitular de Mariana. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1943.

Reza assim o Auto de arrematação:

“Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e setenta, aos vinte e sette do mez de Maio, nesta Leal Cidade de Mariana, e Caza em que costuma congregar-se o Ilustrissimo e Reverendissimo Cabido da Santa Cathedral da mesma, aonde eu Escrivão adiante nomeado fui vindo; e sendo ahi, presentes o Ilustrissimo Cabido, e Dr. Dezor. Joam Caetano Soares Barreto, Provedor da Real Fazenda nesta Capitania, se mandou pelos mesmos proceder a Rematação da obra da Caza Capitular, segundo a Ordem de sua Magestade Fidelissima, Cuja obra, tendo andado em prasa aos dia da Ley, como consta da Certidam inserta nestes autos, do Pregoeiro deste Juizo Ecclesiastico, Theodozio Ferreira Soares, depois de vários lانسos, ultimamente lançou nela o Rematante José Pereira Arouca morador desta cidade, a quantia de dezessete mil cruzados, cento e cincoenta mil réis, para fazer na forma das Plantas, Risco, e Apontamentos assinados, e aprovados pelo mesmo Ilustrissimo Cabido; dandose-lhe logo três mil cruzados à vista; e os mais a pagamento na forma das Condiçoens. Com o qual lanso andou o sobredito Pregoeiro passeando pela prasa, debaixo para cima, de há para outra parte: dizendo em voz alta e inteligível, que todos muito bem entendião- por dezesseis mil cruzados à vista, e os mais a pagamento na forma das condiçoens, se faz a Casa Ca’pitular, segundo as mesmas condiçoens, e riscos: se algu nella quiser lançar, chegue-se a mim, receberei seo lanso. E repetindo o dito Pregoeiro hua, e muitas vezes pela Prasa o referido Lanso, por dar sua fé, de nam haver quem nela quisesse Lansar menos; foi mandado pleo Ilmo. Cabido e Dezor. Provedor da Real Fazenda, que afrontasse, rematasse, e desse o ramo; e logo o dito Pregoeiro, em obediência deste mandato, andou pela mesma Prasa afrontando a todos os Lansadores que nella estavam, dizendo – por dezesses mil cruzados, cento e cincoenta mil reais, com três mil cruzados à vista, se faz a Casa Capitular na fora das Condiçoens, e Riscos, e agora se remata; se há quem nela queira Lansar menos, chegue-se a mim, receberei seu Lanso; afronta faso, que menos não acho; se menos achara, menos tomara; dou-lhe hua, dou-lhe duas, dou-lhe três. – E disse, mediando espaso de tempo – E dou-lhe hua, mais pequenina- E metendo

hu ramo verde na mão do Lansador, que na sua trazia para o dito efeito; lhe disse- pois menos não me dam, fasa-lhe muito bom proveito, pelo mesmo Lanso atraz declarado de dezesseis mil cruzados, cento e cinquenta mil reis, na forma sobredita.

-Cõ o que houverão o Ilmo. Cabido, e Dr. Dezor. Provedor da Real Fazenda, por rematada a mesma obra da Casa Capitular pelo sobredito rematante Joze Pereira Arouca: o qual se obrigou, e com efeito se obriga por sua pessoa, e bens presentes, e futuros, dos mais bem parados destes, a fazer a referida obra, segundo as Condiçoens, e Riscos mencionados; e a correr-lhe o Risco ano e dia, na forma da Ley, depois de entregue ao Ilmo. Cabido; fazendo-a no decurso de ano e meio e de como assim o disse, e se obrigou a cumprir, mandaram o Ilmo. Cabido e Dr. Dezor. Provedor da Real Fazenda, fazer este Auto de Rematação, que assinará com o mesmo Rematante, Pregoeiro, e testemunhas presentes Joam de Caldas Bacelar, e Custódio Ferreira dos Santos, moradores nesta Cidade, e eu Joam Soares d' Araujo, Presbitero secular, Escrivão da Camara Ecclesiastica deste Bispado a esrevei.

Almeida – Xabier- Barr^o- Souza- Botelho- Domingo Fer^a de Barros- Joze Per^a Arouca- Theodosio Soares Fer^a-- Joam de Caldas Bacelar- Custodio Ferr^a dos Santos.

Condições para a construção da Casa Capitular de Mariana

Referência - TRINDADE, Raimundo. (Cônego). A Casa Capitular de Mariana. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1943.

“Condições com que se há de fazer a Casa Capitular que manda fazer S. Majestade Fidelíssima que Deus guarde para o Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido desta Cidade.

1--- Será obrigado quem rematar a Casa Capitular mencionada nestas Condições, plantas e riscos a fazer todos os alicerces na forma da planta de baixo, com altura e largura que se julgar necessárias para segurança da mesma obra, com a condição porém que sempre o dito alicerce há de chegar a formação atendendo ao dano que podem causar as formigas à mesma obra e em cima destes correrá pela parte de fora em toda a circunferência uma sapata, pela parte de frente, de cantaria lavrada a picão de um palmo de grosso, e pelas outras três frentes de lages do Matacavalos ou do Itacolomi ou da caxoeira, ficando esta com altura para levar na porta da loja um degrau e na porta principal da escada dois, e estes degraus serão feitos de e seguirão o sentido que vai apontando com a letra --- A. E a sentada desta sapata será de um palmo dos prumos das paredes e por dentro levará outro corte de outro palmo em altura suficiente para receber os barrotes do soalho de baixo.

2--- Fará mais tôdas as portas que mostra o risco da frente assim de baixo como de cima, em baixo as portas seguirão a porta principal da escada e a dita porta da escada levará as Armas do Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido na verga e cimalha e estas serão bem feitas na última perfeição e as janelas de peitoril que leva na mesma frente seguirão o sentido da do meio que vai apontando em a letra – B. E as cinco janelas do andar de cima seguirão o sentido tanto no feitio como nas grades de ferro do que vai apontada na letra – E. E tôdas estas janelas, assim de cima, como de baixo, com todos os seus ornatos hão de ser de cantaria da melhor que se achar neste país para se fazer a dita obra.

3--- Fará mais os dois cunhais da frente todo de cantaria na forma do risco desde a sapata até a cimalha real e os dois de trás o da porta da sacristia do ilustríssimo Cabido será só de cantaria até o embasamento e o da porta de cima que lhe corresponde não levará embasamento em razão de ficar em quintais dos vizinhos e as portas dos ditos dois cunhais serão fingidos com todos os seus ornatos seguindo em tudo os da frente e toda a cimalha com todo o seu ornato será fingida com cal preta ou tijolo, exceto nos dois cunhais da frente que essa será de cantaria como acima se diz. E as pirâmides dos quatro cunhais serão de cantaria, seguindo em tudo o risco, mas porém lisas e não levarão folhagem.

4--- Fará mais quem rematar a dita obra tôdas as portas que mostram as plantas no seu interior de dentro com mais larguesas que mostram as mesmas plantas e a sua altura será as da frente e as vergas de tôdas serão de volta como se costume fazer. Fará mais todas as janelas que mostram as plantas de cima e da parte de trás. Estas serão tôdas de peitoril e levarão seus assentos com leve moldura assim as de cima como as de baixo.

5--- Fará mais na loja grande duas frestas rasgadas para fora e para dentro sendo estas frestas as baixo atendendo a não prejudicar os quintais dos vizinhos e terão de largo cinco palmos e meio e na casa das comuas meterá outra na mesma forma da mesma parte correspondendo tôdas estas às janelas do andar de cima e fará mais as duas frestas que mostram as plantas abaixo da parte da sacristia, isto é, podendo ser, não ao prejudicando a casa dos armários, que nesta parte determinará o Rematante a melhor forma; e tôdas estas frestas levarão seu varão de ferro em cruz e serão fingidas e metidas em cal.

6--- Fará mais o óculo para dar luz . . . com grades de ferro na forma do risco e êste será assentado em altura suficiente e será fingido e metido em cal.

7--- Fará mais a porta que mostra a planta de baixo para das serventia para a sacristia de cantaria ficando esta com os alizares pela parte da escada, digo, com as ombreiras e verga e a porta e janela da mesma casa levará alizares de cantaria por dentro, porém lisos e a sala de espera também levará nas suas janelas alizares lisos e a Casa Capitular levará alizares com sua mocneta na forma das da frente como também levará cimalha por cima de suas vergas as cinco janelas desta sala e estas poderão ser fingidas e metidas em cal e as janelas da casa do arquivo e loja grande e as das câmaras não levarão alizares por dentro assim nas janelas como nas portas.

8--- Fará mais uma porta na casa das comuas que mostra a planta de baixo com suas ombreiras e veras de cantaria, porém lisas. –Será mais obrigado a lagear a casa da escada com lages de cantaria lavras tôdas defiadadas (sic) e quadradas e em boa grossura. Será mais obrigado a lagear as casas da comuas e para as mesmas comuas fará os canos preciosos e necessários com tôda a segurança com a largura e altura de três palmos lageados e cobertos de lages grossas por baixo e por cima com a melhor disposição que se pode dar a água para a sua limpeza.

9--- Fará mais as comuas que vão apontadas com as letras 2-3-4-5. E estas serão repartidas de madeira com suas portas lisas e com seus feixos por dentro e a sua ferragem necessária. Levarão tôdas feixaduras que sirvam as chaves de umas nas outras.

10--- Fará mais a escada na forma das plantas, a saber o primeiro lanço e pátio há de ser de cantaria lavrada e os degraus hão de ser de . . . e levará seu corremão também de cantaria com sua moldura

por cima e com sua quartela em baixp a qual vai apontada com a letra D . E os dois lanços, o do meio e o de cima serão de madeira feitos com perfeição. E o último lanço levará seu parapeito e barra de jacarandá preto e os balautres necessários e dois pilares quadrados tudo de jacarandá preto feito com perfeição, o qual vai apontando com a letra E. E a largura desta escada será de oito palmos na forma da planta.

11--- Fará mais os pilares que mostra a planta nos pátios da escada para formar os arcos para forrar os mesmos de barro e o lanço do meio será forrado de meio laranja, levando a mesma moldura da importa dos arcos dos pátios e estes forros serão de estuque feitos de giz ou cal.

12--- Será mais obrigado a fazer tôdas as paredes de fora e as de dentro até o soalho de pedra e cal na forma das plantas, e a alvenaria com que se fizer tôda esta obra será boa, grande e dura e a area que se gastar em tôda esta obra será pedreira e do córrego do Seminário, e da praia por nenhuma forma, e as paredes de dentro do andar de cima serão engradadas de madeira de um palmo de grosso e de adobes e estes serão assentados em cal para melhor segurança e as portadas que levar nestas paredes serão de madeira seguindo em tudo as de cantaria. Fará mais a obra de carapina que fôr precisa e necessária para esta Casa Capitular, a saber tôda as portas e janelas declaradas nestas condições e no risco, e estas serão feitas de almofadas embaseadas com tôda a perfeição conforme os seus lugares e quem deverem servir, a saber, as de fora feitas de canela preta ou jacarandá vermelhor e as de dentro de outra qualquer madeira de lei, e as que houverem de ser assentadas em portada de pedra levarão suas ferragens necessárias, a saber feichaduras sem ser de carregação.....e os feixos pedreiros, parafusos chumbados e tôda a mais ferragem para estas portas ficarem com tôda perfeição e tôdas estas levaram seus postigos na forma que se costuma fazer.

13—Será obrigado a fazer todo o madeiramento do telhado e êste será feito de gopiará com tôda a segurança e as suas madeiras serão todas de lei e os calibros será serrados ou lavrados a machado e a ripa serão de boa bitola e serrada de madeira de lei e tôda a madeira do dito madeiramento terá a grossura necessária conforme o seu lugar em que houver de servir e serão tôdas das qualidades seguintes=candeia, peuna, gendiaiba, canela preta, tobu, sucupira, bagre, cangerena e os caibros poderão de canela.

14—Será mais obrigado a fazer todo o telhado e feito de telha da Passagem e será embocado com cal e area e amoriscado de quatro em quatro canais bem feito como pede a mesma obra.

15—Fará mais o fôrro da Casa Capitular de cinco painéis por forma de barro e êste será formado liso e ao depois de partido em painéis grandes com suas molduras de taboa e seus cordões por cima das ditas portas ficando de calha um palmo entre as ditas molduras e a mesma correrá em roda por cima da cimalha.... Fará mais a cimalha

da dita Casa Capitular segundo a regra da ordem jônica sem que lhe falte coisa alguma do seu ornato e levará esta ressaltos nos cantos e a donde mais precisar para tôda a perfeição da mesma Casa.

16—Fará mais o fôrro da casa do Arquivo da mesma forma que fica dito com sua cimalha mais ou menos e o mesmo fará a sala de espera e casa da escada em baixo e estes fôrros hão de ser direitos e não de barrete destas ditas três casas. Será mais obrigação a soalhar tôda esta obra, a saber, sala capitular, casa do arquivo, sala de espera, loja grande, tudo assoalhado de bagre ou sucupira de meio fio e limpo de enxó, e limpo de branco e podre, e os barrotes do soalho de cima terão os comprimentos que se precisar para a boa segurança e a sua grossura será de um palmo por uma parte e um.....pela outra e os do soalho de baixo serão de baraúna com a mesma grossura, uns e outros erão assentados em distância de dois palmos e meio e o rematante dará todos os pregos precisos e necessários para todos êstes madeiramentos.

17—Será mais obrigado a fazer dois arcos toscos por baixo da Casa Capitular na forma da planta, os quais vão apontados com as letras FF para melhor segurança do soalho de cima; as sacadas das janelas da frente hão de ser de dois palmos com suas almofadas entre os cachorros e a sua moldura e ilharga dos cachorros é a que vai apontada fora da planta com a letra G.

18—Será mais obrigado a fingir a cimalha real e cunhais de trás, frestas e óculo e a rebocar tôda esta obra por dentro e por fora a duas mãos de cal e areia e a areia caiada com cal branca, tudo na última perfeição. Será mais obrigado a fazer na Casa Capitular um arco tosco no lugar que vai apontado com a letra H.

19—E suposto nas plantas e risco declare os comprimentos e largueza desta obra aqui se declara que a Casa Capitular há de ter de comprido cinquenta e dois palmos, tudo isto é de vão e os seus repartimentos na forma das plantas adverte-se que suposto da sala da escada aponte o vão para três arcos aqui se declara os não levará por se determinar os dois lanços da escada de madeira, só sim será esta forrada por baixo.

20—Será obrigado o dito rematante a fazer uma casa para os armários entre a Casa Capitular e a sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido e terá esta de frente pela parte da rua vinte e dois palmos e de fundo para trás vinte e oito e o pé direito desta casa há de ser o que couber na altura do telhado da sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido em razão de ficar tudo no mesmo pavimento e na mesma forma do telhado da sacristia, e levará esta uma janela no meio na sua frente e duas para trás que em tudo corresponderão a da sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido e os portais das ditas três janelas serão de baraúna e as paredes desta casa dos armários hão de ser de pedra e cal, a saber, a da frente de três palmos de grosso e a de trás de quatro atendendo a que no meio das duas janelas há de levar vão

par um armário e na parede da Casa Capitular há de levar vão para três armários e êstes serão feichados de arco de tijolo ou de pedra.

21—Fará mais da parte da sacristia na parede que se acha feita de adobes vão para três armários e sendo preciso engrossará a dita parede para caber o vão dos ditos armários e fará mais uma porta também de almofadas da sacristia para a mesma casa e terá esta os degraus que forem precisos e necessários para sua servidão e será êstes de cantaria.

22—Será mais obrigado a assoalhar a dita casa dos armários de Taboado de bagre e os seus barrotes serão de baraúna e êste soalho em tudo seguira o da loja grande da Casa Capitular e o fôrro desta casa será na forma do da sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido com sua cimalha e tudo o mais na mesma forma e o madeiramento do telhado será na forma do da mesma sacristia e será êste de duas águas e o telhado da mesma será feito na forma da da mesma sacristia e para tôda esta obra que se há de fazer na forma destas condições e risco dará êle dito rematante tôdas as ferragens necessárias na forma já declarada nestas condições e também rebocará e cairá as paredes da casa dos armários por dentro e por fora na forma da Casa Capitular.

24—Adverte-se que as madeiras das janelas e portas, soalhos e fôrros se princiará a serrar assim que se rematar a dita obra atendendo a estar sêca quando se precisar para a mesma obra e os fôrros de tôda esta obra podem ser de cedro, canela parda ou vinhático. Todo o preço por que se arrematar esta obra se pagará na forma seguinte:

25—Estando cheios os alicerces de tôda a obra com a sapata corrida, três mil cruzados. Estando a mesma em a altura do pavimento de soalho de cima com as três grades de erro das janelas das lojas em seu lugar, outros três mil cruzados. Estando tôdas as paredes de pedra acabadas, outros três mil cruzados. E o resto que faltar para o cômputo da arrematação, feita e acabad que seja tôda a obra acima declarada sem quelhe falte coisa alguma para dar cumprimento às condições aqui declaradas e a obra acabada com tôda a perfeição, assim de pedreiro e carpinteiro e grades de ferro das janelas da frente e para a entrega da mesma nomeará louvados para lhe serem aprovadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido e o mesmo lhe nomeará louvados para êle dito rematante aprovar.

26—E tôda esta obra acima declarada será obrigado êle dito rematante a dar feita e acabada na forma dita por tempo de um ano e meio e não a dando feita e acabada dentro do dito tempo a mandará acabar a custa dele rematante o Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido. Será obrigado o rematante a comprar a sua custa as casas que forem precisas para a fatura da mesma obra e se poderá utilizar êle dito rematante dos massames das ditas casas que comprar para a fatura da mesma obra por êstes lhe pertencerem.

27—Será mais obrigado a dar fianças que lhe forem pedidas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido para a fatura da mesma obra.

28—Será mais obrigado quem rematar a dita obra a pagar ou a levar em conta o que se arbitrar a quem teve o trabalho de fazer o risco e condições para a fatura desta obra, cujo arbítrio será feito pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido.

29—Adverte-se que suposto no risco do ... da frente da obra se declare a altura da mesma obra, aqui se declara que as lojas terão de pé direito dezessete palmos e será o soalho do andar de cima assentado em dezoito palmos e dois dedos, e o pé direito da Casa Capitular e mais salas do andar de cima terão de pé direito vinte um palmos que vem a ter de pé direito. E a dita obra da sapata para cima trinta e nove palmos, e tôda a obra declarada nestas condições será feita e acabada a porta feichada na forma das mesmas e custa dele rematante, sem acréscimo nem diminuição alguma, e o Ilustríssimo Cabido terá obrigação de dar livres e desembargados os chãos que se acham entre a sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido e as casas do Padre Mestre Domingos Xavier com o fundo necessário para a fatura da mesma obra.

30—Suposto nestas Condições se tem declarado serem tôdas as portas e janelas de almofadas embaseadas, aqui se declara que serão só as da frente e tôdas as mais serão de almofadas sobrepostas, tanto as da casa capitular, como as da casa dos armários// Vicente Gonçalves Jorge Almeida// Francisco Xavier da Silva// José Botelho Borges// Francisco Ribeiro da Silva// José Pereira Arouca.

Faz-se ao Arouca o último pagamento- último conforme relação constante dos autos da ação a que já me referi- a 20 de dezembro de 1771. Perfez-se com esta prestação a quantia de rs.5:600\$000

Condições de Arrematação e Apontamentos da Obra – reconstrução da Capela-mor e reforma – Matriz de Nossa Senhora de Nazaré – Santa Rita Durão – 1780

Fonte: APM – Códice n.º 222. maço 11, f. 1 S. Capitania.

Publicação: MENEZES, 1978, P.76-80.

“Senhora. Dizem o Provedor, oficiais e mais Irmãos da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado que, requerendo a facção da Capela Mor da Matriz, por se achar incapaz de nela se celebrar o Culto Divino e mais festividades, requer aos magistrados de Vila Rica a sua fatura pelo requerimento junto, que se deferiu, recorram imediatamente a Vossa Magestade e porque a dita Matriz se acha em notória necessidade da fatura da Capela Mor, para se celebrarem sacrifícios que se devem a Deus Nosso Senhor Pedem a Vossa Magestade e mercê a esmola¹ de mandar fazer a referida Capela Mor para o exercício dos sacrifícios. E receberão mercê. Termo que mandou fazer o Dr. Manoel Joaquim Pedroso, Ouvidor Geral de Vila Rica. Aos vinte dias do mês de junho de mil setecentos e oitenta anos, neste Arraial do Inficionado, onde Eu escrivão vim com o Dr. Manoel Joaquim Pedroso, Ouvidor Geral desta Comarca de Vila Rica, Juiz dos Freitos da Fazenda, para efeito de se fazer averiguação do estado em que se acha a Capela Mor da Igreja Matriz do dito Arraial; aí mesmo apareceram presentes José Pereira Arouca e Manoel José Belas, Mestres de obras, mandados notificar para o fim referido pelo dito Ministro, que lhe deferiu juramento dos Santos Evangelhos e debaixo dele, lhes encarregou que vissem e examinassem o estado em que se achava a dita Capela Mor para de tudo fazerem a sua declaração e dados por eles o dito juramento, assim o prometeram fazer. E procedendo eles na forma que lhe foi ordenado, depois de fazerem os exames e averiguações necessárias declararam: Que a dita Capela Mor se acha muito arruinada e incapaz de se fazerem nela as festividades ordinárias, pela razão de ser a mesma feita de paus-a-pique e estarem já quase todos eles podres, de forma que as paredes em parte declinavam consideravelmente do seu prumo; que no mesmo estado se achavam todas as mais obras de madeira como eram talha da Capela Mor, soalho da sacrista e janelas, tanto que a dita talha não se podia já segurar com pregos e em partes estava amarrada com correias e cordéis e as janelas não defendiam o temporal, por estarem empenadas e rotas e que nestes termos se achava a dita Capela Mor na maior necessidade e em estado de se não poder expor o Santíssimo Sacramento. E que quanto ao Corpo da Igreja, se achava reedificado de novo e pintado, com todo o aceio e perfeição: e logo o mesmo Ministro ordenou aos ditos oficiais que fizessem a planta e risco da dita Capela Mor e calculassem a importância de sua des-peza, proporcionando a dita obra com o Corpo da Igreja, evitando despesas desnecessárias e não faltando a descência com que a mesma Capela Mor deve ser reedificada. E, para constar, mandou fazer este termo, em que assinou com os ditos mestre e comigo, João Varella da Fonseca, Escrivão da Provedoria dos Ausentes, Capelas e Resíduos, que o Escrevi e assinei. Pedroso. João Varella da Fonseca. Manoel

Condições e risco por por onde se há de fazer a Capela Mor de Nossa Senhora de Nazaré da Freguesia do Inficionado do Termo da Cidade de Mariana, Comarca de Vila Rica, Minas Gerais. Será obrigado quem arrematar a dita obra, fazê-la toda na forma do risco, planta, condições, a saber: fará todos os alicerces que compreendem a planta da dita obra, com altura e largura que se julgar necessária para a segurança da mesma obra, serão os mesmos alicerces cheios de pedras grossas; feito tudo com cal e areia e levarão seus cortes pela parte de fora de quatro em quatro palmos de alto, dando estes cortes de três quartos e no olivel da terra levará um corte pela parte de fora de um palmo e por dentro de três quartos. **Fará mais, em toda a circunferência da parte de fora, uma sapata de cantaria lavrada e junta a picão com um plamo de sacada. (grifo nosso). A capela mor há de ter, de comprimento sessenta e três palmos e de largo vinte e oito e meio e de alto, por fora, trinta e três e meio e as suas paredes hão de ter de grossura três**

palmas e de alto dezesseis palmas e três quartos e a sacristia há de ter de largo vinte e oito palmas e de comprimento cinquenta e seis palmas, assentada de em dois palmas. A cimbalha do dito forro, embargo de ir apontada no risco do retábulo, será feita como a mesma obra pede e se puder acomodar. Os corredores serão forrados também de madeira, na forma da Capela Mor e na forma do risco e a cimbalha na forma que vai apontada no mesmo risco, **sendo esta de adeira e também a Capela Mor, isto se entende as cimbalhas de dentro, o forro da sacristia, será feito direito repartido em seis painéis, com suas molduras, e esta que tenha a valentia necessária, sendo tudo repartido com suas calhas pelo meio e também por cima da cimbalha, e a sua cimbalha será feita com todos os seus ornatos, conforme a de baixo, de preceito da ordem jónica: levará todos os barrotes que carecer para o dito forro, sendo este de palmo de grosso. (grifos nossos)** O madeiramento do telhado da Capela Mor será todo feito de perna de asna, conforme o risco e terão estas de grosso, por uma parte, três quartos e, pela outra, o mesmo, sendo estas assentadas dois palmas distantes uma das outras; os frechais da mesma serão interiores e terão de grosso palmo e quarto e palmo e dois dedos, por outra parte serão assentados pelo plaino da parede a frente de fora. **A ripa será toda serrada de meio palmo de largo a bitola do assoalho, o madeiramento dos corredores serão feitos na mesma forma, mas para o dito madeiramento e da sacristia, se poderá utilizar de maneira da capela que hoje existe, sendo capaz. A sacristia será emadeirada de copiar para traz, como mostra o risco, tudo na forma das mais obras, levando esta suas terças e toda a mais segurança que carecer; a escada que sobe para o trono há de ter uma porta para cima da Sacristia e no meio do trono; e por cima da sacristia levará os degraus que carecer, para serventia do mesmo trono, tudo com toda a descência necessária para ir o sacerdote ao trono. (grifos nossos)**

Todas as paredes, de toda lei, e grossura necessária, esta obra, serão feitas de pedra e cal e todas rebocadas e caiadas com cal, também os cunhais, com todos os seus ornatos e também os óculos por dentro e por fora e uma faixa em roda de toda a obra, por baixo, como mostra o risco e as pirâmides e todos as cruces serão de cantaria, lavradas nas pirâmides, poderão seguir o melhor que lhe parecer. Será o retábulo feito na forma do risco. **O Altar será feito de Vina como mostra o mesmo risco; o trono será feito na forma da planta, levará seu bierotes também nas bancadas, pelas ilhargas e será forrada a casa do dito trono de barrete, com seus pilares refendidos e com suas cimbalhas nos mesmos corpos; fará mais, no meio do barrete, um florão e seu remate de talha, em todos os quatro arcos do barrete e será forrada a dita casa, pelas ilhargas e costas, com tábuas de forro lavradas, tudo à plaina. (grifos nossos).**

Fará mais um florão de talha, no meio da Capela Mor ou aonde mais conveniente for, para se por a Lâmpada para dar luz ao Sacramento. Fará mais a escada que sobe para o trono de madeira da melhor forma que se puder acomodar; sendo esta forrada de madeira ou de parede, por se dar as partes. Adverte-se que a cimbalha do retábulo e seu friso, levará seus piques de talha, para ficar com melhor graça. Adverte-se que a cimbalha do retábulo e seu friso, levará seus piques de talha, para ficar com melhor graça. **Adverte-se que o lavatório será assentado na sacristia, aonde vai apontado na planta; será mais obrigado a fazer todo o telhado, sendo este todo embocado de cal e areia e carregado de três em três carreiras, dando a toda a telha que se precisar para o dito telhado; será mais obrigado a mandar pintar, a sua custa, todas as portas e janelas pela parte de fora de encarnado, levando estres três mãos de óleo. (grifos nossos)** será mais obrigado a mandar pintar todas as cimbalhas e porta, pela parte de dentro, a cola, a cimbalha fingindo pedra azul, e os portais e janelas outra qualquer coisa, que faça boa vista, será mais obrigado a mandar pintar o forro da sacristia metendo suas pinturas e figuras nos painéis, e as mais molduras fingindo ser pedra, serão mais obrigado a mandar pintar o tela da Capela Mor com pintura que emite e corresponda à do Corpo da Igreja, metendo para isso perspectiva necessária, conforme as do mesmo Corpo e no meio do dito teto lhe meterá uma tarja bem feita, com o retrato da padroeira da mesma Igreja e ficando tudo o mais em campo branco.

Será mais obrigado a mandar dourar toda a talha do retábulo e florões, ficando obra de todo o retábulo em campo branco e o mesmo mandará fazer, na casa do trono, metendo-lhe toda a pintura que carecer, conforme pede a mesma obra e o mesmo fará no barrete, de sorte que fique perfeito, enfim: será obrigado a dar toda esta obra feita e acabada, na forma do risco e condições, ficando tudo completo com toda a perfeição, feito tudo à custa dele arrematante, sem que lhe dê, para isso, mais do preço porq que se arrematar ao depois de feita será vista e examinada na forma que se costuma: Adverte-se que todos os filetes e meia canas das cimalthas ou refendidos da casa do trono, ou do retábulo serão dourados na mesma forma da talha e também se adverte que a Capela Mor (grifos nossos) por ser mais estreita do que o corpo, puder subir mais do que mostra o risco, ficando o telhado igual e na mesma altura que o do corpo, terá ele rematante obrigação de lhe dar altura que couber, debaixo de perfeito do dito telhado para melhor perfeição da mesma obra e o mesmo, levantará nos corredores e Sacristia, ficando tudo com boas proporções e correspondencia; e também se poderá utilizar, ele rematante, da telha da Capela Mor, denso boa; Adverte-se que será obrigado o dito arrematante a fazer o arco cruzeiro de vinte e três palmos de largo, com toda a mais altura que se puder dar, sem ofender a Capela Mor nem o corpo da OGrreja, sendo este refendido por todas as partes, tendo suas cabeças pelas faces e pela volta de dentro de palmo e três quartos, suas molduras e capiteis serão feitas como as do retábulo e lhe meterá seus ornatos de talha nos pés-direitos e nas voltas por todas as três faces a saber: um ornato em cima do envasamento, outro no meio do pé-direito, outro junto ao capitel, e na volta lhe meterá outros três: um em cima da cimaltha, outro no meio do quarto da volta e outro junto ao feixo do mesmo arco e o mesmo fará por todas as mais faces do mesmo arco, como fica dito; e o seu feixo levará sua talha; e pela parte do corpo da Igreja lhe meterá uma tarja que corresponda à mesma obra, sendo este sobreposto para melhor segurança; e será o dito tabuado de madeira de lei ou de moreci vermelho, tudo muito pregado; e por cima deste levará a mesma ripa, para segurança do telhado; o arco cruzeiro será primeiro fechado de alvenaria metendo-se-lhe seus tocos para segurança e perfeição.

Segure-se o resumo da cálculo do importe das supras ditas obras. Importam todas as paredes da Capela Mor, corredores e sacristia, com alicerces, palmos que reduzidos a braças, são 220 braças e 1/2 a preço de 7/8 a braça.

157/83/4, a dinheiro.....	1:849\$050
Cantaria-portas, janelas e óculos 24 a 16/8-284/8, a dinheiro.....	460\$800
P” 6 Invazamento para os cunhais, de cantaria	330\$000
P” Presbítero e Lavatório.....	300\$000
P” 250 palmos de cantaria para a sapata.....	120\$000
P” 12 Pirâmides e cruces a 12/8 144/8 a dinheiro.....	172\$800
P” 14 grades de ferro a 20/8 320/8 a dinheiro.....	384\$000
P” reboques, fingimentos, forros da Capela Mor, corredores, telhados, cal e areia para tudo e telha.....	800\$000
P” emporte do retábulo, florões, douramentos, arco cruzeiro e pintura, na forma do risco e condições.....	4:250\$000
P” 18 portas e janelas com suas ferragens a	20\$000.....360\$000
P” Acampara Capela Mor, corredores, sacristia, madeiras e pregos para o mesmo....	240\$000
P” Forros de toda a obra as formadas condições e risco, madeiras e pregos para os mesmos.....	500\$000

P” todos os madeiramentos dos telhados nas formas, condições e risco e madeiras e pregos para os mesmos.....600\$000
Total.....11:366\$650

Documento 103: Pagamentos relativos à Arrematação de Obras- Matriz de Antônio Pereira – 1791.

Fonte: ACAM- Livro de termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Antônio Pereira.

Publicação: Anuário do Museu da Inconfidência III, 1954, p. 98-99.

Algumas condições sobre a Arrematação da Matriz de Antônio Pereira.

“Certifico que revendo hum livro de termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira desde termo que se acha em meu poder delle consta as folhas sessenta verso o termo do teor seguinte: Aos oito dias do mez de Junho do ano de mil setecentos e noventa e hum nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira no Consistório juntos o provedor e mais officiais e irmãos de meza existentes do Santissimo Sacramento com o mais povo congregado assistindo o Reverendo Vigário Antonio Machado da Costa para efeito desse determinado concerto da igreja que se acha arrouinada de que se encarregou a mesma Irmandade do Sacramento do acordo com os mais da freguesia uniformemente se assentou o mesmo e geral consenso se desse principio a sobredita obra na forma do risco e condições que mandará fazer pelo Alferes Joze Pereira Arouca Mestre de tais obras, para cujo fim se mandassem por Edictaes em a Cidade Mariana Villa Rica, Inficionado, e neste mesmo Arraial nos quase se determine dia em que se há de por em praça neste Arraial para houver mandar por quem a fazer nesta (ilegível) se já de proceder no dia vinte e cinco de julho deste prezente anno havendo de se fazer toda esta despeza a custa desta mesma Irmandade do Sacramento com adjectorio das mais eretas nesta mesma Matriz como no que já entre si fizeram. Do que para constar se fizesse termo em q. todos assignamos. O Provedor Francisxo Ferreira da Silva o Escrivão Joze Dias Martins, Thezoureira João Pinto da Cruz, Procurador Bento Ferreira Lopes, Joze Martins Jaches Domingos Carvalho Ribeiro, Domingos da Silva Costa, Joze Ribeiro Guimaraes, Paulo Soares, Antonio Joze Alves Torres, João Francisco Guimaraens, he o que continha neste termo, e depois deste seus vizinhos a folha sessenta e huma o do teor seguinte: **Aos oito dias do mez de Abril do Anno de mil setecentos e noventa e hum anos no Consistório desta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira depois de andar em praça publica o reparamento da mesma na forma dos edictaes que para isso procederão, expuzerão na Cidade Mariana, a, Villa Rica, Inficionado, e neste Arraial com consenco de alguns officiais que concorrão para rematarem a sobredita obra (grifos nossos)** nos quaes avista das condições que muito bem examina-rão não quizerão dar seus lanços nem arrematar aquella obra por não haverem pesso as legitimas e suficientes que se lhes obrigassem ao pá gamentos na forma das condições, e não quererem aceitar o pagamento da mesma obra no corpo da irmandade por não ter bens nemreditos certos para fazer os sobreditos pagamentos a vista do que attendendo a ultima dissolução em que se acha esta Matriz (ilegível)..... Se arruíne de todo, e que seja depois irreparável o Seudano, e perda que pretendendo obviar nosso Provedor mais Officiaes, e Irmãos da so-bredicta Irmandade do Sacramento de acordo co os demais da Freguezia em Meza geral com assistência do Reverendo **Parocho assentamos de fazer a sobredita obra ajornai na forma do risco e condiçoens que mandamos fazer pelo Alferes Joze Pereira Arouca aplicando para sobredita obra tudo que se puder haver, não só das dividas da mesma Irmandade e da mais eretas na Matriz em seus jornais, de Escravos, Bois e Carros, mantimentos, e no amis que for mister, mas também em alguns trastes inúteis velhos, e amassados que houverem nesta Matriz**

que já não tiverem serventia ou forem inúteis por todos e mal feitos, e tão bem valendo nos dalguns serviços.....No quiser fazer. Do que para contar manda nós fazer este termos que todos assignamos. (grifos nossos) O Provedor Francisco Ferreira da Silva, Escrivão Joze Dias Martins, Thezoureiro João Pinto da Cruz, Procurador Bento Ferreira Lopes, Joaquim Gomes Pereira, Joze Nunes Pinto Louzada, Bento Rodrigues Duarte, Domingos da Silva Costa, Antonio Lopes Corrêa, Joze Domingos da Silva João de Sousa Pereira, Joze Ribeiro Guimaraes, Manoel Nogueira da Fonseca, Joze Esteves dos Santos, Joze Soares, Manoel Moreira Ramos, João Pedro Cotta. Nada mais contem o dicto termo com cujo theor eu Escrivão aprincípio nomiado e adiante assignado bem e fielmente fiz passar a presente por bem do Despacho posto na petição retro pelo Dezembargador Agostinho Marques Perdigão. (ilegível...”

Documento 103: Pagamentos relativos à Arrematação de Obras – Matriz de Antônio Pereira – 1791

Fonte: ACAM – Livro de termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Antônio Pereira.

Publicação: Anuário do Museu da Inconfidência III, 1954, p.98-99.

Algumas condições sobre a Arrematação da Matriz de Antônio Pereira

“.. Certifico que revendo hum Livro de termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira deste Termo que se acha em meu poder delle consta a folha Sessenta verso o termo do tehor seguinte: Aos oito dias do mez de Junho do ann o de mil setecentosnoventa e hum nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira no Consistório juntos o Provedor e mais Officiais e Irmãos de Meza existentes do Santíssimo Sacramento com o mais Povo congregado assistindo o Reverendo Vigário António Machado da Costa para effeito desse determinaro concerto da Igreja que se acha arroinada de que se encarregou amesma Irmandade do Sacramento do acordo com os mais da Freguesia uniformemente se assentou mesmo e geral consenso se desse principio aSobredita obra na forma do risco e condiçoens que mandarão fazer pelo Alferes Joze Pereira Arouca Mestre de tais obras, para cujo fim se mandassem por Edictaes em a Cidade Marianna Villa Rica,, Inficionado, eneste mesmo Arraial nos quaes se determine dia em que se ha de por em Praça neste Arraii para se houver de mandar por quem a fazer nesta (ilegível) Se h a proceder no dia vinte cinco de Julho deste prezente anno havendo de se fazer toda esta despreza a custa desta mesma Irmandade do Sacramento com adjectorio das mais eretas nesta mesma Matrizcomo no que já entre si fizerão. Do que para constar se fizesse termo em q. todos assig-namos O Provedor Franciso Ferreira da Silva o Escrivão Joze Dias Martins, Thezoureiro João Pinto da Cruz, Procurador Bento Ferreira Lopes, Joze Martins Jaches Domingos Carvalho Ribeiro, Domingos da Silva Costa, Joze Ribeiro Guimarães, Paulo Soares, Antônio Joze Alves Torres, João Francisco Guimaraens,, He o que continha este termo, e depois deste seu vizinho a folhas Sessenta e huma o de theor seguinte: **Aos oito dias do mez de Abril do Anno de mil setecentos e noventa e hum anos nono Consistório desta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de António Pereira depois de andar em praça publica o reparamento da mesma na forma dos Edictaes que para isso procederão, expuzerão na Cidade Marianna, a Villa Rica, Inficionado, e neste Arraial com consenso de alguns Officiais que concorrão para rematarem a Sobredita obra (grifos nossos)** nas quaes avista das condiçoens que muito bemexamina-rão não quizerão dar seus lanços nem arrematar aquella obra por não haverem pesso as legitimas e suficentes que se lhes obrigassem aos pá ga-mentos na forma das condiçoens, e não querem aceitar o pagamento da mesma obra no Corpo da Irmandade por não ter bens nem renditos certos para fazer os sobreditos pagamentos a vista do que attendendo a ultima dissolução em que se acha esta Matriz (ilegível) Se arruíne de todo, e que seja depois irreparável o Seudano, e perda que pretendendo obviar nosso Provedor mais Officiais, e Irmãos da so-bredieta Irmandade do Sacramento de acordo com os demais da Freguezia em Meza geral com assistência do Reverendo **Parocho assentamos de fazer a Sobredita obra ajornai na forma do risco e condiçoens que mandamos fazer pelo Alferes Joze Pereira Arouca aplicando para Sobredita obra tudo que se puder haver, não só das dividas da mesma Irmandade e das mais eretas na Matriz em seus jornais, de Escravos, Bois e Carros, mantimentos, e no maus que for mister, mas tãobem, em alguns trastes inúteis velhos, e amassados que houverem nesta Matriz que já não tiverem serventia ou forem inúteis por todos e mal feitos, e tão bem valendo nos dalguns serviços.....Nos quiser fazer, Do que para contar manda nó fazer este termo que todos assignamos.** (grifos nossos). O Provedor Francisco Ferreira da Silva, Escrivão Joze Dias Martins, Thezoureiro João Pinto da Cruz, procurador Bento Ferreira Lopes, Joaquim Gomes Pereira, Joze Nunes Pinto Louzada, Bento Rodrigues Duarte, Domingos da

Silva Costa, António Lopes Corrêa, Jozé Domingos da Silva João de Sousa Pereira, Jozé Ribeiro Guimaraens, Manuel Nogueira da Fonseca, Jozé Esteves dos Santos, Jozé Soares, Manoel Moreira Ramos, João Pedro Cotta. Nada mais contem o dicto termo com cujo theor ou escrivão aprincipio nomiado e adiante assignado bem e fielmente fiz passar a presente por bem do Despacho posto na petição retro pelo Dezembargador Agostinho Marques Perdigão (ilegível)..”.

**Termo de entrega da obra da Capela da Ordem terceira de São Francisco de Assis.
José Pereira Arouca 1794.**

O que foi entregue em 1794 representava o grosso da obra, aquela parte sòmente de que, por contrato, se encarregara José Pereira Arouca. Dessa entrega falem por mim os têrmos que irei transcrever, não sem precedê-los da seguinte advertência: o arquivo de São Francisco está em têrmos de se perder. Dois livros que consultei em 1926, e reli dez anos mais tarde, já não encontrei, em 1943, o de Registro de Patentes e Provisões e o Copiador da Ordem. Não é demais, portanto, que se acautelem aqui da ruína iminente cópias das cousas mais interessantes e que constam de vários cadernos do meu arquivo particular. O têrmo que passo a trasladar é daqueles que se não podem perder sem prejuízo irremediável para a história da igreja de que se trata, um dos mais formosos monumentos de que se ensoberbece, não só a velha cidade episcopal, senão todo o Estado de Minas. Ei-lo, na sua íntegra: “Aos doze dias do mês de Oitubro de mil sette centos e noventa e tres an.” No Consistorio desta veneravel Ordem 3.^a da penitencia em Meza a que prezedio o Rm^o Com. Viz. Francisco Soares Bernardes e o Ir. ex-Ministro e mais Deffinitorio ahy apareceo o I. ex-Ministro Miguel Teixeira Guimarrães e por elle foy dito, em presença da Meza, que fazia entrega de todas as obras que tem feito nesta Capella e Cortinas p. ordem desta Meza huas, e outras sem ella, as quais são as seguintes = A Capella Mor-Sancristia – Noviciado e Corredores, que se acha feita como melhor consta de hum caderno que já entregou a esta ven. Ordem e se acha no Arquivo della, e agora o fazia entregando seis portadas de Cortinas de Damasco aparelhadas e hum cetial de Damasco com franja de ouro da boca da trebuna e assim mais quatro Cetiais da bouca dos quatro altares collaterais, todos de Damasco e franja de retroz e assim mais de dous Altares colaterais a saber de S. Izabel e S. Luis Rey de França que ambos emportarão seis centos e quinze mil r. e p^a estes recebeo o ditto Ir. Miguel Teixeira Guimarães da Irmã Catherina de Souza Passanha a quantia de trezentos e sette mil e quinhentos r. os quais Altares forão feitos sem licença da Meza, e assim mais entrega a escada da torre que ajustou com o Alferes José Pereira Arouca e lhe pagou de seo dinheiro, e assim mais faz entrega do forro do corpo da Igreja e Coro, que foi consultado nesta Meza e se lhe deo essa inconveniencia, e assim mais o reboque dos seis barretes do coro os quais pagou o d^o Ir. Alferes José Pereira Arouca, e assim mais as pinturas do teto da Igr e semalhas que mandou fazer sem licença da Meza, que todas estas obras de forro, pinturas, reboques de barretes emportarão em hum conto de duzentos dezais (sic) mil reais para esta conta sòmente recebeo a quantia de cento e vinte e quatro mil reais, a saber, do Ir. Dom^o Jozé Miz quarenta mil reais, do Ir. Revm^o Com. Francisco Soares Bernardes vinte e quatro mil reais, do Ir. Alf. Manoel Carvalho Silva e trinta e seis mil reis, da Ir. D. Catherina de Souza Passanha vinte quatro mil reis, e assim faz a entrega dos pulpitos que mandou fazer sem licença da Meza, os quais ajustou e pagou ao Alf. Ir. José Pereira Arouca a quantia de cento e vinte mil reais, e assim mais faz entrega das grades que mandou fazer sem licença da Meza por Romão de Abreu as quais emportarão em duzentos e oito mil oitocentos reis que pagou do seo Dinheiro, sem que de todas estas obras dispendesse esta Ven. ordem couza alguma e se dar por pago e satisfeito dos seos emportes, e declara o ditto Irmão que se algumas destas sobre dittas obras não estiver

a gosto desta vem.’ Ordem, desde já pede umildemente como filho obediente lho perdoe, mandando outro sim fazela ao gosto de todos os seos Irmãos Carissimos a quem muito Ama em o Senhor, pois que ditto Ir. Miguel Teixeira Guimes, só deseja e que tudo o melhor para o aumento desta veneravel ordem 3^a de quem he obediente filho, e de como assim o disse e declarou o fizeram aceitação da ditta entrega das sobre dittas obras se fez este termo que todos assignarão e eu Joze Pereyra Gonçalves Secretario que o escrevy e assigney = Miguel Teixeira Guimarães = Francisco Soares Bernardes, com^o = Joze Pereira Arouca = Paulo Roiz Ferreira, ex Ministro = Antonio Miz d’Araujo, ex vice Ministro = Manoel Mor da Silva, Procurador = Francisco Pereira de Araujo, Sindico, = Joze Pereira Gonçalves, Secretario”.

O termo seguinte completa o anterior e pela razão declarada aqui o traslado na usa íntegra.

“Termo que se fez por ordem da Meza sobre a aceitação da Capella desta Ven. Ordem 3^a feita pelo N. C. Ir. o Alf. Joze Pereira Arouca e ajuste dos acrescimos e diminuições que ouverão na d^a obra como melhor se vê neste termo declarado. “Aos dezenove dias do mes de Março de mil sette centos e noventa e quatro anos nesta cidade de Marianna e no Consistorio da Ven. ordem 3^a da Penitencia de N. S. P. S.” Francisco em Meza a que prezidio o Rm, Com. Francisco Soares Bernardes e o Ir. ex Ministro o N. C. Ir. Lic. Paulo Roiz Ferreira por poderes do actual, ahy pelo N. C. ir. ex Ministro Miguel Teixeira Guimarães foy Guimarães foy proposto que em virtude do Desp desta Ven. Meza pelo qual lhe facultava o poder junto com o Procurador Geral e Ir. Secretario de examinar com o M. da Obra os acrescimos e diminuições que na mesma ouverão a vista dos riscos e condições com o que foy arrematada a mesma obra, de facto examinarão e averiguarão com toda a exacção tanto os acrescimos como as diminuições que ouverão e clara, e distinctamente conhecerem excederem os acrescimos ás diminuições e que calculado tudo julgarão dever-se dar dos mesmos acrescimos a quantia de oitocentos mil reis entrando nisso todas as mais obras que o dito rematante tinha mandado fazer de carapina que vem a ser portas e janelas, como tambem os vidros e madeyras do oculo do frontespicio, excetuando os forros dos corredores. O que liquidada a conta do que esta ven. ordem tinha dado ao D^o M.” da obra por conta da mesma constava dos recibos ser a quantia de quinze contos seis centos e vinte e oito mil sette centos e sincoenta e seis reis e que sendo arrematada por desaseis contos e quatro centos mil reis acrescendo agora os oito centos mil reis e mais cento e vinte e dois mil e vinte e sinco reis de outro acréscimo que ouve no quarto pagamento vinha esta Veneravel ordem a restar ao M. da obra P inteira solução não só producto da arrematação mas tambem de todos os acrescimos que ouverão a quantia de hum conto seis centos e noventa e tres mil duzentos e sessenta e nove reis e que todo ouvido por Deffinitorio pelo mesmo foy uniformemente detriminado que havião por boa a averiguação dos acrescimos e diminuições, bem como o ajuste de se dar pelos acrescimos espressados a referida quantia de dous mil cruzados e sendo chamado o d^o Ir. rematante da obra o Alferes Joze Pereira Arouca para dizer e declarar se estava ou não pelo d^o ajuste e calculo expressado, pelo mesmo foy ditto que não duvidava a couza algua do que se acha declarado nesre mesmo termo e que hera verdade haver recebido por conta da arrematação da obra da quantia de quinze centos seis centos e vinte e oito mil e sette centos e sincoenta e seis reis de que dava plena e geral quitação e que para inteira solução de quarenta e hum mil cruzados em que fora rematada a obra se lhe restava a quantia de sette centos e setenta e hum mil duzentos e quarenta e quatro reis a quantia junto com os 800\$000 de todos os mais acrescimos que ouverão vinha esta Ven.’ ordem a dever-lhe a quantia já declarada de hum conto seis centos e noventa e tres mil duzentos e sessenta e nove reis e que com esta quantia se dava por justo não só de producto da arrematação, mas tambem de tudo o mais expressado neste termo sem que em tempo algum possa repetir mais os acrescimos, nem esta ven. ordem diminuições e que se faca por entregue dos recibos visto dar neste tempo quitação da sua importancia e assignar hua lista dos membros e calculo que se fez; ficando tão somente obrigado a acabar o que falta na d^o obra segundo as condições e esta Ven.’ ordem se da por intregue do que está feito e de como assim o disserão e acordarão e detriminarão se fez este termo

que todos assignarão junto com o referido M.” da Obra e eu Joze Pereira Gonçalves Secretario desta ven. Ordem que o escrevy = Francisco Soares Bernardes, Com^o = Paulo Roiz Ferreira, ex Ministro = Miguel Teixeira Guimarães, ex Ministro = Joze Pereira Arouca”.